

O PANTEÃO NACIONAL

MEMÓRIA E
AFIRMAÇÃO DE
UM IDEÁRIO EM
DECADÊNCIA

A intervenção da Direcção Geral
dos Edifícios e Monumentos Nacionais
na Igreja de Santa Engrácia
(1956-1966)

HELENA ALEXANDRA MANTAS

O PANTEÃO NACIONAL

MEMÓRIA E
AFIRMAÇÃO DE
UM IDEÁRIO EM
DECADÊNCIA

A intervenção da Direcção Geral
dos Edifícios e Monumentos Nacionais
na Igreja de Santa Engrácia
(1956-1966)

HELENA ALEXANDRA MANTAS

FICHA TÉCNICA

AUTOR

Helena Alexandra Mantas

TÍTULO

O Panteão Nacional.

Memória e afirmação de um ideário em decadência.

A intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
na Igreja de Santa Engrácia (1956-1966)

EDIÇÃO

Panteão Nacional / Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. Lisboa, 2026

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

CONCEÇÃO E DIREÇÃO DO PROJETO «PANTEÃO AO CUBO»

Santiago Macias

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Santiago Macias / Isabel Inácio / Liliana Marques

APOIO TÉCNICO À EDIÇÃO

Raquel Pina / Ricardo Costa / José Duarte / Vera Pereira

PATROCÍNIO

**ÂMBITO
CULTURAL**
El Corte Inglés



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA, JUVENTUDE
E DESPORTO



MUSEUS
E MONUMENTOS
DE PORTUGAL



PANTEÃO
NACIONAL

A edição desta dissertação faz parte do projeto «Panteão ao Cubo», destinado a promover digitalmente investigações realizadas sobre o monumento.

Dissertação de Mestrado para a obtenção de grau de Mestre em Arte, Património
e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (outubro de 2002)

«Da frustração de tantos anos nasceu o mito e do mito um símbolo. A “Ponte” foi bem esse símbolo aceite, enraizado, daquilo que se deseja ou promete mas jamais se iniciará. E assim, insensivelmente, entrou na alma da Nação tão negativo como aí penetrara o contemporâneo símbolo do que se começa mas nunca se concluirá – as também “famosas obras de Santa Engrácia”. Os dois, por mau destino, completam-se num todo perfeito para amolecer e destruir virtudes, caminhos, vontades.

Acabadas as eternas “obras de Santa Engrácia” e iniciada e terminada a lendária “Ponte”, dois símbolos ruinosos pulverizam-se ao mesmo tempo para sempre. Acima do gigantesco equilíbrio de forças com o Tejo, inscrevia-se uma vitória moral para a Nação. A ponte é agora, na vasta paisagem física, como na social e humana, expressivo testemunho de progresso e beleza, subtil mas sólido e mesmo simbólico traço de união e continuidade entre duas margens.»

Inauguração da Ponte Salazar, MOP, Lisboa, 1966.



ÍNDICE

Agradecimentos	6
Abreviaturas usadas	7
Introdução	8
1. SANTA ENGRÁCIA: DE IGREJA A PANTEÃO NACIONAL	14
2. A IDEIA DE PANTEÃO DE FIGURAS PÚBLICAS DA NAÇÃO EM PORTUGAL: DO LIBERALISMO AO ESTADO NOVO	26
3. O PANTEÃO NACIONAL DE SALAZAR	38
4. A INTERVENÇÃO DA Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	60
4.1. De 1954 a 1956	66
O projecto do arquitecto Luís Benavente e a realização de sondagens	
4.2. 1956-1962	70
Definição da directriz dos trabalhos e escolha dos projectos arquitectónico e técnico	
4.3. 1962 e 1964	84
Dois planos de escalonamento das obras. Antecipação da inauguração do Panteão Nacional	
4.4. 1965-1966	91
A recta final. Definição de programas e sua aplicação. A cerimónia de inauguração	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS EM ABERTO	110
Fontes e bibliografia	123
Apêndice documental	134
Apêndice fotográfico e gráfico	172

AGRADECIMENTOS

Pretende este trabalho lançar um olhar crítico sobre as obras de conclusão da Igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional nas suas vertentes, artística, técnica, política, das mentalidades, económica e social. Essa leitura crítica e globalizante do monumento obrigou-nos a visitas frequentes ao mesmo e a longas horas de reflexão em torno dos elementos que recolhemos nos arquivos e bibliotecas de Lisboa. Neste ponto não podemos deixar de referir o contributo dos Architectos Barbosa Colen e Vaz Martins filho, da Cláudia, do António e do nosso pai, aos quais agradecemos a disponibilidade e interesse demonstrado.

Queríamos ainda agradecer ao Doutor Sérgio Campos Matos e ao Architecto Lyster Franco filho, pelas pistas que nos deram e pelo entusiasmo que demonstraram pelo trabalho que realizávamos, à Professora Teresa Amado, directora do Instituto Superior de Novas Profissões, pela compreensão demonstrada e à Dr.^a Iria Caetano, directora do Panteão Nacional.

Em relação à parte gráfica do trabalho um especial obrigado ao Nuno, ao Dr. Madeira do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e ao Dr. Carlos do INP.

Não podemos deixar de mencionar ainda os nossos professores da licenciatura em Coimbra pela forma como nos dirigiram a acompanharam ao longo do curso, despertando em nós um novo olhar sobre a Arte.

Obrigado à minha família e amigos pela paciência e incentivo.

Por fim, agradecemos em particular à Professora Maria João Neto e ao Professor Vítor Serrão, pelo empenho e dedicação que demonstraram ao longo do curso de Mestrado, reflexo da forma como encaram a História da

Arte, assim como aos docentes dos seminários que frequentámos.

Sem querer ser injustos, não podemos deixar destacar o contributo da Professora Maria João Neto. Quando nos candidatámos ao Mestrado em Arte, Património e Restauro, tínhamos uma ideia clara do caminho que pretendíamos seguir, mas faltava-nos o objecto de estudo. Colocadas várias hipóteses, a Professora Maria João Neto, que de imediato aceitou a orientação, sugeriu Santa Engrácia. Após alguma pesquisa e reflexão inicial perceberemos tratar-se de um tema aliciante e não hesitámos em seguir esse caminho. Hoje, decorridos três anos, não nos arrependemos da escolha e agradecemos sinceramente a sugestão. Agradecemos ainda os conselhos preciosos que nos foi dando que enriqueceram em muito o presente trabalho.

(...)

Boa nova la d'Hespanha
A Lisboa que chegava
Espalha ser innocente
Este que se condemnava
Nos degáus do cadafalso
Bem o havia confessado
Um réo, que a pena de morte
Fôra lá sentenciado
Declarou ser elle mesmo
Cumplíce no desacato,
Que a Castella se fugira
Por augmentar de recato:
Que do prezo Simão Lopes
Elle jurava a innocencia;

Mas a nova chegou tarde...
 – Segredos da Providencia!
 Simão Lopes se finava
 Com solemne profecia
 Que – segundo a tradição –
 Fez n’essa hora d’agonia,
 É tão certo que sem crime
 Esta morte vou soffrer,
 Como certo que não minto
 No que vou ora dizer:
 Nunca se darão por feitas
 Por mais sommas empregadas,
 As obras de Santa Engracia
 Que ahi vedes começadas!
 Este dito foi sentença,
 Tornou-se proverbial;
 Por então não era prova
 Que o livrasse do seu mal.
 Foi má sina que a verdade
 Descubrir tão tarde quis:
 Quão tremenda não seria
 Sua voz para o juiz?!...
 Desgraçado! Sem repouso,
 No futuro sem esperança,
 Escutando de cantinno
 Vingança! Sempre vingança.
 (...)

J. da C. Cascaes, «O desacato, ou o calado é o melhor.
 Romance histórico. 1630-1631», *O Panorama*,
 N.º 25, 18 de Junho de 1842, pp. 197-199.

ABREVIATURAS USADAS

AHMOP	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
CML	Câmara Municipal de Lisboa
D.G	Diário do Governo
DGEMN	Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DREML	Direcção Regional de Edifícios e Monumentos de Lisboa
GEO	Gabinete de Estudos Olisiponenses
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites)
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MOP	Ministério das Obras Públicas
SDN	Sociedade das Nações
SPN/SNI	Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação

INTRODUÇÃO

O OBJECTO DE ESTUDO: O PANTEÃO NACIONAL DE SANTA ENGRÁCIA

A mole branca da igreja de Santa Engrácia ergue-se imponente sobre o casario, da cidade de Lisboa. Marcada à nascença pela maldição do cristão-novo Simão Pires de Solis, cedo o povo a transformou no símbolo de algo que nunca seria concluído. Lenda ou não, a verdade é que a obra de João Antunes, “O mais belo dos nossos monumentos do século XVII”¹ segundo Ramalho Ortigão, se manteve durante três séculos num estado de *non-finito* que, numa perspectiva romântica, não deixa de ser fascinante. Como Marguerite Yourcenar assinou num texto notável, as obras de arte, tal como nós, estão sujeitas à acção do Tempo, “esse grande escultor”. Para a autora:

*«Some of these alterations are sublime. To that beauty imposed by the human brain, by an epoch, or by a particular form of society, they add an involuntary beauty, associated with the hazards of history, which is the result of natural causes and of time.»*²

Já no século XIX, mas ainda antes da implantação do liberalismo em Portugal, registaram-se várias tentativas abortadas de concluir o templo, algumas das quais documentadas. Com os novos ventos revolucionários e anticlericais a igreja foi entregue ao Exército que a transformou em aquartelamento do Segundo Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, depósito de armamento e, no século XX, fábrica

de calçado. Desde logo intelectuais e políticos, imbuídos do espírito romântico, manifestaram o seu desagrado pelo desrespeito de que o monumento era alvo.

Ao mesmo tempo discutia-se em Portugal a necessidade de construir um Panteão Nacional de figuras públicas. É nesse contexto que surge a ideia de erguer o Panteão em Santa Engrácia, solução que permitia resolver dois problemas de uma só vez: fazia-se justiça ao monumento e aos grandes da Nação. Contudo, o projecto não teve eco na altura e Santa Engrácia continuou nas mãos do Exército, encontrando-se uma solução de compromisso para o Panteão Nacional – o mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

Já no século XX a igreja foi classificada como Monumento Nacional e foi publicado o Decreto que determinava a sua adaptação a Panteão Nacional. O Estado, conferindo protecção jurídica ao Monumento obrigava-se perante a Lei a zelar pelo seu bom estado de conservação. Porém, no que respeita ao Património a Lei nem sempre tem a última palavra. A situação manteve-se até ao final da década de 50, altura em que o projecto tomou corpo por iniciativa governamental, ficando a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais encarregue da intervenção.

Em 1966 o Panteão Nacional de Santa Engrácia era inaugurado no âmbito das comemorações do *Quadrágésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional* por vontade expressa de Oliveira Salazar. Concretizava-se o sonho dos liberais, oitocentistas e cumpria-se um Decreto com cinquenta anos de existência.

¹ Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa*, Tomo I, Livraria Clássica Editora, 1945, pag.95.

² Marguerite Yourcenar, *That Mighty Sculptor, Time*, Oxford, Aidan Ellis, 1992, pag.87. (Apresentamos a ed. em inglês porque era a que tínhamos disponível.)

ESTADO DA QUESTÃO

Apesar da igreja de Santa Engrácia constituir um dos melhores exemplares do barroco em Portugal, o que levou a que se escrevessem muitas páginas acerca do edifício inacabado e da lenda que o envolve, a intervenção da DGEMN nunca constituiu objecto de análise. Existem apenas duas monografias do monumento, uma publicada em 1971 da autoria de Ayres de Carvalho e outra mais recente de Manuela Birg e Teresa Gil, mas nenhuma dessas obras analisa a questão da conclusão e adaptação do templo. A DGEMN lançou uma brochura na altura da inauguração do Panteão, em 1966, mas muito sintética e pouco elucidativa.

Para o período anterior à intervenção da DGEMN existem muitas referências, mas dispersas e, em geral, sumárias. É o caso dos textos de Norberto de Araújo, Maia Ataíde, Joaquim Baçam, Vilhena de Barbosa, Leitão de Barros, Cunha Belém, António do Couto, Ribeiro Guimarães, Irisalava Moita, Ramalho Ortigão, Luís Gonzaga Pereira, Damião Peres e Francisco Pereira de Sousa.

Acerca do Panteão Nacional tem-se escrito pouco, destacando-se um texto de João Medina, publicado no vol. XII da *História de Portugal*, coordenada pelo mesmo.

Por fim, apesar de não abarcarem cronologicamente a década de 60 e, consequentemente, a intervenção da DGEMN em Santa Engrácia, não podemos deixar de mencionar as dissertações de doutoramento de Lúcia Rosas (FLUP, 1995), de Maria João Baptista Neto (FLUL, 1995) e de Margarida Acciaiuoli (FCSH-UNL, 1981). As duas primeiras, inteiramente consagradas ao restauro monumental, abrangem os períodos entre 1853 e 1929 e entre 1929 a 1960, respectivamente. A tese de Margarida Acciaiuoli tem um capítulo dedicado ao restauro em Portugal na década de 40 do século XX.

JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

Uma vez que as obras levadas a cabo na década de 60 pela DGEMN foram substanciais, alterando consideravelmente a fisionomia do edifício, pensamos que se justifica um estudo pormenorizado da intervenção, que permita avaliar em rigor a sua extensão e determinar os critérios seguidos pelos intervenientes.

O conhecimento das alterações sofridas ao longo do tempo pelo monumento (por justaposição ou eliminação de elementos ou estruturas) será sem dúvida útil, na medida em que permitirá reconhecer as partes originais da igreja, cujos projectos de arquitectura se perderam. Por outro lado, pode também contribuir para a compreensão de certos fenómenos de alterabilidade registados ao nível da estrutura do monumento e dos materiais que o constituem, uma vez que a remoção ou adição de elementos pode alterar o equilíbrio original do edifício.

Contudo, para interpretar correctamente a intervenção é necessário ter em conta que se trata de um caso que extravasa os domínios do restauro. O objectivo era transformar uma igreja em Panteão Nacional, ou seja, conferir-lhe uma nova função e não nos podemos esquecer que em Arquitectura novas funções originam novas necessidades e consequentemente diferentes formas. Os intervenientes, viram-se assim com uma tarefa árdua entre as mãos: impelidos a respeitar a fisionomia original do edifício, classificado como Monumento Nacional, não podiam deixar de acrescentar elementos novos indispensáveis ao bom funcionamento do Panteão.

Por outro lado, o facto de se tratar da construção do Panteão Nacional vem reforçar a pertinência do estudo em questão: compreender o porquê da construção de um

monumento que se insere claramente dentro do espírito oitocentista, liberal e romântico, por um regime do tipo ditatorial irá certamente acrescentar algo ao conhecimento que se tem acerca do próprio regime e da figura de Salazar.

Em suma, pensamos que este estudo permitirá conhecer melhor as práticas de restauro, o gosto e as mentalidades na década de 60 em Portugal a nível institucional, governamental e da população em geral, desta pela forma como se identificou ou não com o projecto.

LIMITES DA ABORDAGEM

É nosso objectivo mostrar como e quando surgiu em Portugal a ideia de criar um Panteão Nacional, quais as circunstâncias que viabilizaram o projecto adiado mais de um século e que Panteão é esse, ou seja, quais as linhas ideológicas em que o seu programa se inscreve a nível iconográfico, estético, funcional e construtivo.

Para encontrar as respostas que procurávamos tivemos de questionar o contexto político, económico, social e artístico em que as obras decorreram, a instituição responsável pelas mesmas – a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – e os conceitos e práticas patrimoniais vigentes na época, em Portugal e no exterior.

Numa altura de viragem a nível internacional, nacional e no seio da própria instituição responsável pela intervenção, com a substituição de pessoal do quadro devido à sua idade avançada e/ou por incompatibilidades com o governo ou chefias superiores e entrada em cena de novos profissionais, que critérios foram seguidos na conclusão da igreja e sua adaptação a Panteão e até que ponto vão ao encontro dos conceitos e práticas patrimoniais aceites internacionalmente na época?

Procuraremos ainda detectar os principais problemas que o Panteão coloca a nível da conservação, em parte, decorrentes dos critérios seguidos na intervenção e da forma como se processaram as obras, mas também dos materiais utilizados originalmente e no século XX.

A nível sociológico tentaremos perceber de que forma é fruído o Monumento. Será que os portugueses sentem Santa Engrácia como o Panteão da Nação onde podem prestar homenagem aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da cultura portuguesa? E qual a relação entre o Panteão Nacional de Santa Engrácia e os restantes panteões portugueses, em particular o dos Jerónimos e os de São Vicente de Fora, tanto no ideário nacional como a nível político e institucional?

Para finalizar, como escreveu Kubler: “A contribuição particular do historiador consiste na descoberta das múltiplas formas do tempo. O objectivo do historiador, seja qual for a sua especialização, é retratar o tempo. (...) o historiador revela um modelo que foi vivido pelas entidades que constituem o seu objecto de estudo e que dele não tiveram consciência”. Este mesmo autor apresenta uma comparação entre o historiador da arte e o astrólogo que nos parece esclarecedora em relação à questão do estudo das obras de arte alegando que “ambos lidam com aparências assinaladas no presente, mas que ocorreram no passado. (...) qualquer obra de arte é de facto uma porção de acontecimento que fica gravada, ou uma emanção do tempo passado. (...) Tanto o astrónomo como o historiador lidam com acontecimentos passados detectados no presente”³. São essas aparências e esses acontecimentos passados que pretendemos detectar e analisar com o objectivo último de conhecer melhor a obra de arte em questão.

³ George Kubler, *A forma do Tempo*, 3.ª ed., Lisboa, Vega, 1998, pp.26-27 e 34-35.

PESQUISA

A investigação documental e a recolha bibliográfica foram efectuadas nos Arquivos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos de Lisboa, Histórico do Ministério das Obras Públicas, Nacional da Torre do Tombo, do Patriarcado de Lisboa, Histórico Militar,

Histórico e Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, da Direcção Geral do Património, no Gabinete de estudos Olisiponenses, na Biblioteca Nacional (geral, reservados, iconografia e cartografia), Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Hemeroteca, em Lisboa. Tentámos ter acesso ao Arquivo da Academia Nacional de Belas-Artes, mas não conseguimos.

Entre os arquivos e bibliotecas mencionados o da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais foi o que se revelou mais rico para o nosso estudo. Trata-se de um fundo documental riquíssimo, de consulta obrigatória para quem se dedica ao estudo das questões patrimoniais e do restauro em Portugal. Não podemos contudo, deixar de referir que é um arquivo difícil de trabalhar uma vez que a inventariação e informatização da documentação ainda não está concluída. Por outro lado, os documentos muitas vezes são contraditórios e/ou insuficientes, o que obriga a um trabalho exaustivo de comparação da documentação recolhida e sua sistematização. Naturalmente que esta questão não se coloca com a mesma pertinência

para todos os edifícios que foram intervencionados pela instituição desde a sua criação em 1929. As obras de Santa Engrácia, pela grandiosidade e complexidade do projecto, tanto a nível estético como construtivo, e ainda pelos meios humanos e financeiros que mobilizaram, deram origem a um conjunto vasto e variado de documentação administrativa e de obras, reunida em 11 arquivadores, além de peças desenhadas e espécies fotográficas (um total de 714).

Não obstante, todos os restantes arquivos e bibliotecas, ainda que sem reunir a quantidade de informação acerca de Santa Engrácia que encontrámos na DGEMN, foram fundamentais para a concretização do presente estudo.

Embora a intervenção seja relativamente recente não pudemos contar com o testemunho dos intervenientes, infelizmente falecidos. Entrámos em contacto com os familiares de João Filipe Vaz Martins e Gonçalo Lyster Franco que puseram à nossa disposição os arquivos pessoais dos dois arquitectos e nos forneceram algumas pistas.

Para perceber de que forma o projecto foi recebido pelos portugueses na altura, conversámos com pessoas que não estiveram directamente ligadas ao mesmo, mas que o seguiram de fora, nomeadamente através da Imprensa. Esta última foi outra fonte fundamental para o nosso estudo não só pelo facto que acabámos de referir, mas também porque a análise das notícias publicadas permite saber qual era a imagem que se pretendia fazer transmitir aos portugueses do Panteão Nacional.



1

SANTA ENGRÁCIA: DE IGREJA A PANTEÃO NACIONAL

A construção da igreja de Santa Engrácia, adaptada a Panteão Nacional há pouco mais de três décadas, está ligada a um episódio que ficou famoso na História da cidade de Lisboa: o arrombamento e roubo das partículas sagradas do sacrário da igreja homónima, fundada pela infanta Dona Maria, a 15 de Janeiro 1630. Na sequência desse acontecimento, o templo profanado foi interdito ao culto e o cristão – novo Simão Pires Sólis foi condenado, segundo parece, injustamente¹. Foi ainda criada a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, presidida pelo rei e constituída por cem fidalgos, alguns dos quais envolvidos um pouco mais tarde na restauração da independência, e instituída a festa do Desagravo

Começava assim a longa história das obras de Santa Engrácia que foram tão demoradas que durante muito tempo o povo acreditou que nunca iriam terminar, dando origem à célebre expressão “obras de Santa Engrácia” que se tornou comum na língua portuguesa, sendo ainda hoje utilizada embora as obras já tenham sido concluídas.

Em 1632 a Irmandade resolveu demolir a capela-mor da igreja e construir uma nova, da autoria de Mateus do Couto². Numa época de crise e conflitos armados as obras arrastaram-se por falta de verbas. Com a Restauração, em 1640, e a consequente guerra com Espanha a situação não melhorou. As obras pararam e a capela-mor, em construção, acabou por ruir a 19 de Fevereiro de 1681 arrastando consigo parte das paredes laterais do templo. Antes disso, em 1673, João Nunes Tinoco terá intervindo nas obras de Santa Engrácia substituindo Mateus do Couto que falecera em 1664, e em 1678 Mateus do Couto sobrinho.

Quando a capela-mor ruiu, em 1681, a Irmandade decidiu construir uma igreja de raiz. Entre os muitos mestres e arquitectos convocados pela Mesa da Irmandade para dar o seu parecer, o projecto escolhido foi o do Mestre Pedreiro João Antunes, que ficou também encarregue da direcção da obra, o que está documentado no *Livro de Acordãos da Irmandade* que se encontra no Arquivo da Sé de Lisboa e que Ayres de Carvalho publicou³ (doc. 3).

A descoberta de documentação que provava a autoria de João Antunes causou surpresa a alguns historiadores da arte tendo em conta a obra construída na altura de alguns dos mestres e arquitectos convocados comparativamente à do Mestre Pedreiro, como é o caso de Mateus do Couto sobrinho que estava ligado às obras de Santa Engrácia na altura da derrocada, ou de João Nunes Tinoco, Francisco Tinoco da Silva e Manuel Tinoco, entre outros⁴.

Parece-nos que a justificação residirá em parte no arrojo do projecto que apresentou numa altura em que em Portugal ainda não havia o hábito de construir “à romana” (figs. 1 a 7 e 156). João Antunes terá ido ao encontro das ambições do encomendante – a Irmandade –, que pretendia que a igreja de Santa Engrácia, inserida numa política de perseguição aos cristãos-novos, fosse um símbolo da vitória do Santo Ofício. Para isso era necessário que a igreja se demarcasse das restantes existentes no Reino, daí a sua preferência por um projecto arrojado, que vinha quebrar a tradição arquitectónica nacional.

¹ Este facto é referido pela generalidade dos autores citados na bibliografia acerca do templo.

² Aires de Carvalho, *As Obras de santa Engrácia e os seus Artistas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1971, pag. 26.

³ Ayres de Carvalho, *Op. Cit.*, A.N.B.A., Lisboa, 1971, pp. 33-34. A consulta desta obra manuscrita e outras que se encontram no Arquivo referido não trouxe qualquer novidade, confirmando-se o que Aires de Carvalho escreveu.

⁴ Ayres de Carvalho refere 13 dos 15 nomes: João Antunes, Mateus do Couto, João Nunes Tinoco, Luís Nunes Tinoco, Francisco Tinoco da Silva, Manuel do Couto, João Fallardo, José da Silva, António Marfil, Lourenço Gonçalves, André Dias, Dom Francisco de Sousa e o Padre João Duarte. Os outros dois nomes não se conseguem ler. Aires de Carvalho, *Op. Cit.*, pp. 33-34. Chamamos a atenção para a necessidade de estudar em profundidade o percurso de João Antunes no período anterior a Santa Engrácia.

O projecto de João Antunes não tem a austeridade e sobriedade da arquitectura que então se fazia em Portugal, a designada “arquitECTURA chã”, resultante da síntese entre elementos nacionais e influências italianas, espanholas e flamengas. Trata-se de uma arquitectura dinâmica e complexa, ao gosto romano de quinhentos que se prolongou por seiscentos e setecentos, e que era conhecida em Portugal através do Tratado de Serlio, publicado em 1563, e do testemunho de viajantes e arquitectos, portugueses e espanhóis, que estiveram em Roma. Como Reinaldo dos Santos afirmou João Antunes foi uma artista de charneira, inserindo-se entre o espírito seiscentista, maneirista, que certamente o influenciou, e o setecentista, joanino, barroco, de monumentalidade, jogo rítmico de planos, volumes e luz, que compreendeu ainda no século XVII e aplicou em Santa Engrácia (fig. 14). Por outro lado, não podemos esquecer o seu percurso, ainda que mal conhecido, como Mestre de Pedraria ao serviço da Casa Real Portuguesa. Conhecedor profundo das características matéricas da pedra e das técnicas construtivas de então João Antunes, sentia-se seguro não só para projectar mas para erguer Santa Engrácia, segurança essa que terá conseguido transmitir a D. Pedro II e à Irmandade que deram um voto de confiança ao Mestre Pedreiro⁵.

⁵ Ayres de Carvalho levanta a hipótese de compadrios e protecções terem sido decisivos na escolha em particular da parte de D. Francisco de Souza, que em 1682 encomendou a João Antunes os retábulos da ermida da sua Quinta do Calhariz, um dos membros da Irmandade, capitão da Guarda Real de D. Afonso VI e de D. Pedro II, Conselheiro de Estado e Guerra de D. Pedro II e mais tarde de D. João V. Por seu turno D. Francisco de Souza era irmão de D. Luís de Sousa, Arcebispo de Braga e embaixador em Roma de D. Pedro II, tendo sido substituído na primeira função em 1690 por D. João de Sousa, com o qual João Antunes trocou correspondência. O nosso arquitecto estaria assim bem relacionado o que poderia ter contribuído para a sua notoriedade e para o seu conhecimento efectivo da arquitectura romana através de livros e gravuras que os seus protectores lhe teriam feito chegar. Acerca desta questão acrescentamos ainda que o próprio D. Pedro II se referiu num Parecer a João Antunes de uma forma favorável, louvando o seu desempenho ao serviço da casa real. Cf. Ayres de Carvalho, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, ANBA, Lisboa, 1971, pp. 37-38, 77-78.

A juntar a isso o facto de a Irmandade ser constituída por uma elite da sociedade portuguesa de então, que partilharia com Antunes o gosto pela arquitectura romana que desejaria ver implantada em Portugal. A construção de Santa Engrácia, até pela carga simbólica que se pretendia fazer associar à igreja, era a oportunidade ideal para concretizar esse desejo.

Para compreender o facto de João Antunes ter projectado uma igreja com as características de Santa Engrácia numa altura em que, como referimos atrás, dominava o “estilo chão” é importante lembrar a qualidade do ensino da Arquitectura em Portugal na época. A aprendizagem dos jovens arquitectos e mestres pedreiros portugueses era feita com outros, de gerações mais velhas, no Paço da Ribeira e nos estaleiros de obras, o que permitia a troca de experiências e ideias. As obras de Santa Engrácia iniciaram-se algumas décadas após o “século de ouro” espanhol, época de intensa actividade artística que foi determinante para a arquitectura portuguesa, já na altura de elevada qualidade, na medida em que entraram no país influências do maneirismo romano de Vignola e flamengas.

A este propósito lembramos que bem perto de Santa Engrácia se ergue o Mosteiro de São Vicente de Fora, reconstruído no reinado de Filipe I de Portugal com o objectivo de criar em Portugal um Panteão dos Habsburgos, projecção em Lisboa do Escorial, gesto de afirmação de Poder, marco do começo de uma nova época da História Peninsular⁶ (figs. 12, 13, 101 e 105). Esta obra e os artistas que nela participaram terão certamente influenciado João Antunes, cuja actividade se iniciou na década de sessenta. O projecto filipino de São Vicente de Fora, associado

⁶ Veja-se António Trindade, *A Arquitectura Maneirista em Portugal - da Capela-Panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora*, (dissertação de mestrado), Vol. I, FLUL, Lisboa, 2001, pp.248-271.

a nomes como os de Juan de Herrera e Filipe Terzi falecidos em 1697, o português Baltazar Álvares, provavelmente o autor do traçado, e aos Tinocos que continuaram as obras, um deles, o Padre Tinoco, mestre de João Antunes, está claramente filiado na arquitectura espanhola da época, em particular no Escorial e indirectamente na italiana de Rafael, Baldazare Peruzzi e São Pedro do Vaticano, conhecida através do Tratado de Sebastião Serlio⁷ (figs. 9, 10, 10a e 102). E aqui não podemos deixar de chamar a atenção para a questão da Tratadística. Os Tratados de arquitectura e construção, italianos e nórdicos, desempenharam um papel fundamental, permitindo aos arquitectos das zonas mais afastadas dos grandes centros de produção artística o conhecimento das linguagens arquitectónicas e decorativas das vanguardas da época, assim como a arquitectura efémera, meio por excelência de experimentação de novos modelos arquitectónicos.

Foi neste contexto riquíssimo do ponto de vista intelectual e arquitectónico que se formaram os arquitectos que trabalharam em Portugal no século XVII e início do XVIII, entre os quais João Antunes. Tendo como paradigma os mesmos modelos, gerados nos centros, esses arquitectos expressaram-se de acordo com as suas capacidades criativas e inovadoras destacando-se aqueles que o fizeram com mais maestria, como aconteceu com João Antunes que certamente conhecia os projectos de Rafael e Peruzzi e de outros arquitectos italianos como Pietro da Cortona, Bramante e Borromini, adaptando os exemplos colhidos ao contexto português de então e ao caso

específico de Santa Engrácia, primeira grande obra barroca nacional (figs. 21, 21a, 21b, 21c, 113, 114 e 115).

Em suma, tendo em conta o que afirmámos atrás e a qualidade e originalidade das obras que João Antunes projectou até morrer, em 1712, não devemos estranhar o arrojo do projecto que concebeu para Santa Engrácia nem a sua escolha por parte da Irmandade (figs. 28, 28a, 29 e 29a).

Em Agosto de 1681 foi colocada a primeira pedra da igreja que, infelizmente, não conhecemos na totalidade uma vez que o arquitecto veio a falecer ainda antes das obras estarem concluídas e os desenhos se perderam no Terremoto de 1755 quando estavam na posse de D. João V⁸. Sabemos, contudo, que as fachadas foram construídas até à cimalha de acordo com o projecto original, tirando os contrafortes e as janelas do pano central da fachada principal que foram construídos no século XVIII, após a sua morte. A nível do interior, construíram-se as capelas laterais, coro-alto e galerias. As actuais salas dos túmulos e as que estão por trás da capela-mor foram concebidas no século XX, assim como as esculturas de santos nos nichos interiores e exteriores e o pavimento em mármore do templo (figs. 33 e 34).⁹

O portal principal, embora contraste com o edifício pelo barroquismo acentuado, será também o do projecto original: duas colunas salomónicas assentes em pedestais ornamentados, rematadas por capitéis compósitos e frontão interrompido com o escudo com as armas de Portugal sobre um friso decorado com elementos vegetistas,

⁷ Em relação aos Tinocos chamamos a atenção para o facto de também estarem ligados a Santa Engrácia, nomeadamente João Nunes Tinoco, ainda antes do projecto de João Antunes, e o seu filho Luís Nunes Tinoco que se não participou directamente nas obras poderá ter trocado ideias com João Antunes de quem estava próximo.

⁸ António do Couto na página 222 da obra citada na bibliografia chama a atenção para o facto de Vilhena Barbosa e Ribeiro Guimarães referirem, respectivamente num artigo do *Arquivo Pitoresco* e em *Sumário de Vária História*, também citados, que a cúpula era soberba o que significaria que teriam visto o projecto. Lidos os textos referidos parece-nos ser precipitado tirar tal conclusão.

⁹ A única estátuária existente na igreja quando se iniciaram as obras no século XX era a do portal principal.

apoiado numa cabeça de anjo alada e ladeado por dois anjos que seguram a coroa (fig. 24). Embora não tenha sido encontrada documentação que permita identificar o autor deste portal a hipótese apontada por Ayres de Carvalho de ter sido concebido por João Antunes em parceria com Claude Laprade, que teria executado as esculturas, parece-nos, por comparação com outros portais do mesmo, aceitável (figs. 24 a 27a).¹⁰

Sendo assim, não sabemos como seria a fachada principal de João Antunes, o remate dos alçados, a cobertura central da igreja e a decoração interior assim como a distribuição espacial, tirando as capelas.

Ayres de Carvalho encontrou afinidades entre Santa Engrácia e o projecto de Peruzzi para São Pedro do Vaticano, publicado e explicado no Tratado de Serlio (fig. 18)¹¹.

Se houve uma inspiração directa em Peruzzi seria de supor que a fachada principal não tivesse a monumentalidade que lhe foi conferida no século XVIII, ou seja, haveria uma maior simetria entre as quatro fachadas. As estruturas nos ângulos do edifício prolongar-se-iam sob a forma de torres sineiras para além da cimalha e o espaço central seria coberto por uma cúpula. Em relação ao interior o altar-mor estaria no centro da igreja, por baixo da cúpula central, enquadrado pelos quatro púlpitos que se erguem nas pilastras em que descarregam os pendentes da cúpula.

Parece-nos que se de facto há um claro paralelismo a nível planimétrico entre os dois projectos, Antunes em certos aspectos não terá seguido o esquema de Peruzzi mas o de Miguel Ângelo (figs. 17, 17a e 17b). Daí, ao contrário

do primeiro ter projectado apenas uma entrada na igreja e não quatro, facto comprovado no *Livro dos Acordãos* onde se refere a certa altura que a Mesa decidiu que a porta ficasse no lugar da porta da antiga igreja¹². Isto leva-nos a colocar a hipótese de João Antunes se ter baseado não num único projecto de São Pedro do Vaticano mas nos vários existentes, ou mesmo em outros projectos que se filiam na mesma tipologia de planta centralizada, adaptando-os às novas tendências de dinamização do espaço e à escala de Santa Engrácia (figs. 16 a 23, 113, 114 e 115)¹³. Neste sentido, Santa Engrácia não deve ser encarada como repetição de um modelo quinhentista, mas como uma obra inovadora. Ainda que marcada pela arquitectura seiscentista romana, os alçados da igreja têm um dinamismo que não encontramos em São Pedro do Vaticano.

A leitura da documentação que se encontra arquivada no Sé de Lisboa e que foi estudada por Ayres de Carvalho, permite saber que logo que as paredes do templo chegaram à cimalha se colocaram problemas estruturais que estariam relacionados com a construção da cúpula que cobre o braço da cruz grega correspondente à fachada principal¹⁴. As paredes estavam a ceder:

«os mestres pedreiros que fazem a obra da igreja nova representarão que elles se achavão com algum receio de que a parede em que estão as portas não fosse

¹⁰ Ayres de Carvalho, *Op. cit.*, pag. 94.

¹¹ Serlio, *Tutte L'Opere d'Architettura et prospetivadi Sebastiano Serlio Bolgnese-Divisi in sette Libri*, Venetia, Apprenso Giacomo de Franceschi, MDCXIX. Ayres de Carvalho, *Op. cit.*, pag. 74.

¹² *Livro dos Acordos...* 1631, 8 e 20 de Maio de 1683, fl. 93 v.º- 94.

¹³ Naturalmente que as diferentes ambições que estiveram por trás da construção de Santa Engrácia e de São Pedro do Vaticano tiveram repercussões a nível do financiamento das obras e da própria escala dos edifícios. Esta questão da escala é importante na medida em que altera a leitura da própria obra, podendo sugerir diferenças onde elas não existem ou pelo menos evidenciá-las. Por outro lado, é óbvio que por vezes obriga a alterações.

¹⁴ Referimo-nos à documentação arquivada na Sé de Lisboa, nomeadamente, ao *Livros dos Acordos que a Meza (...) anno de 631*; o Tomo II do livro citado, de 1721, e um outro de 1761; ao *Livro da Superintendência das Obras da Igreja de Santa Engrácia que principia no anno de 1703* e outros documentos avulso.

capas de sustentar a abobeda porque a enfraquessia os mesmos vãos que há na mesma parede por causa dos das mesmas portas, e dos choros que estão sobre-ellas. Esta duvida se comunicou ao Architecto Manoel do Couto e a hum religioso da congregação que vindo ambos juntos a ver as paredes votarão por escrito o que se ve do seu papel.

A mesma duvida se praticou a Monsieur Verger por haver noticia que elle era dos melhores architectos. Vio a obra, e não lhe paresseu que era mui justificado o temor dos pedreiros, mas que não conhecia tão bem como os mesmos a calidade dos materiaes, e que a obra ficaria com toda a segurança acrescentandolhe o que desenhou no papel que se faz presente a Menza e juntamente / para que se rezolva o que parecer mais conveniente.

Paresseu a Menza e ao maior numero dos votos dos Irmãos da junta que se executasse o que Monsieur Verger desenhou no seu papel mas que primeiro se desse conta a Sua Magestade e que se devia pedir ao do Verger que por escrito explicasse o seu paresser por que não succedese que se auzentase antes de se acabar as obras. Ao Senhor Conde dos Arcos pareceo que fazendose a abobada de madeira se escuzava dar maior fortaleza a parede de que se fas este termo (...) 24 de Outubro de 1713.»¹⁵

Deste excerto do *Livro dos Acordãos* conclui-se então que em 1713 o architecto de Santa Engrácia era Manuel do Couto Sobrinho, que terá substituído João Antunes na direcção da obra após a sua morte em 1712. Um outro excerto do mesmo livro, de 1708, permite-nos saber que o

architecto não começou a trabalhar na obra apenas nessa altura mas ainda antes:

«Em 29 de Dezembro de 1707 por ordem da Menza fizeram medição da obra da igreja nova os Architectos Manoel do Couto, e João Antunes (...)»¹⁶.

Outra conclusão a que se chega é que a estrutura que reforça a fachada principal, mais frágil que as restantes fachadas devido à abertura dos vãos das portas de acesso, foi construída já no século XVIII, como já referimos, e que não é da autoria de João Antunes nem do seu sucessor Manuel do Couto, o architecto de Santa Engrácia na altura, mas foi projectada pelo cônsul Du Verger. Esse reforço consta de quatro contrafortes que se erguem no pano central circular, com a forma de mísulas invertidas, que descarregam sobre as colunas colossais que separam os três arcos de volta perfeita de acesso à galilé que antecede o portal. Este sistema de mísulas invertidas surge em muitos edifícios italianos e franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII, que Du Verger certamente conhecia, ou seja, o cônsul não terá inventado o sistema, mas sugerido a sua aplicação em Santa Engrácia (figs. 30, 31 e 111).

O próprio João Antunes, a atentar na qualidade estética e construtiva das obras que projectou, teria sido capaz de sugerir esta solução caso tivesse surgido essa necessidade. O facto de João Antunes não se ter depa-
rado com este problema construtivo sugere que em 1712, data da sua morte, ainda não se iniciara a construção da

¹⁵ *Livros dos Acordos que a Meza (...) anno de 631, fl. 154-155.*

¹⁶ Além deste architecto quiseram ocupar o lugar de João Antunes Manuel da Maia, João Baptista Barros e Santos Pacheco. *Livro dos Acordos que a Meza que servir assentar...*, fl. 154. Embora no documento não venha referido trata-se naturalmente de Mateus do Couto Sobrinho visto que Mateus do Couto falecera em 1664.

cobertura. Por outro lado, o facto de a Mesa procurar uma solução para o problema demonstra que o projecto de João Antunes, que não conhecemos, não o resolvia, caso contrário não teria sido necessário recorrer a Du Verger.

Contudo, o contributo de Du Verger não terá sido suficiente para resolver a questão da cobertura do cruzeiro, sem dúvida uma cúpula pela carga simbólica que esse elemento construtivo encerra por associação ao Mundo Celeste e ao templo de Salomão da Nova Jerusalém do Apocalipse, e relembramos que a construção de Santa Engrácia terá sido encarada pela Irmandade como um símbolo da vitória do Santo Ofício (fig. 8)¹⁷. Talvez resida aqui um dos aspectos que obstou a que a igreja fosse concluída. Parece-nos que terá havido alguma dificuldade em encontrar o dimensionamento geral da cúpula adequado à estrutura construída, não sendo de descorar a hipótese de João Antunes não ter chegado a projectá-la pelo menos em pormenor uma vez que era prática corrente o projecto acompanhar o desenvolvimento das obras, sofrendo por vezes profundas alterações como aconteceu em São Pedro do Vaticano.

Só no século XX, com base nos conhecimentos da Estática e da Teoria dos Materiais e recorrendo a novas tecnologias construtivas, é que a cúpula foi finalmente construída e, mesmo assim, não foi fácil. Baseando os seus cálculos nos conhecimentos da Estática os arquitectos e engenheiros encarregues do projecto determinaram as forças em jogo e a forma como se exerciam (peso dos elementos de construção, cargas móveis e pontuais resultantes da utilização do edifício e cargas exteriores resultantes da acção do vento, vibrações, etc.). Para garantir

a estabilidade do monumento era necessário que todas as forças presentes – de compressão, tensão, tracção, torção e cinzelamento – fossem equilibradas por uma outra de igual intensidade e sentido oposto, ou seja, que a sua soma fosse nula. Por outro lado, era preciso que a parte existente suportasse a nova, daí a necessidade de definir a resistência dos materiais e do solo, ainda que neste aspecto a tarefa tenha sido facilitada pelo recurso à construção em betão, muito mais leve que a tradicional construção em pedra. Contudo, apesar do rigor científico empregue e do recurso a novos materiais e técnicas construtivas, foi necessário refazer os projectos de arquitectura e respectivos cálculos de estabilidade e depois de construída a actual cúpula de betão mostrou graves deficiências, abrindo rachas e deixando passar a água das chuvas¹⁸.

Foi determinado superiormente que a cúpula a projectar deveria estar em harmonia com o conjunto barroco. Os arquitectos envolvidos no projecto interpretaram essa directriz de acordo com uma visão de restauro estilístico, cujas raízes se encontram no século XIX, em Viollet-le-Duc, o que veio juntar às dificuldades de ordem técnica outras, de ordem estética e moral. Reconstituir a cúpula idealizada por João Antunes e nunca erguida, além de constituir uma tarefa extremamente complexa tendo em conta que no século XX não se construíam cúpulas barrocas e se vinha a perder o hábito de construir em pedra, ia claramente contra os princípios de restauro defendidos na Carta de Atenas de 1933 e na de Veneza de 1964¹⁹. Por outro lado, não havia precedentes que pudessem servir de base de estudo uma vez que as obras de restauro

¹⁷ Catherine Wilkinson Zerner, *Juan de Herrera. Arquitecto de Filipe II*, Ediciones Akal, Madrid, 1996, pp. 119-121.

¹⁸ Desenvolvemos esta questão mais à frente, na análise da intervenção da DGEMN.

¹⁹ Desenvolvemos à frente este assunto.

feitas em Portugal vinham a incidir sobretudo sobre arquitectura medieval, mais permeável a soluções empíricas e fantasiosas, como de resto aconteceu no restauro de castelos, sés, e outros monumentos. A arquitectura clássica assente na geometria, proporção e simetria, não permite veleidades muito menos neste caso visto tratar-se da cobertura do templo. Não podendo recorrer ao projecto original procederam a estudos comparativos com outros edifícios que se filiavam na tipologia de Santa Engrácia. Poderiam igualmente ter recorrido à Tratadística usada pelos arquitectos do tempo de João Antunes, mas não o terão feito, ou se o fizeram omitiram-no nas memórias descritivas dos projectos²⁰.

Apesar do nosso objecto de estudo não ser a obra de João Antunes não podemos deixar de tecer alguns comentários acerca desse assunto tendo em vista um posterior confronto com as opiniões dos arquitectos encarregues da conclusão do edifício. Para encontrar a resposta procurada é necessário considerar os já referidos Tratados de arquitectura e construção que circulavam em Portugal na altura, com destaque para o de Serlio, e a cúpula da igreja de São Vicente de Fora. Os primeiros pelas soluções práticas e recomendações que continham e que João Antunes terá certamente tido em consideração e a segunda por ter sido a primeira do género em Portugal e estar mesmo ao lado do estaleiro de obras de Santa Engrácia²¹. De resto, já vimos haver uma ligação entre as duas igrejas não só por serem vizinhas, mas pelos próprios nomes envolvidos no processo. A cúpula primitiva de São Vicente de Fora derivava do modelo aplicado no Escorial por Juan Bautista de Toledo que por sua vez se filia em São Pedro do Vaticano

onde o arquitecto espanhol trabalhou com Miguel Ângelo e outras obras da arquitectura italiana²². Há assim uma cadeia de influências cujo elo inicial encontramos em Roma quer recorramos à Tratadística como fonte inspiradora de Antunes quer a São Vicente de Fora e outras obras portuguesas e espanholas (figs. 9 a 11). Sendo assim, é de supor que João Antunes tenha concebido para Santa Engrácia uma cúpula de gomos, sobre tambor octogonal, rasgado por janelas ladeadas por colunas e rematada por lanternim semelhante à própria cúpula, mas numa escala menor. No interior estaria assente sobre pendentes ou triângulos esféricos e seria percorrida por um varandim.

Outra questão complexa que se coloca é a das torres. Fariam elas parte do projecto original? Não necessariamente, basta pensar no caso de São Pedro do Vaticano (fig. 15). Ainda que sejam comuns os exemplos de igrejas com torres dentro da tipologia em que se insere Santa Engrácia parece-nos que neste caso o espaço entre o seu arranque é demasiado exíguo e que a sua elevação ofuscaria a cúpula, elemento fulcral do templo pelas razões já apontadas, facto que certamente não terá passado despercebido ao autor do projecto inicial.

Voltando ao século XVIII, como é referido no *Livro dos Acordãos*, houve quem sugerisse a construção de uma cúpula central de madeira, projecto que não terá sido concretizado uma vez que não existem registos

²⁰ Desenvolvemos este assunto mais à frente ao analisarmos as obras de conclusão da igreja e sua adaptação a Panteão Nacional.

²¹ Não a actual mas a primitiva que ruíu em 1755 devido ao Terramoto.

²² Veja-se James Ackerman, *La Arquitectura de Miguel Angel*, Celeste ediciones, Madrid, 1997, pp. 193-222; Leonardo Benevolo, *Introdução à Arquitectura*, Edições 70, 1999, pp.143-202; Antonio Boneta Correa, *Figuras, modelos e imágenes en los tratadistas españoles*, Alianza Forma, Madrid, 1993; António Trindade, *Op. Cit.*, pp.340-341; Manfredo Tafuri, *Sobre el Renacimiento. Principios, Ciudades, arquitectos*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1995; Catherine Wilkinson Zerner, *Juan de Herrera. Arquitecto de Filipe II*, Ediciones Akal, Madrid, 1996, pp.133-134; Bruno Zevi, *Saber ver a Arquitectura*, Martins Fontes, São Paulo, 1998, pp.101-118.

nesse sentido nos livros da Irmandade. Por outro lado, o reforço da fachada terá dado na altura um novo alento para se persistir com a ideia da construção da estrutura em pedra.

A mesma solução de cúpula em madeira foi apontada pelo Marquês de Távora em 1757, a seguir ao terremoto, o que explicaria o azulejo que se encontra no convento da Madre de Deus, em Xabregas, do século XVIII, com uma vista de Lisboa em que a igreja de Santa Engrácia surge coroada por uma cúpula (fig. 32). Seria essa cúpula de madeira ou seria apenas uma fantasia do artista que desenhou os painéis de azulejos à semelhança do que aconteceu noutros casos em que se representaram vistas panorâmicas de cidades com elementos que se sabe não existirem na altura? Tendo em conta o testemunho de João Baptista de Castro, que em 1758 referia que o templo não fora afetado pelo terramoto e que se mantinha incompleto, sem cobertura, parece-nos mais provável a segunda hipótese²³. Por outro lado, é estranho que uma obra de tal envergadura e importância para o monumento não ficasse registada nos livros da Irmandade e que a estrutura não tivesse chegado ao século XIX, ou pelo menos vestígios dela²⁴. Claro que poderia ter havido um incêndio, mas ao colocar tal hipótese estaríamos já a entrar no campo da especulação uma vez que não existe nenhum registo de uma ocorrência desse tipo em Santa Engrácia a não ser já para o século XX.

Entretanto as obras de Santa Engrácia ficaram paradas durante bastante tempo. No início do século XIX ter-se-á pensado retomá-las e concluir o templo o que

explica a encomenda em 1816, ao arquitecto Honorato José Correia, dos desenhos para os retábulos das capelas e os levantamentos feitos pelo mesmo dos alçados e plantas da igreja (figs. 1 a 4). Segundo Gonzaga Pereira, nessa mesma campanha de obras ter-se-á colocado a cantaria que já se encontrava lavrada. Estas obras terão sido suspensas por falta de verbas²⁵.

Desta mesma altura será, segundo António Couto, um projecto para conclusão do templo da autoria de Caetano Elias que se encontra no arquivo da Academia de Belas-Artes, ainda que tenhamos encontrado no Arquivo do Ministério das Obras Públicas um desenho idêntico assinado por José Telles de Faria e Silva, datado de 1831 (figs. 44 a 47)²⁶. Trata-se de um desenho do alçado principal em que se propõe a conclusão das torres sineiras, rasgadas por olhais ladeados por colunas coríntias e rematadas por cornija sobreposta por coroamento bolboso com cata-ventos no topo. Para remate da fachada um frontão triangular, ladeado por fogaréus, com o “Agnus Dei” ao centro e uma cruz no acrotério. Não apresenta solução para a cobertura, ou pelo menos não é visível no alçado o que indicia não se considerar a hipótese de construir a cúpula. Esse projecto, concebido três anos antes da extinção das ordens religiosas em Portugal, e talvez por isso, não teve consequências.

Em 1834, a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento foi dissolvida e o templo foi entregue ao Exército que o transformou em aquartelamento do Segundo Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa e, pouco depois,

²³ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, 2.ª ed., 1758, pag. 160.

²⁴ Todos os documentos oitocentistas citados na bibliografia referem a inexistência de cobertura

²⁵ Luís Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, pag. 397.

²⁶ Maria Stela Pereira e Mário Alberto Costa, *Catálogo da Coleção de Desenhos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas*, Lisboa, Secretaria Geral do Ministério, 1980. Este desenho faz parte de um conjunto de 8 alçados assinados pelo referido autor e por Mariano Alves Pio.

em depósito de armamento, função que manteve até ao século XX quando o mesmo Ministério a transformou em fábrica de calçado (figs. 42, 43 e 43a).

Nessa altura o edifício encontrava-se em muito mau estado de conservação, o que não é de estranhar tendo em conta a água das chuvas que entrava pelo buraco da cúpula, inundando a igreja, e se depositava no terraço, que não fora revestido de lajedo, provocando infiltrações nas paredes.

O Ministério da Guerra ao tomar posse do edifício colocou uma cobertura de zinco sobre a abertura da cúpula, revestiu o terraço de cimento, ergueu uma balaustrada de ferro, colocou dois relógios sobre as janelas da fachada principal, abriu duas portas na fachada Este e fechou a galilé²⁷. No interior do edifício o pavimento, que não chegara a ser revestido, foi coberto com cimento (figs. 35 a 43a e 134 e doc. 4).

Esta imagem do edifício, que se manteve até às obras levadas a cabo pela DGEMN na década de sessenta do século XX, está bem documentada através de desenhos, fotografias e textos descritivos. De salientar um desenho de Nogueira da Silva, datado de 1851, publicado no semanário ilustrado *Archivo Pittoresco* (fig. 33); dois bilhetes-postais da Colecção Barcia (figs. 35 e 36); as fotografias que integram o espólio do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa do funeral de D. Carlos e D. Luís Filipe em 1908 (fig. 39), uma outra de José Artur Leitão Barcia (1871-1945) e uma vista geral de Eduardo Portugal (fig. 40), sem data; e as fotografias tiradas antes e

enquanto decorria a intervenção da DGEMN, em particular as do terraço que documentam a desmontagem da cúpula de zinco e construção da nova cúpula em betão (figs. 134 a 148). Entre as descrições literárias destacamos a de Ramalho Ortigão por ter sido um acérrimo defensor do edifício que classificou como «o mais belo dos nossos monumentos do século XVII.»²⁸

Conclui-se então que, apesar das várias tentativas frustradas de concluir o templo no início do século XIX, o monumento chegou ao século XX sem qualquer intervenção planeada de restauro. Houve o aproveitamento de um espaço religioso devoluto que foi colocado nas mãos do Exército que o transformou em quartel e depósito para o que teve de garantir condições mínimas de habitabilidade, protegendo o espaço das águas da chuva, resolvendo uma ou outra dificuldade pontual como o pavimento da igreja e do terraço e acrescentando elementos como os relógios e sineta que tinham uma função prática óbvia num quartel.

Contudo, O século XIX é um marco decisivo na história do monumento pois foi nessa altura, pelo menos desde a década de 80, que surgiu a ideia de concluir e adaptar a igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional. Num artigo publicado a 15 de Novembro de 1934 no jornal *O Século* refere-se 1887 como a data mais antiga conhecida da ideia. Segundo Sebastião Baçam, Zeferino de Albuquerque teria proposto em 1899, no *Comércio de Portugal*, Santa Engrácia para acolher o Panteão, proposta retomada pelo Par do Reino Simões Margiochi alguns anos

²⁷ Num documento do Arquivo Histórico Militar, sem data, refere-se a despesa que se poderá fazer “para se madeirar a boca do desembório das obras de Santa Engrácia”.

²⁸ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, pag. 82. *Idem*, *Arte Portuguesa*, Tomo I, Livraria Clássica Editora, 1943, pag. 95.

mais tarde.²⁹ Por outro lado, a imagem oitocentista da igreja fez parte do imaginário dos habitantes e visitantes da cidade de Lisboa até há pouco mais de trinta anos.

No século XX a igreja de Santa Engrácia continuou a ser alvo da atenção de políticos, historiadores, jornalistas, artistas e simples curiosos que deixaram o testemunho do seu desejo de ver terminado o imponente templo em variados textos publicados em periódicos, projectos de arquitectura e medidas legislativas.

Logo em 1905 foi feito um estudo de conclusão da igreja por Ventura Terra que propunha a conclusão das quatro torres nos ângulos, que seriam rematadas por coberturas piramidais rasgadas pelos olhais dos sinos, e a construção de uma cúpula central assente sobre um tambor e rematada por um lanternim. Chegaram-se a efectuar obras junto à entrada do templo, até ao nível dos ali-cerces, mas que não se passou daí como testemunham as já referidas fotografias do funeral de D. Carlos e D. Luís Filipe de 1908 (figs. 48 e 39)³⁰.

Fialho de Almeida comentou o estudo de ventura Terra tecendo elogios ao seu autor:

«Aplaudo a ideia do Sr. Ventura Terra, no tocante ao acabamento e restauro de Santa Engrácia e estou que, cedo ou tarde vingue esse projecto, que imperiosamente impõe magnificência clássica, elegância robusta e patricia grandeza, não rematando a basílica aí como qualquer campanário de aldeota ou quaisquer abobadilhas pífilas de armazém.»

Acrescenta, de acordo com um espírito oitocentista, que:

«O acabamento e restauro de Santa Engrácia devem seguir a traça de sumptuosidade fria com que os primitivos fundadores a edificaram e o architecto precisará achar.»³¹

Cinco anos mais tarde, pouco antes da implantação da República, a igreja foi classificada como Monumento Nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910.

Já na vigência da Primeira República, em Março de 1913, o coronel Ramos da Costa retomou a ideia de destinar a inacabada igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional, apresentando na Câmara dos Deputados um Projecto de Lei nesse sentido. Três anos mais tarde, quando era Presidente da República Bernardino Machado e Chefe do Governo Afonso da Costa, era publicada a Lei pelo N.º 520 que destinava “a Panteão Nacional o antigo e incompleto templo de Santa Engrácia, situado no 1.º bairro da cidade de Lisboa” (doc. 2).

Em Março do ano seguinte publicava-se uma artigo no *Diário de Notícias* referindo que em breve as obras poderiam recomeçar sob a orientação do architecto Adães Bermudes, mas tal não aconteceu³².

O processo arrastou-se e o edifício permaneceu ainda durante muito tempo na posse do Exército, que o usou como fábrica de calçado como o documentam umas

²⁹ Sebastião Baçam, *Monumentos Sacros de Lisboa e outras curiosidades*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, pag. 66. Esta questão é desenvolvida com mais pormenores no capítulo seguinte.

³⁰ Francisco Luiz Pereira de Souza, *Efeitos do Terremoto de 1755 nas Construções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pag. 179. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, Fotografia A 19788, s.a, 1908.

³¹ Acerca deste projecto veja-se Fialho de Almeida, *Lisboa Monumental*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957; *O Século*, 15 de Novembro de 1934, pag. 1 e 4 e 20 de Janeiro de 1935, pag. 6; este último artigo inclui uma fotografia da comissão. Quanto ao critério de intervenção defendido por Fialho de Almeida filia-se no espírito do restauro “em estilo” de Viollet-le-Duc e os seus seguidores.

³² “Panteão nacional”, *Diário de Notícias*, 8 de Março de 1917.



fotografias publicadas em 1921 no *ABC* em que se veem as operárias sentadas à frente das máquinas (figs. 43 e 43a)³³. A instabilidade que caracterizou as primeiras décadas do século XX, marcadas pela constante mudança de governos durante a Primeira República (1910 -1926), pela I Guerra Mundial entre 1914 e 1918 e pela crise económica de 1929, não permitiram retirar Santa Engrácia do estado de abandono em que se encontrava, apesar da questão da adaptação a Panteão ter ganho novo fôlego em 1923 na sequência das discussões em torno da jazida de Guerra Junqueiro.

Em 1934, já em pleno *Estado Novo*, foi constituída uma primeira comissão de estudo para a conclusão e adaptação

do monumento constituída por João Pereira da Silva Dias, Júlio Dantas, José de Figueiredo, Gustavo de Matos Sequeira, Luís Pastor de Macedo, Luís Ribeiro Carvalhosa, Cristino da Silva e Carlos Ribeiro, sem qualquer resultado prático (fig. 49)³⁴. Só em 1956, ano em que o regime celebrava 30 anos de existência, é que esses estudos tomaram corpo por iniciativa governamental.

Dez anos mais tarde o Panteão Nacional foi inaugurado, por ocasião das comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, cumprindo-se um Decreto com cinquenta anos de existência e um desejo que remontava ao século XIX.

³³ “O Panteon Nacional berço de buttes”, *ABC*, N.º 29, 27 de janeiro, 1921, pp. 12-13.

³⁴ A Portaria nomeando a Comissão para estudar as bases do concurso de projectos de adaptação da igreja de Santa Engrácia a Panteão foi publicada no *Diário de Notícias*, de 9 de Dezembro de 1934, na pag. 2.

2

A IDEIA DE PANTEÃO
DE FIGURAS PÚBLICAS
DA NAÇÃO EM PORTUGAL
— DO LIBERALISMO
AO *ESTADO NOVO*

O termo Panteão remete na sua origem para Roma, para o panteão circular de Agrippa construído c.27 a.C. Tratava-se, à imagem da Pantheia helenística, de um templo dedicado a todos os deuses venerados no mundo romano à excepção do Deus da cultura judaico-cristã¹. Mais tarde assumiu também funções ligadas ao governo e à jurisdição, consubstanciando a união entre o culto e o Estado personificada na figura do Imperador e na cúpula que aproxima o mundo celeste do terrestre. Esta última, admirável pela sua imponência e proporção, inspirou bramante na concepção da cúpula de São Pedro no Vaticano².

O panteão romano foi reconstruído na época de Adriano, no início do século II, e adaptado a templo cristão no papado de Bonifácio IV, sob a invocação de Santa Maria dos Mártires, recebendo os restos mortais de Rafael³. De templo dos deuses romanos passou a templo de todos os deuses do Império e destes a templo do Deus único judaico-cristão.

Actualmente o termo tem um sentido diferente, designando um edifício onde repousam os restos mortais ou são erguidos cenotáfios em homenagem a homens ilustres, não necessariamente reis, estadistas ou heróis, mas todos aqueles que de alguma forma contribuíram

para engrandecer a cultura de uma sociedade. O estatuto de grande homem adquire-se ao longo da vida, está associado ao tempo longo, ao contrário do estatuto de herói que resulta de uma acção localizada no tempo ou de rei que está predestinado à nascença.

Esta concepção de Panteão é uma construção da sociedade contemporânea que deve ser vista num contexto de ruptura com o Antigo Regime, quando se assistiu a uma progressiva secularização da sociedade. Essa ruptura, que teve como base o desenvolvimento das ciências, a crença na razão autónoma e na perfectibilidade humana e os novos postulados da inteligibilidade do Universo, remonta ao mundo pré-moderno de Galileu Galilei, de Lutero e dos Descobridores ainda que estes, ao contrário dos revolucionários de 1789 e seus herdeiros oitocentistas, permanecessem ligados à tradição⁴.

É precisamente na Revolução Francesa e na independência dos Estados Unidos da América que vamos encontrar o germen de um outro fenómeno característico da sociedade contemporânea e intimamente ligado à ideia de Panteão Nacional: o nacionalismo. Este, pode definir-se como uma doutrina e um movimento político criados num dado contexto histórico, tendo como atributos essenciais um território, que é construído; uma história, origem étnica e uma cultura comuns; instituições sociais e económicas dominantes; um orgulho pelo passado e pelo presente, por vezes associado à crença numa predestinação; a indiferença ou hostilidade em relação a outras nações e a devoção pela Nação enquanto entidade. Não é um fenómeno uno, podendo assumir diferentes aspectos. Nos países em que o Terceiro Estado adquiriu um

¹ *Atlas d'architecture mondiale. Des origines à Byzance.*, Édition Stock et Librairie générale française, 1978, pp. 252-253; Edward Lucie-Smith, *Dicionário de Termos de Arte*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995, pag.148; João Medina, "O Poder e a glória. O Panteão português desde o Liberalismo aos nossos dias", *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Dir. João Medina, Vol.VII, Ediclube, Lisboa, 1993, pag. 285.

² Segundo Vitruvius no tratado *Da Architectura*, V.8.3 e V.10.5. a altura é igual ao diâmetro.

³ Byron adjectivou o panteão de "simples, erecto, severo, austero, sublime". Cf., entre outros, Robertson, *A Handbook of Greek and Roman Architecture*, Cambridge University Press, 1969; Susam Woodford, *Introdução à História da Arte. Grécia e Roma*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1983; J. M. C. Toynbee, *A Arte dos Romanos*, Ed. Verbo, Lisboa, 1972; Donald Strong, *Roman Art*, The Pelican History of Art, 1988; Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica. Cultura Romana*, II Vol., 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pag. 452

⁴ Hannah Arendt, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água, 2001, pp. 311-321.

certo poder no século XVIII, como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América, projectou-se nos domínios político e económico. Nos países em que isso não aconteceu essa projecção deu-se essencialmente no campo cultural, embora se deva relativizar esta perspectiva, pelo menos em relação ao caso da França onde a dimensão cultural, nomeadamente a historiografia nacionalista, é bem conhecida.

Genericamente pode-se afirmar que o nacionalismo foi um fenómeno contemporâneo, característico das sociedades industrializadas, que apareceu como princípio de unidade e identificação numa sociedade anónima e impessoal e foi suportado pelas elites urbanas associadas a outros grupos sociais. Contudo, o fenómeno verificou-se também em sociedades não industrializadas ou pouco industrializadas, associado, por exemplo, a questões ideológicas e à resistência a tentativas de anexação por parte de outras nações.

É o caso de Portugal que no século XIX não se confrontava com as exigências estruturais das sociedades industrializadas, o que não significa que não existisse uma elite intelectual consciente do que se passava fora do país. Foi essa elite que alimentou um nacionalismo cultural do tipo patriótico com o objectivo de integração social, cívica e cultural da população portuguesa, encarada como garantia do progresso. Nesse sentido, começaram a construir a ideia de Nação e uma memória colectiva, procedendo a uma sistemática unificação do território e das populações a nível económico, institucional, político, étnico-cultural, etc. A historiografia assumiu um papel fundamental neste processo de construção de uma memória da Nação, uma memória laica, assente na vontade do povo português, protagonista da História oitocentista, demarcada dos mitos religiosos das origens da

Nação, como o do milagre de Ourique, desmitificado por Alexandre Herculano.⁵

No século XX, em particular nos anos vinte, a doutrina nacionalista transformou-se num verdadeiro movimento político que se prolongou pelo regime salazarista sob a forma de um nacionalismo de raiz patriótica, conservador, que procurou as raízes da civilização portuguesa e criou a ideia de um modo de ser português e de um Portugal rural, transcontinental⁶. Certos momentos da História foram então impulsionados como momentos chave estando na origem de grandes comemorações. É o caso de 1143, 1385, 1640 e os Descobrimentos e, associados a eles certos monumentos e figuras como o castelo de Guimarães, o mosteiro da Batalha, os Jerónimos, Sagres, D. Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, o Infante D. Henrique, Vasco da Gama e Camões.

Voltando ao século XIX, as novas concepções sociais e políticas decorrentes da secularização da sociedade e dos movimentos nacionalistas além de conferirem ao Panteão um carácter laico, atribuíram-lhe funções pedagógicas, visando o nascimento de um sentimento

⁵ A desmistificação do milagre de Ourique fora feita antes por Luís António Verney mas sem suscitar polémica, ou seja, sem efeitos ao nível da cultura de massas.

⁶ Chamamos atenção para a necessidade de distinguir patriotismo, um sentimento de amor à Pátria, e nacionalismo. É frequente confundirem-se os dois conceitos ainda que representem realidades bem distintas. Chamamos também a atenção para o facto do *Estado Novo* ao mesmo tempo que transmitiu à população portuguesa um sentimento de ser português baseado em mitos da História e numa ruralidade, garantindo uma classe média ordeira, transmitiu ao mundo ocidental a ideia de uma nação transcontinental, moderna, cujo território, pela extensão e riqueza, podia fazer frente à Europa, da qual Portugal era independente. Em relação à questão do nacionalismo veja-se as obras de Sérgio Campos Matos citadas na bibliografia, em particular a síntese que escreveu na tese de doutoramento e em *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX*, pp. 235-240; veja-se também Anthony Smith, *A Identidade Nacional, Lisboa, Gradiva, 1997*; Boyd Shafer, *Faces of nationalism: new realities and old myths*, New York, 1972; Maria Isabel João, "Nação, Identidade e Memória. Notas para um debate, *Regiões. Identidade, Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, N. º1, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Abril 1999, pp. 259-271 e as Histórias Gerais de Portugal indicadas na bibliografia.

colectivo de pátria e de Nação, e comemorativas, ligadas à Memória.

Não podemos esquecer que oitocentos foi a época por excelência dos cemitérios e dos novos monumentos funerários e epitáfios, numa lógica de comemorar para preservar a Memória, não uma memória qualquer, mas aquela que interessa à Nação, ou seja, é a consagração da Memória como objecto e instrumento de Poder. Esta apropriação da Memória foi apanágio dos regimes políticos nacionalistas do tipo conservador, assumindo um significado particular no século XX, na Itália fascista, na Alemanha Nazi, na União Soviética ou no Portugal de Salazar, ainda que os regimes democráticos também tenham feito uso dela. Referimo-nos não apenas à morte e às formas de a comemorar, mas também à construção de estatuária, à execução de pinturas murais, medalhas, moedas e selos comemorativos, à organização de grandes exposições e festas comemorativas de dias nacionais, ou às campanhas de restauro de monumentos emblemáticos da Nação, entre outras formas de preservar, ainda que de uma forma selectiva, a Memória.

É preciso, contudo, alguma prudência quando se fala de Memória visto tratar-se de um conceito extremamente complexo pela sua diversidade e entrecruzamento⁷. Em relação ao Panteão Nacional quando se fala de Memória pode-se falar de memória individual, colectiva, histórica ou da Nação ou de todas ao mesmo tempo. A primeira, facilmente delimitável, diz respeito ao indivíduo, à sua experiência pessoal e à forma como esse indivíduo vê a memória colectiva. Esta por sua vez diz respeito a um grupo social específico e está associada à permanência e à continuidade, existindo tantas memórias colectivas como

grupos sociais, o que a torna ao mesmo tempo globalizante e fraccionária⁸. Um indivíduo ao longo da sua vida pode partilhar diferentes memórias colectivas de acordo com o lugar que ocupa na sociedade, que não é necessariamente sempre o mesmo. A memória histórica em princípio não diz respeito a experiências de vida, nem pessoais nem colectivas. Está associada ao saber científico e a directrizes racionais, ainda que a memória vivida contribua frequentemente para a sua construção, em particular no caso da História contemporânea em que os autores muitas vezes recorrem à memória individual, sua e de contemporâneos. Neste facto residirá um dos problemas mais difíceis de solucionar entre os que se colocam aos historiadores da época contemporânea: o distanciamento e neutralidade que a História-ciência exige. Por estar associada à ciência a memória histórica deveria ser crítica, analítica e unificadora. Porém, ela está associada a crenças e difere de historiador para historiador, podendo-se falar de várias memórias históricas colectivas, cada uma respeitante a grupos de historiadores diferentes que se filiam em diferentes tradições culturais letradas. Por outro lado, a memória histórica ao estar associada à consciência histórica, que é dinâmica, variando ao longo do tempo e de grupo para grupo, é susceptível de se transformar ou mesmo desaparecer dando lugar a novas memórias históricas. De acordo com esta perspectiva constitui uma das bases da identidade nacional ao estruturar a consciência do passado, assim como o são as festas e comemorações

⁷ Mona Ozouf, *Op. Cit.*, pp. 141-143.

⁸ Esta questão do global versus fraccionário é particularmente pertinente na era actual, a da informação, em que se assiste, em virtude dos novos meios de comunicação, em especial a internet, a um aproximar e afastar das comunidades. Há uma partilha de conhecimentos e conteúdos culturais à escala planetária, mas ao mesmo tempo cada comunidade dentro desse cybermundo isola-se, tem códigos e espaços virtuais próprios. Estas questões foram estudadas em pormenor pelo sociólogo Manuel Castells nas suas obras dedicadas à era da informação.

nacionais ou monumentos comemorativos, criando-se assim sistematicamente, ao longo do tempo, uma memória nacional onde se sobrepõem memórias colectivas⁹.

Como Sérgio Campos Matos assinalou, o conceito de memória colectiva é relativamente recente no domínio da História contemporânea destacando-se a obra dirigida por Pierre Nora, citada na bibliografia¹⁰. Utilizado inicialmente por sociólogos, nomeadamente por Maurice Halbwachs e Charles Blondel, o conceito tem vindo a ser explorado pelos historiadores e parece-nos fundamental no que respeita à questão do Panteão, local de memória colectiva daqueles que se identificam por questões ideológicas, profissionais, políticas ou outras com o homenageado. Não deixa, contudo, de ser também local de memória histórica, criada por quem escreve a História ou pelos poderes instituídos que escolhem as figuras públicas a panteonizar; de memória nacional, contribuindo para a criação e afirmação de uma identidade nacional e de memória individual, ainda que em menor escala, dos familiares e pessoas íntimas das figuras homenageadas.

Para se perceber como surgiu a ideia de criar um panteão de figuras públicas em Portugal e a que Memória, ou Memórias, ele esteve associado na sua génese, é indispensável reflectir sobre dois casos paradigmáticos – o da Grã-Bretanha e o da França.

Em Westminster desde o século XI que foram sepultados grandes monarcas e nobres em torno do túmulo de Eduardo o Confessor. A partir do século XVII juntaram-se-lhes poetas,

surgindo o “Poet’s Corner” e no século seguinte outros intelectuais. Simultaneamente assistiu-se à consagração do edifício como Panteão dos Grandes Homens ao deixar de receber os restos mortais dos monarcas britânicos, que passaram a ser sepultados em Windsor, tornando-se local de acolhimento daqueles que durante a vida tinham contribuído para enaltecer a Pátria, que agora lhes agradecia conservando a sua memória. Constatava-se assim que, se o conceito de grande homem foi empolgado nos séculos XIX e XX, no seio de uma lógica nacionalista, na Grã-Bretanha remete para épocas mais recuadas.

Em França a panteonização de figuras públicas, ao contrário da Inglaterra que seguiu uma lógica evolutiva, resultou do radicalismo, paixão política e anticlericalismo pós-revolucionários¹¹.

O fim do Antigo Regime marcou uma nova era e exigiu a criação de símbolos da nova realidade política, económica e social, consubstanciada em termos institucionais no Estado-Nação. O Panteão dos grandes homens, um desses símbolos, surgiu como um meio de inserção do indivíduo na comunidade nacional, face à ausência de referências sociais, deitadas por terra pela Revolução, ou seja, surgiu como reforço da nova sociabilidade¹².

O local escolhido foi a igreja de Santa Genoveva, acabada de restaurar segundo os planos de Soufflot. O Templo da Fama francês, criado em 1791, recebeu logo nos primeiros anos os restos mortais de Mirabeau, Voltaire,

⁹ Cf. *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, 3 Tomos, Paris, Gallimard, 1984; Paul Connerton, *Como as Sociedades recordam*, Celta Ed., Oeiras, 1993; *A Memória da Nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Livraria Sá da Costa Ed., Lisboa, 1991.

¹⁰ Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional. 1846-1898*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp. 55-71. Cf. também Paul Connerton, *Como as Sociedades recordam*, Celta Ed., Oeiras, 1993.

¹¹ Fernando Catroga, *A Militância Laica e a descristianização da Morte em Portugal. 1865-1911*, dissertação de doutoramento, Coimbra, FLUC, 1988, pag. 957.

¹² Cf. Fernando Catroga, *Op. Cit.*, pp. 955-959; João Medina, “O Poder e a glória: o Panteão português desde o liberalismo aos nossos dias”, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Vol. VII, Ediclube, Lisboa, 1993, pp. 286-291; Mona Ozouf, “Le Panthéon”, *Les Lieux de Mémoire. La République*, T. I, dir. Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1984, pp. 139-166.

Rousseau e Marat, entre outros. Numa época inflamada pelos acontecimentos ainda recentes a escolha das figuras a panteonizar não foi pacífica e demonstrou-se nalguns casos precipitada. É o caso de Mirabeau e Marat que foram despanteonizados pouco depois, face à descoberta de provas irrefutáveis de traição à Pátria, o que obrigou a Convenção a legislar no sentido de evitar que situações dessas se repetissem, estabelecendo o prazo pós-mortem de dez anos para uma figura pública poder ser homenageada no Panteão¹³.

Instrumento do poder político o panteão acompanhou as grandes mudanças sendo restituído ao culto católico por Napoleão em 1806 para 24 anos mais tarde, em 1830, ser reconvertido em Panteão por Luís Filipe, altura em que foi esculpido o frontão de David d'Angers com a alegoria da Pátria que, reconhecida, distribui coroas de louros aos grandes homens, civis e militares.

Durante a *III República* e regimes seguintes, foram panteonizadas diversas figuras públicas da história francesa, entre as quais Vítor Hugo, em 1885, depois de 34 anos em que não houve qualquer panteonização¹⁴. Na década de oitenta a República francesa atingira finalmente a estabilidade necessária para escolher as figuras a panteonizar e para organizar um tipo de cerimónias que constituíam um instrumento fundamental de educação republicana do povo e de sanção do regime democrático. Se o Antigo Regime transformou os funerais régios em festas políticas e o *II Império* o fez dos funerais de membros do

governo, militares e membros da família reinante, desde a *III República* até à actualidade houve uma democratização no acesso à imortalidade, homenageando-se cidadãos que se distinguiram nas áreas da música, letras e do conhecimento em geral, retomando-se o espírito que presidiu à criação do Templo da Fama, ainda que sem o ardor dos primeiros tempos da Revolução.

O Panteão francês é assim um lugar de conciliação ao juntar pacificamente figuras antagónicas e de consagração daqueles que não foram reis ou santos ou heróis, mas Grandes Homens e que mesmo depois de mortos, ao serem celebrados, contribuem para a construção de uma Memória.

Portugal, à imagem da Inglaterra e da França, também quis erguer um monumento consagrado à memória dos Grandes Homens da Nação. O Antigo Regime deixara uma multiplicidade de panteões, erguidos no interior de alguns dos mais emblemáticos monumentos nacionais, que glorificavam membros da família real e altos dignatários do clero e da nobreza.

Na igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra jaz o fundador da nacionalidade, D. Afonso Henriques e o seu filho, D. Sancho I. Em Alcobaça D. Afonso III, D. Pedro e D. Inês de Castro. Na Sé de Lisboa D. Afonso IV. No Mosteiro dominicano de Santa Maria da Vitória, D. João I, D. Filipa de Lencastre, D. Afonso V, D. João II e outros membros da família real. Na igreja do Mosteiro dos Jerónimos D. Manuel, D. João III, o Cardeal D. Henrique, as presumíveis cinzas de D. Sebastião, o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Francisco Saldanha e outros membros da realeza. Em São Vicente de Fora a família real de Bragança, transferida no século XIX por vontade de D. Fernando de Saxe-Coburgo para o antigo refeitório do Mosteiro, estando antes numa pequena sala ao lado da capela-mor.

¹³ Cf. João Medina, "O Poder e a glória: o Panteão português desde o liberalismo aos nossos dias", *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Vol. VII, Ediclube, Lisboa, 1993, pp.288-289; Mona Ozouf, "Le Panthéon", *Les Lieux de Mémoire. La République*, T. I, dir. Pierre Nora, Paris, Gallimard, 1984, pag. 149.

¹⁴ Avner Bem-Amos, "Les Funérailles de Victor Hugo", *Les Lieux de la mémoire-La Nation*, dir. Pierre Nora, T. II, Vol. 2, Gallimard, Paris, 1984, pp. 473-522.

Em São Marcos, perto de Coimbra, os Silva, em Trofa do Vouga, os Lemos e, em Vila Viçosa, o panteão ducal dos Bragança¹⁵.

O que levou à panteonização destas figuras foi o facto de pertencerem a grupos privilegiados no seio da sociedade portuguesa, panteonização essa que contribuiu ela própria para afirmar e perpetuar essa superioridade social.

Após a Revolução Setembrista em 1836 surgiram as primeiras propostas de criação de um Panteão Nacional. Como é referido num periódico da época: «*entre muitas outras criações da phantasmagoria passista, lhe dêo no gôto – o Pantheon*» (doc. 5)¹⁶. Foi assim pela voz de Manuel da Silva Passos e Almeida Garrett que surgiu a ideia de criar um espaço onde seriam homenageados os grandes homens da nação, em particular os filhos da revolução. O Panteão seria apenas um dos muitos instrumentos numa política mais vasta de renovação cultural que marcava o início de uma nova era¹⁷.

Por Decreto de Manuel da Silva Passos de 26 de Setembro de 1836, baseado num relatório do Ministro do Reino e publicado no Diário do Governo dois dias mais tarde, ficou determinado que se escolhesse um dos monumentos nacionais para servir de Panteão onde seriam glorificados os Grandes da Nação, cabendo à Assembleia legislativa a escolha dos vultos a homenagear, que teriam obrigatoriamente de ter falecido há pelo menos quatro anos, o que mostra que o autor do Decreto estava ao corrente dos problemas com que se depararam os franceses

e aos quais já fizemos referência (doc. 1)¹⁸. Nesse Decreto avançavam-se os nomes de D. Pedro IV, Camões, o Infante D. Henrique e os vintistas.

Templo da Fama ou Westminster? Parece-nos que a solução encontrada na altura se aproxima mais do modelo inglês, pelo menos tendo em conta que a primeira escolha do edifício para acolher o Panteão recaiu sobre a igreja de São Vicente de Fora não se prevendo a sua secularização¹⁹. Prestar-se-ia em simultâneo culto cívico aos vintistas e outros grandes vultos da Nação e culto religioso a Cristo no altar e aos santos nos retábulos. Essa ideia é reforçada por um texto de 1838, escrito por Almeida Garrett, que propôs a igreja do Mosteiro dos Jerónimos para ser o que ele designou como o Westminster português²⁰. Feliciano de Castilho, imbuído do espírito romântico, apresentou a 6 de Agosto de 1836, numa reunião da Sociedade dos Amigos das Letras, uma outra proposta: um espaço gradeado e verde no Cemitério dos Prazeres, reservado aos mais célebres defuntos, o primeiro dos quais Camões²¹.

Fernando Catroga na sua tese de doutoramento apresenta como elemento comum aos dois poetas e ao legislador Passos Manuel o desejo de homenagear Camões, um homem das letras, símbolo do homem romântico²².

O clima de instabilidade política que marcou o período entre a Revolução de Setembro e o advento da Regeneração em 1851, não permitiu que se tomasse qualquer decisão acerca da escolha do local para o Panteão.

¹⁵ Vítor Manuel Lopes Dias, *Cemitérios, jazigos e Sepulturas*, Porto, 1963.

¹⁶ “O Pantheon”, *Câmara Óptica. Com vistas modernas*, N.º 7, Typografia Transmontana, Lisboa, 1837, pag. 49.

¹⁷ Acerca deste assunto cf. Fernando Catroga, *Op. cit.*, pag. 966.

¹⁸ Fernando Catroga, *Op. Cit.*, pag. 967; João Medina, *Op. Cit.*, pag. 291.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, pag. 969.

²⁰ Almeida Garrett, *Camões*, 1863, pag. 216.

²¹ Feliciano de Castilho, Camões, Livraria Tavares, Lisboa, s.d., pag. 137 e sgts; Jorge Borges de Macedo, “Camões em Portugal no século XIX”, *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985, pag. 145.

²² Fernando Catroga, *Op. Cit.*, pag. 971; Jorge Borges de Macedo, *Op.Cit.*, pag. 143.

A própria ideia de criar um Panteão foi muito criticada por parte da imprensa da época. A testemunhá-lo a descrição mordaz dos mausoléus do panteão e respectivos epitáfios na *Câmara Óptica*, de 1837, e o artigo do *Cartista* intitulado “Projecto de constituição para a República irracional Port-Hungaliense”. Este último associava Passos Manuel a Vítor Hugo – republicano ardente, desterrado de França em 1851, que se manteve no exílio até à queda de Napoleão III²³. Um ano mais tarde, na *Miscelânea Política*, continuação da *Câmara Óptica*, retomava-se o tom irónico da primeira publicação em relação ao Panteão Nacional português:

*«O plano foi primoroso e gigantesco (...) mas em atenção à economia assentou-se que os mausoléus, as estátuas e as alegorias biográficas tudo fosse feito de papelão pintado; o papelão arranhou-se de casa; mas tem dado trabalho fazer tomar-lhe a cor, polidez e semelhança do granito, como se pretendia; e é por isso que ainda hoje toda essa armação panteónica ainda está na tinta.»*²⁴.

A estabilidade política da Regeneração permitiu que o projecto do Panteão se concretizasse. O motivo que esteve por trás foi, mais uma vez, o desejo de homenagear Camões. Em 1854 uma Portaria assinada pelo Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, determinou que

se encontrassem as cinzas do poeta, o que foi feito com extraordinária rapidez. Contudo, passados dezoito anos sobre o Decreto de Passos Manuel (1836) não se escolhera ainda o monumento que iria albergar o Panteão Nacional. Ficou então decidido que seria a igreja do Mosteiro dos Jerónimos.

São Vicente de Fora, a primeira escolha, era assim preterida a favor da igreja de Belém ainda que o projecto de erguer no seu interior um Panteão não tenha sido totalmente abortado uma vez que alberga o Panteão dos Bragança e o Panteão dos Patriarcas de Lisboa na sala do Capítulo, adaptada para o efeito em 1952 (figs. 292 a 298)²⁵. Contudo, estes Panteões inserem-se no espírito dos panteões erguidos no Antigo Regime uma vez que as figuras panteonizadas são membros da família real e altos dignatários do clero.

O processo iniciado na década de 50 estagnou, precipitando-se em 1880 por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Camões que foi panteonizado ao mesmo tempo que Vasco da Gama, num gesto de consagração de um Portugal mítico, da grande epopeia além-mar (figs. 288 e 289). Entendida como um meio de fazer reviver o país, em decadência, a iniciativa não deixa de ser um certo contra-senso do projecto restaurador, voltado para o futuro.

Nas duas décadas seguintes Alexandre Herculano, João de Deus e Almeida Garrett tiveram o seu lugar nos Jerónimos, respectivamente em 1888, 1896 e 1899 (fig. 290). Homenageavam-se assim dois escritores da primeira geração romântica, que tiveram um papel pioneiro, sobretudo o

²³ Avner Bem-Amos, “Les funérailles de Victor Hugo”, *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, T. II – *La Nation*, Vol. 1, Paris, Gallimard, 1984, pp. 473-522.

²⁴ Estes três textos foram publicados no artigo citado de João Medina da *História de Portugal* dirigida pelo próprio embora se tenha facilmente acesso a exemplares nas bibliotecas públicas. São extremamente interessantes pois ilustram a forma como na época a imprensa era um meio por excelência de intervenção política e social e, em particular, porque provam que a questão de criar um panteão, que se arrastou durante décadas, não era consensual no século XIX, suscitando dúvidas se o terá sido no século XX ou se o será actualmente...

²⁵ De notar que entre 1932 e 1937 o Panteão dos Bragança foi totalmente remodelado pela DGEMN, em 1951 foi construído e assentado o túmulo em mármore de D. Amélia e entre 1952 e 1957 foi construído o panteão dos Patriarcas de Lisboa na Sala do Capítulo do mosteiro.

primeiro, na intervenção pública na valorização do património português.

A escolha dos Jerónimos não agradou a um sector mais radical que considerava que o Panteão Nacional devia ser um espaço totalmente laico, nomeadamente ao Partido Republicano em cujo Programa político, elaborado em 1891, se exige a criação de um Panteão Nacional para as honras cívicas, separando claramente a esfera do religioso da esfera do civil²⁶.

Os republicanos não queriam o Westminster português de Almeida Garrett, mas um Templo da Fama o que obrigava a escolher outro monumento nacional para albergar o Panteão. Esta posição vai ao encontro do cientificismo e positivismo característicos da época, que não toleravam o culto aos santos da Igreja, mas incentivavam o culto aos grandes homens numa tentativa de preencher um vazio que a laicização deixava²⁷.

Segundo Sebastião Baçam, Zeferino de Albuquerque terá publicado, em 1889, um artigo no *Commercio de Portugal* onde propôs que a escolha recaísse sobre a inacabada igreja de Santa Engrácia, proposta essa que terá sido apresentada em Câmaras pelo Par do Reino Simões Margiochi, alguns anos mais tarde, sem qualquer resultado²⁸.

Como já fizemos referência a igreja de Santa Engrácia, ainda que um esplêndido exemplar do barroco português, mantinha-se inacabada, sem ter chegado a ser sagrada ao culto religioso apesar de algumas tentativas, uma delas no início do século XIX. Desde a sua ocupação pelo Exército

em 1834 vinha a cumprir funções pouco dignas da sua magnificência: primeiro quartel e mais tarde depósito de guerra e fábrica de calçado. A conjugação destes factores terá sido determinante na sua escolha para Panteão.

Porém, durante a Monarquia a ideia não passou do campo da mera especulação e só em plena República, quando era Presidente da República Bernardino Machado e Chefe do Governo Afonso Costa, é que a escolha foi oficializada e divulgada por Decreto de 29 de Abril de 1916 (doc. 2).

Em 1917, uma notícia publicada no *Diário de Notícias* referia que dentro de três meses o arquitecto Adães Bermudes poderia prosseguir os trabalhos de adaptação do templo a Panteão Nacional, uma vez transferida a oficina de manufatura de calçado, provisoriamente instalada em Santa Engrácia.

Quatro anos mais tarde Cunha Belém, redactor do *ABC*, escrevia:

«A leveza com que se tem legislado de há muito tempo fez com que, por Decreto de 1916 se constituísse o Panteon Nacional no velho e arruinado edificio que o vulgo denomina as obras de santa Engrácia. É pois Lei do país, para cinco anos, e tanto basta para que...ninguém faça caso do assunto, a começar pelo govêrno que patrocinou o Projecto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados pelo Sr. coronel Ramos da Costa, em Março de 1913, e trinta e sete meses depois transformado em lei do país. (...)».²⁹

Apesar do Decreto de 1916, os Jerónimos continuaram a servir de Panteão Nacional até ao final da *I República*,

²⁶ Trindade Coelho, *Manual Político do cidadão Portuguez*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1908, pag. 668, citado por Fernando Catroga na pag. 973 da sua tese de doutoramento.

²⁷ Sérgio Campos Matos, *Op. cit.*, pag. 435.

²⁸ Sebastião Baçam, *Monumentos Sacros de Lisboa e outras curiosidades*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, pag. 66.

²⁹ Cunha Belém, "O Panteon Nacional berço de buttes", *ABC*, N° 29, 27 de Janeiro, 1921, pag. 13.

que apenas panteonizou Sidónio Pais, em 1918, embora tenha pensado panteonizar Camilo Castelo Branco, projecto que foi muito contestado, nomeadamente pelo Visconde de Vila-Moura, segundo o qual:

«(...) a doutrina corrente, que é, mais ou menos, a seguinte: – há um Panteão, e é preciso coleccionar ali todos os notáveis, ainda que, (O caso de Camilo) ele tenha repugnado aos escolhidos!».

O autor continua e afirma que

«D'esta arte se volve o Panteão num forçado museu de ossos, num extravagante colégio de esqueletos, para onde os dos mais notáveis terão fatalmente de ser conduzidos (...)», e que, «entre nós, nem sequer há ainda senão uma indicação de Panteão! Os Jerónimos são o abrigo casual dos grandes, poucos, que ali repousam.»³⁰.

A ditadura resultante da revolta militar de 28 de Maio de 1926, liderada por Gomes da Costa, também não conseguiu mudar o panteão para Santa Engrácia. Essa tarefa ficou a cargo do novo regime político inaugurado pela Constituição de 1933, também do tipo ditatorial, mas maioritariamente civil, que ficou conhecido por *Estado Novo*.

A 9 de Dezembro de 1934 o *Diário de Notícias*, e a 20 de Janeiro de 1935 o *Século*, anunciavam que as obras de adaptação da igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional iam finalmente começar, publicando a Portaria

que nomeava a comissão encarregue de estudar as bases do concurso para o referido projecto. A comissão, cuja fotografia foi publicada no jornal *O Século*, era constituída por João Pereira da Silva Dias, que a presidia e era director do Ensino Superior de Belas-Artes e representante do Ministério das Obras Públicas; Júlio Dantas, vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa e Inspector-Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais; José de Figueiredo, presidente da Academia Nacional de Belas-Artes; Gustavo de Matos Sequeira, arqueólogo; Luís Pastor de Macedo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; Luís Ribeiro Carvalhosa, Cristino da Silva, arquitecto e professor da Escola de Belas-artistas de Lisboa; e Carlos Ribeiro, chefe do expediente da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, como secretário, sem voto (fig. 49)³¹.

Para este período encontrámos pouca documentação no arquivo da DGEMN. Um Parecer da Comissão, reunida a 6 de Maio de 1935, favorável à adaptação da igreja a Panteão desde que fosse dotada de uma cripta e se realizassem obras de urbanização na vizinhança que assegurassem o acesso ao templo, e nomeando para a elaboração do relatório Gustavo de Matos Sequeira, Luís Ribeiro Carvalhosa e Cristino da Silva, o primeiro encarregue de apreciar o aspecto arqueológico e o segundo as condições técnicas e artísticas da obra a realizar. Acrescenta-se que Gustavo de Matos Sequeira terá referido em conversa particular a sua impossibilidade de participar nos trabalhos, o que é confirmado por um outro documento, de 1936, em que o mesmo pede dispensa de tal serviço³².

³⁰ Visconde de Vila-Moura, *As Cinzas de Camilo. Novos documentos*, 2.ª ed., Edição de a “Renascença Portuguesa”, Porto, 1925pp. 46-47.

³¹ *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro, 1934, pag.2. *O Século*, 20 de Janeiro de 1935, pag.6. Já antes estes dois jornais, o primeiro a 14 de Novembro de 1934 e o outro a 15 do mesmo mês, noticiavam o projecto.

³² DGEMN, (Arquivo morto), *Igreja de Santa Engrácia. Processo de obras*, Vol. 3.

Em 1935 a DGEMN começou os trabalhos de sondagem a fim de averiguar a existência de uma cripta ou a viabilidade de a construir em caso negativo. Porém, em Setembro do mesmo ano tinham-se procedido apenas a trabalhos de escavação no lado Sul do exterior do templo, até à profundidade de 4 metros, e informava-se o engenheiro Teixeira Duarte, a quem fora solicitado o trabalho de sondagem no interior do templo, a 13 de Julho, e que não dera início ainda às referidas obras, que as suspendesse. A partir desta data e até à década de 50 não existe documentação que indicie que os trabalhos tenham prosseguido ou sido retomados, o que nos leva a crer que foram simplesmente abandonados.

Que condições terão obstado à concretização do projecto nas décadas de 30 e 40 e o que terá levado a que no final de década de 50 ele fosse encarado com seriedade, resultando daí a inauguração do monumento em Dezembro de 1966, no decurso das comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*? São estas algumas das questões a que iremos tentar dar resposta à frente.





3

O PANTEÃO NACIONAL DE SALAZAR

Em 1966, Leitão de Barros escrevia na revista *Panorama* que:

«Hoje um grande Ministro das Obras Públicas e uma poderosa Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais está a reconstruir essa ressurreição que é ao mesmo tempo um renascimento. Digno depósito mortuário para os grandes de Portugal, cabem lá todos e ainda sobeja muito espaço. (...)»¹.

Pouco depois, a 7 de Dezembro de 1966, após inúmeras obras de restauro levadas a cabo pelo *Estado Novo* desde a década de 30, o Panteão Nacional era finalmente inaugurado, no âmbito das comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*².

O restauro monumental, encarado como parte integrante de uma política de restauração mais vasta que visava alcançar todos os sectores da vida nacional, impôs-se como um meio por excelência de afirmação do poder e superioridade de um regime que pusera fim ao caos lançado pelos governos anteriores, tornando-se com o tempo numa forma de patentear, junto aos portugueses e

à comunidade internacional, a sua modernidade e capacidade interventora, legitimando dessa forma a sua própria existência³.

Como aconteceu em outros regimes do tipo autoritário as obras públicas de restauro e construção de novo equipamento, foram encaradas como um investimento cujos dividendos não seriam apenas de ordem económica, mas também, se não essencialmente, política, ou seja, como uma forma de propaganda ao serviço do Poder⁴.

Contudo, o caso das obras de Santa Engrácia deve ser visto numa perspectiva que extravasa o restauro uma vez que se tratava em simultâneo da construção do Panteão Nacional⁵. É lícito perguntar o porquê da concretização na segunda metade do século XX, por vontade de um regime autoritário, de um projecto nas suas origens liberal. E que tipo de Panteão criou o *Estado Novo*? Um Templo da Fama ou um Westminster português como Garrett desejara? A questão, já colocada, torna-se de novo pertinente.

A definição do Programa do Panteão Nacional ficou a cargo de uma Comissão Consultiva, constituída por decisão ministerial no final de 1965, da qual faziam parte, Damião de Peres, como presidente, e como vogais, Manuel Lopes de Almeida, Mário Tavares Chicó, o Cónego D. João Filipe de Castro, o Padre António da Silva Rego, os arquitectos Raúl Lino, José da Lima Franco e João Filipe Vaz

¹ Leitão de Barros, "Santa Engrácia. A pequena catedral inacabada", *Panorama*, Nº 19, IV Série, Setembro 1966, pag.55.

² Apesar do início do *Estado Novo* ter ficado marcado pela Constituição de 1933, 1926 foi escolhida como uma data emblemática do fim da I República. Na verdade era difícil encontrar a data da fundação do regime visto ele ter sido construído progressivamente por Salazar e os que o rodearam desde 1928 ainda que o mesmo tenha assumido a Pasta das Finanças ainda antes mas por poucos dias porque, como afirmou no discurso proferido em Braga no 40.º Aniversário do 28 de Maio: "as hesitações do momento político não davam a qualquer esforço a menor garantia". A Constituição foi um dos instrumentos político-constitucionais ao serviço do regime, mas foram criados outros como a *União Nacional* em 1930 e o *Estatuto do Trabalho Nacional* três anos mais tarde. Cf. *O Pensamento de Salazar. No 40.º Aniversário do 28 de Maio. Discurso pronunciado por Sua Ex.ª o Presidente do Conselho na Sala da Biblioteca Pública de Braga no dia 28 de Maio de 1966*, SNI, Lisboa, 1966, pag.10. Acerca do sistema jurídico-constitucional do *Estado Novo* veja-se o artigo de Vital Moreira do Vol. XII da *História de Portugal* dirigida por João Medina e o de Fernando Rosas no Vol. XII, coordenando pelo próprio, da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira.

³ Nesse sentido as obras de Santa Engrácia materializavam a capacidade do *Estado Novo* de concretizar algo desejado por outros regimes anteriores que não tinham tido a capacidade de o fazer.

⁴ É sabido que o *Estado Novo*, à semelhança do que aconteceu com outros regimes do tipo autoritário, desenvolveu desde o início uma política de obras Públicas agressiva que além de constituir um meio eficaz de visibilidade da sua eficácia, visava fazer face à crise económica generalizada e à subsequente elevada taxa de desemprego, nomeadamente através do Fundo do Desemprego que, já na década de 60, em grande parte, viabilizou as obras de Santa Engrácia.

⁵ É importante que se fixe esta questão para se perceber os critérios em que assentou a intervenção.

Martins e o engenheiro Eduardo Melo de Oliveira⁶. Três questões essenciais ficaram ao seu critério: a escolha dos vultos a homenagear, a definição do programa iconográfico escultórico e a organização da cerimónia de inauguração,

Quanto à primeira questão, depois de analisadas e discutidas as várias possibilidades, a comissão acabou por optar por trasladar dos Jerónimos três escritores oitocentistas – Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro – e três políticos – Sidónio Pais, Teófilo Braga e Óscar Carmona (figs. 255 a 265). Além destes túmulos ergueram-se seis cenotáfios em homenagem a Nuno Álvares Pereira, ao Infante D. Henrique, a Afonso de Albuquerque, a Pedro Álvares Cabral, a Vasco da Gama e a Luís de Camões, mantendo-se os seus túmulos nos locais onde estavam (figs. 240 a 251; docs. 17, 18 e 19).

Quanto à escultura ficou decidido colocar-se no interior, por cima dos púlpitos do cruzeiro, as imagens de São João de Brito, São Teotónio, Santo António e São João de Deus, executadas por Leopoldo de Almeida, e nos nichos da fachada principal o Santo Condestável, ao centro, Santa Engrácia à sua direita e a Rainha Santa Isabel do lado oposto, da autoria de António Duarte (figs. 235, 236, 237, 238, 166, 167 e 168)⁷.

Trata-se no conjunto de um programa coerente, direccionado, de matriz claramente nacionalista, associado aos “períodos áureos” da História Nacional – a Formação



da Nação e os Descobrimentos⁸. Do primeiro momento a Padroeira da igreja e mártir, São Teotónio, Santo António, a

⁸ Chamamos a tenção para o facto de o nacionalismo ser um fenómeno colectivo de natureza humana, consciente e político, assumindo aspectos diferentes de acordo com o contexto em que se desenvolve. O nacionalismo de Salazar assume contornos muito próprios, sendo nítidas as influências católicas no seu discurso, justificáveis pelo próprio percurso do estadista, assim como do *Integralismo Lusitano*, movimento ideológico e político fundado em 1914, ligado, ainda que os seus mentores se tenham demarcado, à *Action Française* e a Charles Maurras. Os integralistas, entre os quais António Sardinha e mais tarde Rolão Preto, defendiam a monarquia tradicional e corporativa e um Estado forte e hierarquizado por oposição à Democracia e ao Liberalismo. Porém, Salazar procurou sempre, na forma como apresentava o nacionalismo do regime, separá-lo dos regimes ditatoriais e dos nacionalismos católico e integralista. Recusou o liberalismo, mas também recusou o totalitarismo de Estado, a exaltação rácica e o alargamento de “espaços vitais”, protagonizados pelo regime Nazi alemão e pelo fascismo italiano, que iam contra a sua formação católica e jurídica, ainda que na prática o *Estado Novo* se tenha tornado uma ditadura autoritária, policiada. O que diferia em relação às restantes ditaduras europeia seria essencialmente a concepção e organização do poder e a forma como Salazar o assumiu. O facto de Salazar ter chegado ao poder na sequência de um golpe militar e da matriz ideológica que protagonizou assentar em grande parte na ideologia da Igreja Católica também não permitia um regime do tipo totalitário que subordinasse o Exército e a Igreja ao Estado. Contudo, Salazar foi buscar tanto ao liberalismo como ao totalitarismo alguns elementos criando uma ideologia ecléctica o que está patente na própria *Constituição* de 1933. Essa tónica nacionalista esteve presente em todas as grandes comemorações levadas a cabo pelo regime, desde a Exposição comemorativa do *Ano X da Revolução Nacional*, realizada em 1936 no Parque Eduardo VII sob a direcção do arquitecto Paulino Montês, à *Exposição do Mundo Português*, em 1940, em que se comemorou o duplo centenário da formação de Portugal (1143) e Restauração da independência (1640), até às comemorações Henriquinas em 1960, sendo agora retomada por ocasião das comemorações dos 40 anos do ressurgimento nacional. Cf. João Medina, “Deus Pátria, família”, in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Vol. VIII, Lisboa, Ediclube, pp.11-142; do mesmo, *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Bertrand, 1978; *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977. Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980; O Partido e o Estado no salazarismo, Lisboa, Ed. Presença, 1988 e “O Integralismo Lusitano e o *Estado Novo*”, in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, pp. 105-139; Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989. Veja-se ainda, da época, Paulo Durrão Alves, “Dois Nacionalismos”, *Brotéria*, Vol. IX, 1929, pp. 171-177; João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932; Quirino Avelino de Jesus, *Nacionalismo Português*, Porto, 1932; Hipólito Raposo, *Porque é Nacionalista a minha geração*, Lisboa, 1935; Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos*, Lisboa, 1929.

⁶ DGEMN, (Arquivo morto), *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Geral*, vol. 3.

⁷ Estes elementos constam da Acta da reunião da Comissão Consultiva realizada a 4 de Fevereiro de 1966, na presença do engenheiro Director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José Pereira da Silva arquivada na DGEMN.

Rainha Santa Isabel e D. Nuno Álvares Pereira⁹. Do segundo, Camões, o arauto do Império, o Infante D. Henrique, mentor da epopeia, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, descobridores, Afonso de Albuquerque, São João de Deus e São João de Brito¹⁰. Teófilo Braga e Sidónio Pais representam o ideário republicano e Óscar Carmona o *Estado Novo*, sendo de notar como João Medina apontou, a ausência de Gomes da Costa, sobretudo tendo em conta que as comemorações em curso o evocavam.¹¹ Parece-nos igualmente interessante o compromisso assumido com a República no Panteão de Salazar, assunto que retomaremos à frente.

⁹ Santa Engrácia, natural de Braga, foi martirizada por ordem de Daciano em Saragoça, tendo sido escolhida para padroeira da nova paróquia criada por Breve de Pio V a pedido da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel, em 1568. São Teotónio foi o primeiro Prior dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, mosteiro fundado em 1131 e apadrinhado por D. Afonso Henriques e pelo seu filho D. Sancho I que o dotaram de um vasto património e escolheram a sua igreja para sepultura. Santo António (1195-1231), franciscano que começou como Cónego Regrante de Santo Agostinho, tendo passado pelo Mosteiro de São Vicente de Fora em Lisboa e pelo de Santa Cruz em Coimbra, é o mais popular dos santos portugueses tendo-se notabilizado pelos seus dotes oratórios. A rainha Santa Isabel (1271-1336), nascida em Aragão, esposa de D. Dinis e fundadora do convento de Santa Clara o-velho em Coimbra, é outra das santas de grande devoção em Portugal, tendo essa devoção tomado lugar logo após a sua morte na região de Coimbra, ainda que no século XVII tenha adquirido novos contornos tendo em vista a sua canonização que se deu em 1626, no período de ocupação Filipina. D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), figura recorrente na historiografia e literatura portuguesas, tendo sido louvado por Fernão Lopes, D. Duarte, Camões, Oliveira Martins e Fernando Pessoa, entre outros, distinguiu-se pela sua acção no conflito que opôs Portugal e Castela na sequência da morte de D. Fernando, tendo-se colocado do lado do Mestre de Avis, fundador da II Dinastia. Heroicizado pelos poderes políticos e pelo povo português rapidamente se construíram inúmeras lendas à sua volta.

¹⁰ São João de Deus (1495-1550), nasceu em Portugal e morreu em Granada, tendo os seus seguidores organizado uma Ordem de Hospitalários após a sua morte, os Irmãos de São João de Deus, ainda antes da sua canonização em 1690. São João de Brito (1647-1693), nasceu em Lisboa, tendo ido para o oriente como missionário jesuíta em 1673 onde foi morto, vítima das perseguições aos cristãos.

¹¹ João Medina, "O Poder e a Glória: o Panteão português desde o Liberalismo aos nossos dias", *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. VII, Ediclube, Amadora, 1993, pag. 298. De notar que as figuras políticas escolhidas não são polémicas. Os vintistas que os liberais queriam panteonizar não tiveram lugar no panteão de Salazar. Em relação a Sidónio Pais e à influência do Presidencialismo ou pessoalismo sidonista veja-se, João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1993 e "Sidonismo ou República Fracturada", in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, Vol. XI, Amadora, Ediclube, pp. 295-340.

De acordo com uma leitura da História de Portugal construída pelo próprio regime, assente nos seus momentos de triunfo, fazia-se justiça aqueles que no passado tinham contribuído para o engrandecimento da Pátria, ainda que uma justiça parcial uma vez que muitas figuras ficavam de fora, embora o *Estado Novo* as tenha homenageado de outras formas, nomeadamente através da estatutária oficial¹². Assim se justifica que Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, beatificado em 1918, tenha sido duplamente homenageado erguendo-se-lhe um cenotáfio e uma estátua, esta ao centro da fachada principal, lugar que tradicionalmente caberia à Padroeira da igreja (figs. 166 e 244). Apontado como modelo de virtudes cívicas e religiosas e identificado com a fundação da Nação foi-lhe dado um protagonismo especial por parte de um regime nacionalista do tipo conservador e tradicionalista, assim como a São João de Brito, jesuíta martirizado no oriente, outra das figuras particularmente acarinhadas pelo *Estado Novo* o que não é de estranhar se tivermos em conta que foi canonizado na vigência do regime pelo Papa Pio XII, a 22 de Junho de 1947, 300 anos após o seu nascimento.

Como o próprio Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, afirmou na conferência de imprensa realizada pouco antes da cerimónia de inauguração do Panteão:

«Celebrar o Passado e construir o Futuro foi a inspirada legenda adoptada para este ciclo comemorativo. Se é fora de dúvida que para a construção do futuro é a Ponte

¹² Essa leitura histórica teve repercussões na História da Arte e no restauro Monumental. Os monumentos encarados como símbolo foram alvo de uma selecção criteriosa quando se tratou de os estudar e restaurar, privilegiando-se aqueles que evocavam a formação, consolidação e engrandecimento da Nação, ou seja, que estavam associados aos primeiros monarcas, à crise de 1383-1385, à restauração da independência em 1640 e aos Descobrimentos.

*Salazar o exemplo mais expressivo da obra realizada nestes anos de intenso labor, também ousaremos dizer com a mesma convicção que será certamente o Panteão Nacional a realização que melhor pode corresponder à intenção contida na primeira parte daquela legenda.»*¹³

Num contexto nacional e internacional adverso ao regime, que era criticado sobretudo pela sua obstinação em continuar uma política do tipo imperialista numa época marcada pela autodeterminação da maioria das antigas colónias europeias, a construção do Panteão mais que legitimar o regime visava justificar a sobrevivência do Império Português, cuja construção fora possível dado o valor da raça lusa. Erguia-se, finalmente, um local condigno onde os grandes vultos da Nação podiam descansar e ser venerados pelos portugueses, empenhados agora na luta pela perpetuação da obra por eles começada no passado. Como afirmou Cerejeira, na cerimónia de inauguração do Panteão Nacional:

*«Com este Panteão quer a Pátria render perpétua homenagem na contínua criação dela pois a Pátria não é só herança que se recebe é também herança que se continua.»*¹⁴

O facto de se pretender que o Panteão Nacional fosse representativo de todo o território português, incluindo o Ultramar, dificultou a escolha das figuras a panteonizar dada a limitação do espaço disponível face ao número de vultos que mereciam ser homenageados, conforme

veremos em pormenor mais adiante¹⁵. Por outro lado, alguns deles ficavam à partida excluídos pela importância histórica e cultural que os seus mausoléus tinham adquirido ao longo do tempo no imaginário nacional, inviabilizando a sua trasladação, como aconteceu com Alexandre Herculano que permaneceu nos Jerónimos, assim como Vasco da Gama e Camões (figs. 288, 289 e 290).

Contudo, a análise não se esgota por aqui. Para perceber a lógica do Panteão português é preciso ir mais longe e chamamos de novo a atenção para a afirmação de Arantes e Oliveira que transcrevemos atrás, em particular para a associação que estabelece entre o Panteão Nacional e o passado e a Ponte sobre o Tejo e o futuro. Ainda no seu discurso o Ministro acrescentava que:

«Já que estamos à vista da Ponte sobre o Tejo, anotarei não ter sido por acaso que estas duas obras se fizeram ao mesmo tempo. Quando nós pensávamos na Ponte sobre o Tejo, alguém disse assim: “Teria grande sabor que ao mesmo tempo que se fizesse a Ponte sobre o Tejo, se concluíssem as obras de Santa Engrácia”. Pois aqui estamos para fazer a vontade a essa pessoa que é o Senhor Presidente do Conselho, escudados nas admiráveis boa vontade, inteligência e competência de Vossas Excelências.»

A inauguração no mesmo ano do Panteão Nacional e da Ponte sobre o Tejo expressa duas vontades inconciliáveis que dividiam o país e o próprio governo. A decisão de construir o Panteão, apadrinhada pelo Presidente do Conselho de Ministros, reflecte uma linha de continuidade

¹³ *Diário da Manhã*, 6/12/1966, pag. 7.

¹⁴ Cardeal Cerejeira, “Alocução proferida na cerimónia de inauguração do Panteão Nacional”, Lisboa, 7 de Dezembro de 1966, in *A Voz*, 8/12/1966, pag. 1.

¹⁵ Este assunto é desenvolvido com mais pormenores à frente, na parte referente às obras de conclusão da igreja e sua adaptação a Panteão por ocasião das comemorações do Quadragésimo aniversário da Revolução Nacional.

que tem as suas raízes nas décadas de trinta e quarenta, as do apogeu do *Estado Novo*. Foi essa a estratégia encontrada por Salazar para tentar manter vivo o regime, respondendo aos ataques externos e internos de que era alvo, no último caso não só por parte da oposição, mas também de sectores tradicionalmente simpatizantes que exigiam mudanças no sentido da modernidade (figs. 283 a 287).

Em plena década de sessenta, numa altura em que o mundo se encontrava abalado por acontecimentos marcantes como a Guerra do Vietname, manifestações estudantis e o fim dos grandes impérios ocidentais Salazar, arraigado ao passado, insistiu em estratégias que se tinham demonstrado eficazes há duas décadas atrás de decidindo construir o Panteão Nacional. Esse atavismo de Salazar encontra expressão nas palavras de um escultor em resposta ao Inquérito de 1957 realizado pelo *República*: «*Caminhamos fora do tempo dos outros; temos a nossa cronologia.*»¹⁶

Essa postura foi muito contestada, em particular pelas gerações mais novas e certos sectores da vida nacional que não se identificavam com os ideais preconizados por Salazar, ou pelo menos com todos: o anti-liberalismo, o autoritarismo, o imobilismo, o nacionalismo, o corporativismo, o catolicismo, a democracia orgânica e os três valores fundamentais da Democracia-Cristã, a triologia *Deus, Pátria, Família*¹⁷. Não podemos, contudo, deixar de citar o próprio que em Braga, a 28 de Maio de 1966, consciente das críticas de que era alvo, afirmou compreender:

«*as dúvidas e hesitações. Vivemos num momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica – a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outra para a formação de grandes espaços económicos e políticos. (...) Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se repetem angustiadamente a pergunta de Pilatos ao próprio Cristo: «O que é a verdade?».*

Salazar, de uma forma benévola mostrava aos portugueses que compreendia as suas angústias tal como um pai afrontado pelos filhos em momentos de tensão (ou o professor que fora em tempos em Coimbra). Não deixa, contudo, de acrescentar que:

«*A dúvida em suas hesitações e desvarios não permite trabalho eficiente; o espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir. Nenhum Estado pode existir sem basear-se nelas ou presumi-las definidas e aceites. Foi por isso que, ainda não tão largamente alastrada a crise actual, há precisamente trinta anos e nesta mesma cidade de Braga, eu senti a necessidade de proclamar «as grandes certezas da Revolução Nacional». (...) Porque o nosso movimento se afigura por vezes demasiado lento, muitos es perturbam com a acusação de imobilismo; mas uma coisa é o imobilismo na acção e outra a estabilidade das concepções políticas. (...) A verdade é por essência imutável e a adesão do espírito à verdade ou, sejam, as certezas do espírito são essenciais ao progresso das sociedades humanas.»*

¹⁶ Idem, *Ibidem*, pag. 282, citando Rui Mário Gonçalves, “Pintura & Não”, N.º 6, Abril de 1970 (separata de *Arquitectura*, N.º 114 da mesma data).

¹⁷ Acerca deste assunto vejam-se as obras citadas na bibliografia de João Medina, Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas e Luís Reis Torgal, em particular a interpretação do primeiro autor no artigo “Deus, Pátria, Família”, in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XII, Amadora, Ediclube, 1993, pag. 15 e sgts.

O Presidente do Conselho justificava assim a sua postura. Compreensivo, mas consciente mantinha-se fiel aos princípios que tinham inaugurado uma nova era da História da Nação. Esses princípios que tinham permitido «*criar a paz, organizar a vida social e nela prosperar*», eram o garante da continuação do progresso da Nação portuguesa porque verdadeiros¹⁸.

Como José Gil notou, Salazar pretendia com os seus discursos, previamente escritos e lidos, atingir o fundo da consciência do seu público – o povo português, pouco instruído, mas capaz de captar o essencial por intuição o que justifica o seu teor descritivo e racional¹⁹. Fiel aos seus princípios, como afirmámos, mas também pragmático, tenta acalmar os espíritos e fazer regressar o filho pródigo a casa adaptando-se às circunstâncias e adoptando uma retórica que vai ao encontro das angústias nacionais numa altura em que, mais do que nunca, era preciso garantir a coesão nacional. Contudo, a inquietação dos espíritos, ou parte deles, atingira na década de 60 proporções que as palavras dificilmente conseguiriam apaziguar.

Para perceber esse clima de contestação e de vontade de reforma que marcou a década de 60 temos de recuar cerca de vinte anos. Em plena Guerra Mundial fez-se sentir em Portugal uma forte crise social e política que, embora controlada, deixou sequelas, impondo uma certa tolerância interna, com o abrandamento do autoritarismo repressivo e do monopólio político. Por outro lado, o desfecho da guerra, favorável às forças aliadas, impunha novas regras de jogo obrigando Salazar a repensar estratégias.

Os parceiros mantinham-se, mas os árbitros eram outros. Iniciava-se uma nova era e Portugal não podia fugir a isso²⁰.

O regime, visto como uma barreira ao Comunismo e legitimado como uma “democracia orgânica”, como o próprio Salazar o caracterizou, conseguiu aceitação a nível internacional até à década de 50, em particular por parte dos Estados Unidos da América. Porém, a II Guerra Mundial precipitara um movimento geral de contestação aos grandes impérios coloniais europeus que ganhou expressão nas décadas de 50 e 60, tornando Portugal, e consequentemente o regime de Salazar, um dos alvos da crítica internacional²¹.



¹⁸ *O Pensamento de Salazar no 40.º Aniversário do 28 de Maio. Discurso pronunciado por Sua Ex.ª o Presidente do Conselho na Sala da Biblioteca Pública de Braga no dia 28 de Maio de 1966*, SNI, Lisboa, 1966.

¹⁹ José Gil, *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*, Relógio D'Água, Lisboa, 1995.

²⁰ Veja-se obras citadas na bibliografia de João Medina, Braga da Cruz, Fernando Rosas e Luís Reis Torgal. Gerindo habilmente a posição estratégica de Portugal, Salazar, começou por se posicionar do lado da Alemanha do III Reich e da Itália de Mussolini, apoiando o General Franco na Guerra Civil Espanhola, garantindo assim uma certa autonomia em relação à Grã-Bretanha. A evolução do conflito e a eminente vitória aliada obrigou-o a rever a sua posição. Após o final do conflito, Portugal em 1946 emitia um pedido de adesão à ONU, em 1948 aderiu à OECE e à União Europeia de Pagamentos, em 1949 assinava o *Tratado do Atlântico Norte* e em 1955 entrava na ONU.

²¹ Esse movimento partiu do Sudoeste asiático e do Médio Oriente expandindo-se à África negra. No período do pós-guerra e mesmo já na década de 50 essa condenação a nível internacional da política colonialista portuguesa foi bastante moderada. Só com a questão da União Indiana que em reivindicou os territórios de Goa, Damão e Diu e pouco depois Angola e os restantes territórios ultramarinos, que iniciaram a sua luta pela independência, é que a oposição internacional foi assumida de uma forma peremptória. Em relação aos territórios de domínio português os movimentos de libertação das colónias surgiram ainda na década de 50 com a formação do PAIGC (Guiné e Cabo Verde) e o MPLA (Angola) em 1956 e a FRELIMO (Moçambique) em 1962. Em 1961 foi criada a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias, reunindo membros dos três movimentos. Ainda em 1954 foi criado em Leopoldville a União das Populações do Norte de Angola que passou a designar-se UPA desde 1958 e foi integrada na FNLA em 1962.

Desde logo, Salazar tentou salvar o Império, peça fundamental da economia nacional, agindo em várias frentes²². Essas medidas, associadas a uma política diplomática bem estudada, que passou pela recepção em Portugal de figuras públicas influentes no panorama internacional, conseguiram adiar o fim do Império.

A nível interno, consciente do perigo que o sector reformista, cada vez mais forte, representava, procurou controlar a situação apoiando em 1951 Craveiro Lopes ainda que quatro anos mais tarde neutralizasse a ascensão dos reformistas ao promover Marcelo Caetano a Ministro da Presidência inviabilizando em simultâneo a recandidatura de Craveiro Lopes²³. Ao mesmo tempo promoveu uma política de desenvolvimento industrial, expressa nos primeiros planos de fomento da década de 50, que levou a um desenvolvimento urbano e do sector terciário. As populações do interior, começaram a deslocar-se para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida, assistindo-se a um primeiro êxodo rural que se acentuou na década seguinte com saída de muitos portugueses para o estrangeiro, sobretudo para França. Esse êxodo,

ao provocar o crescimento de um proletariado urbano concentrado, sobretudo, na zona de Lisboa e Setúbal, e de uma pequena burguesia de serviços, com novas perspectivas de vida e exigências que cedo viram cerceadas, acabou por fortalecer a oposição. Num momento de aparente prosperidade e ordem, começaram-se a desenhar diferentes orientações dentro do próprio regime, com a progressiva afirmação da corrente reformista por oposição à ultramontana e ruralista²⁴.

Essa vontade de reforma também teve a sua expressão a nível das artes. Em 1948, no *I Congresso Nacional de Arquitectura* uma nova geração de arquitectos portugueses, agrupados no Sindicato Nacional dos Arquitectos, presidido por Keil do Amaral, defendia uma maior liberdade de criação. Essa reivindicação foi concretizada no plano municipal de Alvalade, de Faria da Costa, cujas obras começaram no mesmo ano²⁵. O governo respondeu fazendo uso da sua autoridade, com o afastamento de Keil do Amaral, e afirmando a sua modernidade e eficiência na exposição *15 Anos de Obras Públicas – 1932-1947*, realizada em homenagem a Duarte Pacheco e a Salazar.

Porém, estava lançada a semente da discórdia. A nova geração de arquitectos, organizada em dois movimentos, a *Iniciativas Culturais Arte Técnica* (ICAT) em Lisboa e a *Organização dos Arquitectos Modernos* (ODAM) no Porto, não desistiu e, contra a vontade do regime, retomou a corrente modernista, embora os projectos ligados aos gabinetes oficiais mantivessem as linhas que vinham da

²² A nível ideológico e político alegando que os Impérios europeus eram uma forma de fazer frente ao comunismo sem que a Europa se tornasse subserviente dos Estados Unidos da América, acrescentando que no caso português a História legitimava a sua existência e continuidade. A própria terminologia foi alterada para evitar confrontos: o termo colónias foi substituído pelo de Províncias Ultramarinas e deixou de se falar em Império Colonial para se falar de Nação Portuguesa multirracial e pluricontinental. A nível jurídico, corrigiu em 1951 o *Acto Colonial* de 1930 que estabelecia uma separação e hierarquização entre a metrópole e as colónias e entre cidadãos e indígenas; promulgou a lei orgânica do Ultramar em 1953 e o novo estatuto dos indígenas em 1954. Ao mesmo tempo desencadeou uma política de integrista colonialista em relação a Angola e Moçambique, traduzida a nível económico na construção de infra-estruturas e exploração de matérias-primas e a nível social na colonização branca, política essa que remonta ao contexto do Ultimato Inglês de 1890 e da participação portuguesa na I Guerra Mundial em defesa dos territórios portugueses ameaçados.

²³ Craveiro Lopes foi eleito sem oposição como Presidente da República após a morte de Óscar Carmona, contrariando as pretensões do sector ultramontano que pretendia, através da revisão constitucional, pôr fim às eleições presidenciais, garantindo assim a posição de Salazar como chefe do governo.

²⁴ Segundo João Medina, Oliveira Salazar “procurou afinal fazer convergir todos os tropismos do conservadorismo nacionalista numa frente ampla de atitudes, mundivisões e ideários que coincidisse na manutenção dum regime de imobilismo, de cariz cristão, saudosista da pax ruris medieval e renitente a tudo quanto representasse alguma forma de modernidade novecentista”, João Medina, “Deus, Pátria, Família”, *Op. cit.*, pag. 12.

²⁵ Neste plano seguiu-se os princípios da *Carta de Veneza*.

década anterior. Influenciados pela arquitectura nórdica, americana, italiana e brasileira, exigiam uma renovação do vocabulário arquitectónico e a reforma do ensino das Belas-Artes, que ficou decidida em 1950, ainda que só fosse concretizada sete anos mais tarde e de uma forma que não agradou aos jovens arquitectos, que denunciaram os resultados num relatório publicado pela revista *Arquitectura* em 1960.²⁶

Quanto ao restauro arquitectónico a década de 50 ficou em grande parte marcada pelos preparativos para as Comemorações do *V Centenário da morte do Infante D. Henrique*, realizadas em 1960. Contudo, é importante notar que, apesar da carga ideológica inerente às comemorações, há uma contenção nas intervenções de restauro e uma nova preocupação pela envolvente, que marca um distanciamento em relação às práticas anteriores e que não será alheia ao movimento de modernização que se ia operando no seio da DGEMN através de uma nova geração de arquitectos que começava a ocupar lugares de destaque²⁷.

²⁶ Destacam-se Fernando Távora no Norte e Nuno Teotónio Pereira no Sul. Também Alzira Meneses, Formosinho Sanches, Manuel Tainha, J. Andressen, Fernando Lenhas, J. M. Botelho, Conceição da Silva e, de uma geração mais nova, Pedro Cid, Maurício de Vasconcelos, Carlos Duarte, Costa Cabral, Vítor Figueiredo, Vasco Croft, Vieira de Almeida e Nuno Portas. Estes arquitectos foram influenciados por Álvaro Aalto, Frank Wright, pela corrente brutalista italiana e pela arquitectura brasileira. Veja-se José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XX*, 3.ª ed., Bertrand, Vendas Novas, 1991, pp.438-461. Acerca da questão do ensino veja-se o testemunho de Vasco Croft na sua obra *Arquitectura e Humanismo. O papel do Arquitecto, hoje, em Portugal*, Terramar, Lisboa, 2001, pp. 36-43, onde recorda a forma como ele e outros arquitectos portugueses que se formaram na década de 50 procuravam informar-se acerca da arquitectura que era projectada fora de Portugal afirmando na pág. 38 que : “Absorvidos nos nossos trabalhos e estudos, numa Lisboa dos anos 50 que nos parecia atrasada, paralisante, adormecida nas artes e na arquitectura, que podíamos nós admirar mais do que o que se fazia lá fora?”.

²⁷ Estas comemorações, que tiveram como protagonista o Infante, símbolo das Descobertas, integraram uma política ultramarina vasta, de legitimação da presença portuguesa em África e no Oriente, numa época em que o Império começava a ser seriamente ameaçado. A Casa do Infante no Porto, o Convento de Cristo em Tomar e vários monumentos entre Lagos e Sagres foram então intervencionados. Cf. Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP, Porto, 2001, pp.146-156.

Foi nessa altura que se decidiu retomar o projecto do Panteão Nacional, mais precisamente em 1956, ano da comemoração dos *30 Anos do Ressurgimento Nacional*. Pela primeira vez encarou-se a questão com objectividade. O Ministro das Obras Públicas convocou um grupo de arquitectos para procederem a um estudo detalhado do monumento, ficando um deles, Amoroso Lopes, encarregue de executar o estudo final, de acordo com um programa orientador. Contudo, nesta fase os trabalhos pouco evoluíram, tendo a maior parte das obras sido executadas a partir de 1962, depois da elaboração de um Plano de escalonamento dos trabalhos que previa a sua conclusão em 1972.

Esse novo ritmo que foi imposto às obras estará relacionado com o clima de tensão com que se inaugurou a década de 60 em Portugal na sequência da candidatura do General Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958 em que ganhou o candidato da União Nacional, o Almirante Américo Tomás, de uma forma considerada por alguns, pouco clara.²⁸ Paralelamente, dentro do próprio regime assistiu-se um fraccionamento entre os apoiantes

²⁸ Humberto Delgado, apoiado de início apenas pela oposição de direita e dissidentes do regime e mais tarde também pela esquerda e pelo PCP, com 52 anos na altura, tinha uma carreira brilhante, sendo o mais jovem general português, evidenciando-se como negociador da base dos Açores, sendo condecorado pelos EUA e pela Grã-Bretanha, foi adido militar em Washington e chefiou a missão portuguesa na NATO o que o aproximou da democracia americana o lhe valeu, pela parte do PCP, a alcunha de “general Coca-cola”. No movimento de contestação aos resultados eleitorais participaram algumas personalidades monárquicas e católicas, sectores tradicionalmente do lado do regime, como o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes que acabou por ir para o exílio tal como Humberto Delgado, demitido da função pública e expulso da Força Aérea. Corresponde a um sector progressista dentro da Igreja Católica que a partir de então se opôs publicamente ao regime de Salazar. A repressão foi extremamente dura, sobretudo em relação ao PCP que entre 1958 e 1959 perdeu cerca de dois terços dos seus militantes. Também a oposição não comunista foi alvo de perseguições como em 1958 o caso de António Sérgio, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes e Vieira de Almeida, presos por uns dias por terem contestado a proibição da vinda do líder trabalhista britânico, Bevan, a Lisboa para proferir umas conferências; ou o caso da prisão dos 62 subscritores do *Programa para a Democratização da República*, em 1961. Cf. *História de Portugal*, José Mattoso, Vol. VII, pp. 530-531.

de Santos da Costa e de Marcelo Caetano, ambos afastados do governo por Salazar que numa tentativa desesperada de restabelecer o equilíbrio perdido, procedeu a uma reforma governativa, ainda que em termos práticos pouco significativa, tal como o tinham sido as remodelações governamentais de 1949 e de 1955²⁹.

O início da guerra colonial em Angola em 1961 e seu alastramento à Guiné em 1963 e a Moçambique no ano seguinte agravou a contestação à política de Salazar e apesar da forte repressão, alguns sectores da sociedade portuguesa, com destaque para os trabalhadores rurais e fabris, estudantes e militares reformistas começaram a manifestar-se³⁰. Ao mesmo tempo a pressão internacional

face à política colonialista portuguesa crescia³¹. Portugal iniciava um processo de mudança estrutural profundo que marcaria a evolução das mentalidades nas décadas seguintes. A emigração, o turismo a reforma do sistema educativo os novos meios técnicos, nomeadamente a Televisão, o crescimento rápido da classe média e do sector terciário, acompanhados de uma forte urbanização, permitiram que os portugueses tomassem consciência do atraso nacional e da falta de democracia e de abertura ao exterior³².

Salazar, ainda que tenha adaptado o seu discurso aos novos tempos como verificámos atrás, ao fechar-se a uma reforma de base, mantendo-se inflexível e empenhado na defesa do Império num contexto global de mudança e convulsões, ditava o fim do *Estado Novo*³³. Viviam-se novos tempos para os quais Salazar não tinha respostas³⁴. Isolou-se cada vez mais, confiando as tarefas de Estado a

²⁹ De notar que a inflexibilidade de Salazar em relação à questão colonial acabou por funcionar como um elo de ligação entre as várias correntes da oposição e de sectores tradicionalmente do lado do regime, todos empenhados em pôr termo à guerra colonial. Por outro lado, Salazar, ao opor-se à população mais jovem, que não queria ir para a guerra, sobretudo os estudantes universitários, acabou por impedir a reprodução dos seus quadros de elite o que se fez sentir particularmente a partir do final da década de 60, à medida que foi sendo necessário substituir esses mesmos quadros, e os novos dirigentes e técnicos mostraram ter uma postura muito diferente da tradicional, nomeadamente no que diz respeito às obras públicas e ao restauro. A nível económico assistiu-se, em contrapartida, a uma abertura aos mecanismos de liberalização do comércio internacional que tinham sido criados no pós-guerra. Referimo-nos à participação no Comité Maudling para a criação de uma zona europeia de trocas livres e a consequente assinatura da Convenção de Estocolmo em 1960, fundadora da Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA), a aprovação do Acordo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional (FMI), no mesmo ano, e a admissão de Portugal no Banco Mundial em 1959 e no Acordo Geral Sobre tarifas e Comércio (GAAT) em 1962.

³⁰ Recordem-se alguns acontecimentos marcantes: o “Golpe da Sé em 59; em 61, ano em que se iniciou a guerra colonial em Angola, o assalto ao Pacote Santa Maria, a “Abrilada” e o levantamento de Beja; em 62, as manifestações populares a 1 e 8 de Maio promovidas pelo PCP, cujos dirigentes tinham fugido da cadeia pouco antes, e a crise académica em Lisboa e Coimbra.

³¹ O facto de Portugal não contar com o apoio internacional ficou bem claro na forma como a questão colonial foi encarada pelos estados membros da ONU, em particular, no caso de Goa, Damão e Diu, pela posição assumida pela Grã-Bretanha, antiga aliada, que recusou prestar auxílio e pelos restantes países ocidentais que assistiram passivamente aos acontecimentos. A pressão exercida sobre Salazar foi aumentando gradualmente ao longo da década de 60. Inicialmente, seguindo a via diplomática, foram enviadas a Portugal comissões de estudo e encetaram-se negociações no sentido de Portugal enveredar pela autodeterminação não violenta. Face à inoperância da estratégia os estados membros das nações Unidas começaram a aprovar sanções contra o governo português, a cortar relações diplomáticas com Lisboa e a expulsar Portugal de vários organismos internacionais como a Conferência Mundial do Turismo em 1963, da Instrução Pública no ano seguinte, da Conferência Técnica da UNESCO em 1965 e da própria UNESCO em 1971. A própria Igreja Católica, tradicionalmente aliada de Salazar, no final da década de 60 começou a contestar a política colonialista portuguesa, mostrando-se compreensiva com a causa dos Movimentos de Libertação, cujos chefes foram recebidos pelo Papa Paulo VI em 1970.

³² Em relação ao crescimento do sector terciário veja-se o quadro publicado por António José Telo no XIII Vol. da História de Portugal dirigida por João Medina, pag. 325. Só para dar um exemplo em 1950 a população activa do sector era de 1 009 509, em 1960 1 153 463, em 1970 1 412 040 e em 1981 2 084 226.

³³ Referimo-nos ao alastramento da guerra colonial à Guiné em 1963 e a Moçambique no ano seguinte, a independência do Congo e da Argélia, a Guerra do Vietname, guerrilhas na América latina e África, o cisma sino-soviético, a Revolução Cultural chinesa, os movimentos estudantis em França, EUA, e outros países ocidentais, a “Primavera de Praga” e a repressão que se seguiu.

³⁴ Franco Nogueira, “Diários Pessoais”, 21 de Fevereiro de 1962 citado in José Freire Antunes, *Salazar e Caetano. Cartas secretas 1932-1968*, Difusão Cultural, Lisboa, 1994, pp. 81-82.

figuras da sua confiança. Aos portugueses, num discurso propagandístico em que a defesa ultramarina estava em primeiro plano, incentivou-os a lutar pelos “valores pátrios”, lamentando a perda dos valores de um mundo rural que sentia desaparecer, soçobrado pelo peso da industrialização e da urbanização crescentes. O próprio afirmou, em 1962 que:

«Não há dúvida de que estamos perante uma viragem e eu estou preso às ideias do passado. É por isso que eu estou com pressa de ir embora porque não me dou com a nova mentalidade. Isto é só para safados!»³⁵

O sector reformista, liderado por Marcelo Caetano, assistiu passivamente aos acontecimentos, ampliando e consolidando a sua posição no governo, enquanto esperava o afastamento de Salazar, que acabou por acontecer em 1968, por incapacidade física permanente declarada pelo Presidente da República, Américo Tomás, sem conhecimento do próprio que morreu em 1970 convencido que continuava à frente da Nação³⁶.

Contudo, não podemos deixar de verificar que se notam alterações no discurso político de Salazar no final da década de 60. Em Braga, Salazar afirmava em 1966 que:

«Nós fomos de facto um país essencialmente agrícola, mas enquanto não pudemos ser outra coisa.»

É uma afirmação forte que à primeira vista poderia indiciar que o estadista desejava um novo rumo para o país, porém, à frente acrescenta que:

«Continuo a pensar que a agricultura nacional deve acima de tudo ser orientada no sentido de assegurar o sustento da Nação, mas para isso não precisa de absorver toda a sua força de trabalho. E quando pela mecanização e pelo regadio conseguirmos aqueles fins, deixa de ter razão de ser a lamentação de Severim de Faria quando atribui às «conquistas», digamos, na linguagem de hoje, ao Ultramar, a primeira acusa de falta de gente que se padecia e assim, por não existir, empobrecia o Reino. Posta deste modo a questão, é evidente que o primeiro destino, de mais intensa capitalização devia ser a agricultura, não só para a conversão dos meios de trabalho, como para a irrigação dos campos, sedentos e precisados de água.»³⁷

Estas palavras levam-nos a crer que, no fundo, Salazar se mantinha indefectível, continuando a considerar Portugal um país essencialmente agrícola mas essa postura não podia pôr em causa aquela que terá sido a sua derradeira luta: a defesa da integridade do Império. Daí insistir na necessidade de modernizar a agricultura portuguesa, libertando mão-de-obra que poderia ser canalizada para a Indústria e para o Ultramar, deixando de fazer sentido a tese de Severim de Faria e, mais importante, de todos aqueles que no presente a partilhavam alegando que as raízes dos problemas económicos da nação estariam na manutenção do Império e na falta de apoio à indústria,

³⁵ Em relação a este assunto veja-se *O Pensamento de Salazar. Erros e fracassos da era Política*, SNI, Lisboa, 1965 e *Entrevistas. 1960-1966*, Coimbra editora, Coimbra, 1967.

³⁶ Vejam-se as obras citadas na bibliografia de João Medina, Luís Torgal, Fernando Rosas e Braga da Cruz, entre outras dedicadas à temática do Estado Novo.

³⁷ *O Pensamento de Salazar. No 40.º Aniversário do 28 de Maio. Discurso pronunciado por Sua Ex.ª o Presidente do Conselho na Sala da Biblioteca Pública de Braga no dia 28 de Maio de 1966*, SNI, Lisboa, 1966, pp. 6-7.

que o próprio nega ao afirmar que: «*nos últimos dez ou quinze anos vemos a indústria portuguesa tomar atitude rasgada de progresso*». Ou seja, Salazar, exercendo a sua função de pedagogo, procura explicar aos portugueses que é possível manter a estrutura construída pelo *Estado Novo* e em simultâneo avançar no sentido da modernidade. Passado e futuro seriam realidades perfeitamente conciliáveis ao contrário do que muitos defendiam.

É nesse contexto de luta entre ideais reformistas e tradicionalistas que se deve encarar o precipitar das obras do Panteão Nacional e em particular a decisão de Salazar, em 1964, ano em que a guerra colonial se estendera a todo o território ultramarino, de fazer coincidir a sua inauguração com as Comemorações dos 40 Anos do *Ressurgimento Nacional*, antecedendo em seis anos a conclusão das obras.

Inabalável na sua decisão de manter o Império íntegro, Salazar encontrou no Panteão Nacional, encarado como um panteão da Nação transcontinental, o símbolo por excelência da perenidade do mesmo. Embora os grandes vultos dos Descobrimentos não tenham sido trasladados para Santa Engrácia não deixaram de ser homenageados, erguendo-se-lhes cenotáfios no cruzeiro do templo, zona nobre da igreja-panteão que era assim transformada num grande Memorial do Império.

Memorial em que os monárquicos, na definição de Marcelo Caetano «o núcleo mais fiel dos partidários de Salazar», ele próprio monárquico, não tiveram representatividade³⁸. Este facto pode parecer estranho à primeira vista. Se a partir de 1953 se assiste de facto a um progressivo distanciamento entre os monárquicos e o regime,

agudizado em 1960 quando o governo decidiu tomar a seu cargo a organização das comemorações dos 50 Anos da República, com o deflagrar das operações de guerrilha em Angola, em 1961, a defesa da integridade multiracial e pluricontinental da Pátria veio atenuar esse distanciamento, ainda que não de uma forma total uma vez que certos grupos monárquicos se mantiveram afastados³⁹. Sendo o Panteão um Memorial do Império parecia lógico que os monárquicos, enquanto defensores do mesmo, ocupassem um lugar de destaque no monumento. Contudo, Salazar estava consciente que a integridade do Império e o futuro do regime dependiam em grande parte da mobilização do sector republicano, influente no Ultramar. Daí estabelecer um compromisso com a República, associando-a astuciosamente à sua derradeira causa.

No fundo, Salazar recorre a uma estratégia que se demonstrara eficaz no passado, nomeadamente no pós-guerra. Num gesto de concessão às forças que poderiam pôr em causa a permanência do Império e do regime abdica parcialmente dos seus ideais (neste caso a monarquia), ainda que na verdade se mantenha fiel aos mesmos.

A escolha dos autores da estatuária do Panteão é sintomática desse imobilismo de Salazar e da recusa em aceitar a nova realidade que o cercava. Leopoldo de Almeida e António Duarte, ambos vencedores de prémios da SPN/SNI e mestres de escultura na Escola de Belas-artistas. No seguimento da linha definida por Francisco Franco ainda na década de 20 com a escultura de Gonçalves Zarco, inspirada na pintura de Nuno Gonçalves, destinada ao Funchal e exposta em Lisboa em 1928, na Avenida da Liberdade, ambos colocaram o seu trabalho ao serviço do

³⁸ Marcelo Caetano, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977, pp. 365-366.

³⁹ Manuel Braga da Cruz, “Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar”, in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, pp. 183-213.

regime⁴⁰. Entre as décadas de 30 e 60 esse modelo, «marcado por um classicismo austero, discreto e estático», que iniciava uma «nova renascença», palavras citadas por José-Augusto França, foi explorado por vários autores, o que levou a uma uniformização da estatuária pública da época, ainda que com diferenças decorrentes das características pessoais de cada autor⁴¹.

Leopoldo de Almeida (1898-1975) deu um contributo fundamental ao desenvolvimento desse figurino escultórico oficial destacando-se, entre outras, as esculturas realizadas para a *Exposição do Mundo Português*, em 1940: a “Soberania” e as figuras do “Padrão dos Descobrimentos”, cuja parte arquitectónica foi da responsabilidade de Cottinelli Telmo. Respondendo claramente aos objectivos do projecto do Panteão Nacional, não podia deixar de ser chamado a participar, pouco depois de executar a estátua de Oliveira Salazar, em Santa Comba Dão (1964). Na execução das esculturas do interior do Panteão, Leopoldo de Almeida, fazendo nossas as palavras de José-Augusto França a propósito da sua colaboração nas igrejas do Santo Condestável e de São João de Brito, foi particularmente infeliz⁴².

António Duarte (1912) foi outro dos grandes produtores de estatuária oficial. Acérrimo defensor da pedra em detrimento dos novos materiais, posição que assumiu em 1957 no inquérito realizado pela *República*, executou inúmeras obras como o “D. Henrique” da maquete de Raúl Lino, submetida ao concurso de 1938 para Sagres, ou “D. Pedro I”, elaborada em 1965, entre outras.

As três estátuas da fachada principal e as quatro do interior têm dois metros e trinta centímetros de altura e foram orçadas em 180 000\$00 cada⁴³. As figuras estilizadas de Santa Engrácia, da Rainha Santa Isabel e do Santo Condestável, de boa expressão dramática, contrastam com o carácter amorfo das estátuas do interior (figs. 166, 167, 168, 235, 236, 237, 238).

O programa do Panteão Nacional incluía ainda a criação de elementos de Memória que visavam perpetuar o momento em que, e voltando às palavras de Leitão de Barros, «um grande Ministro das Obras Públicas e uma poderosa Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais» tinham conseguido ressuscitar o monumento.

Um desses elementos era uma medalha comemorativa que foi elaborada pelo escultor Vasco Pereira da Conceição, também ele premiado pelo SNI e autor dos brasões dos cenotáfios do Panteão (figs. 281, 241, 243, 245, 247, 249 e 251). Integrando uma geração posterior a Leopoldo de Almeida e a António Duarte, ainda que tenha trabalhado para o regime deixou bem clara a sua posição ao afirmar que: «o comemorativo não altera a verdadeira missão da escultura»⁴⁴. O seu objectivo não era acabar com os monumentos comemorativos, mas actualizar a linguagem usada, pondo de lado os figurinos em uso desde a década de 30, o que não conseguiu, tal como o não conseguiram noutras áreas os defensores da modernização do Estado português.

Na execução da medalha optou por usar uma linguagem clássica, indo ao encontro do espírito que presidia à concepção do Panteão Nacional. No anverso, representou esquematicamente o monumento, ao centro, rodeado

⁴⁰ Acerca deste assunto veja-se: José-Augusto Franco, *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991; Rui Mário Gonçalves, *Pintura e escultura em Portugal. 1940-1980*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1980; Artur Portela, *Salazarismo e artes plásticas*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1982.

⁴¹ José-Augusto França, *Op. Cit.*, pp. 261-262.

⁴² José-Augusto França, *Op. Cit.*, pag. 269.

⁴³ DGEMN, *Santa Engrácia*, Processo de obras, N.º 1294, Ofício da Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais, 7 de Agosto de 1968.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pag. 432.

por duas legendas, separadas por florões ornamentais concebidos dentro da linguagem decorativa da época de construção da igreja. A legenda superior identificava o edifício e a inferior a instituição responsável pelas obras: o Ministério das Obras Públicas⁴⁵. Na concepção do reverso da medalha, Vasco Conceição usou como fonte iconográfica o Canto I, Estrofe II, de *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões: «E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da Morte libertando». A estrofe referida foi usada como legenda, circundando a composição central, constituída por três figuras: à direita a Morte, à esquerda o Tempo e ao centro uma figura alada que se ergue acima das outras duas, «eternizando-se na glória e na admiração dos vindouros: símbolo do heroísmo e de superiores virtudes». De acrescentar que o escultor optou por transcrever a estrofe de Camões de acordo com a letra e a ortografia da edição de *Os Lusíadas* de 1572, a primeira, por considerá-las mais expressivas e decorativas (fig. 281).

Raúl Lino, chamado a emitir um parecer acerca do estudo para a medalha, considerou que o anverso apresentava uma disposição geral de aproveitar, chamando a atenção para a perspectiva do monumento, que devia ser cuidadosamente tratada nas suas proporções de forma a corresponder à realidade⁴⁶. Não concordou com o tipo de letra escolhido para as legendas que teria um carácter de publicidade um tanto vulgar, nem com a aproximação estilística feita por Vasco da Conceição relativamente aos florões que separam as legendas, que considerou enquadrarem-se mais no estilo Império do que no da época

de construção do edifício. Quanto ao reverso, gostou da ideia, mas não aprovou a figuração a que, no seu entender, faltava academia, nem a letra, que precisava de ser tratada com mais estilo e correcção.

Vasco Pereira da Conceição, tomando em consideração o Parecer de Raúl Lino, elaborou um segundo estudo, respeitando a perspectiva do monumento nas suas proporções⁴⁷. Quanto às letras, assinalou que seriam executadas dentro da perfeição exigida pela boa técnica medalhística, como tinha acontecido nos mais de vinte trabalhos executados até à data pelo próprio. Em relação aos florões chama a atenção para o facto de no primeiro estudo se ter limitado a situar a mancha onde iriam figurar, acrescentando que definira a sua forma de acordo com os elementos fornecidos e trocas de impressões com os Serviços dos Monumentos Nacionais. Em relação ao reverso, alegando não ser sua intenção executar um trabalho académico, introduziu poucas alterações. Contudo, tratando-se «de uma obra com uma índole bem definida», procuraria executá-la de harmonia com esse facto, não abdicando da ideia de reproduzir tão fielmente quanto possível a letra e a ortografia da primeira edição dos *Lusíadas*. Vasco Pereira da Conceição concluiu acrescentando que:

«a validade real artística da obra executada, consequência de estudos ulteriores, responderá essa própria obra em si e comparativamente toda a obra anterior do autor».

Raúl Lino, mais uma vez chamado a emitir um Parecer sobre o estudo apresentado para a medalha, considera-o

⁴⁵ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, Nº 1293, Vasco Pereira da Conceição, *Memória Justificativa e Descritiva da Medalha da inauguração do Panteão Nacional*.

⁴⁶ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, Nº 1293, Raúl Lino, Parecer, 29 de Março de 1966.

⁴⁷ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, Nº 1293, Vasco Pereira da Conceição, *Memória Justificativa e Descritiva da Medalha da inauguração do Panteão Nacional (segundo estudo)*.

preferível ao primeiro, ainda que continuasse a discordar quanto à caligrafia da legenda do reverso da medalha⁴⁸.

Vasco Pereira da Conceição, apesar de ter sido chamado a executar um terceiro estudo, não abdicou da forma como concebera a medalha, acabando por ser executada de acordo com as opções que tomara desde o início, à excepção da perspectiva do monumento que foi corrigida.

Outra forma encontrada de perpetuar as obras de Santa Engrácia foi a publicação de uma plaquete.

Era prática comum da DGEMN publicar um *Boletim* documentando as intervenções, com fotografias do estado do monumento antes e depois da intervenção, a relação dos técnicos responsáveis e um breve histórico do edifício. No caso das obras de Santa Engrácia foi publicada apenas uma plaquete simples, embora se tenha chegado a considerar a publicação do respectivo Boletim, facto documentado por correspondência trocada entre a DGEMN e Manuel Lopes de Almeida, vogal da Comissão consultiva encarregue do estudo, pesquisas de investigação bibliográfica e elaboração do texto histórico⁴⁹. Talvez o facto se explique pelo atraso por parte de Manuel Lopes de Almeida na entrega do referido texto, que em virtude dos seus afazeres profissionais, a 7 de Dezembro, ou seja, após a inauguração do monumento, ainda se encontrava a proceder à última revisão do texto.

O texto da plaquete, que não foi assinado, é breve e diz respeito essencialmente ao histórico do edifício, embora se justifique a pertinência da obra e se faça referência às dificuldades encontradas, acrescentando-se que:

*«No entanto, o Ministério das Obras Públicas, pelo Serviço dos Monumentos Nacionais, já há muito adquirira a capacidade resolutive para tão grave cometimento, mas agora o seu conhecido pundonor e aguda sensibilidade eram de facto penhores de execução aprimorada e atenciosa da traça primitiva. E o esplêndido monumento aí está, reintegrado na sua feição peculiar seiscentista, projecção exaltante do humanismo pós-tridentino, clássico na inspiração, severo de formas e equilíbrio estético, riquíssimo no enfloramento da pedra e do mármore, um hausto espiritual da nobre inteligência e da aspiração cordial desta nossa presente idade, que mais pede a quem muito lhe dá».*⁵⁰

De notar o facto de a intervenção ter sido encarada como uma reintegração e a forma como se expressa a eficácia da acção dos Serviço de Monumentos Nacionais, que *«já há muito adquirira capacidade resolutive para tão grave acometimento»*, talvez justificando o facto de só passados quarenta anos sobre o Decreto que decidira adaptar o templo a Panteão Nacional e trinta sobre o golpe militar de 28 de Maio, a decisão ter tomado corpo, ou seja, não teriam sido entraves relacionados com a capacidade para executar a obra que teriam adiado o projecto mas outros.

Lembramos que ainda em 1934 se constituíra uma comissão para o estudo do Panteão, iniciando-se os trabalhos de sondagem, mas não era o momento certo e outros projectos terão passado à frente do Panteão, nomeadamente as comemorações do duplo centenário da Formação da Nação e Restauração da Independência Nacional realizadas em 1940, que foram precedidas de uma vasto

⁴⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, Nº 1293, Raúl Lino, Parecer, 18 de Maio de 1966.

⁴⁹ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, Nº 1294.

⁵⁰ Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, *Panteão Nacional, DGEMN-MOP*, Lisboa, Dezembro 1996, pag.14. Sublinhado nosso.

programa de intervenções de restauro e nos quais Santa Engrácia, uma igreja barroca, não cabia. A construção de um Panteão Nacional não se enquadrava nos objectivos na altura de Salazar. Vinte anos mais tarde, num momento de declínio do regime e dos valores nacionalistas a ele associados, essa tarefa torna-se pertinente. Era preciso fazer reacender a chama do patriotismo num momento em que o Império secular português estava em risco de se desagregar. A construção do Panteão foi assim encarada como «*um hausto espiritual da nobre inteligência e da aspiração desta nossa presente idade, que mais pede a quem muito lhe dá.*» É curiosa, ainda, a referência ao humanismo pós-tridentino, como se o espírito que moveu a Irmandade no século XVII ressurgisse em pleno século XX, mas a vitória agora não era do Santo Ofício mas do *Estado Novo*.

A documentação gráfica e fotográfica da plaquete é exígua: uma planta do Panteão Nacional, a transcrição do texto da lápide comemorativa colocada no edifício, uma fotografia do exterior depois das intervenções, outra do portal barroco, uma da medalha comemorativa e seis fotografias de pormenores do interior, duas das quais das esculturas de António Duarte e outra do órgão. No final da plaquete foi publicada uma relação dos intervenientes e os nomes dos membros da Comissão Consultiva. De notar que Amoroso Lopes, autor do projecto inicial de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, enviou uma carta a Vaz Martins, Director de Serviços de Monumentos da DGEMN, criticando o facto de o seu contributo não ter sido mencionado ao longo do texto o que, a seu ver, além de justificado era fácil, bastando «*para o efeito dar uma outra redacção a duas das referências contidas nesse texto, nos períodos 5 e 6 da penúltima página, aproveitando-se até essa circunstância para melhor se referir o que na realidade se verificou a tal*

respeito». ⁵¹ Contudo, apesar do contributo do arquitecto ter sido omitido no texto da plaquete e na conferência de imprensa, dada no dia anterior à inauguração, o mesmo foi condecorado com o título de oficial da Ordem de Sant'Iago da Espada pelo Presidente da República em Belém.

À entrada do Panteão Nacional foi colocada uma lápide comemorativa, outro dos elementos de Memória (fig. 282). Em mármore, de grandes dimensões, simples, com letras cinzeladas, não refere o nome dos responsáveis directos pela obra mas dos membros do governo, sem esquecer o Cardeal Cerejeira:

«NO ANO DE 1966, EM COMEMORAÇÃO DO 40º ANIVERSARIO DA/ REVOLUÇÃO NACIONAL SENDO PRESIDENTE DA REPÚBLICA O/ CONTRA-ALMIRANTE AMÉRICO DE DEUS RODRIGUES THOMAZ/ PRESIDENTE DO CONSELHO O PROFESSOR DOUTRO ANTÓNIO/ DE OLIVEIRA SALAZAR. MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS O/ ENGENHEIRO EDUARDO ARANTES E OLIVEIRA CONCLUIU ADIREC/ÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS AS/ OBRAS DESTES TEMPLO ERIGIDO SOB A EVOCAÇÃO DE SANTA/ ENGRÁCIA E INACABADO DURANTE MAIS DE DOIS SÉCULOS/ NO DIA 7 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO DE 1966 ABENÇOADO/ PELO CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA DOM MANUEL GONÇAL/ VES CEREJEIRA NA PRESENÇA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA/ DO GOVERNO E DE OUTRAS INDIVIDUALIDADES ABRIU/ AO CULTO E FICOU SENDO PANTEÃO NACIONAL PARA GLORI/ FICAR VULTOS ILUSTRES QUE A PÁTRIA RESPEITA E CONTEMPLA/ MCMLXVI».

⁵¹ DGEMN, *Panteão Nacional de Santa Engrácia*, Processo Administrativo, N.º 1293, Amoroso Lopes, 12 de Dezembro de 1966. No texto da plaquete refere-se que: “Mas ainda não esgotado o estudo do problema, foi mandado ao estrangeiro um daqueles técnicos que, como resultado da sua viagem de estudo, sugeriu uma solução que procurava, a um tempo, resolver o remate superior da inacabada igreja com um zimbório de cúpula singela e atender a um menor dispêndio.”



Era o suficiente para fazer passar a mensagem de eficácia do regime, suas instituições e políticos, cuja acção permitira concluir o «*Templo erigido sob a evocação de Santa Engrácia e inacabado durante mais de dois séculos*». Ficava ainda claro que se respeitara a vocação do imóvel, que apesar de adaptado a Panteão Nacional se mantinha aberto ao culto, abençoado pelo Cardeal Cerejeira.⁵²

A evocação do *Quadragésimo Aniversário da Revolução Nacional* e o facto de referir os nomes de alguns dos mais destacados vultos do regime – o Presidente da República, Contra-Almirante Américo Thomaz, o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, o Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, e o Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, – levou a que após o 25 de Abril de 1974 o Secretário de Estado da Cultura e Educação

emitisse um despacho determinando que a lápide fosse retirada, encontrando-se hoje à entrada da sala dos túmulos dos políticos, como peça museológica.

Além da medalha, da plaquete e da lápide destaca-se a cerimónia de inauguração, meio por excelência de propaganda e afirmação do regime. Esta foi cuidadosamente planeada pela Comissão do Panteão e coberta pelos principais órgãos da comunicação social, com a realização de uma conferência de imprensa prévia e transmissão em directo na Rádio e na Televisão. Colocavam-se questões de difícil solução, de ordem prática e protocolar, uma vez que se tratava não apenas da inauguração de um edifício restaurado, mas da realização de cerimónias fúnebres da trasladação dos vultos que se encontravam no Mosteiro dos Jerónimos para o recém-criado Panteão Nacional.

A 6 de Dezembro de 1966, Arantes e Oliveira reuniu-se com os jornalistas numa dependência do Panteão Nacional para lhes fornecer alguns elementos acerca do empreendimento, seguindo-se uma visita ao monumento. Além do Ministro das Obras Públicas estavam presentes o engenheiro Rebelo Pinto, subsecretário de Estado do mesmo Ministério, o engenheiro José Pena da Silva, director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Professor Doutor Damião Peres e o arquitecto Vaz Martins, director dos Serviços de Monumentos, além de outros funcionários superiores do MOP e técnicos que tinham colaborado nas obras.

Arantes e Oliveira começou por salientar que o objectivo da reunião era:

«*dar conhecimento público, por intermédio da Imprensa, da Rádio e da Televisão do que possa interessar à Nação em torno do Panteão Nacional. (...) Pareceu ao governo, com efeito, que a envergadura e o significado muito*

⁵² Esta prática foi comum no *Estado Novo*, não só a nível das grandes intervenções de restauro como era o caso de Santa Engrácia, mas mesmo em obras públicas menores de construção de equipamento. Ainda hoje por vezes se encontram essas placas em fontanários e mercados, entre outro tipo de equipamento, ainda que repintados ou raspados, deixando ler apenas a data da construção.

especiais do empreendimento levado a cabo (...) e ainda a grande projecção nacional que é lícito atribuir ao acontecimento que vamos celebrar, justificava amplamente este nosso encontro».

De seguida, o Ministro traçou uma breve resenha do historial do edifício, apoiando-se no trabalho do Professor Lopes de Almeida, passando a descrever a intervenção da DGEMN desde a decisão governamental de concluir a igreja e adaptá-la a Panteão Nacional, em 1956, até à conclusão das obras⁵³. Deu particular importância aos problemas económicos e técnicos que se colocaram desde o início, ao trabalho dos canteiros, informando a propósito que a escola de Santa Engrácia teria continuidade no Palácio da Ajuda, aos responsáveis pelo restauro do órgão transferido da Sé de Lisboa, ao trabalho da Comissão do Panteão, à disponibilidade do Cardeal Cerejeira e à participação das Forças Armadas na cerimónia de inauguração, não deixando de realçar o contributo de Oliveira Salazar que teria iluminado desde o princípio o empreendimento *«com a sua esclarecida orientação pessoal, sem a qual ele não teria sido possível, ao menos com a mesma segurança e a mesma facilidade»*.

Em relação ao Panteão, refere as figuras homenageadas e o facto de ficarem salas disponíveis para outros vultos cuja panteonização se mostrasse pertinente no futuro, acrescentando estar prevista a construção de uma cripta, com correspondência com toda a nave do templo, logo que necessário.

No dia da conferência de imprensa o próprio Salazar visitou o monumento, para se inteirar dos pormenores da

cerimónia de inauguração, e deram entrada no Panteão as urnas com os restos mortais de Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona, que foram colocadas nos respectivos túmulos (fig. 267).

No dia da inauguração, o Presidente da República procedeu à imposição das condecorações no Palácio de Belém, com que decidiu distinguir, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, todos os profissionais que colaboraram na execução do empreendimento (fig. 268). Vaz Martins foi condecorado como grande oficial da Ordem do Infante D. Henrique; Amoroso Lopes, como oficial da Ordem de Sant'Iago da Espada; Frederico Caetano de Carvalho, Lyster Franco, José António Ramos Pereira Sampaio, José João Cruz Azevedo e Arnaldo Marques da Silva como oficiais da Ordem do Infante D. Henrique; José Conceição Vaz como cavaleiro da Ordem do Infante D. Henrique; Henriques Costa com a medalha da Ordem do Infante e José Sequeira, António da Conceição Lourenço, José Carlos e Benevides Gregório com a Medalha de Mérito Agrícola e Industrial, classe de Mérito Industrial. Já no Panteão Nacional, o Ministro das Obras Públicas e o sub-secretário de Estado da mesma pasta, auxiliados pelos directores geral da DGEMN, pelo Director de Serviços dos Monumentos Nacionais e outros funcionários destacados, impuseram medalhas comemorativas da inauguração a todos os que participaram na obra.

A cerimónia de inauguração teve lugar no dia 7 de Dezembro às 18 horas. As janelas sacadas do largo de Santa Engrácia foram ornamentadas com tapeçarias antigas com o escudo nacional e bandeiras e a população da cidade ocorreu às imediações do monumento (figs. 273, 274 e 275). Para prestar honras aos convidados, duas filas de praças de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, envergando as fardas de grande uniforme, ladeavam o acesso ao templo.

⁵³ De notar que não é feita qualquer referência ao trabalho de Amoroso Lopes, ainda que se refira terem sido consultados uma dezena de arquitectos.

Do largo à escadaria e desta à entrada do Panteão, formavam deputações da Escola Naval e da Academia Militar (figs. 269 e 270). Ao centro da escadaria, uma passadeira de veludo vermelho estendia-se até à capela-mor.

As primeiras individualidades começaram a chegar às 17 horas – o arcebispo de Mitilene, o Núncio Apostólico, os membros do governo, altos funcionários dos Ministérios e das Forças Armadas e o Príncipe da Beira acompanhado do Conde de Almada. Às dezassete horas e trinta minutos chegou Oliveira Salazar que foi recebido pelo chefe do Protocolo do Estado, o embaixador Emílio Patrício, e pelos Ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional que o acompanharam até ao interior da igreja. Imediatamente a seguir chegaram o Cardeal Cerejeira, também ele recebido pelo embaixador Emílio Patrício, e a esposa e a filha do Presidente da República, seguindo-se o próprio, acompanhado pelos elementos da Casa Civil e Militar (figs. 271 e 272).

À entrada do templo, um seminarista, ladeado de tocheiros, empunhava a Cruz Patriarcal. No interior, no transepto, foi colocado um grande tocheiro, rodeado de flores e junto à capela-mor, do lado direito, uma bandeira nacional e um tocheiro votivo.

O Núncio Apostólico, D. Maximiliano de Fürstenberg, e o arcebispo de Mitilene, D. António de Castro Xavier Monteiro, sentaram-se na capela-mor. O Presidente da República, Américo Thomaz, Oliveira Salazar e os restantes altos dignatários e representantes do governo ocuparam lugares no cruzeiro, do lado do Evangelho, distribuídos hierarquicamente (figs. 276, 277 e 278). Do lado oposto sentaram-se as esposas dos convidados, destacando-se as esposas de Américo Thomaz, Mário de Figueiredo, Supício Pinto, Saraiva de Albuquerque, Mota Veiga, Arantes e Oliveira e Galvão Telles. Ao lado dos membros do governo, no transepto Norte, em cadeiras especiais, na primeira fila, os representantes dos

vultos consagrados no Panteão, seguindo-se familiares dos mesmos. Ainda no transepto Norte, altas autoridades civis e militares, entre as quais o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Comissão executiva das comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, o Secretário Nacional da Informação, os Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas e o Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana. No transepto Sul sentaram-se representantes da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, antigos membros do governo, reitores de Universidades, os Presidentes da Fundação Calouste Gulbenkian e da Sociedade de Geografia, entre outros. A Comissão do Panteão ficou sentada na primeira fila da nave, assim como alguns governadores civis. A juventude portuguesa foi representada por filiados da Mocidade Portuguesa fardados, membros do Círculo de Estudos Ultramarinos, estudantes das províncias ultramarinas portuguesas que se encontravam na metrópole e estudantes universitários, trajados, das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. A extensa lista de convidados que incluía representantes do Poder central, local e fundações privadas, sem esquecer a juventude portuguesa, traduz a importância que foi dada ao evento, encarado como um acontecimento nacional.

A cerimónia começou com a benção do templo pelo Cardeal Cerejeira, paramentado de mitra e báculo, enquanto o “Scholla Cantorum” do Seminário dos Olivais entoava cânticos (fig. 279). Seguiu-se a alocução do Cardeal Patriarca e a Missa. Em seguida o Presidente da República, acompanhado de Salazar e dos Presidente da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, dirigiu-se às salas onde se encontravam os túmulos e colocou duas coroas que foram transportadas por filiados da Mocidade Portuguesa e estudantes universitários de capa e batina. A cerimónia foi encerrada com o hino nacional (fig. 280).

O Panteão Nacional foi aberto ao público em geral entre as 21 horas e as 24 horas do mesmo dia e no dia seguinte foi celebrada uma Missa, às 11 horas da manhã.

A cerimónia foi seguida de perto pelos meios de comunicação social – jornais, Rádio e Televisão. A cobertura feita pela imprensa nos dias que antecederam o evento e no próprio dia, deu um destaque particular às figuras do cardeal Cerejeira e de Oliveira Salazar, não deixando, contudo, de narrar minuciosamente todos os passos das cerimónias⁵⁴.

Ficava desta forma garantida a memória não só dos vultos panteonizados mas do governo que conseguira o que nenhum antes fora capaz – concluir Santa Engrácia e fazer justiça aos grandes da Nação. A plaquete, a medalha, a lápide comemorativa e os artigos publicados nos jornais nacionais perpetuaram a acção dos vivos em prol dos mortos. Propaganda ao regime, afirmação de Poder, consubstanciados em papel, bronze e pedra e exultados na grandiosa cerimónia de inauguração.

Era preciso mostrar aos portugueses que o *Estado Novo*, que se erguera sobre as ruínas deixadas pela I República, passadas quatro décadas mantinha-se inabalável, assente sobre os alicerces fortes que ele próprio construía⁵⁵. Por outro lado, com a conclusão das obras de Santa Engrácia fora possível o impossível, pondo-se fim a uma maldição secular e a um provérbio popular, justificando-se assim as avultadas verbas despendidas no empreendimento. Citando o Cardeal Cerejeira:

«O milagre realizou-se. Ei-la, toda bela na sua casta nudez, a igreja que se tornara símbolo das coisas inacabadas. Poder mais alto quebrou o encanto da lendária maldição. Novo tabernáculo de Deus com os homens se inaugura hoje.»⁵⁶

Dispomos agora de elementos para responder à questão que colocámos no início: Templo da Fama ou Westminster português?

Uma primeira análise aponta para a segunda hipótese, quer pelas personalidades escolhidas quer pelo carácter religioso que foi dado ao Panteão, ainda que difuso, patente no altar e nos santos colocados sobre os púlpitos do cruzeiro, inexistentes na igreja inacabada e construídos agora para o Panteão, e com mais propriedade na cerimónia de inauguração. Uma análise mais atenta leva-nos a concluir que o Panteão Nacional português não é nem um Templo da Fama nem um Westminster.

Antiga igreja, que nunca o chegou a ser, ao mesmo tempo Panteão Nacional que o é ou, não é? Questão importante que merece alguma reflexão. Será que o Panteão Nacional cumpre a sua missão? E que missão é essa?

Relembramos que a ideia de Panteão não é filha do *Estado Novo* mas da Revolução Francesa e do liberalismo, realidades distantes do pensamento de Salazar. Guiado por uma ideologia nacionalista que tinha como fim legitimar o Império Português parece-nos que o Presidente do Conselho de Ministros pretendia criar um Memorial e não um Panteão. Daí, prescindir-se da presença dos restos mortais dos homenageados, erguendo-se cenotáfios no cruzeiro da igreja, colocando-se em segundo plano os vultos presentes, políticos e escritores, em duas salas

⁵⁴ Entre os jornais que fizeram a cobertura da inauguração contam-se o *Novidades*, *O Século*, o *Diário da Manhã*, o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa*, a *Voz* e o *Diário Popular*. Nos meses que antecederam a cerimónia foram publicados muitos artigos acerca do Panteão não só nestes jornais, mas noutros.

⁵⁵ Referimo-nos à instituição de uma nova ordem, alicerçada em bases ideológicas sustentadas pela *União nacional*, criada em 1930, a nova *Constituição* de 1933 e o *Estatuto do Trabalho Nacional*. Acerca deste assunto vejam-se as obras citadas na bibliografia de João Medina, Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas e Luís Reis Torgal.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

pequenas e discretas que facilmente passam despercebidas a um visitante menos atento.

Como Panteão Nacional do *Estado Novo* é um monumento fraco, conciliador, que não ousou homenagear figuras que poderiam suscitar polémica nem se demarcar de instituições que tinham contribuído para a manutenção do regime⁵⁷. Tendo em conta o empenho de Salazar e as avultadas verbas empregues no projecto numa época de crise nacional este facto pode parecer estranho se o objectivo de Salazar fosse de facto criar um Panteão Nacional à semelhança do francês ou do inglês.

Como Memorial, e esquecendo as salas dos túmulos, assume um outro significado, ainda que desfasado do contexto nacional e internacional em que foi criado. Representando um ideário nacionalista moribundo parece-nos que a inauguração do Panteão terá mobilizado a opinião pública não pela simbologia que o monumento encerra em si, mas pelo facto de se pôr fim a um mito fortemente arraigado na tradição popular, o que explica que rapidamente tenha caído no esquecimento e que os Jerónimos continuassem no ideário nacional como o verdadeiro Panteão.⁵⁸

A implantação de um regime democrático não veio alterar a situação. A Democracia tem sido parca em panteonizações, não se tendo colocado por enquanto a questão prevista por Arantes e Oliveira em 1966 da necessidade de

construir uma cripta para aumentar o espaço disponível no monumento, o que em parte estará relacionado com a carga negativa associada ao monumento, encarado como uma construção do antigo regime.

A primeira figura pública panteonizada após o 25 de Abril de 1974 foi Fernando Pessoa, por proposta de Manuel Alegre em 1985, mas o local escolhido não foi Santa Engrácia, mas o claustro dos Jerónimos, mosteiro onde se encontrava Camões (figs. 299, 300 e 301)⁵⁹. Desde 1974 até à actualidade, Santa Engrácia recebeu apenas os restos mortais de Humberto Delgado (fig. 266a), símbolo da luta contra o regime salazarista, que foi trasladado do Cemitério dos Prazeres a 5 de Outubro de 1990 e, recentemente, Amália Rodrigues (fig. 266b).

A panteonização de Humberto Delgado, embora tenha sido um acto isolado e a cerimónia não tenha tido a expressividade que o próprio dia escolhido pressupunha, foi importante porque se retomava a ideia setembrista de homenagear aqueles que se tinham batido pela liberdade⁶⁰. Porém, não foi o suficiente para aproximar os portugueses do seu Panteão Nacional.

A panteonização de Amália Rodrigues em 2001 poderá ter um significado profundo para o Panteão⁶¹. Tratando-se de uma figura grata da maioria da população portuguesa, reconhecida a nível internacional, haverá certamente um

⁵⁷ A Igreja Católica teve um papel fundamental em todo o processo de criação do Panteão Nacional quer pela presença de representantes na Comissão do Panteão, quer pelo relevo que foi dado ao cardeal Cerejeira na cerimónia de inauguração, ela própria revestida de um forte carácter religioso, com bênção e Missa. Este facto deve ser encarado dentro da aproximação à Igreja incutida desde o início do regime por Salazar ainda que em grande parte se deva ao facto do Panteão ser, em simultâneo, uma igreja. Por outro lado, o Panteão é claramente republicano ao não homenagear nenhum monarca ou monárquico português, o que talvez se justifique no caso dos primeiros pelo facto de já terem os seus panteões.

⁵⁸ Este comentário nasceu da reflexão após conversas que tivemos com pessoas que viveram a época, ao contrário de nós.

⁵⁹ Eduardo Lourenço escreveu um artigo na revista do jornal *Expresso* de 13/07/1985 com o título “Apoteose ou Segunda morte de Fernando Pessoa?”, pp. 29-31, onde chama a atenção para a transformação de Pessoa, tal como acontecera com Camões, num “modelo da maneira portuguesa de estar no mundo”, numa “super star da nossa cultura da segunda metade do século XX”, acrescentando que “ninguém está nos túmulos que lhe preparam”.

⁶⁰ Acerca desta cerimónia leia-se *Humberto Delgado / Memória / Panteão Nacional*, Lisboa, IPPC, 1990; o artigo de Ana Sá Lopes, “Homenagem a Humberto Delgado / O Governo quase ausente no panteão” *Público*, 6 de Outubro de 1990, pp. 5-6. João Medina no artigo citado na bibliografia da *História de Portugal* que dirigiu analisa estes dois documentos.

⁶¹ De notar que este não era o desejo da fadista tendo-se levantado alguma polémica na altura acerca da sua trasladação para Santa Engrácia, havendo quem defendesse que Amália devia ir para os Jerónimos.

aumento considerável de visitantes ao Panteão Nacional, que gradualmente irão interiorizar a ideia de que Santa Engrácia é o Panteão de figuras públicas portugueses⁶². Contudo, não podemos deixar de notar que esta que foi a primeira panteonização em Portugal de uma mulher e de uma figura do meio artístico, não foi pacífica⁶³. Os argumentos variam. Joaquim Caetano, historiador da Arte, e Jorge Freitas Branco, antropólogo, interpretam a trasladação de Amália como uma prova de maturidade da democracia portuguesa que conseguia finalmente ultrapassar o reconhecimento colectivo artificial criado pelo *Estado Novo*, assentando a glorificação de figuras públicas em novos critérios. Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República na altura, invocou a importância do saber dar sentido à palavra para justificar a colocação da arca tumular da fadista ao lado das de João de Deus, Almeida Garrett e Guerra Junqueiro que, a seu ver, «se pudessem ter votado em São Bento o diploma da trasladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional achariam que assim é que está bem». Do lado dos detractores da iniciativa, Moisés Espírito Santo, sociólogo, alega que a ideia de Panteão surge para honrar «aqueles que, independentemente da sua opção partidária, se distinguiram pela fundação e concretização de momentos políticos e sociais que marcam a história da Nação». Ainda que reconheça o mérito e qualidades de Amália enquanto artista não encontra na sua acção esses que seriam os pressupostos da panteonização acrescentando que se Amália é

panteonizada então também o poderia ter sido Joaquim Agostinho. Por outro lado, muitos admiradores anónimos de Amália preferiam que os restos mortais da fadista tivessem permanecido no Cemitério dos Prazeres visto que a entrada no Panteão é paga ao que acrescentamos o facto de em Santa Engrácia, um monumento classificado e austero, não serem permitidas práticas culturais habituais nos cemitérios portugueses como a colocação de objectos de memória variados que dizem respeito não só ao morto mas aos que os veneram.

Trata-se de uma questão complexa, como o é o próprio Panteão pela carga ideológica negativa que encerra por associação ao *Estado Novo* e à figura de Salazar. Parece-nos que a decisão de panteonizar Amália foi acima de tudo uma opção política com o objectivo de desmistificar o Panteão, conferindo-lhe um novo significado. Nesse sentido parece-nos positiva, porém, não podemos deixar de notar que é necessária alguma contenção. Não basta panteonizar figuras populares da cultura portuguesa, é preciso definir bem os critérios de panteonização sob pena de se desvirtuar a ideia de Panteão, tornando-a vazia de sentido. Compete aos futuros governantes portugueses, e a todos os que têm responsabilidades acrescidas na área da cultura em Portugal, definir esses mesmos critérios e garantir a dignificação do Panteão Nacional caso contrário, e retomando as palavras do Visconde de Vila-Moura:

«(...) D'esta arte se volve o Panteão num forçado museu de ossos, num extravagante colégio de esqueletos, para onde os dos mais notáveis terá fatalmente de ser conduzidos (...)»⁶⁴.

⁶² É indiscutível o facto que a panteonização de Amália mobilizou grande parte dos portugueses que acompanharam as cerimónias fúnebres e continuam a visitar o seu túmulo. Seria interessante proceder a um estudo sério, com a realização de inquéritos e entrevistas, para averiguar até que ponto se deu ou não essa mudança na forma dos portugueses sentirem o Panteão Nacional.

⁶³ Cf. Mário Robalo, "No altar do Panteão", *Expresso* (revista), 7 de Julho de 2001, pp. 18-26.

⁶⁴ Visconde de Vila-Moura, *As Cinzas de Camilo. Novos documentos*, 2.ª ed., Edição de a "Renascença Portuguesa", Porto, 1925, pag. 47.

4

A INTERVENÇÃO DA Direcção Geral DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

A decisão de usar um edifício existente revestindo-o de uma nova função implicou que se assumissem riscos, sobretudo, tendo em conta que se tratava de um monumento classificado, que nunca fora concluído e do qual não se conhecia o projecto original. Daí a necessidade de um estudo pormenorizado que conduzisse a uma selecção cuidada dos critérios de adaptação e conclusão.

É importante saber que critérios foram esses e de que modo foi feita a sua selecção. Começamos por chamar a atenção para o facto de se detectarem duas posturas bem distintas e distanciadas no tempo, facto resultante do governo ter encarado o projecto numa linha de continuidade que remonta ao início do *Estado Novo* e os intervenientes

directos nem sempre o terem feito. Ou seja, esteve presente uma filosofia de intervenção que remonta ao século XIX, ao pensamento de Viollet-le-Duc, e outra que traduz o pensamento da época da intervenção, a década de 60. Talvez assim se explique a dificuldade em definir uma linha orientadora e as alterações introduzidas ao projecto inicial.

A primeira, assumida por Henrique Gomes da Silva em 1934 no *I Congresso da União Nacional*, marcou a acção da DGEMN, em particular nas décadas de 30 e 40, levando à desobstrução de construções medievais mediante a demolição ou, quando eticamente não era possível, a trasladação de acrescentos de épocas posteriores, e à construção em estilo, por analogia ou apenas por hipótese¹.

¹ Acerca deste assunto veja-se a bibliografia citada acerca do conceito de Património e de Restauro nomeadamente, Maria João Neto, *A DGEMN e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1995, publicada em 2001 pela faculdade de Letras da Universidade do Porto. O tema da comunicação do Director-Geral da DGEMN era “Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro”. Viollet-le-Duc (1814 – 1879), arquitecto francês, defendeu a ideia do restauro estilístico, que expressa nos dez volumes do *Dictionnaire raisonné de l'Architecture*, publicado em Paris entre 1854 e 1868. Para atingir o seu objectivo, a perfeição formal do edifício, era preciso devolver o imóvel à sua forma prístina e se necessário corrigi-la. O restaurador tinha de “entrar na pele” do autor do projecto original e ultrapassá-lo, corrigindo os seus erros, o que pressupunha um conhecimento apurado da época e do monumento, ou alguma imaginação na ausência de elementos conhecidos. De acordo com os princípios positivistas, Viollet-le-Duc tentou provar cientificamente a superioridade da arquitectura gótica, que usou para criar novas formas e aplicar novos materiais, recorrendo à geometria, à matemática e à análise construtiva. Na prática de restauro seguiu uma metodologia própria que passava pela investigação histórica prévia acerca do imóvel a restaurar e criação de tipologias. Defendeu a utilização de formas e materiais idênticos aos originais e a reconstrução de elementos decorativos desaparecidos ou danificados, se necessário por analogia, para refazer a unidade de estilo. Admitiu, em relação ao existente, a alteração de elementos estruturais e decorativos para corrigir desequilíbrios. Desde que se respeitassem os cânones do gótico, quase tudo era permitindo, o que conferia ao restaurador o estatuto de criativo, colocando-o em igualdade relativamente ao arquitecto ou qualquer outro artista. Paralelamente desenvolveram-se outras linhas de pensamento. John Ruskin (1819 – 1900), um esteta e não um arquitecto desenvolveu uma perspectiva de restauro assente em pressupostos morais, religiosos e éticos. As considerações que teceu se situam no campo da especulação teórica, vindo a ser aplicadas só mais tarde, por discípulos seus. Encarava os monumentos como documentos da História da Humanidade e não apenas da civilização ou grupo que os produzira, e ao mesmo tempo como parte integrante da Natureza, uma dádiva de Deus. De acordo com uma visão organicista eles nasciam, tinham um tempo de vida e morriam transformando-se em ruínas, valor estético a preservar como testemunho de uma antiga harmonia (a Arte Gótica) universal. As decisões a nível do restauro e da conservação dos

monumentos deviam assentar em princípios morais, que diziam respeito a todos os Estados e não só à Inglaterra. O caminho a seguir seria o da preservação e da conservação, que permitia transmitir às gerações vindouras os monumentos sem atentar contra a sua dignidade, o que acontecia nas operações de restauro ou reconstrução. Em geral os historiadores e escritores românticos ingleses defendiam a posição de Ruskin, ao contrário da maioria dos arquitectos que continuaram a praticar, o restauro *em estilo*. A filosofia não intervencionista defendida por Ruskin viria a ter repercussões mais tarde, pela mão de um dos seus discípulos William Morris (1834 – 1896) que elaborou um manifesto anti-restauracionista que foi traduzido para o francês, italiano e alemão e fundou em 1877 a *Society for the Protection of Ancient Buildings*, que reunia cerca de uma centena de colaboradores e tinha como objectivo preservar os monumentos de qualquer intervenção de restauro. Na Itália, Camillo Boito (1836 – 1914), engenheiro, arquitecto e historiador da arte, deu um contributo fundamental ao desenvolvimento do restauro monumental como ciência. Nos textos que publicou na década de oitenta, propunha uma solução intermédia que conciliava a posição intervencionista de Viollet-le-Duc e a anti-intervencionista de Ruskin, defendendo a consolidação do existente e a manutenção de acrescentos, encarados como uma valorização arquitectónica e documental do imóvel, mas admitindo, quando necessário para consolidar o existente, a construção de novos acrescentos e intervenções de restauro. Em 1883 apresentou em Roma, no III Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis, uma relação de oito regras a respeitar em qualquer intervenção de restauro, que se mantêm-se actuais em muitos aspectos. Consciente das dificuldades que qualquer intervenção de restauro arquitectónico coloca, e da necessidade de reutilizar os monumentos, dando-lhes novas funções de acordo com as necessidades contemporâneas, considerou que o restauro devia seguir princípios diferentes consoante o estilo e idade dos edifícios, admitindo o restauro arquitectónico envolvendo o edifício na sua totalidade no caso de monumentos renascentistas e barrocos. Esta filosofia fez escola e permitiu, ao admitir a coexistência de antigo e moderno, o desenvolvimento de um conceito mais abrangente de monumento histórico em que se considera a envolvente. A esse nível destaca-se um seu discípulo, Gustavo Giovanni (1873 – 1947), que sistematizou os conceitos defendidos por Boito, acrescentando o conceito de ambiente, dando origem à escola de restauro científico italiana que iria influenciar decisivamente as práticas de restauro arquitectónico no ocidente já no século XX.

Essa postura violava claramente todos os princípios defendidos na *Carta de Atenas* redigida em 1933, na quarta reunião dos arquitectos e urbanistas do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), realizada a bordo de um navio durante um cruzeiro pelo Mediterrâneo que tinha como destino Atenas². Publicada cerca de dez anos mais tarde em França com um preâmbulo de Le Corbusier e de Jean Girardoux, apresenta três partes distintas e um total de noventa e cinco pontos³. A primeira diz respeito à cidade e sua região; a segunda estabelece princípios acerca dos espaços de habitação, lazer, trabalho e circulação e acerca do património histórico; a última define vinte e quatro pontos doutrinários, dos quais seis dizem respeito à salvaguarda e ao restauro do património arquitectónico. A este respeito estabelece que os edifícios e sua envolvente devem ser conservado pelo seu valor histórico ou sentimental, devendo-se contudo «*savoir, dans les témoignages du passé, reconnaître et discriminer ceux qui sont encore bien vivants*», ou seja, conservar mas escolher o que conservar de acordo com as necessidades do meio onde se inserem, tendo em vista elevar a qualidade de vida das populações, devendo, contudo, tentar-se sempre soluções que permitam conciliar os dois aspectos. Admite a demolição de edifícios que se insiram numa tipologia comum, o isolamento de partes dos edifícios com novos acrescentos que visem dar ao imóvel uma nova função e, em casos excepcionais, a trasladação de edifícios ou parte deles para

outros locais. Por fim, reprova o uso de estilos do passado nas construções novas: «*copier servillement le passé, c'est de condamner au mensonge, c'est eriger le "faux"*».

Dois anos antes, tinham sido publicadas as conclusões de uma Conferência realizada em Atenas subordinada ao tema *a Conservação dos Monumentos, Arte e História*, promovida pela Comissão Internacional para a Cooperação Internacional da Sociedade das Nações com o apoio do Serviço Internacional de Museus (ICOM), organismo dependente da Sociedade das Nações. Este documento, frequentemente apresentado como sendo a *Carta de Atenas*, apresenta sete pontos. Como princípios gerais defende o abandono das reconstituições integrais, exigindo o respeito por todas as épocas, no caso de não haver outra solução que não o restauro, admitindo a anástilose no caso de ruínas e a consolidação ou restauro parcial em outros casos, devendo cada caso ser analisado escrupulosamente e *per si*, aprovando a utilização de novos materiais, «*et plus spécialement du ciment armé*»⁴. Considera ainda que os monumentos devem ser mantidos em uso, cumprindo funções que respeitem o seu carácter histórico ou artístico; aconselha o ICOM a publicar uma recolha e um quadro comparativo da legislação em vigor nos vários estados; avança que: «*l'entourage doit être l'objet de sans particuliers*», aconselhando a «*suppression de toute publicité, de toute prévence obresive de poteaux au fils télégraphiques, de toute industrie bruyante même de haute cheminées dans le visioimage des monuments d'art ou d'histoire*»; destaca a degradação causada pelos agentes atmosféricos, aconselhando o trabalho interdisciplinar,

² A Comissão Internacional para a Cooperação Internacional da SDN, com o apoio do Serviço Internacional de Museus (ICOM), organismo dependente da Sociedade das Nações, promoveu uma Conferência em Atenas sobre *a Conservação dos Monumentos, Arte e História*, cujas actas foram publicadas também em 1933 o que leva frequentemente a confundir os dois documentos. Veja-se Maria João Neto, *Memória Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, pag.60.

³ *La Charte d'Athènes*, Les edition de minuit, Paris, 1957.

⁴ “Conclusions de la Conférence de 1931”, *Informar para Proteger. Cartas e Convenções internacionais*, IPPAR, 1996, pp.23-25. Anástilose é a recolocação de elementos caídos.

de conservadores, arquitectos, físicos, químicos e especialistas das ciências naturais, recomendando a colaboração internacional e chamando a atenção para a importância da educação na sensibilização patrimonial e para a utilidade da criação de um documento internacional que defina os princípios enunciados, o que foi feito dois anos mais tarde com a redacção da *Carta de Atenas*.

Apesar dos restauros levados a cabo pela DGEMN ignorarem os princípios que enunciámos, tanto as conclusões da conferência de 1931 como a *Carta de Atenas* redigida em 1933 eram conhecidas em Portugal e os responsáveis pelas intervenções de restauro estavam conscientes dos perigos da aplicação da teoria de Viollet-le-Duc⁵. Essa aparente contradição não deve ser vista isoladamente, mas integrado no contexto histórico da época. O recém-criado *Estado Novo* tentava legitimar as suas acções e manter a coesão nacional através de uma política de renovação nacional que incluía um vasto programa de obras públicas e campanhas de restauro, inseridas numa política patrimonial mais vasta, que se traduziu na publicação de legislação e criação de novas categorias classificativas para o património arquitectónico⁶. Tendo em vista as *Comemorações do duplo centenário da Formação e Restauração de Portugal* e da apoteose do *Ressurgimento Nacional*, a realizar em 1940, renovaram-se castelos, igrejas medievais, pelourinhos e outros marcos comemorativos, construíram-se estradas,

viadutos, pontes, escola do ensino básico ao superior, hotéis, cineteatros, complexos desportivos, ergueram-se estátuas e organizaram-se cortejos e festas patrióticas e cívicas. A nível científico, organizou-se o *Congresso do Mundo Português*, no âmbito do qual foram publicadas várias obras de História, Arte, Etnologia e Etnografia portuguesas, e realizou-se a *Exposição do Mundo Português*⁷.

Num momento de tensão a nível internacional, com a consolidação do eixo Berlim – Roma e crescente expansão germânica e a guerra civil em Espanha, Salazar tentou manter as fronteiras nacionais intactas, incluindo os muito cobiçados territórios ultramarinos, em particular Angola, mostrando ao mundo a vitalidade de um país com oito séculos de História e firmando um pacto ibérico que garantiu a neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial. Procurando visibilidade a nível internacional o programa das comemorações tinha necessariamente de ser ambicioso, exigindo a construção de infraestruturas que marcaram a paisagem nacional, e incluindo um conjunto de iniciativas diversificadas sempre com o objectivo de afirmar a independência nacional e a legitimidade do Império.

Por outro lado, à semelhança do que aconteceu em outros regimes políticos, as obras públicas foram a forma encontrada para travar o desemprego e consequentemente resolver, ou pelo menos diminuir, os problemas sociais, ao mesmo tempo que patenteavam a vitalidade e progresso nacionais. Nesse sentido Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, atribuiu à DGEMN verbas complementares, vindas do Fundo de Desemprego, mediante a obrigação desta recrutar trabalhadores entre os desempregados de cada concelho ou distrito.

⁵ Veja-se Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP, Porto, 2001, pp. 54-55 e 258-270.

⁶ Ainda em 1932 foi promulgado o decreto N.º 20:985 de 7 de Março que esvaziou de conteúdo a lei de 1911 ao conferir particular importância aos critérios histórico e nacionalista sobre os critérios estético e artístico embora revele do ponto de vista conceptual um avanço ao introduzir a figura do Imóvel de Interesse Público como categoria classificativa e ao consignar uma zona de protecção de 50 metros em torno dos edifícios classificados como Monumento Nacional. Alargou-se o leque de edifícios em que o Estado podia intervir e partiu-se para um conceito mais amplo de património arquitectónico que incluía além do edifício a envolvente.

⁷ Além das obras de carácter geral citadas na bibliografia cf. Margarida AC-CIAIUOLI, *Exposições do Estado Novo. 1934 – 1940*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998.

Vinte anos mais tarde, num contexto diferente, mas também de crise, agora relacionada com a guerra colonial, a filosofia imposta às obras de Santa Engrácia, que como já vimos foi um projecto apadrinhado pelo próprio Salazar, foi a mesma.

Contudo, já desde o final da década de 1940 que as práticas de restauro da DGEMN, consideradas obsoletas, eram contestadas exigindo-se a aplicação de novos critérios que fossem ao encontro do que se fazia a nível internacional. Nesse sentido, em 1948 no *I Congresso Nacional de Architectura* exigiu-se o respeito pelos princípios estabelecidos na *Carta de Atenas* além de se introduzirem e discutirem novos conceitos como o de elementos ou conjuntos de valor paisagístico, consignado um ano mais tarde na Lei n.º 2101 de 11 de Junho que atribuiu às Câmaras Municipais uma responsabilidade acrescida nas conservação e salvaguarda do património, criando a categoria classificativa de Valor Concelhio.

Essa oposição, levada a cabo por uma geração mais nova de arquitectos, ganhou corpo nas décadas seguintes, em particular na década de sessenta, de viragem, tanto a nível internacional como em Portugal. Com desenvolvimento da Arqueologia, Etnologia, Antropologia e da Nova Museologia assistiu-se a uma valorização de bens patrimoniais até então desprezados como o património de raiz popular e industrial e objectos artísticos de períodos como o Barroco e o Maneirismo⁸. A noção de

monumento mudou, alargando-se da criação arquitectónica ao conjunto urbano e rural e do grande monumento ao mais modesto⁹. Em simultâneo desenvolvia-se a ideia de Paisagem e da importância de a preservar¹⁰. Nesse contexto mostrou-se necessário redigir uma nova carta de restauro o que foi feito em 1964, em Veneza, no *II Congresso de Architectos e Técnicos de Monumentos Históricos*.

O documento apresenta dezasseis artigos, estabelecendo que o restauro, operação de carácter excepcional, deve ser precedido e acompanhado de investigação arqueológica e histórica, respeitando-se todas as épocas dos monumentos intervencionados, entendendo como tal não só a criação arquitectónica isolada mas os conjuntos rurais e urbanos e as obras modestas com significação cultural, devendo-se documentar os trabalhos com precisão, redigindo-se relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Reafirma a pertinência do recurso a técnicas modernas no restauro quando as tradicionais se revelem inadequadas, desde que a sua eficiência tenha sido cientificamente provada e as partes novas se distingam das originais¹¹.

A participação portuguesa em 1964 no *II Congresso Internacional de Architectos e Técnicos dos Monumentos Históricos* e a consequente divulgação em Portugal dos princípios consignados na *Carta de Veneza*, então elaborada, terá sedimentado a ruptura em relação às práticas

⁸ A Nova Museologia resultou de experiências museológicas começadas em França, em 1947 com o Museu de História da Bretanha e com os Parques Naturais em 1967. Das novas práticas museológicas resultou um alargamento do universo dos objectos museológicos e do seu uso social e um estreitamento da relação entre as instituições museológicas e a população onde se integra o Museu. Cf. António Nabais, "Nova Museologia – Novas práticas museológicas", *Vértice*, N.º 54, maio – junho, 1993, pag.46.

⁹ Françoise Choay em *A Alegoria do Património*, Ed. 70, Lisboa, 2000, pag.14, refere uma tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais.

¹⁰ Ainda em 1962, na Conferência Geral da 12.ª sessão da UNESCO, chamou-se a atenção para os perigos a que as paisagens e os sítios históricos estavam expostos.

¹¹ "Charte de Venise", *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais*, IPPAR, 1996, pp 41-43.

anteriores¹². A DGEMN não conseguiu isolar-se desse fenómeno e à medida que os seus quadros eram substituídos devido à idade avançada de alguns dos seus arquitectos e dirigentes, um novo grupo de técnicos ia afirmando a sua posição¹³.

É neste quadro que se inserem as obras de Santa Engrácia, embora não nos pareça que se possa falar com toda a propriedade em restauro nesse caso. A adaptação da igreja a Panteão Nacional colocava questões específicas que extravasavam esse domínio e que obrigaram à integração de elementos novos que alterariam substancialmente a fisionomia do monumento, ainda que não se tenha demolido para reconstruir como aconteceu em muitos monumentos. Certamente há quem considere que a igreja de Santa Engrácia devia ter permanecido incompleta, procedendo-se apenas a obras de conservação e restauro das partes degradadas, construindo-se um edifício de raiz para albergar o Panteão Nacional ou que, a proceder à conclusão do edifício, se deviam ter seguido critérios contemporâneos a nível formal e estético. Na altura, os arquitectos encarregues de proceder ao estudo em questão tiveram de assumir posições e fizeram-no de acordo com a sua concepção de restauro, ainda que fortemente condicionada por factores de ordem política, económica e social.



¹² Segundo Maria João Baptista Neto in *Op. Cit.*, pp. 427 – 428, o Arq. João Vaz Martins teria representado a DGEMN embora o nome que figure seja o de Luís Benavente. Fará sentido se tivermos em conta que Luís Benavente fora afastado do cargo de Director de Serviços dos Monumentos Nacionais em 1958 por incompatibilidade com o Director-Geral, Henrique Gomes da Silva, tendo sido enviado em missão de serviço para o Ultramar, sendo substituído por Vaz Martins que ficou como director interino até 1961, ano em que tomou posse efectiva.

¹³ Em 1961 Henrique Gomes da Silva, Director-Geral da DGEMN desde 1929, dada a sua avançada idade foi substituído por José Pena Pereira da Silva que manteve o cargo até 1976.

4.1.

DE 1954 A 1956. O PROJECTO DO ARQUITECTO LUÍS BENAVENTE E A REALIZAÇÃO DE SONDAGENS

A decisão de concluir a igreja de Santa Engrácia adaptando-a a Panteão Nacional tomou corpo na década de 50, época de intensa actividade construtiva proporcionada pela aplicação do I Plano de Fomento (1953-1958). Já antes houvera essa intenção, mas por razões várias, que já evocámos, o projecto nunca chegara a ser concretizado.

A notícia foi difundida pelos principais órgãos da imprensa da época que encararam o projecto com optimismo como testemunha o artigo de Luís Teixeira publicado no *Diário de Notícias*:

*«Começam agora os trabalhos preliminares. Dentro de dois ou três anos estarão concluídas as obras de Santa Engrácia (...). É verdadeiramente também uma vergonha nacional que termina.»*¹⁴

Ainda no final de 1953 o arquitecto Luís Benavente, designado no ano anterior pelo Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, como Director de Serviços de Monumentos em detrimento do arquitecto Vaz Martins, apresentou um estudo para a conclusão de Santa Engrácia¹⁵.

Esse estudo contemplava duas opções distintas, uma primeira dentro de um classicismo de composição, que o autor considerava não ser o que teria sido empregue na época de desenvolvimento da obra, e uma segunda dentro do que considerou serem as características do autor do projecto original (figs. 52 a 60)¹⁶.

Como o próprio afirma na memória descritiva (doc.6):

«Indagámos dentro da obra do seu autor, considerando como aceite perante conclusões tão sabiamente deduzidas, as características que imprimiu aos seus trabalhos e procurámos trasladá-las adicionando-as ao que lá se encontra erguido.» O facto de ter sido atribuída uma nova função ao edifício obrigou-o a introduzir alterações no mesmo: *«Para corresponder igualmente à finalidade a que pretende destinar-se julgamos que a solução não é a de dispor túmulos mais ou menos habilitamente em redor do templo, fracas possibilidades de número, desgraciosas prioridades de localização, lembrança do armazém de corpos que pretende extinguir-se. A forma deverá ser quanto a nós – uma cripta – e na qual a única entrada de luz seja pelo transepto, coração da sua forma em cruz e no restante, arcos-sólios; igualdade perante a Morte, porque a eleição lhes veio dos serviços que em vida prestaram à Pátria.»*

A análise da memória descritiva e dos desenhos do arquitecto – plantas, cortes e alçados – permite-nos concluir que agiu claramente dentro do espírito de Viollet-le-Duc do restauro integral, “ao estilo de”, neste caso de João Antunes, arquitecto do final do século XVII,

¹⁴ Luís Teixeira, *Diário de Notícias*, 24 de Janeiro de 1954, pag. 4. Alguns artigos têm incorrecções, como o do jornal *O Século*, de 24 de Março de 1954, que apresenta o projecto de Ventura Terra de 1905 como sendo o projecto que vais ser concretizado

¹⁵ O arquitecto começou a trabalhar na DGEMN em 1936 tendo sido promovido ao quadro permanente em 1941. Em 1949 foi em missão oficial a alguns países europeus, entre os quais Espanha, França e Itália, para estudar questões ligadas à conservação e restauro de monumentos. De 1952 a 1958 deteve o cargo de Director de Serviços dos Monumentos Nacionais, tendo em seguida sido transferido em comissão para o Ministério do Ultramar por incompatibilidade com o Director-Geral.

¹⁶ Luís Benavente, *Estudo para conclusão da Igreja de Santa Engrácia*, 21 de Janeiro de 1954, DGEMN, (Arquivo morto). Os desenhos incluídos no estudo têm a data de 1953.

início do XVIII, o que explica a introdução das torres sineiras.

O Ministro das Obras Públicas, por Despacho de 25 de Janeiro, considerando as peças do projecto de Luís Benavente como estudo prévio, expressou o desejo de se definir uma orientação para o desenvolvimento do trabalho¹⁷.

A 12 de Fevereiro foi emitido um Parecer pela Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes (doc.7), corroborando a posição de José Frederico Ulrich ao chamar a atenção para o facto de na documentação do processo não existir:

«um programa definido do que se pretende fazer; nem por outro lado, se faz referência aos diversos estudos históricos, críticos e artísticos feitos anteriormente, como subsídios fundamentais e mais ou menos valiosos, para se tomar uma orientação e se definir aquele programa».

Este facto levou a comissão a considerar que:

*«Nestas circunstâncias não devem os traçados do estudo em causa ser apreciados, independentemente da directriz a tomar no programa da conclusão da Igreja.»*¹⁸

Quanto a essa directriz consideram-se no Parecer três soluções distintas: concluir a igreja com o objectivo de

a valorizar e aproveitar, colocando-a exclusivamente ao culto, a mesma opção, mas a funcionar como panteão ou ainda subordinar a igreja a conjunto monumental, destinado essencialmente a Panteão. Da análise das peças desenhadas do projecto, ainda que não houvesse uma opção clara por parte das entidades superiores, os autores do Parecer deduziram tratar-se: *«não apenas da conclusão da igreja, mas da sua utilização como Panteão Nacional.»*

O Parecer foi então elaborado admitindo que a terceira das directrizes apresentadas pela Junta – subordinar a igreja a conjunto monumental, destinado essencialmente a Panteão – fora a escolhida superiormente, uma vez que era essa a solução apresentada no estudo, sem contudo deixar de analisar o projecto em função das outras duas hipóteses.

Em relação à primeira hipótese – a igreja ser destinada exclusivamente ao culto –, a Comissão considerou que o estudo de Luís Benavente não seria o indicado: se fosse conhecido o projecto inicial da Igreja não seria recomendável à luz dos bons princípios conclui-la em obediência a esse projecto; não se conhecendo o projecto inicial, muito menos recomendável seria concluí-la em obediência a uma hipótese sobre o que teria sido a concepção original do seu coroamento.

Para a segunda directriz, concluir a igreja de acordo com a directriz anterior mas de modo a poder ser usada também como Panteão, o estudo também não serviria, a não ser a parte em que se prevê a construção de uma cripta, o que, por seu lado, levaria a questionar até que ponto seria recomendável enterrar no subsolo um Panteão, sem expressão arquitectónica exterior, subordinado à Fábrica tão esmagadora da Igreja, criando-se um Panteão precário, sem condições de poder substituir os dois existentes.

¹⁷ Este Despacho surge referido num Parecer de João de Almeida, Director da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes de 20 de Março de 1954.

¹⁸ Vol. 3 do processo de obras da igreja de Santa Engrácia do arquivo morto da DGEMN, João de Almeida, Raúl Lino, Armando de Lucena e Paulino Montês, *Conclusão da Igreja de Santa Engrácia. Parecer do Ministério da Educação Nacional*. Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes, 12 de Fevereiro de 1954.

Para a terceira directriz, o estudo poderia servir como ponto de partida, embora, fosse conveniente ponderar, tendo em conta o custo avultado das obras, se não seria melhor construir um edifício de raiz para albergar o Panteão, ainda que essa questão não estivesse sequer em causa.

Contudo, partindo do pressuposto que esta seria a directriz seguida, era de aprovar a ideia expressa no estudo de Luís Benavente de construir uma cúpula – «o mais expressivo coroaamento para um Panteão» –, e uma cripta – «única solução para o problema de espaço.».

Tendo em conta que a boca da cúpula se encontra muito recuada em relação às fachadas, a melhor solução seria construir uma cúpula sobre tambor e não a cúpula desenhada pelo arquitecto uma vez que «*não se trata de fazer uma obra de reconstituição, à maneira de “tal ou tal escola” ou de “tal ou tal estilo”*» mas sim garantir a harmonia com a massa de construção e arquitectura existente. O tambor evitaria pela elevação que os efeitos da perspectiva cortassem a cúpula.

A cripta, deveria «*estender-se por todo o espaço entre fundações, ter altura proporcionada e acesso desafogado*».

Os ângulos deveriam ser rematados, mas não necessariamente por torres que, a serem construídas, deveriam ser proporcionais aos mesmos e à cúpula.

A 16 de Fevereiro o Parecer foi homologado pelo Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich. Cerca de um mês mais tarde o mesmo, face às questões levantadas, informou que: «*aguardamos os resultados das sondagens – já determinadas – para então retomarmos o processo*»¹⁹.

¹⁹ DGEMN, (Arquivo Morto), Ofício de João de Almeida, director-geral do Ministério da Educação Nacional. Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes. 3.ª Secção, 20 de Março de 1954.

Estes documentos demonstram como o processo foi desde logo complexo dividindo personalidades com opiniões e interesses divergentes. Luís Benavente optou por uma reconstrução “em estilo”, critério que a Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes reprovou, indo ao encontro do que ficara estabelecido em 1931 na conferência promovida pela Comissão Internacional Para a Cooperação Internacional da SDN e pelo ICOM, subordinada ao tema *Conservação de Monumentos, Arte e História*, e na *Carta de Atenas*, redigida em 1933 na sequência do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM)²⁰.

Por outro lado, parece-nos que terá havido ou algum mal-entendido ou a informação que foi passada a Luís Benavente e à 3.ª Secção da Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes não foi a mesma: o primeiro parece estar informado que o objectivo era adaptar a igreja a Panteão, senão porque projectaria uma cripta?

Um Ofício do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de 28 de Abril, dirigido ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais informa que, após troca de impressões com técnicos da Direcção, se preconiza que se realize o conhecimento por poços no interior da igreja para averiguar as dimensões das fundações e o seu nível, tendo em vista o projecto de construção de uma cripta e da cúpula central do edifício, devendo dar-se particular atenção aos quatro pilares interiores que a vão suportar e à fachada Sul onde se notavam algumas fendas²¹.

A 27 de Maio, um mês depois de Eduardo Arantes de Oliveira assumir a Pasta das Obras Públicas, foi emitido

²⁰ Relembramos que se recomenda em ambos os textos que se evitem reconstruções integrais e, no caso de o restauro ser indispensável devido ao grau de destruição ou destruição do edifício, que se respeitem todos os estilos, independentemente da época em que foram construídos.

²¹ DREML, *Igreja de santa Engrácia. 1954-1960*, Ofício N.º 1337 do LNEC, 28 de Abril de 1954.

um Despacho Ministerial autorizando a realização de despesas no valor de 8 500\$00 a efectuar com a conclusão da igreja de Santa Engrácia, importância proposta pelo laboratório Nacional de Engenharia Civil²².

Os trabalhos de sondagem, divididos em quatro fases, iniciaram-se em Junho e terminaram no final do ano, sendo adjudicados ao tarefeiro Anselmo da Costa, sob orientação do Agente Técnico de Engenharia da 1.ª secção da Repartição Técnica da Direcção geral dos Serviços dos Monumentos Nacionais, recorrendo a operários recrutados no Fundo do Desemprego.

Em Janeiro de 1955 o Ministro das Obras Públicas emitiu um Despacho pedindo que fosse dada a maior urgência à remoção dos despojos encontrados e se aguardassem novas instruções quanto ao prosseguimento dos estudos e das obras, enquanto prosseguiam os trabalhos de exterior. Pede, ainda, que lhe seja facultada uma estimativa do montante das obras de acordo com os estudos preliminares de Luís Benavente. O Despacho só foi cumprido em Setembro do mesmo ano, informando-se que os despojos estavam encaixotados na igreja de Santa Engrácia, os trabalhos no exterior parados por falta de verba para a sua continuação e que não existia qualquer estimativa do montante das obras²³.

Um relatório do LNEC, de Julho de 1955, informa que os pilares que suportam a cúpula estão assentes sobre maciços de emocamento com argamassa de cal hidráulica cujas dimensões são sensivelmente as dos pilares que sustentam. Os maciços, com excepção do correspondente

ao pilar do lado esquerdo junto à entrada, têm cerca de 6 metros de altura assentando directamente sobre uma camada de calcário que, pela Carta Geológica de Lisboa, se pode identificar como calcário do casal Vistoso²⁴. O maciço correspondente ao pilar referido tem pouco mais de 3 metros de altura e assenta sobre camadas areosas sobrejacentes à camada de calcário que aqui se encontra a cerca de um metro e meio abaixo da base do maciço. A fundação dos pilares junto à zona fendida, a Sul, encontra-se quase à superfície sobre uma outra camada de calcário que, ainda pela Carta Geológica de Lisboa, se pode identificar como calcário da Musgueira. Acrescenta-se que:

«como é sabido entre os calcários da Musgueira e do Casal Vistoso existem com pequenas possanças, camadas areosas, o que está de acordo com o encontrado nas escavações efectuadas», concluindo que, «encontra-se a igreja fundada a profundidade como ficou mencionado, sobre bancos de calcário com pequena possança a que se seguem, em profundidade, camadas areosas consolidadas (areia da Quinta do Bacalhau), em pos- sança de uma ou duas dezenas de metros.»²⁵

Sabemos que o arquitecto Luís Benavente reuniu com o Ministro das Obras Públicas a 8 de Maio de 1956 para estudo dos problemas relacionados com as obras de Santa Engrácia, mas não conhecemos os resultados dessa conversa²⁶.

Os trabalhos pouco evoluíram até ao final de 1956, data em que o Ministro das Obras Públicas decidiu

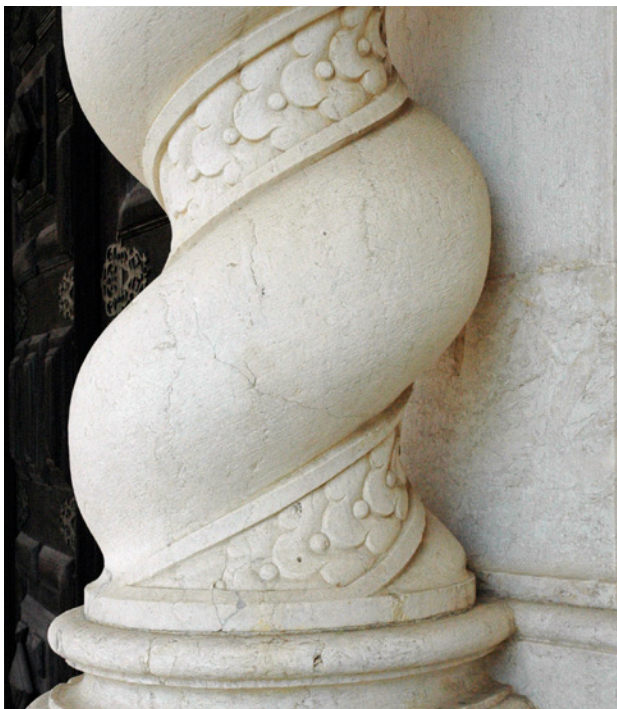
²² DGEMN, *Santa Engrácia. Processo de Obras*, N.º 1284.

²³ Terá havido uma falha entre os serviços da DGEMN que explicará a demora da resposta ao despacho ministerial. O Despacho foi transcrito numa Ordem de Serviço logo no dia imediato (26 de Janeiro de 1955) mas não terá chegado às mãos do Director-Geral que escreveu, à mão, n mesma: "Esta O.S. chegou ao meu conhecimento nesta data 8-7-55".

²⁴ Tal como em 1909 Francisco Luiz Pereira de Sousa previra em *Efeitos do Terremoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pag.180.

²⁵ DGEMN, (arquivo morto), José de Brito Folque, Estudo das sondagens de Santa Engrácia. *Relatório*, LNEC, Julho de 1955.

²⁶ DGEMN, *Santa Engrácia. Processo de Obras*, N.º 1284.



convocar um grupo de arquitectos para se delinear o programa da intervenção, entre os quais não figurava Luís Benavente o que poderá estar relacionado com a incompatibilidade que surgiu entre o arquitecto e o Director-Geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva, que acabou por ditar o afastamento do primeiro do cargo que ocupava de Director de Serviços dos Monumentos e sua transferência em comissão para o Ministério do Ultramar em 1958, ficando no seu lugar, como director interino, Vaz Martins que fora preterido a favor de Luís Benavente em 1952²⁷.

4.2.

1956-1962: DEFINIÇÃO DA DIRECTRIZ DOS TRABALHOS E ESCOLHA DOS PROJECTOS ARQUITECTÓNICO E TÉCNICO

Como já fizemos referência, sentiu-se desde logo a necessidade de se proceder a um estudo detalhado que permitisse a concepção dum plano orientador fundamentado, assente em critérios consistentes.

Face às dificuldades que uma intervenção tão arrojada comportava, Arantes e Oliveira convocou a 7 de Maio de 1956 alguns arquitectos entre os quais António Lino, Leonardo Rey Colaço de Castro Freire, Álvaro de Fonseca, Joaquim Santiago Areal e Silva, Luís Amoroso Valgode Lopes e João Araújo²⁸.

Na reunião ficou determinado que os arquitectos tinham três meses para elaborar os estudos. Porém, os trabalhos atrasaram-se e o prazo foi prorrogado até 15 de Novembro de 1956.

Segundo Amoroso Lopes foram apresentados cerca de dez estudos, concebidos de acordo com critérios de orientação diferentes entre si. Porém, a Ordem de Serviço 15 780, de 20 de Dezembro de 1956, referente ao pagamento de 10 000\$00 aos autores dos estudos, menciona apenas os nomes dos cinco primeiros arquitectos e quando o pagamento foi liquidado pelo Fundo do Desemprego, em 1957, a Portaria que concede a quantia à DGEMN refere apenas 50 000\$00, o que leva a supor que não teriam

²⁷ A este propósito veja-se o doc. 77 do Vol. II da tese de doutoramento de Maria João Neto, citada na bibliografia, uma notícia do jornal *O Século*, de 15 de Março de 1960 em que Henrique Gomes da Silva refere, a propósito de Luís Benavente que: "(...) nunca designaria o referido arquitectos para representante desta Direcção Geral atendendo à incompatibilidade criada pelo desinteresse sempre manifestado pelos assuntos que estavam a seu cargo e que originou a sua transferência (...)".

²⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, O.S. N.º 15780 de 20/12/1956 e Ofício 1992 de 17/03/1964. No arquivo morto existe documentação que refere ainda os nomes de Luís Benavente e de Raúl Lino entre os arquitectos incumbidos de elaborar o estudo. DGEMN, Arquivo morto, 3.º Vol.

sido apresentados dez estudos mas apenas cinco ou que apenas os autores dos trabalhos mais cotados teriam recebido a recompensa.²⁹

Dos estudos realizados apenas os de Amoroso Lopes e de António Lino se encontram arquivados na DGEMN.

António Lino vincou bem a sua vontade de «*não concluir cabalmente as obras de Santa Engrácia*», vontade que segundo o próprio: «*mais se firmou ao circundar esta mole imensa, visitando-a nas suas proximidades e a distância, incluindo como ponto de observação as obras do Monumento ao Cristo Rei*». A igreja poderia ser adaptada às necessidades determinadas, mas não tendo «*a veleidade de adivinhar o que antepassados nossos se propunham executar, desconhecendo nós quanto de fantasia tinham em sua mente*», não seria possível terminá-la dentro do espírito do projecto original. Este facto levou-o a apresentar dois estudos, um que iria ao encontro do que era esperado – a conclusão do monumento- e outro que traduz os princípios que evoca na memória descritiva (figs. 61 a 65).

No primeiro (figs. 63, 64 e 65) propôs a construção de uma cúpula sobre tambor, coroada por estátuas e rematada por lanternim, torres sineiras nos ângulos do edifício e balaustrada com estátuas à volta do terraço. Na segunda sugestão (figs. 61 e 62), António Lino propôs-se a conseguir «*um recorte violento com a elevação marcada das quatro torres, limitando-nos única e*

exclusivamente a cobrir a zona central para abrigar, ventilar e iluminar.»³⁰ Quanto às torres, António Lino propunha erguer dois registos sobre os dois existentes, com colunas coríntias, seguindo as regras clássicas visto que o registo inferior tinha colunas dóricas e o segundo, jónicas. O terceiro registo teria uma janela idêntica à existente no segundo e o último seria rasgado pelos olhais dos sinos; ambos seriam rematados por cornija sobreposta por pináculos. A rematar as torres, uma pequena cúpula bolbosa, encimada por pináculo. A cobertura central seria feita com uma estrutura octogonal, pouco elevada, em ferro e vidro.

Amoroso Lopes, embora tenha seguido um caminho diferente na busca da solução final, partiu também do princípio de não se tratar de uma obra de restauro, mas da conclusão de um edifício inacabado o que a seu ver lhe permitia uma maior liberdade criativa (figs. 66 a 97). Foi o próprio a afirmar que:

*«Como Monumento, a Igreja de Santa Engrácia não tem possibilidades de restauro de conclusão, dentro do seu estilo dominante, uma vez que, tudo quanto se projecte com essa finalidade será pura imaginação.»*³¹

Partindo desse pressuposto, Amoroso Lopes poderia ter imposto ao projecto as características arquitectónicas da sua época, diferenciando a parte original do edifício da acrescentada no século XX, mas não o fez, preferindo

²⁹ L. Amoroso Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958. DGEMN, *Santa Engrácia. Processo de Obras*, N.º 1284. Em 1964, João Araújo, enviou um Ofício informando que não recebera a recompensa de 10 000\$00 a que a DGEMN respondeu que passados oito anos já não era possível efectuar o pagamento e que o arquitecto devia ter reclamado na altura devida o prémio. João Araújo retorquiu que na altura não fora informado de nada e reclamou o estudo por ele elaborado, que lhe foi entregue. DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292.

³⁰ DGEMN, António Lino, *Obras de Santa Engrácia. Sugestões de Acabamento*, 1956.

³¹ Luís A. Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958. Em 1966, Amoroso Lopes referiu numa carta enviada a Vaz Martins, a propósito da plaquete publicada por ocasião da inauguração do Panteão, que era o único representante da DGEMN no concurso.

concluir Santa Engrácia dentro do espírito original em que o monumento foi concebido.

Começou por estudar o edifício sob o ponto de vista histórico e artístico, procurando situá-lo nas grandes correntes da História da Arquitectura. Os elementos recolhidos nesse estudo e a comparação com edifícios em cujo tipo se poderia filiar a igreja de Santa Engrácia, serviram de base ao projecto.

O arquitecto acrescenta três elementos novos ao edifício: uma cúpula central, quatro torres e uma cripta (figs. 67 a 78). As torres e a cúpula, no seu entender, adivinham-se da análise da planta e das fachadas da igreja apesar de casos como a basílica de S. Pedro em Roma ou os Inválidos em Paris, que têm uma planta do tipo da de Santa Engrácia, contrariarem esta teoria (figs. 112, 108 e 109).

A cúpula era um dos principais problemas a resolver em Santa Engrácia e o mais complexo, tanto do ponto de vista estético como construtivo. Amoroso Lopes optou por condicionar a dimensão exterior da cúpula ao seu diâmetro interno, único elemento de que dispunha. Como forma da base da cúpula propôs, para o interior, a forma circular e para o exterior um tambor octogonal, com contrafortes rematados por colunas da ordem compósita, rasgado por aberturas que asseguravam a comunicação entre o terraço e o varandim interior. Sobre esta base erguer-se-ia uma cúpula dupla (fig.72). Mafra, São Vicente de Fora, São Pedro em Roma, Santa Maria das Flores em Florença e os Inválidos em Paris foram alguns dos exemplos em que se baseou (figs. 99, 100, 101, 102, 104, 104a, 104b, 108, 109 e 112).

Quanto às torres, o mais difícil era determinar o volume e a altura a dar-lhes pois o espaço entre elas e em relação à cúpula era exíguo. Amoroso Lopes decidiu

concluir o corpo jónico e sobrepor-lhe um coríntio usando como proporção de alturas o mesmo módulo. A base das torres seria rasgada ao nível do terraço em balaustrada, elemento que se repetiria para coroamento das mesmas, e o remate, elevado, daria acesso a um terraço terminando em forma de lanternim. A coroar as pilastras, motivos decorativos que na fachada principal poderiam ser substituídos por estatuária (fig. 74).

Passando para o interior do edifício, o arquitecto propôs a construção de uma cripta, totalmente fechada superiormente, com nichos para depósito de urnas nas paredes laterais e um altar simples, limitado por colunas, no cruzamento dos braços da cruz. O espaço sob duas das torres seria também aproveitado. Houve uma certa contenção na concepção da cripta pois Amoroso Lopes não dispunha de dados suficientes para saber se a sua construção era possível e em que moldes (fig.77).

A nível do exterior, a proposta limitava-se ao rebaixamento do terreno, até à libertação parcial das bases das colunas dóricas, e à construção de uma escadaria de acesso à igreja.

Amoroso Lopes concluiu este estudo nos finais de Outubro de 1956 (fig.66). Preparava-se para apresentar o trabalho quando tomou conhecimento, através de um ofício da DGEMN, que o prazo fora prorrogado até 15 de Novembro seguinte. Uma vez que ainda dispunha de algum tempo decidiu esboçar uma outra solução na qual o edifício era encarado como Monumento Nacional, ou seja, a intervenção limitar-se-ia ao indispensável para que a igreja pudesse ser reutilizada: a cobertura do transepto (fig. 81).

As torres que projectara para os ângulos do edifício seriam rematadas ao nível do terraço, limitado em todo o perímetro exterior por uma balaustrada clássica.

As pilastras dos ângulos e os volutões da fachada principal seriam rematados por estatuária e as pilastras da fachada posterior e das laterais pelos motivos decorativos que figuram no projecto anterior.

Quanto à cúpula, as alterações seriam ao nível da decoração que perderia o seu cariz clássico, mantendo-se as dimensões, a configuração circular, os contrafortes, o entablamento, ressaltos de molduras e zimbório. O objectivo era impedir que se confundissem os elementos já existentes com os acrescentados. O embasamento mantinha a sua forma octogonal passando a ser limitado por uma balaustrada.

Este estudo não teve seguimento pois na opinião do autor não satisfazia integralmente a finalidade que se pretendia atingir- a conclusão do edifício- uma vez que não contemplava as torres, as quais tinha a certeza da terem existido no projecto inicial.

A Junta Nacional de Educação, chamada a emitir uma Parecer acerca dos estudos apresentados (doc. 8), entre os quais os de António Lino e de Amoroso Lopes, voltou a chamar a atenção para a necessidade de estabelecer uma directriz entre as três apresentadas quando fora analisado o estudo de Luís Benavente, passo fundamental para que os próprios arquitectos pudessem desenvolver as suas propostas³².

Das três soluções, a Junta, tomou a primeira (a igreja ser destinada exclusivamente ao culto) como base de apreciação dos estudos por considerar que era a que ia ao encontro da sua filosofia de intervenção³³:

«Completar o edifício com quaisquer volumes de grande vulto, corresponderá sempre a diminuir-lhe o seu valor histórico-documental. Coroar o edifício com uma cúpula, como se vê nos estudos apresentados, e fazê-lo em condições de uma perfeita harmonia com a massa de construção e arquitectura existente, é problema relativamente fácil de resolver, desde que se não olhe ao avultadíssimo custo da obra; mas tal coroamento haveria que atingir, por força do concerto das proporções, tão grande volume, que reduziria, em grande parte, o valor documental do monumento. O mesmo se poderá dizer da construção de torres, pois teriam que ser lançadas, em número de duas ou de quatro, a grande altura. Cuidar da limpeza e da conservação do edifício, restaurando o que se encontra destruído nos seus elementos e desembaraçando-o das excrescências que o afectam – é obra que há muito se impõe. Preparar a igreja para o culto fazendo nela as necessárias obras de acabamento, como seja a da cobertura do cruzeiro, e de carácter não apenas utilitário mas estético – constitui programa já importante de trabalhos, que, a ser realizado, muito dignificará o monumento.»

O Ministro das Obras Públicas não terá concordado com as conclusões do Parecer, observando que quando foi dado a conhecer o projecto do arquitecto Luís Benavente a mesma admitira a construção da cúpula, pelo que agora se contradizia e que tinha informado o Senhor Presidente do Conselho que a Junta não concordava com a construção da cúpula.

Reinaldo dos Santos, que tinha faltado à sessão em que o parecer fora redigido, consultado acerca do assunto por outro membro da Junta, respondeu que concordava com o Parecer emitido que:

³² O Parecer não identifica nenhum dos estudos ou autores em particular referindo-se a todos como conjunto, não só os dois que descrevemos, mas os restantes que não se encontram arquivados na DGEMN, provavelmente porque os seus autores os terão levantado, e que não conseguimos detectar. Assimam o parecer os vogais relatores, Raúl Lino, Armando de Lucena e Paulino Montês.

³³ Mais uma vez a da *Carta de Atenas* de 1931.

«de resto ele deve exprimir a opinião da Junta e não as dos outros. Se o governo entender tomar outra deliberação será sob sua responsabilidade e não nossa. Ele tem a liberdade de executar e nós de dar a nossa opinião. O objectivo é conservar e proteger, não inventar arbitrariamente “à maneira de” (...)» (docs. 9 e 10)³⁴

A diversidade dos critérios de orientação dos estudos elaborados, permitiu que se estabelecesse um programa definindo um princípio regulador, tendo como base algumas das soluções apresentadas. Optou-se, então, por não concluir integralmente a igreja, centrando-se as atenções na cobertura do transepto, o que tornaria o espaço habitável³⁵.

Por determinação do Ministro das Obras Públicas, em despacho de Abril de 1957, Amoroso Lopes foi encarregue de desenvolver esse programa, tarefa que cedo se revelou complexa pela dificuldade que teve em afastar-se das suas ideias iniciais³⁶. Foi o próprio a afirmar que:

«Julgo que melhor intérprete desse programa seria um técnico que aos assuntos de Santa Engrácia nunca se tivesse ligado em perfeita liberdade de concepção imaginativa e que liberto por consequência de quaisquer conclusões, melhor poderia interpretar esse programa, pelo que a sua acção se limitaria a procurar resolvê-lo

sem que o dominasse qualquer conceito histórico, artístico ou arqueológico. No meu caso tudo se passa diferentemente. Não consigo afastar-me das conclusões iniciais, síntese de um estudo profícuo e que me interessou durante alguns meses (...). Não consigo considerar nos meus estudos apenas o interesse de cobrir o edifício, mas o de englobar numa solução todo o conjunto grácil e monumental da Igreja, exterior e interiormente (...)»³⁷

Instado a cumprir o despacho do Ministro das Obras Públicas, acabou por apresentar em Outubro de 1957 um estudo que, baseado no esquema que concebera entre Outubro e Novembro do ano anterior, não seguia fielmente o programa pré- estabelecido (figs. 82 a 90).

Sendo o objectivo principal cobrir o transepto o elemento principal desse estudo era a cúpula. As soluções apresentadas resumem-se à conclusão do entablamento do transepto, a construção de um varandim interior com acesso pelo terraço e de uma cúpula simples, rematada por zimbório, sem acesso interior, sobre um tambor de forma circular que podia ter outra configuração. Em relação à decoração segue-se o critério da diferenciação, ou seja, opta-se por usar as proporções das ordens clássicas sem as copiar. O arquitecto justificou a sua escolha alegando que:

«Assim se mostraria francamente não haver qualquer ideia de confundir as épocas de interrupção dos trabalhos e a de conclusão do edifício, a qual visa exclusivamente a dar útil aplicação à Igreja de Santa Engrácia.»³⁸

³⁴ No arquivo morto da DGEMN encontra-se uma carta, não datada nem assinada de um membro da Junta dirigida a Reinaldo dos Santos e a resposta do mesmo, com o nome identificado, mas também sem data.

³⁵ L. Amoroso Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958.

³⁶ Amoroso Lopes era na altura chefe da 4.ª secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, em Coimbra. Filho de Manuel Amoroso de Matos Lopes e de Alzira Vitória Valgode Lopes, nasceu a 10 de Junho de 1913, na freguesia de Santo Ildefonso, na cidade do Porto onde se licenciou em Arquitectura, em meados da década de trinta. Começou a trabalhar em 1937, na Secção das Casas Económicas do Norte da DGEMN. Em 1945 foi transferido para Coimbra onde exerceu funções até 1983. Santa Engrácia foi um dos muitos projectos que em que trabalhou.

³⁷ L. Amoroso Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958.

³⁸ L. Amoroso Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958.

Amoroso Lopes sugeriu que se o estudo fosse levado avante seria de executar uma maquete de volumes que permitiria prosseguir os trabalhos em moldes mais pormenorizados e fixar o critério construtivo e o orçamento dos trabalhos.

A maquete foi executada por João Laerte, de acordo com as peças desenhadas e apontamentos tirados no local, em 1958 e apresentada ao Ministro das Obras Públicas (figs. 87 a 90)³⁹. Este animou o prosseguimento dos trabalhos sugerindo que se trocasse a forma hemisférica da cúpula por outra mais sobrelevada, se alongasse o motivo que encima a cúpula e se revissem os acrotérios no perímetro do terraço que, na sua opinião, se confundiam com as estátuas⁴⁰. Na nota do Gabinete do Ministro acrescenta-se, ainda, que é urgente dispor de uma indicação sobre o custo da obra para se poder elaborar o projecto de execução até Outubro do mesmo ano. Esse projecto consideraria, por enquanto, apenas a construção da cúpula, ficando a cripta, os acabamentos e a beneficiação do interior e os arranjos exteriores para uma fase posterior⁴¹.

O projecto do orçamento por estimativa, incluindo a cripta e obras complementares, foi apresentado em Maio, estabelecendo o valor total de 10 000 000\$00, dos quais 8 000 000\$00 para a cúpula e a cripta e os restantes 2 000 000\$00 para as obras complementares.

Segundo Amoroso Lopes os reparos do Ministro, que considerou válidos, justificavam-se pelo facto de se ter

construído a maquete: «usando-se já de pormenores que em determinados aspectos não estavam devidamente estudados», acrescentando que antes de se entrar na pormenorização definitiva seria conveniente estudar directamente alguns edifícios que se filiavam no mesmo tipo da igreja de Santa Engrácia, existentes em Espanha, França e Itália.

O Ministro das Obras Públicas foi receptivo à ideia de Amoroso Lopes, declarando em Despacho de 07/06/1958 que se proporcionassem ao arquitecto o mais rápido possível «as condições necessárias para poder consagrar-se a este empreendimento, incluindo a designação de um arquitecto para o coadjuvar no trabalho normal da Secção de Monumentos do Centro.»⁴² Este facto, e outros que estão documentados no processo das obras de Santa Engrácia, leva-nos a concluir que o trabalho de Amoroso Lopes era tido em grande consideração pelo Director Geral da DGEMN e pelo próprio Ministro das Obras Públicas que chegou a sugerir que o arquitecto fosse recompensado monetariamente pelos seus estudos para a conclusão da igreja⁴³.

Por outro lado, nota-se uma certa insistência por parte de Arantes e Oliveira no sentido do projecto final ser definido com a maior brevidade para que as obras pudessem arrancar ainda no decorrer do ano, o que pode explicar a receptividade às propostas do arquitecto.

Amoroso Lopes traçou então uma “rota do barroco” que passava por Salamanca, Madrid, Saragoça, Loyola, Cahors, Arles, Roma e Paris. Como arquitecto que era não

³⁹ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1284.

⁴⁰ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Nota do gabinete do Ministro de 29/03/1958.

Em relação a este assunto da viagem consultar o Ofício N.º 3493 de 07/04/1958 e a O.S. N.º 8979 de 09/06/1958 que se encontram arquivadas na DGEMN, na pasta N.º 1292 do Processo Administrativo do Panteão Nacional, Santa Engrácia.

⁴¹ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1284, Nota do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, 29 de março de 1958.

⁴² A este propósito veja-se o doc. 77 do Vol. II da tese de Maria João Neto citada na bibliografia e uma notícia do jornal *O Século*, de 15 de março de 1960, em que Henrique Gomes da Silva refere, a propósito de Luís Benavente, que: “(...) nunca designaria o referido arquitecto para representante desta Direcção Geral atendendo à incompatibilidade criada pelo desinteresse sempre manifestado pelos assuntos que estavam a seu cargo e que originou a sua transferência (...)”.

⁴³ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Ofício N.º 4882 de 23/07/1958.

pôde deixar de abrir dois parênteses e visitar Santilhana del Mar e Óstia, dois marcos importantes da arquitectura europeia ainda que muito distantes do Barroco.

Os edifícios que visitou em Espanha – a Igreja do Convento dos Agostinhos em Salamanca, o Escorial, a Catedral de Santa Maria do Pilar em Saragoça e o Santuário de Santo Inácio em Loyola –, embora apresentassem pontos de contacto com a igreja de Santa Engrácia, não ofereceram soluções (figs. 105, 106 e 107). O que mais chamou a atenção do arquitecto foi o facto de na Catedral de Santa Maria do Pilar se estarem a construir duas das torres do edifício usando-se estruturas de betão armado, o que vinha ao encontro das suas ideias em relação a Santa Engrácia (fig. 106).

Em França teve oportunidade de ver pessoalmente a ponte fortificada de Cahors, o conjunto romano de Arles, o monumento de la Turbie, os bairros antigos de Toulon, Antibes e Menton e, em Paris, os edifícios seiscentistas dos Mansard, de Lemeriet, dos Brosses, de Le Vau, etc (figs. 108 a 111). A estada em França, à semelhança do que acontecera em Espanha, revelou-se pouco produtiva em relação ao objectivo principal da viagem, em especial o sul do país, zona em que o arquitecto depositara mais esperanças.

Na Itália percorreu uma extensa zona central e do Adriático, porém só em Roma é que encontrou elementos relevantes para a resolução do problema que estava na origem da viagem – a conclusão da igreja de Santa Engrácia. A Basílica de São Pedro (fig. 112) veio confirmar as conclusões a que já tinha chegado e que se distanciavam da primeira solução apresentada:

«(...) se pela leitura da planta se parece adivinhar a existência de quatro torres, até para um melhor equilíbrio estático, solução que a proximidade das torres

entre si e da própria cúpula parece contrariar, a verdade é que o aspecto geral sem essas torres parece mais esbelto, talvez mais grácil e até mais magestoso na sua simplicidade. (...).»⁴⁴

Após o regresso da viagem, Amoroso Lopes foi instado várias vezes a apresentar um relatório da mesma. A 7 de Outubro de 1958 enviou um primeiro relatório, resumido, sem documentação fotográfica. O prazo que lhe fora concedido para apresentar os resultados da viagem era demasiado curto, não lhe permitindo traçar sequer um esboço de solução para Santa Engrácia. A 22 de Novembro do mesmo ano, pôde finalmente entregar duas colecções do projecto ao Ministro das Obras Públicas e a 22 de Janeiro de 1959 uma outra ao Arquitecto Chefe da Repartição Técnica, em Lisboa⁴⁵. Essas colecções são muito completas, incluindo, além do projecto final, um relatório da viagem ao estrangeiro e os antecedentes a partir de 1956.

O projecto final apresentado por Amoroso Lopes foi muito condicionado pelo critério de intervenção estabelecido pelo Ministro das Obras Públicas e pela própria Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Não se pretendia concluir integralmente a igreja, mas intervir apenas o necessário para tornar o espaço habitável, dando-lhe utilidade, ficando assim posta de lado a ideia de construir as torres (figs. 91 a 97).

Observando os desenhos constatamos que o projecto se resume praticamente à cobertura do transepto e que pouco difere do estudo entregue em Outubro de 1957

⁴⁴ L. Amoroso Lopes, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa. Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto. Antecedentes a partir de 1956*, Coimbra, 1958.

⁴⁵ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Comunicação N.º 721 de 7/10/58, N.º 780 de 15/10/58, N.º 48 de 10/01/59 e Ofício N.º 73 de 22/01/58.

(o segundo estudo) embora apresente uma maior pormenorização. O arquitecto optou por uma cúpula simples, assente sobre um tambor octogonal rodeado por um terraço elevado sob o qual se comunica com um varandim interior. Para conclusão das fachadas propôs a construção de um entablamento, uma balaustrada rodeando o terraço, estátuas a coroar as pilastras principais e pináculos a coroar as restantes. Mantinha o rebaixamento do terreno previsto no estudo inicial, de 1956.

Este projecto, tal como Amoroso Lopes o apresentou, não permitia a execução integral da obra. Muitos pormenores decorativos ficaram por definir, além de que era necessário estabelecer o critério construtivo e o consequente cálculo estático.

Em relação aos primeiros o arquitecto propôs que se construíssem modelos à escala real *in loco* indo ao encontro das práticas da instituição de trabalho no estaleiro, permanente acompanhamento das obras e seu desenvolvimento à medida que se ia construindo (figs. 152 a 155). Segundo Amoroso Lopes esse método permitiria uma avaliação mais correcta da integração ou não dos novos elementos no conjunto do edifício.

Quanto ao critério construtivo sugeriu um sistema misto de betão, tijolo e cantaria.

A construção da cúpula, como já tivemos oportunidade de constatar, colocava problemas extremamente complexos do ponto de vista técnico. O Ministro das Obras Públicas convidou o Engenheiro Edgar Cardoso para elaborar o anteprojecto e o projecto da cúpula e prestar assistência técnica durante a execução das obras, tendo o mesmo aceite oficialmente a proposta em Fevereiro de 1959.

Na proposta apresentada por Edgar Cardoso, o engenheiro propunha-se a entregar o anteprojecto trinta dias depois da data de aprovação da mesma e o projecto

noventa dias após a data de aprovação do anteprojecto ou sessenta dias depois da entrega dos elementos das sondagens ou ensaios a executar na obra existente ⁴⁶. A proposta foi aceite, com excepção dos valores dos honorários que, segundo a Repartição Técnica da DGEMN, tinham sido obtidos em função do preço total da cúpula quando o engenheiro se ia limitar a estudar a sua estabilidade uma vez que o projecto arquitectónico já fora executado por Amoroso Lopes, arquitecto ao serviço da instituição.

A 5 de Março de 1959, Edgar Cardoso enviou o anteprojecto da estrutura da cúpula da igreja de Santa Engrácia ao Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais da DGEMN (doc. 11)⁴⁷.

Na memória justificativa e descritiva, o engenheiro refere que adoptou a solução arquitectónica concebida por Amoroso Lopes, excluindo as figuras escultóricas e acabamentos interiores e exteriores da parte existente, à excepção do terraço e a cripta.

Por questões de resistência e de maior economia, a parte interior da cúpula seria de betão armado. Os paramentos externos e internos seriam forrados de cantaria, de modo a dar a aparência de uma cúpula em pedra de todos os ângulos de visão. Essas placas de cantaria deveriam ter espessura suficiente para resistir à acção do tempo, sendo a impermeabilização melhorada com produtos adicionados ao betão ou à argamassa de assentamento.

O lanternim do coroamento seria de cantaria maciça, dada a pequena espessura dos seus elementos, mas

⁴⁶ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Comunicação N.º 180, 18 de Fevereiro de 1959.

⁴⁷ DGEMN, Arquivo morto, Edgar Cardoso, *Igreja de Santa Engrácia. Anteprojecto da estrutura da cúpula*, Março de 1959. O anteprojecto incluía uma memória descritiva e justificativa, cálculos de estabilidade com peças gráficas auxiliares, a estimativa orçamental, um corte vertical, pormenores dos anéis I, G, H; um corte horizontal acima do anel de apoio e outro ao nível das janelas e um esquema das armaduras da cúpula.

possuiria armaduras resistentes e um perfeito gateamento das pedras de modo a apresentar segurança para as cargas permanentes e outras solicitações como ventos ou sismos.

Nesta primeira fase não considerou a resistência dos revestimentos de cantaria, mas apenas do betão, ficando para o projecto final os cálculos do conjunto.

Chama a atenção para o facto de não se conhecer o suficiente acerca da natureza ou constituição de alguns elementos da obras existente, em particular do anel ao nível do terraço onde iria assentar a cúpula, prevendo-se, antes de passar à fase do projecto final, a execução de sondagens ou ensaios para averiguar da natureza, forma de execução e resistência desses elementos que iriam suportar, depois de devidamente reforçados, a parte nova da Igreja de Santa Engrácia.

A cúpula, de betão armado, seguiria em termos formais o projecto de Amoroso Lopes, mas com uma espessura que permitisse receber os revestimentos de cantaria. A base da cúpula seria formada por duas paredes concêntricas de betão armado, assentes sobre a parte existente através de um anel de betão armado, que transmitiria as cargas verticais dos elementos superiores, absorveria todos os impulsos horizontais e resistiria às reacções dos elementos concordantes dos arcos das naves. A todo o perímetro exterior da base da cúpula um varandim, constituído por uma laje de betão armado, cujo acesso seria feito por umas escadas, também constituídas por lajes de betão armado, revestidas com cantaria. Sobre a cobertura da igreja um terraço com uma laje de betão armado e pavimentado com lajedo.

Para calcular as dimensões da cúpula, Edgar Cardoso utilizou processos gráficos e analíticos baseados na Teoria da Resistência dos Materiais.

A obra foi orçada em 6 217 600\$00, incluindo cantarias, o desmonte da cúpula metálica existente e demolição do revestimento do terraço, moldes, cavaletes e cimbres para a execução e montagem do betão armado e das cantarias, a varanda interior, os esgotos das águas pluviais, etc.

O anteprojecto foi sujeito a análise por uma comissão de revisão que emitiu um Parecer a 28 de Abril de 1959, começando por chamar a atenção para o facto do trabalho apresentado por Edgar Cardoso dizer respeito apenas à execução da cúpula e outros elementos correlativos de suporte que se devem elevar acima do terraço, ficando de lado todas as obras de carácter complementar e de conservação, ainda que se deduza que o objectivo é completar todo o conjunto e que essas obras serão objecto de estudos futuros⁴⁸. A comissão, não deixa, contudo, de congratular o autor pelo cuidado e pormenor com que se propunha a elaborar os estudos definitivos e pela disponibilidade que apresentou em prestar assistência durante as obras.

Quanto à solução apresentada, a comissão considera que poderia parecer à primeira vista não ser a mais adequada, visto a técnica de construção ser completamente diferente da aplicada na parte existente. Porém, tendo em vista outras soluções possíveis e as características da época actual, tratar-se-ia de: *«um modelo perfeito de conjugação entre os materiais e processos usuais das duas épocas»*. A estrutura de betão armado mostrava-se então conveniente sob o aspecto económico, de segurança e aligeiramento das cargas sobre a parte existente. Estando previsto o seu revestimento com elementos de cantaria, ganharia *«o mesmo sabor arquitectónico do existente, contribuindo assim para um agradável equilíbrio do conjunto»*. Esses elementos de cantaria seriam ligados à estrutura de betão através de

⁴⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292.

peças de aço inoxidável, garantindo uma variação das possibilidades de resistência dos dois materiais.

Em relação ao dimensionamento da cúpula, considerou parecer:

«aceitável pois foi obtido com base em métodos apropriados e considerando já as principais solicitações a ter em conta, cargas permanentes e vento. Uma solicitação importante a considerar será devido aos sismos, que logicamente não só implicará a estabilidade e o dimensionamento da parte nova respeitante à cúpula como também se reflectirá na acção dessa parte sobre a parte existente.»

Face à nota de Edgar Cardoso de não possuir elementos quanto à capacidade de resistência da parte existente do edifício, nem sequer acerca dos elementos que iriam suportar a cúpula, dados fundamentais para poder prosseguir os estudos e elaborar o projecto final, a comissão chama a tenção para a necessidade urgente de efectuar sondagens, embora creia que na altura da redacção do Parecer essas sondagens estariam em bom andamento pois estavam a ser feitas grandes escavações na zona dos quatro pilares que iriam suportar a cúpula.

A comissão conclui estar:

«perante um bem elaborado anteprojecto que, reunindo os elementos fundamentais para uma cabal compreensão da obra, juntamente com a circunstância favorável do seu autor ser um técnico de idoneidade absolutamente reconhecida, permite antever o maior êxito para a finalização deste projecto. Por isso, julga-se que está em condições de merecer aprovação para servir de base á elaboração do projecto definitivo.»

O contrato celebrado com o engenheiro Edgar Cardoso para elaboração do anteprojecto e projecto da cúpula a construir sobre a igreja de Santa Engrácia, a 27 de Julho, foi aprovado por Despacho do ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, dois dias mais tarde e visado pelo Tribunal de Contas a 5 de Agosto⁴⁹.

Em Setembro, Edgar Cardoso, foi a Santa Engrácia, analisar as sondagens que estavam a ser feitas, considerando ser conveniente alargar a área de prospecção junto ao anel da cúpula e efectuar outra, do lado oposto. Chamou ainda a atenção para a necessidade de se fecharem as trincheiras abertas no interior da igreja para evitar possíveis inundações, uma vez que o subsolo, arenoso, era facilmente desagregável pelos agentes atmosféricos⁵⁰.

Nesse mesmo mês, Arantes e Oliveira enviou uma nota à Secção de Expediente Técnico da DGEMN pedindo esclarecimento acerca dos trabalhos:

«disseram-me que o Engenheiro Edgar Cardoso ainda não retomou o estudo de santa Engrácia. Supunha que já tinha arrumado o assunto com ele e que estaria de novo empenhado no projecto. Que a informação não seja fundamentada. Peço-lhe em todo o caso que veja o que há. Teria muito empenho em que ainda este ano nos lançaríamos francamente no empreendimento. Aliás dentro em breve estaremos arriscados a não utilizar as dotações do O.G.E. e do F.D. de que dispomos.»⁵¹

⁴⁹ DGEMN, Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo, N.º 1292, Contrato N.º 68 017/797.

⁵⁰ DGEMN, Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo, N.º 1292, Comunicado N.º 249, 2 de Setembro de 1959.

⁵¹ DGEMN, Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo, N.º 1292, Nota do gabinete do Ministro, Setembro de 1959. O.G.E. – Orçamento Geral do Estado; F.D. – Fundo do Desemprego.

Parece-nos que o que terá acontecido é que Edgar Cardoso aguardava o resultado de sondagens que considerava imprescindíveis e que ainda estavam a ser efectuadas⁵². Queríamos ainda chamar a atenção para a questão do orçamento e o facto de as verbas previstas e não aplicadas durante o ano se perderem, o que constituía, e continua a constituir, uma preocupação, daí as recorrentes referências ao facto, sobretudo à medida que o final do ano se ia aproximando⁵³.

Num comunicado de Arantes e Oliveira, de 7 de Outubro, o ministro volta a referir essa questão considerando que ainda há tempo para aplicar a verba do plano de trabalhos, mandando publicar a Portaria do Fundo do Desemprego para cativar a verba. Caso contrário as verbas seriam transferidas para outra aplicação, reforçando-se a verba para a Igreja de Santa Engrácia no próximo Plano de trabalhos⁵⁴. De notar ainda que em Abril de 1960 as obras já não estavam a ser comparticipadas pelo Fundo de Desemprego mas pela dotação do Ministério das Obras Públicas, o mesmo acontecendo nos anos subsequentes, segundo Ofício arquivado no processo de Santa Engrácia⁵⁵.

Em Dezembro de 1959 Edgar Cardoso enviou os desenhos relativos ao dimensionamento geral e estereotomia da cúpula para serem analisados pelos Serviços Técnicos

da DGEMN e assim poder passar à elaboração final do Projecto (doc. 12)⁵⁶.

Na memória descritiva Edgar Cardoso e Manuel Frederico Saragoça, seu colaborador, referem que: «a obra existente não corresponde em alguns casos ao que consta dos desenhos»⁵⁷.

Seria o caso do lanternim: «O perfil da cúpula do lanternim, foi tirado do corte vertical existente nos desenhos de arquitectura. Assinala-se que o perfil existente no alçado da cúpula, não coincide com o apresentado no corte vertical dos citados desenhos, sendo este um dos importantes pontos a esclarecer.»; da cúpula: «há uma discordância, entre a planta da cúpula e o seu alçado no que respeita a essas mesmas nervuras, pelo que as alturas dos diversos elementos não se podem determinar com rigor. Assim neste desenho omitiu-se quer o revestimento exterior quer o interior da cúpula.»; e do terraço: «assinale-se a discordância do valor do desnível do terraço existente, no projecto e na realidade. É de notar que na distância medida no actual terraço entre o anel interior de cantaria e a fachada, há uma diferença de cerca de 4,00m para mais em relação aos desenhos de arquitectura».

Os engenheiros civis acrescentam ainda que houve a maior preocupação em obter a maior economia nas obras a executar, sem comprometer o aspecto geral e de pormenor do Monumento, substituindo-se grande parte das pedras de cantaria das construções clássicas por simples forro de revestimento de estrutura de alvenaria ou de betão armado.

⁵² Na resposta dada a Arantes e Oliveira a 26 de Setembro refere-se que se está a proceder à montagem das instalações de estaleiro e à abertura de poços de sondagem, ainda que se acrescente que se aguarda o regresso do engenheiro para exame conjunto das sondagens. DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Ofício N.º 7186.

⁵³ Além da nota ministerial referida, de Setembro de 1959, estão arquivadas muitas outras que apontam no sentido de se acelerarem os trabalhos, isto até à conclusão das obras em 1966.

⁵⁴ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, O.S. N.º 14392.

⁵⁵ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, S.R. N.º 279, Ofício N.º 2384, S.R. N.º 291. Contudo, este Ofício é contradito por outras informações posteriores que continuam a referir as verbas do Fundo de Desemprego e que referimos à frente.

⁵⁶ O processo incluía uma memória descritiva, e peças desenhadas – estereotomia das pedras do lanternim, cortes verticais da cúpula pela janela e pelos pilares, vistas interior e exterior das janelas e colunas, varandim e escadas de acesso, corte vertical pormenorizando o anel exterior e pormenores das pedras n.º 5, 10 a 16, 22 a 30 e 36.

⁵⁷ O Engenheiro Manuel Frederico de Basto Saragoça acabou por ser contratado para prestar assistência técnica, em regime de prestação de serviços em Fevereiro de 1960.

O director dos Serviços dos Monumentos Nacionais aprovou o projecto, ressaltando que todos os molduramentos deveriam ser devidamente coordenados em face de perfis em tamanho natural e modelos em gesso que iam sendo efectuados pelos Serviços da DGEMN à medida que os trabalhos o sugeriam.

A decisão do director dos Serviços Técnicos foi ratificada pela Comissão de Revisão que emitiu um Parecer onde é referida a pertinência da mesma comissão ter uma intervenção activa no estudo das peças arquitectónicas da obra e na sua pormenorização.

Quanto às divergências entre as peças desenhadas do projecto arquitectónico e entre as mesmas e o existente, considera que devem ser corrigidas para que os estudos possam prosseguir com garante da segurança. Nesse sentido, dever-se-ia elaborar um cuidadoso estudo de pormenorização de todos os elementos, com a execução de desenhos nas escalas convenientes e modelos em tamanho natural, de conjunto e de cada peça individualmente. A colocação desses modelos nos locais correspondentes permitiria proceder *in loco* às correcções necessárias. A comissão acrescenta ainda que a orientação dos Serviços dos Monumentos Nacionais:

«será suficiente garantia, dada a sua larga experiência, de que serão tomadas as medidas técnicas e práticas para que a obra seja levada a cabo de modo a conseguir-se o resultado final por todos desejado.»

Arantes e Oliveira homologou o Parecer logo que o recebeu, o que não é de estranhar tendo em conta a urgência de se iniciar as obras, imposta pelo próprio que em Março exarou mais um Despacho no sentido de se acelerar o início dos trabalhos.

Amoroso Lopes foi a Santa Engrácia com Edgar Cardoso, enviando em Abril novos desenhos de pormenor para a conclusão da cornija e construção da balaustrada de coramento, que anulavam os anteriores. A principal alteração era constituída pelas duas soluções do balaústre, cujos perfis se decalcavam nos tipos clássicos do jónico:

«analisando em pormenor todo o perfilado existente quer arquitrave, friso e parte construída da cornija, verifica-se tal exactidão com as dimensões clássicas do estilo jónico, segundo Vignola, que não duvido em seguir rigorosamente o mesmo princípio para conclusão dessa parte do edifício, seguindo a escala modelar fixada segundo os elementos existentes».

Acrescenta que:

«na visita efectuada chocou-me o afastamento exagerado dos balaústres. (...) Julgo pois que se poderá fazer novos ensaios de acordo com os pormenores rectificandos e os dois tipos de balaústres, obtendo-se desse modo elementos seguros, que nos permitam passar a uma fase definitiva. Convinha, no entanto, que fossem respeitadas rigorosamente as medidas dos desenhos de forma a obter-se o melhor resultado. (...) Por outro lado, acho ser absolutamente indispensável igualar a cor dos moldes com o existente, a fim de que se possa ler o volume do emoldurado em todo o seu conjunto e não parcialmente.»

Em relação aos empreiteiros e fornecedores de cantaria envolvidos nesta fase dos trabalhos, de 1954 a 1962, surgem quatro nomes – José Raimundo e António Domingos Cazinhas, que forneceram cantaria de Pero Pinheiro, e António Ferreira de Almeida e Anselmo da

Costa, construtores civis. Esta constância pode significar que houve cuidado no sentido de não haver grandes diferenças na qualidade dos materiais usados e que a DGEMN confiaria nesses empreiteiros e fornecedores com quem vinha a trabalhar já há algum tempo.

A aquisição de pedra estabelecia como condição apresentar características idênticas à existente e à que vinha a ser empregue desde o início das obras – lioz branco, de tonalidade homogénea, isento de defeitos, veios ferruginosos e “chochos”. As pedras deviam ainda ser entregues nas medidas indicadas, de acordo com as necessidades, podendo ser rejeitadas caso não fossem observadas as indicações fornecidas. Com o desenvolvimento dos trabalhos verificou-se que muitas das peças existentes tinham de ser substituídas, apesar de apresentarem um aspecto razoável porque, ao serem removidas para reajustamento, se esboroavam, mostrando que foram empregues elementos de diferente constituição, tendo uns resistido e outros sofrido alterações, em particular as pedras mais expostas ao Sol e outros agentes externos. A substituição das peças que não estavam em condições era feita no local, por canteiros e serventes habilitados, à medida que se verificava que não suportavam a pressão das alavancas.

As peças novas eram executadas e verificadas com moldes de zinco que reproduziam os desenhos do projecto. Também se faziam ensaios de modelos em gesso ou madeira, pintados, imitando pedra (fig. 154). Os vazios entre as peças eram preenchidos com alvenaria hidráulica ao traço 1:4 e os defeitos que, eventualmente, algumas das peças pudessem ter não eram emendados com betume ou qualquer outro produto, ficando a descoberto⁵⁸.

⁵⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo de Obras*, N.º 1284, 1285 e 1286.

Os canteiros tiveram um papel de destaque na obra uma vez que o edifício era todo em pedra, isto numa altura em que essa técnica de construção já era pouco usada, havendo falta de profissionais habilitados o que justificou a criação de uma escola de canteiros em Santa Engrácia, com oficina, que, por sua vez, facilitou o financiamento da obra, através do Fundo do Desemprego (fig. 155)⁵⁹. O próprio Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, na cerimónia de tomada de posse da Comissão do Panteão Nacional afirmou que:

«só agora, depois de vir para estas funções que exerço, no contacto com as obras de restauro de monumentos, meço bem o valor dos nossos artífices da pedra, que vejo como esse trabalho é dispendioso, como esse trabalho é lento, como é preciso muita gente, como é preciso muito dinheiro, muita paciência e muito engenho, para se conseguir realizar estas obras em que predomina a pedra. Está aí talvez mais uma razão para que nós não deixemos perder de todo essa grande escola de canteiros que o nosso país teve e continua a ter e que não convém extinguir. O financiamento desta obra do Panteão Nacional de Santa Engrácia foi facilitado em grande parte pelo propósito de manter aqui um centro de vida activa dos nossos canteiros».

Quanto ao andamento das obras, sabemos que no final de 1962, além de trabalhos de sondagem, limpeza, construção de modelos em tamanho natural de elementos

⁵⁹ É raro surgirem os nomes dos canteiros ou do encarregado dos canteiros, tanto no processo de obras como no administrativo. Refere-se o canteiro Edmundo como estando a orientar a oficina de cantaria em 1962. Na publicação do MOP sobre Santa Engrácia, de 1966, surge António da Conceição Lourenço como encarregado geral da oficina de cantaria.

construtivos e decorativos e obras de conservação, como a reparação de grades de janelas, de paredes e paramentos, do portão de entrada, alongando o vão e colocando fechaduras novas e das dependências no 1.º e no 2.º piso, ficaram concluídos também os trabalhos de execução de cantarias e seu assentamento na platibanda exterior e anel central, execução e assentamento do capeamento sobre a balaustrada, ângulos dos torreões e cinta de betão armado para a cornija interior (figs. 116, 117 e 118).

Os documentos que temos vindo a analisar demonstram o grau de dificuldade inerente à intervenção uma vez que os trabalhos se desenvolveram em várias frentes em simultâneo – projecto arquitectónico, projecto técnico e elaboração de sondagens e modelos em tamanho natural no estaleiro. Para que houvesse homogeneidade de critérios foi necessário coordenar os vários contributos e garantir o diálogo constante entre os intervenientes⁶⁰.

Ainda em 1962, atrasos na execução das obras terão levado o Ministro das obras Públicas a emitir um Despacho, em Novembro, concordando com a rescisão do contrato celebrado com o engenheiro Edgar Cardoso para a elaboração do anteprojecto e projecto da cúpula, iniciando-se uma troca de correspondência entre o último, que se sentiu lesado, e a DGEMN.⁶¹

De acordo com um documento arquivado no Processo da igreja de Santa Engrácia, na DGEMN, a anulação proposta teria como objectivo libertar a verba destinada ao

pagamento dos serviços prestados pelo engenheiro, que se encontrava cativa em virtude de as obras ainda não terem sido executadas e o contrato contemplar o pagamento das prestações apenas a partir do início das obras.

Logo de imediato, Edgar Cardoso enviou um comunicado ao Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, o arquitecto Vaz Martins, informando que a 19 de Setembro passado enviara uma factura da importância de 40 000\$00, correspondente à assistência técnica da obra, que não fora processada, alegadamente por ainda não ter sido entregue o projecto devidamente detalhado, argumentando em seu favor que enviara em duplicado, a 23 de Dezembro de 1959, a parte do projecto definitivo do dimensionamento geral e estereotomia da cúpula, solicitando na altura a análise do mesmo por parte dos Serviços Técnicos da DGEMN para, em seguida, poder passar à elaboração do projecto final. Acrescenta ainda que o anteprojecto comportava os elementos de pormenor de betão armado, incluindo os cálculos, que era corrente fazerem parte dos projectos, tendo sido combinado verbalmente que à medida que se fosse dando andamento à obra fossem elaborados desenhos de pormenor. Lembra que compareceu sempre às convocações que lhe foram feitas, dando assistência à obra quando solicitado para tal e que fornecera todos os pormenores de betão armado ou outros para que os trabalhos pudessem prosseguir com regularidade, nomeadamente os pormenores do anel central da cúpula fornecidos em Agosto do ano corrente, logo que os resultados das sondagens permitiram saber qual a parte estrutural de alvenaria e cantaria sobre que havia de assentar.

Não obtendo qualquer resposta, o engenheiro enviou um novo comunicado a 13 de Fevereiro de 1963 a que o Arquitecto João Filipe Vaz Martins respondeu um mês mais tarde, pedindo-lhe que comparecesse no seu gabinete a

⁶⁰ Isto não significa que não tenham surgido divergências, como o caso de um canteiro, Manuel Tomás, que em 1962 se queixou do encarregado dos canteiros que a seu ver: “nem sequer bom servente de pedreiro consegue ser”, acusando-o de desrespeitar e provocar os operários, o que o levava a despedir-se. Ainda que as acusações de Manuel Tomás tenham sido consideradas infundadas, e que o mesmo agisse isolado, situações como esta, à partida imprevisíveis, poderão de algum modo ter perturbado o bom andamento dos trabalhos.

⁶¹ Despacho de 28 de Novembro de 1962.

fim de serem trocadas impressões acerca do problema. Não conhecemos o resultado dessa reunião, porém sabemos que a partir desta data o projecto técnico das obras foi entregue a outros engenheiros.

O ano de 1962 corresponde ao fim de uma fase do projecto iniciando-se uma outra, marcada por novos intervenientes não só a nível da concepção técnica, mas também arquitectónica. De notar que um ano antes o Director-Geral, Henrique Gomes da Silva, dada a sua avançada idade fora substituído por José Pena Pereira da Silva e João Filipe Vaz Martins tomara posse efectiva do cargo de Director de Serviços dos Monumentos que ocupava interinamente desde o afastamento de Luís Benavente, em 1958. Estas mudanças no seio da DGEMN teriam consequências pouco mais tarde nas obras de Santa Engrácia que seguiram um novo rumo a partir de 1964, marcado pelo afastamento de Amoroso Lopes e Edgar Cardoso⁶².

⁶² O final da década de 50 foi um dos momentos altos da DGEMN em grande parte devido aos preparativos para as *Comemorações Henriquinas* e foi também quando surgiram os primeiros sinais de mudança no seio da instituição. Assistiu-se a uma abertura ao exterior com a participação no Internationales Burgem Institut, centro de estudos sobre castelos históricos e a instituições portuguesas exteriores à DGEMN como a Faculdade de Letras de Lisboa. A acção da DGEMN começou a ser encarada pelos seus técnicos mais jovens de uma forma crítica, na esteira da acção iniciada por Raúl Lino.

4.3.

1962 E 1964: DOIS PLANOS DE ESCALONAMENTO DAS OBRAS. ANTECIPAÇÃO DA INAUGURAÇÃO DO PANTEÃO NACIONAL

Em Novembro de 1962 foi elaborado um Plano Geral de conclusão das obras a executar na Igreja de Santa Engrácia por Amoroso Lopes. Esse projecto incluía uma parte escrita, peças desenhadas, cortes e alçados onde se assinalaram com cores diferentes as obras previstas para cada ano, e fotografias do estado actual dos trabalhos (figs. 119 a 126)⁶³.

Esse plano, escalonado em 10 anos, previa a conclusão das obras em 1972, incluindo, além da estrutura, todos os elementos arquitectónicos, ou seja, além da obra de betão armado, as cantarias trabalhadas em paredes, as abóbadas, os vãos de janelas, portas e revestimentos de pavimentos, caixilharia de madeira exótica e metálica, grades, acabamentos de paredes não revestidas com pedra, pinturas, etc.

Os trabalhos relativos à utilização do edifício como Panteão Nacional, não foram incluídos no programa uma vez que ainda não tinha sido elaborado um estudo de conjunto de todas as instalações necessárias e da sua integração no imóvel. As instalações sanitárias, a instalação eléctrica e o arranjo dos terrenos envolventes ficaram igualmente de fora por ainda não haver projectos para os mesmos, indispensáveis, sobretudo no que respeita aos dois últimos. A instalação eléctrica constituiu um problema particularmente difícil de resolver uma vez que se

⁶³ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, N.º 7431. Há um exemplar do projecto no arquivo morto da DGEMN.

tratava de um edifício classificado, de grandes dimensões, projectado numa época em que essa questão não se colocava. Quanto à envolvente era necessário elaborar um plano que se enquadrasse nos planos de urbanização daquela zona da cidade.

As obras foram orçadas em 1 200 000\$00, especificando-se as verbas calculadas para cada ano e, dentro de cada ano, os montantes atribuídos aos diferentes trabalhos previstos, salvaguardando-se na memória descritiva que:

«as verbas indicadas para as diferentes fases dos trabalhos previstos terão de ser entendidas com aquela aproximação relativa que uma previsão à distância de dez anos necessariamente implica.»

Arantes e Oliveira aprovou, por Despacho de 1 de Dezembro de 1962, o plano proposto, ficando o mesmo sujeito a ajustamentos anuais de acordo com o progresso da obra e as verbas disponíveis na altura, deixando expresso o voto de que no futuro fosse possível reforçar essas mesmas verbas.

O plano não foi integralmente cumprido de acordo com o que estava previsto para o ano de 1963. Foram executadas a estrutura de apoio para a placa do terraço, em material pré-fabricado, as caleiras em pedra e ligação às gárgulas, à volta do terraço; as cantarias interiores no embasamento do tambor, incluindo o ábaco circular, os apilarados das portas e forro moldurado, e trabalhos de restauro interior em cantarias e alvenarias. Não chegou a ser feita a estrutura de betão armado até à altura do ábaco do pedestal das pilastras do tambor como estava planeado. Em contrapartida, executaram-se trabalhos que não estavam previstos e outros que deviam ter ficado concluídos no ano anterior, o que poderá explicar o não

cumprimento integral do plano. Em relação aos primeiros, refira-se à consolidação de cantarias que se desconjuntaram ou estalaram num tecto do 2.º piso, sobre a entrada principal, resultando daí o desnivelamento dos caixotões; e em relação aos segundos, o refechamento de juntas nas fachadas. A cúpula em ferro que coroava a igreja também foi desmontada em 1963.

Quanto às obras no interior do edifício, e ainda relativamente ao ano de 1963, destaca-se a questão do remate da capela-mor e a escolha do local para colocar o órgão que estava no altar-mor da Sé de Lisboa e que fora removido (fig. 252).

Para resolver o problema do remate do altar inacabado, Gonçalo Lyster Franco, na altura arquitecto de 3.ª classe da DGEMN, propôs a execução de um arco de volta perfeita com pedra de aduela de corte semicircular, e de uma abóbada de tijolo ou elementos pré-fabricados de betão. Propôs ainda a recolocação e adaptação da tribuna existente na Sé de Lisboa e que se executassem os guarnecimentos dos vãos de cantaria aparelhada e as portas das de madeira exótica. Ficaria para uma fase posterior a transformação de parte da balaustrada, a colocação e restauro da caixa de talha do órgão e a afinação da sua parte mecânica e a construção de uma parede de protecção que isolasse o órgão da zona ainda em obras.

Um comunicado da Repartição Técnica da DGEMN, dirigido ao Director de Serviços dos Monumentos Nacionais, permite-nos saber que não considerava a colocação do órgão na capela-mor a melhor solução uma vez que iria ficar no local destinado ao altar-mor impedindo a sua construção, correndo-se o risco de comprometer o equilíbrio e a função do edifício. O director de Serviços dos Monumentos Nacionais respondeu, pedindo à Repartição Técnica para: *«juntar propostas em primeiro lugar*

e depois concretizar melhor a sua informação quanto ao altar.»

Na sequência do Despacho de João Filipe Vaz Martins, o Arquitecto Chefe da Repartição Técnica emitiu uma informação onde chama a atenção para o facto do altar-mor de uma igreja ser a peça primordial do conjunto pela sua função litúrgica, merecendo cuidados especiais na sua concepção e localização. Sendo o interior de Santa Engrácia um dos mais bem concebidos e harmoniosos conjuntos do país os trabalhos a realizar deveriam ser bem ponderados para que não se compromettesse e adulterasse o seu espírito e, conseqüentemente, o intrínseco valor do imóvel. Por outro lado, ainda que o altar da igreja não tivesse sido concluído, a leitura das plantas do templo e a observação no local permitiam concluir que a sua localização fora desde logo fixada na parede onde agora se pretendia colocar o órgão da Sé.

Quanto ao altar-mor, era possível por comparação com altares da mesma época saber quais seriam as suas características caso tivesse chegado a ser construído. Acrescenta ainda que nas igrejas setecentistas não era habitual a instalação de órgãos fixos integrados na arquitectura, propondo a colocação do mesmo no coro.

João Filipe Vaz Martins em resposta às críticas levantadas quanto ao critério seguido de aplicação do órgão da Sé na capela-mor de Santa Engrácia enviou uma informação ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais onde esclarece a sua posição. Começa por referir que:

«é do conhecimento geral que a capela-mor de uma igreja é, sem dúvida uma das suas peças mais importantes. (...) Não foi de ânimo leve, ignorantes destes simples factos do conhecimento geral que propusemos

a aplicação do referido órgão na parede do fundo da capela-mor da igreja de Santa Engrácia. O assunto foi estudado, ponderado, observadas no local todas as hipóteses.»

Acrescenta, que a utilização do coro-alto fora posta de parte por desaconselhada técnica e esteticamente, e que a opção de colocar o órgão por trás do altar-mor era, de acordo com a opinião de autoridades eclesiásticas de todo o país, liturgicamente correcta, o que se comprovava pelos vários casos existentes. Ao contrário do que fora afirmado pela Repartição Técnica, existiam órgãos fixos em edifícios anteriores a Santa Engrácia, integrando os projectos primitivos das igrejas ou ali colocados posteriormente. Por outro lado, a construção de um altar por aproximação a outros existentes seria possível, mas arriscada, além de exigir a colaboração de artistas plásticos especializados e verbas avultadas, dada a riqueza que teria necessariamente de ostentar para estar em harmonia com o conjunto. Ponderando todos os factores e tendo em conta que se não fosse dado rapidamente um destino ao órgão ele acabaria por se perder ou por sair do país, a solução seria a sua integração no conjunto de Santa Engrácia.

Arantes e Oliveira, perante um problema tão complexo que dividia técnicos bem reputados, decidiu pedir a opinião de um elemento categorizado do Patriarcado de Lisboa. Foi-lhe sugerido o nome do Padre João de Almeida, arquitecto diplomado e elemento da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado que, indo ao encontro da opinião do Director dos Serviços Técnicos, considerou não haver razão para adoptar outra solução que não a do altar-retábulo, de preferência adaptando um conjunto existente, caso não houvesse entraves de ordem prática. Em

relação à colocação do órgão da Sé de Lisboa ao fundo da capela-mor, não seria a solução mais adequada no caso de Santa Engrácia uma vez que iria ocupar um espaço profundo da capela-mor⁶⁴.

As palavras de Vaz Martins e a posição do representante da Comissão de Arte Sacra face à questão levam a concluir que a trasladação do órgão para Santa Engrácia terá sido encarada como uma solução de recurso para salvaguardar uma obra de arte portuguesa de grande valor. Contudo, dada a diversidade e quantidade de igrejas barrocas portuguesas com retábulos de talha dourada, não deixa de ser estranho que não tenha sido possível encontrar uma solução mais adequada.

Mais uma vez podemos constatar da complexidade da obra que gerou conflitos de opinião nem sempre fáceis de solucionar. Esse facto, aliado à dependência relativamente à dotação anual concedida e à disponibilidade de mão-de-obra especializada, terá marcado a evolução dos trabalhos, ditando o ritmo a que os mesmos se desenvolveram, tornando por vezes impossível cumprir os prazos estipulados.

As carências do ponto de vista orçamental e de mão-de-obra especializada foram comentadas na altura, nomeadamente pela imprensa que não deixou de tecer comentários acerca do assunto:

«Nesta primeira fase dos trabalhos (por agora) feito ao ritmo e ao arfar das pulsações da Pátria, face voltada para os encargos de África, não entra ainda o projecto das quatro torres (...). Velhos mestres canteiros (dos poucos sobrevivendo à técnica do cimento) andam por lá, consolidando

aqui, revendo acolá, seguindo o risco do architecto Vaz Monteiro.»⁶⁵

De acordo com o autor do artigo, os gastos inerentes à guerra, que se alastrara a todo o território ultramarino, obrigavam a colocar o Património num plano secundário. Ainda que esse ponto de vista não seja totalmente falso, uma vez que se colocaram problemas de financiamento da obra, é preciso relativizá-lo: a decisão de não construir as torres foi uma opção moral e estética, de carácter definitivo, e em relação aos canteiros eles desempenharam um papel fundamental nas obras, tendo, inclusive, sido criada uma escola de canteiros em Santa Engrácia, financiada pelo Fundo de Desemprego.

Por outro lado, essas dificuldades financeiras não obstaram a que Salazar decidisse em 1964 que as obras teriam de estar concluídas dois anos mais tarde, para que a inauguração do Panteão Nacional integrasse o vasto programa das celebrações *do Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*⁶⁶. Esta decisão implicava um reforço de verbas que viabilizassem a conclusão das obras seis anos antes do prazo estipulado.

João Filipe Vaz Martins, Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, agindo com prudência, considerou que:

«Analisadas todas as hipóteses não nos podemos comprometer com a afirmação de que é possível concluir as obras de Santa Engrácia em dois anos e meio, dado que

⁶⁴ Esta questão está documentada no processo de obras e administrativo de Santa Engrácia arquivado na DGEMM, respectivamente, nas pastas 1286 e 1292.

⁶⁵ “As obras de Santa Engrácia estão quase concluídas e vão ser adaptadas a Panteão Nacional”, *Diário de Notícias*, 15/7/1962, pag. 9. Trata-se de um lapso, Vaz Martins e não Vaz Monteiro.

⁶⁶ Arantes e Oliveira, num discurso proferido de improviso na cerimónia de tomada de posse da Comissão do Panteão Nacional, em Maio de 1966, deixou bem claro que a ideia partiu de Salazar, Presidente do Conselho.

o seu volume e a especial natureza do trabalho é tarefa delicada de difícil previsão. No entanto, julgamos possível abrir as portas do Panteão Nacional quando da inauguração da Ponte sobre o Tejo.»

Conhecendo a fundo os trabalhos que estavam a ser realizados e os meios de que a DGEMN dispunha, o arquitecto encarou a decisão com algum cepticismo. Não querendo comprometer-se com algo que não tinha a certeza de poder cumprir, mas não deixando de encarar a possibilidade de satisfazer o desejo de Salazar, propôs uma solução intermédia – abrir as portas do Panteão Nacional em 1966, mas com a obra inacabada.

Foi então elaborado um Plano de activação dos trabalhos, no final de Junho de 1964, que previa a conclusão em Setembro de 1966 de todo o interior do Panteão Nacional, incluindo a transferência de túmulos que se encontravam nos Jerónimos. A construção da parte exterior da cúpula poder-se-ia prolongar por um prazo mais dilatado sem perturbar o ambiente de calma e recolhimento indispensável ao bom funcionamento da igreja-panteão. Não se excluía, contudo, a hipótese da construção em paralelo do interior e do exterior do monumento, solução a considerar mais tarde, de acordo com o decorrer das obras.

Em pormenor, o Plano previa a conclusão até ao final de 1964 da construção e assentamento de cantarias no paramento interior do tambor até ao entablamento, incluindo estruturas de betão armado; construção e assentamento de grades de ferro e caixilharias de madeira; conclusão de cantarias e alvenarias da capela-mor segundo o estudo efectuado e o restauro parcial das cantarias do interior do templo, incluindo embutidos. Em 1965 deveriam ficar prontas a estrutura do embasamento do tambor exterior, para vedação das águas, sem incluir cantarias; a construção das

cantarias do intradorso da cúpula desde a cornija base até ao primeiro anel do lanternim, incluindo o revestimento com betão armado; a construção e assentamento de portas interiores e exteriores; as grades de bronze nas casas e púlpitos; a construção do conjunto do altar, incluindo embasamento, degraus e o altar propriamente dito; a conclusão do restauro das cantarias do interior, incluindo embutidos e púlpitos e o pavimento de pedra serrada nos anexos do rés-do-chão. No último ano, 1966, seriam construídos os portões de ferro forjado da galilé; construído e assente o pavimento de mármore, com desenhos em diferentes cores, do interior do monumento; a transferência de dez túmulos do Mosteiro dos Jerónimos, incluindo a preparação dos fundos dos arcos-sólios, para futura decoração; o orgão seria montado e arranjado de forma a funcionar e a entrada principal, incluindo os degraus, seria alvo de um arranjo provisório.

Arantes e Oliveira aprovou o Plano, chamando a atenção para a necessidade de se concluir o mais rápido possível os estudos dos acabamentos do interior, indispensáveis ao bom funcionamento do edifício como Panteão Nacional, e do arranjo da envolvente.

Em relação à envolvente, sugeriu que se estabelecessem contactos com o departamento competente da Câmara Municipal de Lisboa para garantir a aprovação do estudo, a ser apresentado oficialmente na devida altura.

O Ministro das Obras Públicas acrescentou ainda que não seriam de aceitar, em qualquer caso, prorrogações aos prazos estipulados e pediu que lhe fossem enviados mensalmente mapas da evolução dos trabalhos, acompanhados de memórias descritivas sucintas⁶⁷.

⁶⁷ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Nota do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, 1 de janeiro de 1965.

Como era de esperar o encurtamento do prazo de conclusão do Panteão Nacional implicou um aumento substancial das dotações anuais assim como uma concentração de esforços por parte dos profissionais envolvidos, no sentido de rentabilizar ao máximo o trabalho produzido. Nesse sentido, Arantes e Oliveira emitiu um Despacho dirigido ao Comissariado do Desemprego para que fosse concedido à DGEMN um subsídio de três mil contos, isentos de desconto, a ser aplicado exclusivamente nas obras de Santa Engrácia, a acrescentar às dotações de que a obra já dispunha até ao final de 1964. Esta medida obrigava a adiar para outra altura as obras previstas no Palácio Nacional da Ajuda, ficando em consideração as intervenções no Mosteiro da Batalha, muralhas de Serpa, Campo Maior e Estremoz. Em relação ao ano de 1965, pediu que a DGEMN indicasse a verba a prover para ser inscrita no respectivo orçamento do Fundo de Desemprego, em concorrência com a dotação de mil contos do Orçamento Geral do Estado⁶⁸.

Além do reforço das verbas, foi necessário constituir uma equipe de técnicos em exclusividade nas obras de Santa Engrácia, a trabalhar sob a orientação directa de Vaz Martins, director dos Serviços de Monumentos Nacionais e das obras. Critérios de competência e garantia de disponibilidade total terão estado na base da escolha dos membros da equipa, constituída por um engenheiro civil, encarregue de elaborar o projecto de betão armado e mais estruturas resistentes e de prestar assistência à obra; dois arquitectos, um dos Serviços e outro a contratar; um agente técnico de engenharia civil, responsável pela condução dos trabalhos; um desenhador-chefe, encarregue

da pormenorização dos estudos; dois desenhadores a contratar fora dos serviços e dactilógrafos, a contratar ou assalariar, para dar resposta ao avolumar de expediente.

Sempre que necessário, paralelamente ao trabalho desenvolvidos na obra sob administração directa, seriam executadas tarefas especiais, como a elaboração de maquetas ou modelos em tamanho natural, por outros profissionais, sob o regime de adjudicação de empreitadas e tarefas, com ressalva para as obras de cantaria que ficariam, preferencialmente, a cargo dos canteiros da escola criada em santa Engrácia.

O Arquitecto Chefe da Repartição Técnica mostrou algum receio quanto à possibilidade de activar os trabalhos sem um projecto bem definido da conclusão e adaptação do templo e a nomeação dos membros da equipa, lembrando que:

«em face da precipitação com que foram executados determinados pormenores se constata a necessidade de remodelação de pequenos sectores já construídos. Este facto, que aliás nenhum significado possui, vem demonstrar, todavia, que o estudo tem forçosamente de ser estruturado, por forma a que não venha a desvirtuar-se o imóvel classificado. (...) Entende-se assim que deverá ser encarada desde já a constituição da equipe de técnicos que vai encarregar-se da resolução do problema.»

A equipa acabou por ser constituída ainda em 1964, integrando-a o engenheiro Rui Mário Oliveira Pedreira de Almeida, os Arquitectos Gonçalo Lyster Franco e Frederico Caetano de Carvalho, o agente Técnico de Engenharia José da Conceição Vaz, o desenhador-chefe Henrique Costa, o desenhador José Alexandre Piedade da Costa e as

⁶⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Nota do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, 31 de Julho de 1964.



dactilógrafas Maria Manuela Rebelo Pedreira e Fernanda de Almeida Mendes. Ficou ainda determinado que o Quadro da Escola de canteiros integraria um canteiro-mestre, dois canteiros de primeira e dois canteiros assentadores, aprendizes, cujos nomes não são referidos, assim como o do segundo desenhador, «a escolher».

Dado o pouco tempo disponível até à inauguração do Panteão, Vaz Martins pediu autorização para recrutar unidades especializadas entre os técnicos da Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais, em regime de prestação de serviços, fora de horas normais de expediente, mediante a remuneração total máxima de 17 000\$00 até ao final de 1964, obtendo a aprovação do Ministro das Obras Públicas⁶⁹.

Em suma, 1964 correspondeu a uma alteração profunda no ritmo de trabalho em Santa Engrácia. O novo prazo estipulado para a inauguração do Panteão, extremamente curto, obrigou a repensar todo o plano de obras e a definir novas estratégias, nomeadamente a constituição

de uma equipa de trabalho em exclusividade e a possibilidade dos operários fazerem horas extraordinárias, o que significou um aumento considerável das verbas atribuídas para as obras de santa Engrácia, consideradas primordiais, em detrimento de outras obras projectadas.

Esta decisão foi encarada com apreensão por parte de alguns técnicos da DGEMN, nomeadamente os directores dos Serviços dos Monumentos Nacionais e dos Serviços Técnicos, que não deixaram de expressar as suas dúvidas quanto à viabilidade do projecto. De facto, tendo em conta o relativo atraso das obras na altura e o grau de indefinição relativamente a questões fundamentais como a própria estrutura da cúpula e do Panteão, terá havido alguma precipitação. Por outro lado, nota-se uma clara vontade de fazer cumprir os desejos de Salazar, o que se traduziu na mobilização geral não só dos quadros dirigentes da DGEMN mas de todos os técnicos da instituição, que se empenharam no projecto de uma forma extraordinária⁷⁰.

⁶⁹ O pedido foi feito a 10 de Outubro e a autorização emitida no dia seguinte.

⁷⁰ Pudemos constatar-lo de conversas tidas com os filhos de Vaz Martins e Lyster Franco, também eles arquitectos, uma vez que, infelizmente, os próprios já faleceram.

4.4.

1965-1966: A RECTA FINAL. DEFINIÇÃO DE PROGRAMAS E SUA APLICAÇÃO. A CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO

A vontade de inaugurar o Panteão Nacional no ano do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional* e a existência de uma equipa de técnicos a trabalhar a tempo inteiro em Santa Engrácia, imprimiram um novo ritmo às obras, o que justifica que grande parte dos trabalhos tenham sido executados ao longo de 1965 e 1966 (figs. 136 a 148).

Por outro lado, uma análise mais profunda dos elementos arquitectónicos existentes mostrou ser necessário redefinir o anteprojecto, para garantir o equilíbrio de proporções entre o interior e o exterior do templo. Foram, assim, introduzidas alterações nos projectos arquitectónico e técnico da cúpula, respectivamente, pelos arquitectos Lyster Franco e Vaz Martins e pelo engenheiro Pedreira de Almeida, um dos elementos da referida equipa⁷¹.

A 15 de Junho de 1965, Pedreira de Almeida enviou um Ofício à DGEMN relativo ao projecto de cimbria para a cúpula do zimbório do Panteão, elaborado com base no estudo geotécnico dos terrenos, fundações e alvenarias existentes executado por uma casa da especialidade, tendo sido feitas numa primeira fase quatro sondagens e posteriormente outras cinco.

O projecto previa uma estrutura metálica triangular apoiada ao nível das nascenças da cúpula, o que permitiria, relativamente ao anteprojecto – uma estrutura tubular

metálica, desmontável, executada a partir do solo – uma economia de 200 000\$00, sem considerar a recuperação do material que somava 60 000\$00, ficando a obra orçada em menos de 400 000\$00 escudos, quantia diminuta em relação à sua importância e volume⁷².

Pouco depois, Rui Mário Pedreira de Almeida pediu um Parecer a Edgar Cardoso acerca do estudo que elaborara em colaboração com Oliveira Neves, intitulado *Cúpulas e corpo cilíndrico de suporte das cúpulas, cálculos de resistência e estabilidade*, constituído por um volume de peças escritas, com 188 páginas e 31 desenhos. Em anexo, os desenhos do novo projecto do zimbório com duas cúpulas, e do antigo traçado por Amoroso Lopes, com uma cúpula simples, que servira de base ao estudo de Edgar Cardoso.

Este último considerou tratar-se:

«de um primoroso trabalho, merecedor dos maiores elogios, quer pela forma tão pormenorizada como foi elaborado, quer pelos justos critérios que admitistes no estudo de cada elemento para as diferentes hipóteses de solicitações que havia a considerar. (...) as estruturas a que se refere o vosso trabalho são, em si, perfeitamente estáveis.»

Não deixa, contudo, de chamar a atenção para alguns problemas que considerou fundamentais como o facto da estrutura que iria suportar as duas cúpulas agora projectadas e respectivos corpos cilíndricos ter sido projectada e construída para suportar uma cúpula simples. Chama

⁷¹ Relembramos que essas alterações se começaram a sentir um ano depois de Vaz Martins tomar posse efectiva do cargo de Director dos Serviços de Monumentos Nacionais.

⁷² Em relação a essa estrutura metálica desmontável utilizada na construção da cúpula existe um anúncio publicitário curioso, publicado em Dezembro de 1966 no *Diário de Lisboa*, quando o Panteão foi inaugurado, da empresa de estruturas metálicas fixas e desmontáveis “Mundus”, com uma fotografia das obras em que se vê essa mesma estrutura.

ainda a atenção para a questão da resistência das velhas alvenarias e, em particular, do solo onde se apoiavam as estruturas – grés, siltes e argilas –, cujos esforços tivera o cuidado de aligeirar⁷³.

Quanto à primeira questão – a estrutura de apoio –, as alterações introduzidas pelos Serviços dos Monumentos Nacionais ao projecto que elaborara satisfariam “sofrivelmente” as novas solicitações, desde que fosse executada de uma forma «não muito deficiente», o que lhe parecia possível pois tinha «uma boa impressão do capataz que iniciou os trabalhos.»

A segunda questão pareceu-lhe mais complexa, não concordando com o critério seguido pela Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais de fazer incidir o peso de uma cúpula dupla sobre as alvenarias primitivas da igreja e sobre o terreno da fundação. Em relação às primeiras, sendo normal adoptar-se coeficientes de segurança entre cinco e dez, com o novo projecto este passaria para um índice de três, aceitável tendo em conta o estado aparentemente razoável das alvenarias. Quanto ao terreno das fundações haveria um acréscimo considerável das tensões médias exercidas.

Edgar Cardoso, conclui referindo que no estado em que as obras se encontravam não iam certamente ser interrompidas, nem seria demolido o que já fora executado em «condições tão estranhas», sendo de esperar que no futuro viessem a surgir nas estruturas e antigos revestimentos fissuras provenientes de assentamentos diferenciais das fundações, sem que por isso houvesse perigo de uma derrocada, podendo-se sempre recorrer, se

necessário, a uma consolidação da estrutura e do solo da fundação.

Rui Mário Pedreira de Almeida comunicou ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o resultado do Parecer, informando que Edgar Cardoso concordava sem reservas com os cálculos que elaborara, levantando, contudo, algumas objecções, sobretudo no que respeitava aos solos de fundações, a seu ver sem fundamento. Para que a questão ficasse devidamente esclarecida, propôs que se procedesse a uma prospecção geotécnica complementar, por poços, para se colherem amostras intactas dos terrenos de fundações das sapatas, a serem ensaiadas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Este trabalho seria elaborado pela firma encarregada do estudo em colaboração com o Engenheiro Filipe Folque, do referido Laboratório, especialista nesse género de trabalhos⁷⁴. A proposta foi aprovada, pedindo-se ao LNEC que procedesse o mais rápido possível aos referidos ensaios.

Em Outubro, foi emitido um outro Parecer acerca do mesmo projecto pela Comissão de Revisão da Direcção dos Serviços de Construção da DGEMN, analisando a solução construtiva, os cálculos de estabilidade e o orçamento (doc. 14)⁷⁵.

Quanto à primeira questão, a Comissão considerou viável a solução das duas cúpulas tendo em conta as características geométricas do edifício, que davam ao corpo principal do monumento proporções e formas equilibradas e simétricas, inscrevendo o conjunto edificado num cubo solidamente apoiado no terreno, com secções de

⁷³ Em relação à construção do anel que projectara, refere que só teve oportunidade de verificar as alvenarias do existente do seu apoio dado ao insólito procedimento dos Serviços dos Monumentos Nacionais para consigo, embora creia que chegou a ser construído.

⁷⁴ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Carta do Engenheiro Rui Mário Pedreira de Almeida, 31 de Agosto de 1965.

⁷⁵ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Parecer N.º 1335 de 14 de Outubro de 1965, emitido pela Comissão de Revisão da Direcção de Serviços de Construção da DGEMN.

grandes módulos de resistência. A este factor, juntavam-se as características construtivas do monumento, nomeadamente a boa qualidade das cantarias e o cuidado havido na concepção e disposição dos diversos elementos resistentes que ofereciam um bom travamento do conjunto. O facto de o edifício ter sofrido apenas algumas fissuras no terramoto de 1755, segundo a Comissão, comprovava a sua resistência, e explicava-se precisamente pelas suas características geométricas e construtivas ⁷⁶. Este argumento, que no fundo servia para legitimar a posição da comissão, fora apresentado cinquenta e quatro anos antes, por Francisco Luiz Pereira de Sousa numa obra dedicada aos efeitos do terramoto nos edifícios de Lisboa:

«Como a igreja não se achava concluída, faltando as abóbadas, não se pode, portanto, fazer uma ideia segura dos efeitos dos abalos do terramoto n'este templo. Contudo, é notável que nada sofresse.» e acrescentando que: «Há pouco fizeram-se umas obras junto á sua entrada e ponde-se avaliar quanto os eus alicerces são profundos. As suas paredes são bastante grossas e a sua forma orbicular é vantajosa para resistir aos terremotos. Além disso esta igreja talvez assente sobre o mollasse calcario do Casal Vistosos visto que parece aflourar na Travessa do Zagalo, etc. o grés da parte superior das areias e grés da Quinta do bacalhau.»⁷⁷

Em suma, a solução com duas cúpulas tomando por base uma estrutura rígida de betão armado para suporte

dos elementos de cantaria clássicos, combinando técnicas construtivas clássicas e contemporâneas, ainda que desfavorável a nível das cargas exercidas seria a mais aconselhável. Permitiria a construção de um zimbório equivalente ao que teria sido projectado inicialmente, mas com maior aligeiramento e com a rigidez adequada à redução substancial da probabilidade de possíveis colapsos.

A única desvantagem que a Comissão apontou foi o facto de não ter sido possível obter o máximo aligeiramento da estrutura. A aplicação de peças de cantaria de revestimento nas cúpulas com cerca de vinte centímetros de espessura, impunham condicionamentos no dimensionamento das estruturas de assentamento e não permitiam tirar todo o partido dos materiais resistentes, como os próprios autores do projecto, Pedreira de Almeida e Oliveira Neves, tinham mencionado.

Quanto aos cálculos de estabilidade, a Comissão apontou que teriam sido elaborados com bastante cuidado, mas sem passar os domínios científicos da aplicação de conhecimentos generalizados de estática analítica e gráfica e de resistência dos materiais. Grande parte dos cálculos respeitavam à determinação do peso dos elementos de construção – solicitações permanentes –, efeitos do vento e sobrecargas de utilização – solicitações acidentais habituais –, e à acção dos sismos – solicitações acidentais excepcionais. Aceitavam-se duas hipóteses de combinação de solicitações, uma das permanentes com as acidentais habituais e outra das mesmas com as acidentais excepcionais. As acções das variações de temperatura eram desprezadas pelos autores do estudo, que as consideraram diminutas tendo em conta que as cantarias e o betão armado figuravam nos cálculos com o mesmo peso específico, e que a solução adoptada (duas cúpulas) conduziria a razoáveis valores de cargas permanentes.

⁷⁶ O facto de a igreja não ter sofrido grandes danos com o terramoto de 1755 está documentado na obra de João Baptista de Castro *Mappa de Portugal*, publicada em 1758.

⁷⁷ Francisco Luiz Pereira de Sousa, *Efeitos do Terremoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 179-180.

Segundo a Comissão o raciocínio estaria correcto do ponto de vista estrutural, mas tanto dessas acções como das equivalentes devidas à retracção, que não eram sequer referidas, poderiam surgir problemas para as cantarias que ficassem ligadas aos elementos estruturais, como era o caso do forro das cúpulas, devido às diferentes características mecânicas dos dois.

Em relação à proposta de Pedreira de Almeida e Oliveira Neves de se fazer um furo horizontal para reconhecimento das alvenarias dos pilares, mediante a extracção de carotes, e pelo menos uma sondagem em cada um para determinar as características dos terrenos de fundação, e determinar com rigor a estabilidade do corpo central, a Comissão considerou tratar-se de uma necessidade fundamental, aconselhando ainda o esgotamento no estudo de todos os aspectos de estabilidade que não dissessem respeito exclusivamente à procura de valores estimados de tensões em certos pontos dos elementos principais de resistência.

Quanto ao orçamento, face às condições especiais de execução das obras, teria de ser rectificado para mais.

Em conclusão, a Comissão aprovou o estudo de Pedreira de Almeida e Oliveira Neves como base de prosseguimento dos respectivos trabalhos, aconselhando que se reflectisse acerca dos problemas expostos no Parecer emitido dada a importância e repercussão do empreendimento. A Comissão informou ainda que após uma visita recente efectuada a Santa Engrácia com vista à elaboração do dito Parecer, verificara que a construção do zimbório já se encontrava em curso na parte correspondente ao paramento vertical, tendo os trabalhos sido executados à altura do anel circular e da parte superior do anel cilíndrico, a partir do qual se elevariam as cúpulas interior e exterior. Tinham ainda sido construídas duas lajes ligadas

superior e inferiormente ao anel circular, o que permitia ganhar cerca de dois metros de altura relativamente ao terraço existente.

Arantes e Oliveira homologou o Parecer, pedindo que fossem facultados à Comissão de Revisão todos os elementos recentemente coligidos, relativamente aos pontos que a mesma formulara «acertadas observações» para que pudesse verificar se eram suficientes para apreciação dos aspectos em causa e, caso contrário, indicar quais seriam precisos acrescentar para esclarecimento do assunto. Entretanto, a DGEMN deveria prosseguir a execução regular das obras, de acordo com o plano de trabalhos, uma vez que, se necessário, a qualquer altura, poderiam ser tomadas medidas para corrigir o projecto⁷⁸.

Vaz Martins, face às questões levantadas pelo Serviço de Construções no Parecer, ratificadas pelo Ministro das Obras Públicas, enviou um Ofício ao Director desses serviços informando que quando o projecto e estudo da estabilidade da construção existente fora elaborado já se tinha reconhecido a necessidade de proceder a prospecções geotécnicas, não só no interior da construção mas também no exterior, junto ao monumento. Nessa altura ter-se-iam efectuado dois poços, com a profundidade de oito metros em relação ao nível do terreno, e várias sondagens no interior, junto aos elementos fundamentais da construção, trabalho realizado pela firma Construções Técnicas, Ld.^a, com a colaboração do Engenheiro Filipe Folque, do LNEC. Ter-se-iam ainda colhido amostras intactas do terreno que estavam a ser ensaiadas no mesmo laboratório. Depois de terminados os ditos ensaios e obtidos os resultados das prospecções a firma referida iria elaborar o respectivo

⁷⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Arantes e Oliveira, 20 de Outubro de 1965.

relatório a apresentar, juntamente com o Parecer do LNEC, até ao final do mês de Novembro.

Sabemos que este prazo não foi cumprido uma vez que o LNEC enviou o Plano de Trabalhos dos referidos ensaios para serem submetidos a apreciação superior apenas a 18 de Dezembro.

Nesse Plano, assinado pelo Engenheiro Director Interino, Manuel Rocha, informa-se que, não tendo sido indicada a tensão de rotura exigida para o betão, os serviços do Laboratório tinham entrado em contacto com o Engenheiro Oliveira Neves, um dos responsáveis pelo projecto de estabilidade, que indicara uma tensão de rotura mínima aos 28 dias de 250 kgf/cm². Admitindo que o betão em causa, fabricado em estaleiro, tivesse um coeficiente de variação de 20%, a tensão média de rotura a obter para a composição a usar deveria ser de 375 kgf/cm².

Para determinar em laboratório a composição do betão a usar que conduzisse à tensão média indicada, previa-se a realização de ensaio de betões com 325, 375 e 400 kg de cimento por metro cúbico. A observação dos materiais recebidos para a execução do estudo mostrava que as areias eram bastantes finas, sendo conveniente usar outra brita cuja dimensão máxima fosse cerca de 10 mm e substituir a brita mais fina por outra cuja dimensão máxima fosse cerca de 20 mm a 25 mm. A determinação das resistências seria feita em cubos de 20 cm de aresta, ensaiados aos sete e vinte e oito dias.

Os trabalhos a realizar foram orçados em 18 300\$00, incluindo a elaboração do relatório e entrega de exemplar único, verba que seria agravada se fosse necessário entregar cópias. Para realizar o trabalho proposto seria necessário a entrega de amostras dos inertes, com cerca de quinhentos litros cada. A composição provisória do betão seria transmitida verbalmente, três semanas após

a entrega das amostras dos materiais e satisfação dos custos de trabalho, e a composição definitiva três semanas mais tarde, também verbalmente. O relatório seria entregue cinco meses depois da aprovação do Plano de trabalhos.

Este último foi aprovado quatro dias mais tarde por Vaz Martins que pediu que o prazo de execução fosse reduzido e informou que a Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais já propusera oficialmente a liquidação da importância pedida pelo LNEC.

Em Fevereiro de 1966 a Firma Construções Técnicas, Lda. enviou ao engenheiro Pedreira de Almeida o relatório relativo à prospecção geotécnica complementar, juntamente com um outro, de verificação da estabilidade da construção existente, e três cópias de um relatório elaborado a 27 de agosto de 1965 relativo à primeira prospecção realizada, que fora entregue na devida altura.

Refere-se que tinham sido executadas sondagens e poços e extraídas amostras intactas para ensaios laboratoriais, sob a orientação do engenheiro Brito Folque, técnico do LNEC. Esses ensaios já tinham sido realizados, com resultados decisivos que dispensavam a colheita de novas amostras e consequente execução de mais sondagens. Da análise dos resultados dos ensaios e sondagens, concluíra-se que a capacidade de carga à rotura dos terrenos era da ordem dos 15 kgf/cm², não sendo de temer assentamentos prejudiciais, o que fora transmitido verbalmente ao Engenheiro Brito Folque.

Tendo como base as conclusões do LNEC a Firma Construções Técnicas, Lda. considerou não haver qualquer receio relativamente ao comportamento dos terrenos em estudo, visto chegar-se a coeficientes de segurança três, quando em trabalhos correntes por vezes se limitava o coeficiente de segurança a dois.

O engenheiro Pedreira de Almeida informou Vaz Martins dos resultados da prospecção complementar, esclarecendo que os mesmos tinham imposto uma revisão das cargas transmitidas às fundações, conduzindo a tensões menos desfavoráveis, permitindo concluir que os coeficientes de segurança eram superiores aos normais sob o ponto de vista da rotura do terreno, não sendo de reear assentamentos diferenciais, o que o levou a concluir que o terreno estaria em boas condições de suportar com toda a segurança as cargas exercidas pelas fundações.

O LNEC concluiu e entregou o relatório do estudo das fundações da igreja em Fevereiro de 1966 (doc.15). No mesmo, assinado pelo Engenheiro Chefe da Divisão de Fundações, José Folque, pelo Engenheiro Chefe do Serviço de Geotecnia, Nascimento, e por Manuel Rocha, Engenheiro Director Interino, repetem-se as conclusões a que já fizemos referência, e que tinham sido previamente transmitidas oralmente, por relatórios de estudos intercalares, cartas da firma Construções Técnicas Lda. e pelos responsáveis pelo projecto de estabilidade, o engenheiro Pedreira de Almeida e Oliveira Neves.

Refere-se ainda a constituição do solo das fundações – argilas do Helveciano inferior, bastante compactas, com algumas passagens um pouco menos rijas –, obtida com recurso a ensaios de penetração normalizada (SPT) que conduziram a resultados de sessenta a oitenta golpes, com zonas em cotas inferiores às fundações em que esses valores desciam para vinte a trinta golpes, tendo-se efectuado uma amostragem indeformada dessas zonas para execução de trabalhos laboratoriais, visando determinar as características de corte e de compressibilidade.

Os trabalhos laboratoriais permitiram saber ainda que se tratava de argilas de plasticidade média, com limite de

liquidez superior a 40% e índice de plasticidade da ordem dos 20%, valor idêntico ao teor de humidade, o que traduzia a boa compactidade das argilas analisadas.

Também se efectuaram ensaios endométricos sobre provetas de duas das amostras, calculando-se o coeficiente de compressibilidade para a gama de tensões consideradas – entre os 3 e os 5 kg/cm² – de 0,002 a 0,004 cm²/kg.

As características do corte foram determinadas através de ensaios de compressão triaxial, conduzidos sobre provetas, consolidados e cortados em sistema fechado, sem deixar dissipar as tensões neutras introduzidas pela dilatação associada à aplicação de solicitações tangenciais. As tensões neutras foram lidas durante os ensaios, o que permitiu interpretar os seus resultados em termos de tensões totais e efectivas. Obtiveram-se, assim, características de corte para situações de “consolidado em sistema fechado”, $c = 0,5 \text{ kg / cm}^2$ e $\phi = 20^\circ$, e “consolidado em sistema drenado”, $c' = 0,2 \text{ kg / cm}^2$ e $\phi = 36^\circ$.

Quanto à capacidade de carga das fundações, atendendo à permeabilidade extremamente baixa das fundações, considerou-se que a mobilização de resistência ao corte deveria ocorrer em sistema fechado, ou seja, o estudo da capacidade de carga deveria ser efectuado tomando características de corte em termos de tensões totais. Para ser efectuado em termos de tensões efectivas, era necessário conhecer a distribuição e grandeza das tensões induzidas uma vez que os ensaios triaxiais tinham demonstrado que se desenvolviam tensões neutras de grandeza apreciável durante o processo de corte e que a sua dissipação seria lenta devido à baixa permeabilidade do terreno.

O cálculo de capacidade de carga deveria, então, ser efectuado para um terreno de coesão $0,5 \text{ kg/cm}^2$ e de ângulo de atrito interno de 20° (consolidado em sistema

fechado). Obter-se-ia um resultado final, para uma tensão prevista de 49 t/m², de coeficiente de segurança 3. Em relação aos assentamentos previsíveis os cálculos indicavam valores inferiores a 1 cm (0,9).

Como conclusão final, os técnicos do LNEC consideraram que o coeficiente de segurança três, obtido em relação à rotura para as sapatas menos profundas, era aceitável e os assentamentos previsíveis seriam diminutos.

Quanto ao andamento dos trabalhos, um relatório de Janeiro de 1965 informa que os mesmos tinham decorrido normalmente, tanto no Gabinete de estudos como na obra, estando em desenvolvimento os projectos para os acabamentos do interior, que iriam integrar um programa funcional, a apresentar em breve, assim como os do arranjo urbanístico envolvente.

Na obra do zimbório, os trabalhos teriam seguido o programa estabelecido com pequenas alterações nos prazos previstos (figs. 136 e 137). Concluía-se a base dos pilares dos pedestais interiores e respectiva fiada, ficando por assentar um dos oito peitoris dos janelões. Em contrapartida, a obra avançara mais que o previsto junto aos restantes peitoris na fiada e apilarados. A construção dos pedestais dos pilares e das colunas do exterior estava atrasada, mas estaria em breve concluída uma vez que a parte mais complexa, a fiada moldurada da base, estava em franco assentamento. A execução do forro circular teria avançado mais que o previsto, tendo sido assentes os peitoris exteriores, obra planeada para Fevereiro. Acrescenta-se ainda que fora preparado o concurso para o fornecimento de materiais monolíticos para as dezasseis colunas do zimbório, a concluir até Maio.

Arantes e Oliveira exarou um Despacho mostrando-se agradado pelo avançar das obras ainda que a indefinição dos trabalhos exteriores o preocupasse. Propôs ainda que

se desistisse do monolitismo dos fustes por razões económicas⁷⁹.

O relatório de Fevereiro refere que os trabalhos continuavam a prosseguir em ritmo normal. Informa-se que se chegara a um esquema satisfatório em relação ao estudo da envolvente. Em relação ao interior do Panteão, definira-se a zona do altar-mor, estando em execução uma maqueta à escala 1:20. O mosaico do pavimento e o remate das bacias de pedra dos púlpitos estavam em estudo.

Mais uma vez ter-se-iam registado ligeiras alterações dos prazos previstos no plano geral das obras. Não fora possível executar a maqueta em tamanho natural da balaustrada do varandim dado o atraso no assentamento dos pedestais. Contudo, os trabalhos de assentamento dos peitoris exteriores e dos apilarados interiores e exteriores dos janelões, a execução dos forros interior e exterior da cúpula, das pilastras interiores e do forro exterior e a construção das bases das pilastras exteriores, encontravam-se adiantados, tendo sido colocada mais uma fiada de pedras do que o previsto. O atraso verificado no conjunto dos pedestais, adiara a execução das bases das pilastras exteriores, ainda que algumas já estivessem concluídas, assim como quatro bases de colunas, cujo assentamento estava previsto para o final de Abril mas que seriam assentes ainda em Março.

Arantes e Oliveira visou o relatório, chamando a atenção para a questão do estudo do arranjo da envolvente, necessário para servir de base às conversações com a Câmara Municipal de Lisboa.

⁷⁹ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Relatório de 2 de fevereiro de 1965, assinado pelo Arquitecto Vaz Martins; Ordem de Serviço N.º 693 de 18 de fevereiro de 1965 com o Despacho ministerial de 17 do mesmo mês.



Os dois relatórios referidos são os únicos que constam do processo das obras de Santa Engrácia arquivado na DGEMN. Porém, podemos acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos recorrendo a outro tipo de documentação, nomeadamente documentos relativos a adjudicações de trabalhos ou ofícios e cartas (figs. 135 e 136).

Assim, sabemos que em Novembro de 1965 as duas primeiras fiadas da parte aprumada da cúpula interior já

tinham sido assentes, o projecto da instalação eléctrica fora elaborado, as dezasseis colunas do zimbório fornecidas e os painéis de embutidos do interior do templo tinham sido restaurados. Por outro lado, a propósito da necessidade de reforçar as verbas para a obra, um documento de Dezembro de 1965 refere que ainda estavam por executar a cúpula e o lanternim, incluindo os pináculos; no exterior os pavimentos, escadarias, terraços e arranjos da envolvente; no interior, as capelas do transepto, incluindo os túmulos, a Mesa de Altar; as esculturas, o pavimento, as pias, a instalação eléctrica, incluindo som, sanitários e outras instalações especiais.

Em relação aos acabamentos interiores do Panteão Nacional, o Plano de trabalhos foi concluído em Novembro de 1965, tendo sido aprovado pelo Ministro das Obras Públicas que não deixou, contudo, de apontar *alguns* «aspecto secundários que mereceriam reflexão» e que não estariam devidamente concretizados nomeadamente, o escadório para o altar-mor, que estaria «avantajado demais». Refere ainda a necessidade de escolher o escultor para duas das estátuas dos nichos exteriores e sugere que se concluam as dependências do primeiro andar, se coloque um elevador de acesso ao terraço e um sistema de amplificação sonora e que se suprima a porta por trás do altar⁸⁰.

Um documento de Maio de 1966 leva-nos a concluir que as obras estariam bastante atrasadas, tendo em conta que estava prevista a inauguração do monumento em Agosto. A nível do interior estavam por concluir os pavimentos, caixilharias e portas, o arranjo do órgão (marcenaria e mecânica), os túmulos, o elevador e os sanitários. Quanto ao exterior, refere não estarem concluídas as

⁸⁰ DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1293, O.S. N.º 5 212, 17 de Novembro de 1965. Não conseguimos encontrar o Plano referido no Arquivo da DGEMN, nem da DREML ou no Arquivo Morto da DGEMN.

escadas, as portas, trabalhos de serralharia (grades nas sacadas, balaustradas, canelas e ferragens), trabalhos em betão e ferro da cúpula e do lanternim, o forro da cúpula e os terraços.

Contudo, uma notícia publicada a 6 de Julho de 1966 no *Diário de Luanda* informava que dentro de alguns dias seriam assentes os degraus da escadaria da fachada principal, estando previsto o fim dos trabalhos a 6 de Agosto, data da inauguração da Ponte sobre o Tejo, ainda que, onze dias mais tarde o *Diário Popular* anunciasse que os andaimes da cúpula tinham sido retirados nesse dia e que: «corre à boca pequena que o templo vai ficar pronto antes do fim do ano. Há quem fale no dia de Todos os Santos, há quem tenha outros prognósticos».⁸¹

Esta especulação por parte da Imprensa é compreensível tendo em conta a envergadura da obra e a celebridade com que a intervenção vinha a decorrer nos últimos meses. Por outro lado, parece-nos que o objectivo de Salazar seria de facto fazer coincidir a inauguração do Panteão Nacional com a da Ponte sobre o Tejo, conferindo assim maior impacto ao evento, o que acabou por se tornar inviável face à evolução das obras⁸².

Voltamos a lembrar que o ritmo imposto aos trabalhos foi em grande parte possível pela admissão de técnicos da DGEMN fora das horas normais de expediente, em regime de prestações de serviços, e o recurso a adjudicações a empresas e técnicos exteriores à instituição, o que vinha a ser feito desde o início das obras ainda que apenas no caso de trabalhos especializados. Estas medidas foram

reforçadas nos anos subsequentes, nomeadamente em Abril de 1965 quando o Director Geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, pediu ao Ministro das Obras Públicas que todo o pessoal operário pudesse trabalhar em horas extraordinárias.

Ainda assim, os trabalhos nem sempre terão sido executados dentro dos prazos determinados. Situações inesperadas relacionadas com o desenrolar das obras, terão obrigado a uma certa flexibilidade, admitindo-se adiamentos e antecipações de trabalhos. Por outro lado, a poucos meses da data prevista para a inauguração continuavam por definir questões fundamentais como o arranjo da envolvente, a escolha dos vultos a panteonizar e os estudos dos túmulos e da estatuária exterior e interior, o que levou Arantes e Oliveira a pressionar os responsáveis pelas obras no sentido de acelerarem os respectivos planos de estudo específicos para que se encontrassem rapidamente as soluções a aplicar.

Relembramos que para encontrar resposta aos «diversos e delicados problemas suscitados no estudo e execução das obras», entre os quais se salientavam «os que se referem à designação dos vultos nacionais que hão-de ser recolhidos ou representados, bem assim, a sua distribuição pelas diversas salas disponíveis», foi constituída uma Comissão Consultiva para as obras de Santa Engrácia por decisão ministerial, no final de 1965, da qual faziam parte, Damião de Peres, como presidente, e como vogais, Manuel Lopes de Almeida, Mário Tavares Chicó, o Cônego D. João Filipe de Castro, o Padre António da Silva Rego, os arquitectos Raúl Lino, José da Lima Franco e João Filipe Vaz Martins e o engenheiro Eduardo Melo de Oliveira⁸³.

⁸¹ “Santa Engrácia: à vista o fim das obras”, *Diário Popular*, 15/12/1966.

⁸² Relembramos a importância de que se reveste a simultaneidade da construção do Panteão Nacional e da Ponte sobre o Tejo, como reflexo de duas vontades distintas, uma voltada para estratégias usadas no passado, apadrinhada por Salazar, e a outra voltada para o futuro, sintomática da vontade de reforma que se fazia sentir no país.

⁸³ DGEMN, (Arquivo morto), *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Geral*, vol. 3.

Na cerimónia de posse da Comissão Arantes e Oliveira proferiu um discurso de improviso, justificativo da constituição da mesma, em que chamou a atenção para as questões que se encontravam sem resposta até à data e que competiria aos membros da Comissão solucionar (doc. 16)⁸⁴.

Estando praticamente definida a parte estrutural do monumento, faltando apenas as montagens do cimbreiro, os problemas que se colocavam diziam respeito à concepção geral da organização do imóvel tendo em vista a sua funcionalidade como Panteão Nacional. Logo à partida colocava-se a questão da própria função: apenas Panteão ou aberto ao culto como igreja paroquial? Outras questões tinham de ser objecto de reflexão cuidada: O que fazer às doze salas disponíveis? Que vultos nacionais panteonizar, entendendo a Nação como a nação integral, ou seja, metrópole e territórios ultramarinos? Que critérios seguir na ordenação e colocação dos túmulos e na decoração do templo? Como organizar a cerimónia inaugural?

Quanto aos orçamentos, Arantes e Oliveira chamou a atenção da comissão para o facto de a obra dispor de verbas limitadas:

«é uma obra que nasceu sob o signo do pouco dinheiro e da muito boa vontade e, tem de ir assim até ao fim».

Pedi ainda rapidez uma vez que a data prevista para a conclusão das obras, Outubro de 1966, se aproximava:

«só temos agora de pedir que andem depressa, que andem perlo menos tão depressa como nós, de maneira que, como acontece nas boas orquestras, executemos a

sinfonia ao mesmo tempo. (...) O tempo voa. Não direi que estejamos aflitos, mas temos pelo menos o direito de não nos sentirmos completamente tranquilos.»

O arranjo urbanístico, outra das questões que era necessário definir rapidamente, ficou a cargo de Armindo do Espírito Santo e Silva, admitido como estagiário e a trabalhar nas obras de Santa Engrácia desde 10 de Outubro de 1964. A 3 de abril de 1965 o arquitecto apresentou um estudo que seria o ponto de partida para um outro, mais pormenorizado, a realizar posteriormente, que incluiria as canalizações, electricidade e esgotos.

Nesse anteprojecto, Armindo do Espírito Santo e Silva encarou duas opções distintas – considerar o monumento como centro de um espaço a criar ou melhorar a sua integração no espaço que o cerca⁸⁵. Condicionado pela topografia do local onde se ergue o Panteão – o campo de Santa Clara, uma zona que não permite perspectivas muito largas – e pela escassez de verbas disponíveis, acabou por optar pela segunda solução. Justificou a sua decisão com base na experiência que, segundo ele, demonstrava que a demolição de modestos edifícios da vizinhança dos monumentos criando pontos de observação distantes, muitas vezes, levava à perda da sua imponente e escala, ainda que refira relativamente ao estudo que elaborou que:

«sobretudo nos parece economicamente realizável, uma vez que não há expropriações mas somente algumas demolições de pequenos prédios do Estado ou Autarquias locais.»

⁸⁴ DGEMN, (Arquivo morto), *Palavras proferidas de improviso pelo Ministro das Obras Públicas na cerimónia de posse da Comissão do Panteão Nacional*, s.d.

⁸⁵ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Arquitecto Armindo Espírito Santo e Silva, "Estudo do Arranjo da zona envolvente", 3 de Março de 1965.

As principais preocupações do arquitecto foram no sentido de estabelecer um trânsito fácil em torno do imóvel e libertar a fachada, conferindo-lhe espaço para respirar, propondo para o efeito a construção de uma praça irregular, lajeada, destinada aos peões.

Em Julho do mesmo ano, Ciro de Oliveira Pinto, Director dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, emitiu um Ofício dirigido ao Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, informando que já tinham sido entregues ao arquitecto Espírito Santo, pelo Serviço de Estudos da 1.^a Repartição, todos os elementos topográficos necessários para se determinarem, através de um estudo prévio, as bases de contrato a levar a efeito com a Câmara Municipal de Lisboa. Visto que até à data o referido arquitecto não se pronunciara acerca do assunto, e que Arantes e Oliveira pedia a maior urgência na resolução do problema, solicitava que fosse indicado outro arquitecto para a elaboração do estudo.

João Filipe Vaz Martins respondeu a Ciro de Oliveira Pinto que o arquitecto Armindo Espírito Santo não estava interessado na execução dos estudos do arranjo da envolvente em virtude dos seus afazeres profissionais que não lhe permitiam garantir um prazo relativamente curto para a sua elaboração. Sendo difícil indicar outro arquitecto, sugeriu que os estudos fossem elaborados pelos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, que poderiam contar com a colaboração dos Serviços que dirigia sempre que necessário⁸⁶. Em face do sucedido, a Câmara Municipal de Lisboa nomeou o arquitecto Carvalhosa e Oliveira para proceder aos referidos estudos.

No final do mês, Vaz Martins informou o Director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que Carvalhosa e Oliveira se encontrava na posse de todos os elementos necessários para elaborar o estudo, tendo visitado o local na sua companhia.

Em Novembro de 1965 o arquitecto informou que entregaria dentro de dias o estudo, tendo a Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais entrado em contacto com Ciro de Oliveira Pinto para ser autorizada a vedação do trânsito na parte fronteira à igreja de Santa Engrácia para se dar início à construção da escadaria (figs. 149 e 150)⁸⁷.

O estudo foi aprovado a 31 de Janeiro de 1966 pela Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais e a 2 de Fevereiro pelo Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira. Contudo, já depois dessa data a Comissão do Panteão discutiu a solução encontrada numa reunião realizada a 4 de Fevereiro e a Junta Nacional de Educação emitiu um Parecer que foi homologado pelo ministro das Obras Públicas já em Outubro.

Nas actas da reunião da Comissão (docs. 17, 18 e 19), o arquitecto José da Lima Franco, um dos membros da Comissão que colaborara com Carvalhosa de Oliveira na concepção do estudo, referiu que a solução encontrada, embora não a melhor a nível das possibilidades de estacionamento à volta do imóvel, fora a possível visto não ser viável a demolição de alguns dos edifícios que o circundam. Raúl Lino, manifestou o seu agrado por ter sido colocada de lado a hipótese de abrir uma grande praça e uma avenida à frente da igreja, considerando que o facto

⁸⁶ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1292, Ofício N. 135 de 15/7/1965 e O.S. N.º 4779 de 29/7/1965.

⁸⁷ O arranjo do terraplano do adro foi elaborado pelo engenheiro Marques da Silva. Quanto ao estudo não o conseguimos detectar na documentação da DGEMN, porém é possível em linhas gerais saber o que propunha Carvalhosa e Oliveira por outro tipo de documentação, nomeadamente pareceres.

de se encontrar aconchegada conferia-lhe monumentalidade. Damião Peres, presidente da Comissão, mostrou-se igualmente agradado com a solução encontrada, acrescentando que:

«embora um pouco acanhado quanto à vastidão dos horizontes circunjacentes, nada perde, pois desperta sempre grande interesse e representará um elemento de surpresa para quem não o conheça.»

A Junta Nacional de Educação, emitiu um Parecer favorável acerca do projecto da envolvente do edifício, assinado por Carlos Chambers Ramos. Dadas as dificuldades decorrentes dos desníveis acentuados, da própria malha urbana circundante e da dificuldade de acesso, o referido projecto estaria de uma maneira geral bem elaborado, ressaltando a expressão exagerada da plataforma sobre a qual assentava o templo e a desacertada preferência pelo padrão de “calçada à portuguesa” que a revestia, a primeira por contribuir para desarmar o conjunto de todos os elementos envolventes, devendo-se ter em conta a panorâmica que se observa de avião quando já a baixa altitude aponta para o aeroporto de Sacavém, e a segunda por manifestar uma escala inadaptada às dimensões exíguas da plataforma.

Optou-se assim por mexer pouco na envolvente, rebaiando-se o nível do adro da igreja, construindo-se uma plataforma revestida por “calçada à portuguesa” e uma escadaria ampla de acesso ao monumento (figs. 149 e 150).

Uma vez que a Igreja de Santa Engrácia estava classificada como Monumento Nacional foi necessário delimitar a Zona de Protecção à sua volta, o que foi feito por Gonçalo Lyster Franco, em Outubro de 1967, já depois da inauguração do monumento (fig. 151).

O arquitecto propôs incluir a Norte os edifícios oitocentistas onde se encontravam instalados o Tribunal Militar, a Escola Primária e a Messe dos Oficiais e as casas contíguas a esta, destacando-se uma frontaria revestida a azulejos ao gosto pompeiano, *«talvez dos melhores exemplares de revestimento de azulejo existente na cidade de Lisboa»*. A Poente, a ZP passava pela cerca do Convento de São Vicente de Fora, pelo Largo do Outeirinho da Amendoeira, incluindo a antiga fundição de canhões, indo até ao largo do Museu de Artilharia. A Sul, abrangia o último Largo e parte da Avenida Infante D. Henrique, *«donde se descortina uma boa perspectiva do Monumento»*. A Nascente, abrangia a Calçada dos Caseiros, parte do edifício das Oficinas de arreios do Ministério do Exército, terminando no cruzamento da Rua de Entremuros do Mirante com a Travessa das Freiras. Lyster Franco procurou, dentro do possível, abranger prédios inteiros e dar uma amplitude à ZP para que o edifício, observável de inúmeras zonas da cidade dada a sua monumentalidade, não viesse a ser prejudicado por eventuais construções de grande porte nas proximidades⁸⁸.

A definição da envolvente não esgotava, contudo, os problemas que se colocavam poucos meses antes da data prevista para a inauguração. Pegando nas palavras de Arantes e Oliveira proferidas de improviso no discurso de tomada de posse da Comissão do Panteão:

«Estando praticamente definida a parte estrutural do monumento, faltando apenas as montagens do cimbreiro, os problemas que se colocavam diziam respeito à concepção geral da organização do imóvel tendo em vista a sua funcionalidade como Panteão Nacional.»

⁸⁸ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1295.

O facto de o monumento ir acumular as funções de Panteão Nacional e igreja obrigou a um estudo cuidado da configuração dos túmulos, cenotáfios e estatuária e sua distribuição no espaço. Era necessário respeitar os espaços litúrgicos, mas sem que isso retirasse dignidade ao Panteão dos grandes da Nação e obstasse ao cumprimento dos desígnios governamentais⁸⁹.

Em Janeiro de 1966 Vaz Martins pediu ao Cônego D. João de Castro que se deslocasse a Santa Engrácia para trocar impressões acerca da estatuária a colocar no interior do templo, tendo o último referido que era de aceitar numa igreja imagens para o culto e imagens que integrem o conjunto arquitectónico.

Quanto à proposta existente aceitou as quatro estátuas que se pretendia colocar nos nichos interiores, por cima dos púlpitos, mas colocou reservas quanto às duas imagens em estudo para os dois arcos laterais do altar-mór, alegando que ficariam muito destacadas e ocupariam espaço necessário para os actos do culto.

Nos três nichos exteriores colocar-se-iam as estátuas da Rainha Santa Isabel e São Gonçalo de Baçaim a ladear São Vicente, ao centro, em homenagem ao Padroeiro da freguesia onde ficava a igreja de Santa Engrácia.

Nos arcos da capela-mor seriam colocadas a cadeira do celebrante e a estante de leitura, ficando de cada lado do altar três tocheiras que constituiriam a banquetta. D. João de Castro propôs ainda que se instalasse um pequeno altar na sacristia com o respectivo sacrário e que se dispensasse a Pia Baptismal.

Arantes e Oliveira, considerou que as sugestões de D. João de Castro deveriam ser submetidas à apreciação da Comissão Consultiva que optou por uma solução diferente, e que foi a executada. Nos nichos por cima dos púlpitos figurariam, junto à capela-mor, as imagens de São João de Brito (fig.238) e de São Teotónio (fig.237) e, do lado oposto, Santo António (fig.235) e São João de Deus (fig.236). Nos nichos da fachada principal, as estátuas do Santo Condestável, ao centro (fig.166), Santa Engrácia, à direita (fig.167), e a Rainha Santa Isabel à esquerda (fig.168)⁹⁰.

Como constatámos atrás, trata-se de um programa iconográfico que se insere na lógica nacionalista intrínseca às grandes comemorações do regime, com particular significado numa altura em que o governo português tentava garantir a sobrevivência do Império colonial, ameaçado pela guerra que se entendera a todo o espaço ultramarino, e pela opinião pública internacional. Parece-nos, assim, que não há um compromisso com a Igreja Católica, ainda que esta tenha tido lugar na Comissão do Panteão, o que era inevitável uma vez que o edifício iria estar afecto ao culto.

Quanto à escolha das figuras a panteonizar, relembramos a dificuldade de que se revestiu: por um lado, implicava seleccionar entre uma galeria de vultos extremamente variada que a História de Portugal oferecia, por outro, obrigava a trasladar esses mesmos vultos. Essa trasladação nem sempre era possível, quer por respeito à vontade expressa pelos próprios de serem sepultado num local

⁸⁹ Lembramos que os critérios subjacentes à escolha dos vultos a homenagear, erguendo-se-lhes estátuas e cenotáfios ou panteonizando-os, já foram analisados no capítulo 3.

⁹⁰ Estes elementos constam da Acta da reunião da Comissão Consultiva realizada a 4 de Fevereiro de 1966, na presença do engenheiro Director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José Pereira da Silva arquivada na DGEMN.

específico, quer pelo significado que, em certos casos, as sepulturas existentes assumiam enquanto elemento de memória da Nação ou de uma localidade (docs. 17, 18 e 19).

Estas preocupações foram expressas numa reunião, realizada em Fevereiro de 1966, por Damião de Peres que considerou que «*o problema crucial do panteão, residia no facto das figuras principais da nossa vida nacional de que existem restos mortais estarem já vinculadas a locais que são de peregrinação, ao menos turística*». Os restantes membros da Comissão partilhavam da mesma opinião, nomeadamente Lopes de Almeida e o Padre António do Rego. O último acrescentou que não sendo o objectivo da construção do Panteão torná-lo um exclusivo da cidade de Lisboa, mas estendê-lo a todo o território português, incluindo o Ultramar onde se encontravam sepultadas grandes figuras nacionais, a questão das trasladação dos corpos se tornava ainda mais complexa, sugerindo que fosse elaborado um livro, a colocar à frente do monumento, explicando aos visitantes o significado de Santa Engrácia enquanto sede do Panteão.

Mas, a questão ia além da escolha dos vultos a panteonizar, colocando-se o problema do número de túmulos a colocar no edifício. Estudado o assunto, a Comissão concluiu que no corpo da igreja havia lugar para seis túmulos e nas quatro salas do rés-do-chão para outros dezasseis, quatro em cada sala. Vaz Martins, sugeriu que a distribuição dos vultos por essas salas fosse feita de acordo com um critério funcional: uma sala seria destinada a homens do Governo, outra a escritores, outra a artistas, etc. Damião Peres concordou, acrescentando que ele próprio já pensara numa solução desse tipo. Outra solução, que teria a vantagem de permitir homenagear mais vultos, seria, à semelhança do que acontecia no Panteão dos Bragança e no dos Patriarcas em

São Vicente de Fora, a colocação de uma série de gavetões com uma lápide com inscrições ou a colocação de arcas tumulares simples, em série, encostadas umas às outras (figs. 292 a 297)⁹¹.

Essa solução, terá sido apontada dada a relativa proximidade das intervenções em São Vicente, ainda na memória (1952). O Padre António da Silva Rego, considerou ser importante criar o maior número possível de lugares uma vez que o número de vultos a panteonizar tenderia a aumentar com o tempo, ao que Damião Peres respondeu que, apesar de a questão ser pertinente, não competia à Comissão preocupar-se com os problemas da escolha das personalidades que no futuro iriam figurar no Panteão Nacional.

Analisando de novo as possibilidades de arrecadação tumular no corpo da igreja e salas do rés-do-chão, a Comissão concluiu que sendo a parte nobre da igreja o seu corpo, deviam figurar aí os mais altos vultos nacionais, erguendo-se nas salas arcas tumulares iguais às do corpo da igreja para não diminuir na consciência nacional os que aí fossem tumulados. Nas salas do piso superior poder-se-ia optar pela solução de gavetões, o que proporcionaria um grande número de depósitos e resolveria os problemas de dificuldade de arrumação criados pelas portas e vãos do edifício. Nesse piso, ficaria, ainda, uma sala-museu e dependências da Direcção e Serviços do Panteão.

⁹¹ Em relação ao Panteão de São Vicente de Fora de notar que durante o *Estado Novo*, por acção da DGEMN, o Panteão dos Bragança foi totalmente remodelado entre 1932 e 1937, em 1951 foi construído e assentado um túmulo em mármore no Panteão Real e entre 1952 e 1955 foi construído o Panteão dos Patriarcas de Lisboa na sala do Capítulo que foi toda remodelada para o efeito. Seria interessante no futuro, e como sugeriu a nossa orientadora, a Professora Maria João Neto, confrontar as obras levadas a cabo pela DGEMN em São Vicente de Fora e em Santa Engrácia. É curioso notar que o projecto de Santa Engrácia toma forma um ano depois de terminada a intervenção em São Vicente e que se reveste de uma dignidade que não existe no Panteão dos Bragança e dos Patriarcas de Lisboa à excepção do túmulo de D. João IV.

A 17 de Março, reunida mais uma vez a Comissão, ficou decidido que os sete vultos que se encontravam tumulados na sala do capítulo do Mosteiro dos Jerónimos fossem transferidos para o Panteão: Alexandre Herculano, Almeida Garrett, João de Deus, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona.

Damião Peres, sugeriu que cada um dos elementos da Comissão elaborasse uma lista de personalidades a panteonizar para se esboçar uma ordem de preferência numa próxima reunião.

A 31 do mesmo mês, assentou-se em definitivo que seriam transferidos para Santa Engrácia todos os vultos que se encontravam panteonizados na Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos, uma vez que tinham sido aí tumulados por não existir na altura um Panteão Nacional. Esses sete homens seriam as primeiras individualidades a figurar no Panteão, na altura da inauguração, sendo distribuídos pelas quatro salas do rés-do-chão por ordem cronológica da data do seu falecimento.

O desenho dos túmulos e a sua localização, teriam de estar em harmonia com o existente e responder a questões práticas e litúrgicas visto que o Panteão Nacional seria, em simultâneo, igreja. De acordo com esse pressuposto, o estudo das arcas tumulares, assinado por Gonçalo Lyster Franco e apresentado no início de Março de 1966, foi feito com base na análise de vários exemplares da época de construção da igreja, da gramática decorativa da própria, do espaço disponível e das proporções dos seis vãos das capelas, com cerca de oito metros de altura. Nesse estudo propunha-se a construção de um modelo ao gosto da época de construção da igreja, simplificado, em mármore branco, assente sobre pés em forma de voluta no mesmo material pétreo mas em preto, coberta por tampa também preta, assim como a placa onde seria colocada a legenda

indicando o nome do vulto e rematado por baixos-relevos em bronze aplicados sobre uma estrutura em mármore branco com aletas (fig. 239).

Raúl Lino, a pedido de Lyster Franco, elaborou uma solução visando o aproveitamento das arcas tumulares existentes na Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos, sem consequências uma vez que o segundo considerou não se adequar à magnificência do local.

Para fazer face ao pouco tempo disponível, Lyster Franco propôs que se procedesse de imediato à construção das arcas tumulares de acordo com o estudo apresentado, reservando-se as arcas dos Jerónimos para as quatro salas do rés-do-chão.

Arantes e Oliveira, aprovou o modelo proposto por Lyster Franco, com reservas quanto ao mármore preto, lamentando que os túmulos não pudessem ficar concluídos por ainda não se ter decidido a quem se destinavam. Em relação às arcas tumulares das salas do rés-do-chão, considerou que deviam ser mais sóbrias que as do corpo da igreja, ficando a aguardar o resultado dos estudos em curso⁹².

Já no final do mês, Arantes e Oliveira chamava a atenção para a necessidade de definir o destino dos seis túmulos do corpo da igreja e a relação dos restantes vultos a recolher no Panteão, com indicação da sua distribuição pelas salas disponíveis, admitindo a possibilidade da ocupação dos seis lugares no corpo da igreja não ser total à data da inauguração do Panteão, sendo nesse caso de estudar se os túmulos vazios deviam ou não ser colocados.

A solução encontrada não foi, certamente, do agrado de todos uma vez que se excluía inúmeras figuras de

⁹² DGEMN, (Arquivo morto), Ofício N.º 1159 de 1 de março de 1966; DGEMN, *Panteão Nacional, Santa Engrácia. Processo Administrativo*, N.º 1293, Ordem de Serviço N.º 853 de 3 de Março de 1966.

grande projecção na vida nacional. Distribuíram-se seis dos vultos que estavam nos Jerónimos pelas duas salas do rés-do-chão de acordo com as actividades exercidas pelos mesmos e que os tinham notabilizado entre os homens do seu tempo: numa sala, os políticos (figs.255 e 256) – Sidónio Pais (1872-1918) (fig.258), Teófilo Braga (1843-1924) (fig.257) e Óscar Carmona (1869-1951) (figs.259 e 260) –; na outra, os escritores oitocentistas Almeida Garrett (1799-1824) (fig.263), João de Deus (1830-1869) (fig.264) e Guerra Junqueiro (1850-1923) (fig.265). Alexandre Herculano, permaneceu em Belém em obediência ao cumprimento de um voto expresso pelo sentimento popular quando ali fora colocado. A nível estético optou-se pela construção de túmulos sóbrios, em mármore branco, tal como aconselhara Vaz Martins.

Os túmulos projectados por Lyster Franco, foram construídos e colocados nos vãos das capelas do cruzeiro, vazios, dando-se-lhes a função de cenotáfios, votados à memória de Nuno Álvares Pereira, do Infante D. Henrique, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões (figs. 240, 242, 244, 246, 248 e 250).

Os brasões dos homenageados, em bronze sobre mármore, foram projectados pelo escultor Vasco Pereira da Conceição (figs. 241, 243, 245, 247 e 249). À data da inauguração os cenotáfios ainda não estavam concluídos, faltando os elementos decorativos que foram colocados apenas em 1972⁹³.

Para o panteão Nacional funcionar era necessário, ainda, definir a sua orgânica, ou seja, o Departamento do Estado a quem ficaria afecto, o Quadro do Pessoal e o

regime das visitas. Na reunião da Comissão de 17 de Março de 1966 (doc. 18), sugeriu-se que o Panteão ficasse na dependência da Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, o Quadro seria constituído por um Director-conservador, um capelão, um chefe do pessoal menor e quatro guardas. As visitas de turistas ficariam sujeitas a um pagamento de entrada, devendo-se fixar no regulamento os casos em que haveria isenção desse pagamento.

As directivas da Comissão não foram seguidas uma vez que o Decreto-Lei relativo à atribuição da competência administrativa e técnica sobre o Panteão Nacional e ao Quadro de pessoal, elaborado tendo por base a lei de 1916 que destinou a igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional e o Decreto-lei N.º 44349 de 15 de Maio de 1962 relativo ao Museu Monográfico de Conimbriga, que serviu de exemplo, apresenta diferenças relativamente às considerações da Comissão. O Panteão ficou sob a dependência administrativa e técnica da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. O Quadro de pessoal, incluía um Director-conservador, licenciado e, de preferência, com a especialização de conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, que receberia 5 400\$00 de vencimento ou, caso ocupasse outro lugar remunerado nos quadros do Estado, corpos administrativos ou pessoas colectivas de utilidade pública, 2 400\$00 de gratificação mensal; a nomeação do Director competiria ao Ministro da Educação Nacional, ouvida a Junta Nacional de Educação; além deste, um Reitor-capelão, cujo vencimento seria de 3 600\$00, um Guarda de 1.ª, com 1 400\$00, dois guardas de 2.ª, que receberiam 1 300\$00, e três serventes, com 1 150\$00 cada um.

Por fim, a comissão teve ainda de definir o programa da inauguração. Na reunião realizada a 31 de março de

⁹³ DGEMN, *Igreja de Santa Engrácia. Panteão Nacional*, Processo administrativo, N.º 1294, Ofício de 12 de janeiro de 1972.

1966 (doc. 19) decidiu-se que, uma vez que o templo não de destinava a igreja paroquial, a benção seria feita particularmente, sem grande cerimonial, não havendo duplicação de cerimónias religiosas nos Jerónimos e em Santa Engrácia. Previa-se a realização, no dia 18 de Novembro, de uma cerimónia religiosa na Sala do capítulo do Mosteiro dos Jerónimos, alguns dias depois da abertura das arcas tumulares na presença das autoridades competentes e representantes das famílias. No dia 24 do mesmo mês, seria feita a trasladação dos restos mortais para o Panteão Nacional, em carro funerário fechado, sem cortejo, e no dia 1 de Dezembro teria lugar a cerimónia inaugural do Panteão com a formação no exterior do edifício de delegações das unidades militares e revista à guarda de honra pelo Presidente da República e a bênção da igreja seguida de Missa de Requiem, acompanhada por orquestra e coro, antecedida de música sacra executada no órgão do Panteão.

Voltamos a chamar a atenção para a lista de convidados para a inauguração do Panteão, um total de duzentas e onze personalidades, o que é representativo da importância de que se revestiu a cerimónia, inserida nas comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*. Foram convidados, além do Chefe de Estado, os membros do Governo, os chefes de gabinete dos vários Ministérios, os Secretários de Estado, antigos membros do governo, Deputados à Assembleia Nacional, representantes das Casas Civil e Militar da Presidência da República, o Cardeal Patriarca e outros dignatários do Patriarcado, os Reitores das Universidades Clássica e Técnica de Lisboa, representantes das Comissões ligadas às comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, a Comissão do Panteão Nacional, funcionários superiores do Ministério das Obras Públicas, Directores

de Serviços e Chefes de Repartição ou equiparados da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, o Chefe da Repartição do Fundo do Desemprego, o Director dos Edifícios de Lisboa; o Presidente, o Vice-Presidente, Directores de Serviços e Chefes de Repartição da Câmara Municipal de Lisboa; representantes da imprensa diária, Rádio e Televisão; os Presidentes da Fundação Calouste Gulbenkian, da Sociedade de Geografia, do Grupo de Amigos de Lisboa, da Academia de Ciências de Lisboa e da Junta de Freguesia de Santa Engrácia; funcionários superiores do Ministério das Obras Públicas aposentados e membros da Presidência do Conselho, do Supremo Tribunal Administrativo, da Assembleia Nacional e da Junta da Energia Nuclear⁹⁴.

Mais uma vez citamos Leitão de Barros que, em 1966, escrevia na revista *Panorama*:

*«Hoje um grande Ministro das Obras Públicas e uma poderosa Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais está a reconstruir essa ressurreição que é ao mesmo tempo um renascimento. Digno depósito mortuário para os grandes de Portugal, cabem lá todos e ainda sobeja muito espaço.»*⁹⁵

A vontade de Salazar, aliada ao empenho de Arantes e Oliveira, dos técnicos da DGEMN e de outros profissionais exteriores à instituição que participaram no projecto, tornaram real o sonho de Ramalho Ortigão, entre outros,

⁹⁴ DGEMN, *Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia*. Processo Administrativo, N.º 1294. Os órgãos da imprensa diária cujos directores foram convidados foram o *Diário da Manhã*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal do Comércio*, o *Novidades*, o *Século*, *A Voz*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular* e *A República*.

⁹⁵ Leitão de Barros, "Santa Engrácia. A pequena catedral inacabada", *Panorama*, N.º 19, IV Série, Setembro 1966, pag.55.

de ver dignificado «*o mais belo dos nossos monumentos do século XVII.*»⁹⁶ Mas quem foram esses técnicos?

Ainda que tenhamos referido os seus nomes ao longo do texto, parece-nos pertinente sistematizar a questão.

No que diz respeito aos arquitectos e engenheiros envolvidos destacam-se os nomes, respectivamente, de João Filipe Vaz Martins, Gonçalo Lyster Franco e Carvalhosa e Oliveira e de Rui Mário Pedreira de Almeida e Oliveira Neves. Como consultores destacam-se os membros da comissão consultiva para o estudo de adaptação a Panteão Nacional do templo de Santa Engrácia, a que já fizemos referência mas que não podem deixar de ser novamente mencionados pelo papel que desempenharam na resolução de problemas extremamente complexos relativos aos acabamentos do interior do monumento e à orgânica do Panteão: Damião Peres, o Cónego D. João Filipe de Castro, Manuel Lopes de Almeida, o Padre António da Silva Rego, o arquitecto Raúl Lino, Mário Tavares Chicó, o engenheiro Eduardo Melo de Oliveira, o arquitecto Lima Franco e o arquitecto Vaz Martins. Entre estes, destacam-se os dois primeiros, além de Vaz Martins, responsável directo pela obra, que desempenhou um papel que foi muito além do de consultor, pelas constantes intervenções nas reuniões da Comissão, registadas nas respectivas actas, e frequentes deslocações ao imóvel.

Entre os fiscais e encarregados destacam-se José Sequeira, encarregado geral, António da Conceição Lourenço, da oficina de canteiros, e José Carlos e Benevides Gregório, encarregados dos Pedreiros.

Quanto ao fornecimento de cantaria e obras de construção civil, os trabalhos continuaram a ser adjudicados

a José Raimundo e António Domingos Cazinhas, que forneceram cantaria de Pero Pinheiro, e António Ferreira de Almeida e Anselmo da Costa, construtores civis, embora surjam nomes novos como os Irmãos Baptista, Lda, com sede em Pero Pinheiro, que forneceram cantarias trabalhadas; José Estevam de Oliveira e Filhos, tijoleira; Pedro e Pires, Lda., dois capitéis de acordo com os modelos em gesso fornecidos pela obra e trinta balaústres inteiros e quatro meios balaústres; e António Constantino e Vicente Murta de São Pedro do Estoril, cantarias de pavimentos, do altar e outras. De referir ainda a firma *Mundus, L.^{da}*, responsável pelo cimbrio da cúpula e, a nível das ferragens artísticas e gradeamentos, Pereira e Bastos L.^{da}, Oficinas do Lumiar L.^{da} e Cleto, Rodrigues e Cleto, L.^{da} ⁹⁷. O facto de se dispor de pouco tempo para concluir as obras, terá levado a alargar o leque dos fornecedores de cantaria o que talvez explique a diversidade, a nível de qualidade, dos materiais pétreos usados. Logo a seguir à inauguração do monumento alguns elementos pétreos apresentaram problemas, nomeadamente as placas de mármore amarelo do pavimento, que estalaram.

Paralelamente, foram contratados, sob o regime de adjudicação, técnicos especializados para trabalhos que exigiam um cuidado especial e um conhecimento específico, sobretudo a nível da decoração do interior, como o pintor Agostinho Cabral que executou trabalhos de restauro de pinturas artísticas, nomeadamente no orgão, o escultor Valadas Coriel que modelou capitéis em barro, João Laerte que executou várias maquetas do edifício e de pormenores decorativos, além dos escultores que ficaram incumbidos de conceber a estatuária para os nichos

⁹⁶ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, pag. 82. Idem, *Arte Portuguesa*, Tomo I, Livraria Clássica Editora, 1943, pag. 95.

⁹⁷ Estes dados resultaram da análise do processo de obras, pastas N.ºs 1287, 1288 e 1289.

da fachada principal e do interior do Panteão e conceber a medalha comemorativa da inauguração e os brasões dos cenotáfios, respectivamente, António Duarte, Leopoldo de Almeida e Vasco da Conceição.

De tudo o que afirmámos até aqui se infere que as obras de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, pela dimensão que assumiram, obrigaram a um investimento económico e de recursos humanos, sem precedentes⁹⁸.

Por outro lado, foi uma obra difícil: tratava-se de concluir e adaptar a Panteão Nacional uma das melhores igrejas barrocas portuguesas, classificada como Monumento Nacional, construída toda em pedra liós e mármore. Estes factores conferiram aos intervenientes uma responsabilidade acrescida, e implicaram a elaboração de múltiplos estudos de pormenor e a participação de especialistas de áreas diversificadas.

Nesse sentido, foi necessário dotar a obra de verbas acrescidas e exigir um empenho e dedicação especiais da parte de todo o pessoal envolvido, para o que terá, igualmente, contribuído a decisão de Salazar de inserir a inauguração do Panteão no programa das celebrações dos quarenta anos do golpe militar de 1926, obrigando a antecipar em seis anos a conclusão das obras. Assim se justifica o pedido, em Abril de 1965, de José Pena Pereira da Silva, Director-Geral da DGEMN, ao Director-Geral do Trabalho e Corporações, que todo o pessoal operário pudesse trabalhar em horas extraordinárias, o que exigiu um reforço de verbas.

Por outro lado, os problemas técnicos e estéticos que a obra colocava, nomeadamente no que se refere à construção da cúpula, assim como o elevado padrão de qualidade dos materiais utilizados, em particular a pedra, permitiam prever, desde o início, tratar-se de um empreendimento extremamente dispendioso. Neste ponto, voltamos a frisar a importância que assumiu a criação da Escola de canteiros em Santa Engrácia, financiada pelo Fundo do Desemprego, sem a qual o projecto dificilmente seria viável.



⁹⁸ Chama-se a atenção para o gráfico apresentado por Maria João Neto na página 475 da sua tese de doutoramento em que, apesar de ser referente apenas às despesas anuais efectuadas entre 1929 e 1960, é clara a curva ascendente do empreendimento de Santa Engrácia.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS EM ABERTO

1.

A IGREJA DE SANTA ENGRÁCIA

I.

Em 1630 a Infanta D. Maria mandou erguer no Campo de Santa Clara uma igreja sob a invocação de Santa Engrácia. Dois anos mais tarde o templo foi profanado, o que levou à criação da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, constituída por cem fidalgos portugueses, que decidiu construir uma capela-mor nova de acordo com o projecto de Mateus do Couto. Num momento particularmente difícil para Portugal e Espanha do ponto de vista económico e político, as obras arrastaram-se e a igreja acabou por ruir em 1681, o que veio dar crédito à praga lançada por Simão Pires de Sólis, cristão-novo acusado do desacato sacrílego e queimado na fogueira, dando origem à expressão popular “obras de Santa Engrácia” como algo que nunca acaba. A Irmandade decidiu então construir uma igreja de raiz escolhendo o projecto do Mestre Pedreiro João Antunes, que ficou ainda encarregue de vigiar as obras. Trata-se de um projecto arrojado, de planta centralizada que se filia na arquitectura romana quinhentista, adaptada às novas tendências de dinamização do espaço que caracterizaram a arquitectura barroca italiana de seiscentos.

II.

A escolha de João Antunes por parte da Irmandade não surpreende tendo em conta que a mesma era constituída por cem fidalgos, representantes das mais ilustres casas nobiliárquicas portuguesas, conhecedores da arquitectura romana que gostariam de ver implantada em Portugal. Por outro lado, a grandiosidade e singularidade, do projecto de Antunes no contexto da arquitectura

portuguesa de então, o designado “estilo chão”, permitia concretizar o objectivo a que se propunham com a construção do templo: marcar a vitória do Santo Ofício. Objectivo esse que se inseria numa política mais ampla de perseguição aos cristãos-novos.

III.

Também não surpreende que João Antunes tenha projectado uma igreja com as características de Santa Engrácia em 1681. Apesar de ser pouco conhecido o seu percurso até essa data sabe-se que trabalhara para a casa real, tendo D. Pedro II louvado o seu desempenho. Por outro lado, nessa época a arquitectura portuguesa atingira um nível extremamente elevado, facto a que não foi estranha a influência espanhola exercida durante o período de ocupação filipina que permitiu a entrada em Portugal de influências flamengas e do maneirismo romano de Vignola. Os arquitectos portugueses, sintetizando com maestria elementos da arquitectura nacional com outros de influência externa, que conheciam directamente ou através de Tratados como o de Sebastião Sérlio, gravuras e arquitecturas efémeras que as reproduziam, produziram obras notáveis na segunda metade do século XVII. Por outro lado, Portugal dispunha de uma escola de arquitectura de grande qualidade no paço da Ribeira onde João Antunes fez a sua formação com o Padre Tinoco. Tendo vivido num período de charneira, entre o maneirismo seiscentista e o barroco setecentista, usufruindo do alto nível cultural e artístico que caracterizou a época, João Antunes, dotado de um talento excepcional patente nas obras que realizou até morrer em 1712, conseguiu “dar o salto” ao projectar a primeira grande obra barroca portuguesa: a igreja de Santa Engrácia.

IV.

As obras prolongaram-se e a igreja não foi concluída tendo sido construída apenas até à cimalha. Predidas as plantas de João Antunes no terramoto de 1755, desconhece-se como seria a cobertura que idealizou para o templo, assim como o pavimento do interior, localização do altar e outros elementos decorativos, incluindo a estatuária dos nichos interiores e exteriores.

V.

Após a morte de João Antunes em 1712 sucedeu-lhe na direcção das obras Mateus do Couto Sobrinho, que já vinha a trabalhar em Santa Engrácia desde 1682. Em 1713 surgiram problemas de ordem estrutural que obrigaram a reforçar a fachada principal, o que foi feito de acordo com os desenhos do cônsul Du Verger.

VI.

No século XVIII as obras pararam talvez por desinteresse da parte dos monarcas que terão concentrado os seus esforços na construção do convento-palácio de Mafra, talvez por não se encontrar uma solução segura para a construção da cúpula central.

VII.

Após a extinção das ordens religiosas a igreja inacabada foi entregue ao Exército que cobriu o cruzeiro com uma cúpula em zinco e a transformou primeiro num depósito e depois numa oficina de calçado. A classificação da igreja como Monumento Nacional em 1910 e a decisão de a adaptar a Panteão Nacional seis anos mais tarde, não obstaram a que continuasse a cumprir funções bizarras que em nada aludiam ao espírito que animou a construção do edifício.

2.

O PANTEÃO NACIONAL OITOCENTISTA E O DE SALAZAR

I.

A ideia de Panteão Nacional como local onde repousam os restos mortais ou são erguidos cenotáfios em memória de homens ilustres nasce num contexto de ruptura com o Antigo Regime, de Nacionalismos e progressiva secularização da sociedade. Daí o seu carácter eminentemente laico e a sua dupla função pedagógica, visando a criação de um sentimento colectivo de Nação, e comemorativa ligada à Memória. Essencialmente Memória colectiva, de grupos que se identificam com as figuras panteonizadas, mas também individual, histórica e da Nação. O Panteão Nacional é assim um instrumento político ao serviço de sectores da sociedade que personificam o Poder e desejam marcar a sua permanência e continuidade.

II.

A Abadia de Westminster em Londres e o Templo da Fama em Paris correspondem a dois modelos de Panteão Nacional. O primeiro, um espaço religioso que gradualmente se foi abrindo a cidadãos que não pertenciam à família real britânica, foi o paradigma dos liberais moderados; o segundo, um espaço laico que resultou do radicalismo e paixão política pós-revolucionários, fortemente imbuídos de um espírito anticlerical, mereceu o reconhecimento dos mais radicais.

III.

Em Portugal, as primeiras propostas para se erguer um Panteão Nacional surgiram pela voz de liberais e românticos. Em 1836, dois anos após a extinção das

ordens religiosas, foi publicado um Decreto de Passos Manuel determinando que se escolhesse um Monumento Nacional para albergar o Panteão português, cabendo à Assembleia legislativa a escolha dos vultos a homenagear, que teriam obrigatoriamente de ter falecido há pelo menos quatro anos, sugerindo entretanto os nomes de D. Pedro IV, Camões, o Infante D. Henrique e os vintistas. Almeida Garrett, seguindo o exemplo de Westminster, propôs que se escolhesse a igreja de São Vicente de Fora, mantendo-a ao culto. Feliciano de Castilho, imbuído do espírito romântico, propôs a construção de um espaço verde, gradeado, no Cemitério dos Prazeres. O clima de instabilidade política que se seguiu não permitiu concretizar a ideia, sendo alvo de críticas jocosas que tiveram eco na imprensa nacional.

IV.

O processo precipitou-se em 1880, por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Camões que foi panteonizado ao mesmo tempo que Vasco da Gama, não em São Vicente, mas na igreja do mosteiro dos Jerónimos. Seguiram-se-lhes Alexandre Herculano, João de Deus e Almeida Garrett. Portugal tinha finalmente o seu Westminster, solução que não agradou aos sectores mais radicais que exigiram a escolha de um espaço laico para albergar o Panteão Nacional.

V.

Na década de 80 do século XIX surge então a ideia de aproveitar a igreja inacabada de Santa Engrácia, que não chegara a ser sacralizada. A escolha foi oficializada apenas em 1916 quando era Presidente da República Bernardino Machado e Chefe do Governo Afonso da Costa, mas não passou do papel. A única figura panteonizada na

vigência da I República foi Sidónio Pais e foi-o, mais uma vez, nos Jerónimos. Entretanto, em Santa Engrácia funcionava uma fábrica de calçado do Exército.

VI.

Cinquenta anos mais tarde o Panteão Nacional de Santa Engrácia era finalmente inaugurado por vontade de Oliveira Salazar no ano em que se comemorava o *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*. Depois de algumas tentativas falhadas na década de trinta, em 1966 o regime consagrava um espaço de culto aos grandes da Nação.

VII.

Ficou decidido que Santa Engrácia seria concluída e adaptada a Panteão Nacional, mantendo a sua função original de igreja, ainda que essa decisão não tenha sido consensual. A Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes, presidida por João de Almeida e da qual faziam parte Raúl Lino, Armando de Lucena, Paulino Montês e Reinaldo dos Santos considerou demasiado arriscada a intervenção que se pretendia levar a cabo sobre um dos melhores exemplos do barroco romano em Portugal. Temendo pela integridade do monumento propuseram a construção de um Panteão de raiz, proposta que não teve consequências.

VIII.

A definição do programa do Panteão foi da responsabilidade de uma Comissão constituída para o efeito da qual faziam parte Damião Peres, Manuel Lopes de Almeida, Mário Tavares Chicó, o Cónego D. João Filipe Castro, o Padre António da Silva Rego, os arquitectos Raúl Lino, José da Lima Franco e João Filipe Vaz Martins

e o engenheiro Eduardo Melo de Oliveira. Esta comissão, ainda que livre para decidir, agiu dentro do espírito que Salazar pretendeu imprimir à obra, verbalizado por Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, que seguiu atentamente e pessoalmente o seu desenvolvimento emitindo pareceres, notas officiosas e portarias.

IX.

Almeida Garrett e João de Deus foram trasladados para uma sala dedicada aos escritores; Guerra Junqueiro, Sidónio Pais, Teófilo Braga e Óscar Carmona para uma outra, dos políticos. No cruzeiro da igreja ergueram-se seis cenotáfios em homenagem a Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões. Nos nichos da fachada colocaram-se as imagens do Santo Condestável, da Padroeira da igreja, Santa Engrácia, e da Rainha Santa Isabel. No cruzeiro, Santo António, São Teotónio, São João de Brito e São João de Deus.

X.

Trata-se de um programa claramente nacionalista direccionado para os então considerados períodos áureos da História Nacional, uma História redigida pelo regime que se cristalizou na formação e consolidação da Nação e nos Descobrimentos. Numa altura em que o *Estado Novo* se via confrontado com críticas internas e externas, em particular por manter uma política do tipo imperialista, ergue um Memorial à Nação transcontinental, num gesto de afirmação de direitos adquiridos ao longo de séculos e de um nacionalismo decadente. O Panteão Nacional de Salazar, inaugurado em 1966 no âmbito das derradeiras comemorações centenárias promovidas pelo regime, é assim um local de Memória, Memória colectiva daqueles

que se identificavam com o regime e defendiam a integridade do Império numa altura em que a guerra colonial se alastrara a todo o território ultramarino. Assim se percebe que os vultos panteonizados tenham sido relegados para duas salas discretas que facilmente passam despercebidas a um visitante menos atento, e que o espaço nobre da igreja tenha sido reservado aos cenotáfios de figuras ligadas à Expansão, à excepção de Nuno Álvares Pereira, duplamente homenageado e que desempenha um papel fundamental no Panteão como paradigma a seguir pelos portugueses pelas virtudes cívicas e religiosas que caracterizaram a sua acção. Percebe-se ainda a escolha dos vultos a panteonizar, figuras que não suscitavam polémica, o que contribuía para ampliar o sentido que se pretendia dar ao monumento. Como Panteão de figuras públicas o Panteão Nacional de Salazar é um monumento fraco que não faz justiça aos grandes da Nação, ou seja, não é o Templo da Fama nem o Westminster português que os liberais idealizaram. Entendido como Memorial da Nação transcontinental, poderia ter assumido um outro significado se construído algumas décadas antes. Expressão de um nacionalismo decadente com o qual a maioria dos portugueses já não se identificava, o monumento foi encarado com indiferença ou mesmo antipatia por parte daqueles que exigiam mudanças no sentido da modernidade. A inauguração no mesmo ano da Ponte sobre o Tejo, vista como um elemento indispensável ao desenvolvimento nacional, terá emocionado muito mais a generalidade dos portugueses. O Panteão Nacional e a Ponte sobre o Tejo são assim expressão de duas vontades inconciliáveis que dividiam o país e o próprio governo, uma voltada para o passado, assente na continuidade e imobilidade, e outra voltada para o futuro, assente na necessidade de reformular a política nacional.

Curiosamente esta antítese – imobilidade/mobilidade – consubstancia-se na função dos próprios monumentos – Panteão / Ponte.

XI.

O Panteão Nacional resultou de um compromisso com a Igreja Católica e com a República. Era difícil a Salazar criar em Santa Engrácia um Panteão laico, não só pela aproximação que o regime promovera desde o início com a Igreja, mas também pelo facto de se tratar de um edifício emblemático da História de Lisboa, associado a um mito enraizado na tradição nacional. A laicização de Santa Engrácia podia suscitar polémica e Salazar naturalmente não estava interessado nisso, ainda que os elementos ligados às práticas litúrgicas sejam bastante discretos. Quanto à feição republicana imposta ao Panteão, patente na escolha dos políticos a panteonizar, prender-se-á com a necessidade de cativar os republicanos, cuja influência no Ultramar era reconhecida, para a causa da defesa do Império, uma vez que o apoio monárquico nesse assunto estava à partida garantido. Por outro lado, pode traduzir uma vontade de demarcar o monumento dos restantes panteões portugueses, em particular dos Jerónimos e de São Vicente de Fora. O afastamento dos ideais monárquicos seria uma forma eficaz de marcar a singularidade do Panteão Nacional.

XII.

A escolha dos artistas que executaram as estátuas dos nichos interiores e exteriores – Leopoldo de Almeida e António Duarte – foi coerente com a linha orientadora imposta por Salazar ao projecto: estatuários oficiais do regime, ambos premiados pelo SNI e professores nas Belas-Artes.

XIII.

De acordo com o espírito imprimido ao Panteão Nacional, foram produzidos elementos de memória numa lógica propagandística. A plaquete, a medalha executada por Vasco da Conceição, a lápide comemorativa e a cobertura por parte dos órgãos de informação da cerimónia de inauguração perpetuaram a acção de *“um grande Ministro das Obras Públicas e uma poderosa Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais”*, palavras de Leitão de Barros. Propaganda ao regime, afirmação de Poder, consubstanciados em papel, bronze e pedra e exultados na grandiosa cerimónia de inauguração. Expressão de ideais nacionalistas em decadência a cerimónia, acabaria por ser também de despedida a um regime e um Império que em breve sucumbiriam.

XIV.

O Panteão foi um projecto de Salazar, mas não para Salazar, que antes de falecer deixou expressa a vontade de voltar às suas raízes e ser sepultado em Santa Comba Dão. Este aspecto é interessante na medida em que contribui para delinear o perfil psicológico do estadista, corroborando a ideia do afastamento relativamente a figuras chave dos regimes do tipo totalitário como Hitler ou Mussolini, que imaginamos perfeitamente a conceber um monumento com a grandiosidade do Panteão Nacional de Santa Engrácia para sua morada final. Salazar, mantendo-se fiel aos princípios que nortearam a sua acção enquanto político e homem, preferiu a descrição de uma campa rasa à notoriedade num Panteão em Lisboa. Por outro lado, vem confirmar que o monumento foi erguido não para glorificar os grandes da Nação, mas para afirmar a integridade da Nação, ou seja, mais do que um Panteão Nacional é um Memorial de Portugal transcontinental.

XV.

Os objectivos de Salazar foram frustrados pelos acontecimentos que se sucederam e que já se adivinhavam na altura em que o Presidente do Conselho de Ministros decidiu inaugurar o Panteão em 1966. Expressão de algo que não ia ao encontro dos interesses dos portugueses, o Panteão Nacional foi um nado morto. Afastado Salazar do governo por incapacidade física em 1968, acabando por falecer em 1970, o Panteão foi um pouco esquecido pelo regime, ele próprio moribundo, sendo constantes os pedidos por parte do seu director, Manuel Farinha dos Santos, para que se procedessem a obras de conservação e restauro e para que se concluíssem trabalhos que tinham ficado por realizar na altura da inauguração, como a colocação dos relevos em bronze dos cenotáfios, o que só foi feito em 1972. Após o 25 de abril de 1974, o monumento, associado ao regime derrubado e ao Império que já não existia, foi esquecido intencionalmente pelos políticos portugueses, ao contrário da Ponte sobre o Tejo que apenas mudou de nome, mas manteve a sua função, o que comprova a ideia expressa no ponto XI. Em 2001, passadas quase três décadas sobre a Revolução, a distância temporal permitiu que se iniciasse um processo de reabilitação do monumento. A trasladação de Amália Rodrigues deve ser assim entendida como expressão da vontade política de levantar o estigma que envolveu o Panteão Nacional.

3.

AS OBRAS DE CONCLUSÃO DA IGREJA DE SANTA ENGRÁCIA E SUA ADAPTAÇÃO A PANTEÃO NACIONAL

I.

O projecto tomou corpo por iniciativa governamental na década de 50, altura em que se assistiu a uma reabilitação do Barroco, o que terá viabilizado as obras de Santa Engrácia, preteridas em décadas anteriores a favor de monumento medievais.

II.

A instituição responsável pela intervenção foi a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929 e tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, mais precisamente a Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais, responsável por todas as intervenções de restauro do país. Quando o projecto tomou corpo o Ministro das Obras Públicas era o engenheiro Eduardo Arantes de Oliveira, o Director Geral da DGEMN Henrique Gomes da Silva e o Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais o arquitecto Luís Benavente. Os dois últimos foram substituídos em 1961. Gomes da Silva, dada a sua avançada idade deu lugar ao engenheiro José Pena Pereira da Silva. Benavente, por conflitos internos ao arquitecto João Filipe Vaz Martins, este em funções como Director interino desde 1958, ano em que Benavente foi para África.

III.

Detectam-se três fases distintas na sua evolução: uma primeira até 1962 em que pouco foi feito; uma segunda entre 1962 e 1964, de maior actividade construtiva, em

que as obras obedeceram a um plano geral de escalonamento que previa a conclusão em 1972; e uma terceira a partir de 1964, quando Salazar decidiu antecipar a conclusão das obras fazendo coincidir a inauguração do Panteão com as comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, em que foi conferido um novo ritmo às obras, que avançaram rapidamente e mobilizaram recursos financeiros e humanos consideráveis.

IV.

A nível teórico houve a preocupação em concluir a obra garantindo a harmonia do conjunto, tanto do ponto de vista estético como funcional – uma igreja barroca inacabada que, sem perder a sua função primitiva, iria funcionar em simultâneo como Panteão Nacional. Ficou então determinado que se construísse a cúpula central e os acabamentos do interior e exterior dentro dos princípios da arquitectura clássica, barroca, o que ia claramente contra os princípios de restauro aceites internacionalmente e que Portugal subscrevera nomeadamente em Veneza no ano de 1964, onde esteve presente Vaz Martins. Não deixam, contudo, de se verificar aspectos contraditórios ao longo do processo. A Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes e Vaz Martins, conscientes dos perigos de uma intervenção do tipo da que se pretendia levar a cabo em Santa Engrácia, referem várias vezes a necessidade de a minimizar, o que levou a pôr de lado a hipótese de se erguerem as quatro torres dos ângulos do edifício e a manter a envolvente como estava, procedendo-se apenas a alguns arranjos exteriores, projecto realizado pelo arquitecto Carvalhosa e Oliveira da Câmara Municipal de Lisboa com a colaboração do arquitecto José da Lima Franco, um dos membros da Comissão do Panteão, e que foi aprovado pela mesma e pela Junta

Nacional de Educação cujo director era na altura Carlos Chambers Ramos. Vaz Martins determinou ainda que todos os elementos ou vestígios encontrados no início ou no decorrer dos trabalhos, mesmo que insignificantes, fossem conservados para mais tarde, caso surgisse outro critério de intervenção, serem repostos tal como estavam. Este factor parece-nos particularmente importante por demonstrar o cuidado tido para que a intervenção fosse reversível, princípio estipulado internacionalmente. Esta aparente contradição de critérios leva-nos a crer que a decisão de concluir o edifício dentro da sua feição original expressa a vontade do governo e não dos intervenientes directos.

V.

Da premissa que orientou os trabalhos – concluir a igreja dentro da sua feição original, adaptando-a a Panteão Nacional – e do facto de se tratar de um edifício classificado como Monumento Nacional, o que aumentava consideravelmente a responsabilidade dos intervenientes, resultou a necessidade de constituir uma comissão consultiva, elaborar múltiplos estudos de pormenor, sobretudo no que diz respeito à cúpula e aos acabamentos do interior, e optar pela aquisição de materiais de qualidade, idênticos aos originais, em particular no que diz respeito à cantaria.

VI.

Os membros da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes e da Comissão do Panteão, não deixaram de mostrar o seu desagrado em relação a certos aspectos do projecto que iam contra os princípios que defendiam, em particular a primeira. Desde o início da década de 50 que se vinha a promover em Portugal o diálogo entre arquitectos e

historiadores da Arte e a participação portuguesa em questões internacionais no âmbito da defesa do Património Arquitectónico. Essa aproximação entre os Serviços de Monumentos e outras instituições de âmbito cultural e a progressiva abertura ao exterior exerceram uma influência determinante nas práticas de restauro levadas a cabo pela DGEMN na década de 60. Constituídas na sua maioria por arquitectos e historiadores da Arte como João de Almeida, Raúl Lino, Armando de Lucena, Paulino Montês, Reinaldo dos Santos, Damião Peres, Manuel Lopes de Almeida, Mário Tavares Chicó, José da Lima Franco e João Filipe Vaz Martins, estranho seria que a Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes e a Comissão do Panteão assistissem passivamente a uma obra de reintegração. Contudo, o seu poder decisivo, fortemente condicionado pelos desejos de Salazar transmitidos pelo Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, era limitado.

VII.

A cúpula de Santa Engrácia, assente sobre um tambor octogonal, rasgado por oito janelões limitados por pares de pilastras coríntias encimadas por pináculos, e rematada por um lanternim que a reproduz numa escala menor, apresenta claras semelhanças com a de São Pedro do Vaticano de Miguel Ângelo, ainda que esta seja apontada e a primeira esférica, e as nervuras que unem o tambor ao lanternim sejam menos salientes em Santa Engrácia. Encontramos a mesma analogia na planta da igreja projectada por João Antunes, centralizada, em cruz grega e com uma única entrada. Confrontando os dois templos, há claramente uma filiação de Santa Engrácia em São Pedro ainda que com as devidas diferenças a nível da gramática decorativa e ritmo das fachadas decorrentes do facto da primeira ter sido construída um século e meio mais tarde,

de acordo com o gosto seiscentista e também da diferença de escala entre os dois monumentos. Na conclusão das obras, na década de sessenta do século XX, seguiu-se esta mesma tendência não só em relação à cúpula, mas também nos acabamentos do interior, nomeadamente no desenho do pavimento em mármore e dos cenotáfios do cruzeiro.

VIII.

A cúpula ter-se-á tornado o elemento de mais difícil solução ao ficar estabelecido que se iria seguir na sua concepção a linguagem arquitectónica e decorativa barroca. Para perceber o grau de dificuldade que envolvia a concepção da cúpula de Santa Engrácia podemos tentar imaginar a hipótese de actualmente se procurar concluir as capelas imperfeitas do mosteiro da Batalha segundo as características da arquitectura manuelina. Uma comparação desta natureza sublima a megalomania da imposição de Salazar e os desafios enfrentados pelos arquitectos e técnicos intervenientes. Não existindo desenhos do projecto original nem descrições da cúpula nos Livros da Irmandade, os arquitectos encarregues de concluir o edifício viram-se a braços com uma tarefa hercúlea, tendo de empreender um esforço imensurável para entrar na pele dos arquitectos seis e setecentistas e chegar a uma solução que os próprios poderão não ter conseguido definir na altura. A solução que encontraram foi projectar uma cúpula com base em estudos comparativos. O paradigma foi São Pedro do Vaticano ainda que se outras soluções tenham sido consideradas como Mafra, a basílica da Estrela e a actual cúpula de São Vicente de Fora, em Portugal, e o Escorial, em Espanha. Este último levou-os indirectamente à cúpula primitiva de São Vicente de Fora que ruiu no terramoto de 1755. Poderiam igualmente ter recorrido à tratadística da época, nomeadamente a

Serlio, ou a gravuras avulsas, mas não o terão feito, ou se o fizeram omitiram-no nas memórias descritivas que analisámos. Neste aspecto destaca-se o desempenho de Amoroso Lopes, que chegou a empreender uma viagem ao estrangeiro em busca da solução mais adequada, traçando uma “rota do barroco” que passava por Espanha, França e Itália e que o levou a concluir que a solução estava em São Pedro do Vaticano. O financiamento desta viagem permite ainda aferir o empenho por parte do governo português em que se construísse uma cúpula barroca e não uma outra solução dentro da linguagem arquitectónica contemporânea. A este propósito refira-se que pelo menos um arquitecto entre os convocados em 1956, António Lino, apresentou uma solução que considerava uma cúpula em vidro e ferro, mas não foi tida em consideração. A parte construtiva da cúpula terá sido facilitada pelo facto de se recorrer a uma técnica contemporânea, a construção em betão. Essa opção evitou que os responsáveis tivessem de dominar técnicas de construção alheias à sua formação e experiência prática, o que dificultaria ainda mais a tarefa. Por outro lado, sendo o betão consideravelmente mais leve do que a construção em pedra, não exercia tanto peso sobre a parte construída, o que minorava o risco de desmoronamento. Mesmo assim foi necessário proceder a cálculos rigorosos que garantissem a máxima segurança da construção, bem como a trabalhos de prospecção geotécnica nos terrenos do edifício, tendo-se recorrido aos serviços do Laboratório Nacional de Engenharia. Desses trabalhos resultou a determinação do coeficiente de segurança 3, obtido em relação à rotura para as sapatas menos profundas, e assentamentos previsíveis inferiores a 1 cm. No relatório, assinado pelo Engenheiro Chefe da Divisão de Fundações, José Folque, pelo Engenheiro Chefe do Serviço de Geotecnia, Nascimento, e por Manuel Rocha,

Engenheiro Director Interino, consideram-se aceitáveis os resultados obtidos.

IX.

Assinalam-se alterações determinantes a nível dos projectos arquitectónicos e técnicos e dos profissionais envolvidos nas obras, que se adivinham em 1962 e se concretizam a partir de 1964. Tanto no que diz respeito à concepção arquitectónica como técnica da cúpula, 1964 foi um ano de viragem em que os novos intervenientes – os arquitectos Vaz Martins e Lyster Franco e os engenheiros Rui Mário Pedreira de Almeida e Oliveira Neves – introduziram alterações nos projectos iniciais do arquitecto Luís Valgode Amoroso Lopes e do engenheiro Edgar Cardoso. Ficou então decidido que seria construída uma cúpula dupla, ao contrário da simples inicialmente idealizada. Este facto prender-se-á com o método de trabalho usado – recurso a modelos à escala natural e projecção no estaleiro de obras. Como vimos, as obras tomaram corpo a partir de 1962 com a elaboração de um Plano de escalonamento que previa a sua conclusão dez anos mais tarde. Porém, só a partir de 1964, data em que Salazar decidiu fazer coincidir a inauguração do Panteão com as comemorações do *Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, é que as obras adquiriram uma dimensão significativa, o que permitiu detectar falhas no projecto de Amoroso Lopes que tinham de ser corrigidas, de resto um projecto pouco definido no que diz respeito a pormenores decorativos e com erros relativamente ao desenho da parte existente.

X.

O método de trabalho utilizado, aliado ao pouco tempo disponível para concluir as obras, levou a que fosse contratada uma equipe de técnicos em 1964 para trabalhar

em exclusividade em Santa Engrácia, sob a orientação de Vaz Martins e da qual faziam parte o engenheiro Rui Mário Oliveira Pedreira de Almeida, os Arquitectos Gonçalo Lyster Franco e Frederico Caetano de Carvalho, o agente Técnico de Engenharia José da Conceição Vaz, o desenhador-chefe Henrique Costa, o desenhador José Alexandre Piedade da Costa e as dactilógrafas Maria Manuela Rebelo Pedreira e Fernanda de Almeida Mendes. Estes técnicos trabalharam no local, num gabinete então criado numa das salas do edifício, com uma dedicação louvável.

XI.

As obras de Santa Engrácia deram origem a uma escola de canteiros numa altura em que havia falta de profissionais habilitados para trabalhar a pedra o que não é de estranhar visto haver poucas solicitações para trabalhos desse tipo. O Quadro da escola de canteiros integrava um canteiro-mestre, dois canteiros de primeira e dois canteiros assentadores, aprendizes. Esta escola desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento das obras: por um lado viabilizou a reintegração de um edifício todo em pedra e inacabado na sua feição original barroca, por outro, canalizou dinheiro através do Fundo de Desemprego que a financiou.

XII.

A nível prático foi necessário construir rapidamente e dentro de um orçamento limitado, sem esquecer a questão da segurança da construção. Apesar disso, Santa Engrácia obrigou a um investimento económico e de recursos humanos sem precedentes que levou a colocar de lado ou a adiar outras intervenções, como a do Palácio Nacional da Ajuda. Nos últimos meses das obras, para concretizar o desejo expresso pelo Presidente do Conselho de Ministros

de inaugurar o Panteão Nacional no âmbito das comemorações *do Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional*, foi mesmo necessário que todo o pessoal envolvido trabalhasse em horas extraordinárias, o que exigiu um reforço de verbas.

XIII.

Os problemas de ordem teórica e prática que foram surgindo mostraram-se por vezes incompatíveis, exigindo um certo pragmatismo e empirismo da parte dos responsáveis pela obra. Assim se compreende a desigualdade da qualidade da pedra usada na construção. Se no início houve o cuidado aferir a qualidade da pedra fornecida que devia ser idêntica à existente, com a aproximação do prazo limite para a inauguração do monumento foi necessário ampliar o leque de fornecedores. Pouco tempo após a inauguração do monumento as placas de mármore amarelo do pavimento começaram a estalar, a cúpula começou a apresentar problemas de infiltração das águas das chuvas e surgiram fendilhações nas abóbadas, solucionadas através da colocação de esticadores. Não podemos, contudo, deixar de referir que essa desigualdade se verifica igualmente na pedra usada na construção primitiva.

XIV.

Os objectivos foram cumpridos, mas não integralmente: o monumento foi inaugurado como previsto no ano do Quadragésimo Aniversário da Revolução de 1926, mas inacabado, tendo muitos trabalhos sido executados posteriormente. Entre eles, a montagem do elevador, os acabamentos das janelas, e a colocação dos elementos decorativos em mármore e bronze nos cenotáfios, executados por Vasco Pereira da Conceição, tarefa que só foi realizada em 1972, seis anos após a inauguração do monumento.

4.

PERSPECTIVAS EM ABERTO

Ficam por esclarecer algumas questões que extravasam os objectivos que nos propusemos atingir, assim como outras, de índole técnico-científica, relacionadas com as patologias da pedra e com aspectos construtivos que não nos sentimos capacitados para responder, mas que nos parece pertinente que sejam desenvolvidos no futuro, nomeadamente:

I.

Em relação à igreja barroca tentar perceber melhor como seria o projecto de João Antunes, o que passaria por um trabalho sistemático de arquivo que esclarecesse o percurso do arquitecto desde que iniciou actividade até 1681, trabalho esse que poderia em simultâneo trazer algumas novidades quanto à pedra usada na construção desde o arranque das obras em 1682 até ao seu abandono no século XVIII. Posteriormente esses dados poderiam ser usados por técnicos habilitados que se dedicassem ao estudo das patologias da pedra presentes no edifício. Parece-nos ainda que, apesar da notável obra de Ayres de Carvalho sobre Santa Engrácia e os seus artistas, se impõe um trabalho de pesquisa atento no Arquivo da Academia Nacional de Belas-Artes, de momento infelizmente impossível.

II.

Analisar comparativamente os vários panteões que foram erguidos em Portugal na época Contemporânea, ou seja, os Jerónimos, onde se encontram tumulados Vasco da Gama, Camões e Fernando Pessoa; São Vicente de Fora, onde foi erguido na década de 50 do século XX o Panteão dos Patriarcas, e Santa Engrácia, o Panteão Nacional. Um

estudo articulado dos três monumentos permitiria conhecer melhor cada um deles e a própria ideia de Panteão de figuras públicas em Portugal.

III.

Proceder a um estudo sociológico do panteão Nacional, averiguando através de entrevistas, inquéritos e outros métodos de trabalho usados pela Sociologia, qual o sentimento dos portugueses relativamente ao Panteão Nacional, antes e depois da panteonização de Amália Rodrigues. Estamos certos de que um estudo desse tipo conduziria a resultados extremamente interessantes não só do ponto de vista do estudo do monumento, mas da própria sociedade portuguesa.

IV.

A análise por técnicos e cientistas competentes dos cálculos e relatórios elaborados ao longo das obras levadas a cabo pela DGEMN, o que permitiria detectar eventuais erros ou lapsos e, consequentemente, perceber alguns dos problemas que se colocam actualmente ao edifício e encontrar soluções para os mesmos. Paralelamente, dada a importância que a pedra assume no monumento, dever-se-ia proceder a um levantamento exaustivo das patologias das pedras do edifício, assim como a um estudo detalhado das suas características e origem. Este ponto parece-nos particularmente importante no sentido em que seria um contributo valioso para a conservação do edifício.

V.

Numa perspectiva interdisciplinar, a única que poderá conduzir a uma leitura global do monumento, os resultados destas pesquisas parcelares deveriam ser publicados e discutidos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES MANUSCRITAS, FOTOGRÁFICAS E GRÁFICAS

Arquivo Fotográfico Municipal, Documentação Fotográfica da Igreja de Santa Engrácia- Panteão Nacional (111 imagens).

Arquivo Histórico Militar

Cálculo da despesa que se poderá fazer para remediar a boca do “dezembório” das obras de Santa Engrácia”, s.d.

Arquivo do Ministério das Obras Públicas (M.O.P.), Documentação gráfica da Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional (9 desenhos).

Arquivo da Sé de Lisboa.

Livro dos Acordos da Irmandade dos Escravos do SS Sacramento, 3 vols., 1631-1721-1761.

Livro de Receita, 1814 p^a 1815.

Livro das Pautas das Mezas, 2vols., 1697? – 1815

Livro de Superintendencia da Obra ad Igreja de Santa Engracia que principia no ano de 1703.

Registo Ordinário da Irmandade, *Lisboa*, 12 janeiro 1824 (*Pacote 53*)

10 caixas metálicas com documentos diversos dos séculos XVII, XIX e XX (N.º 63 a 73).

Arquivo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

Igreja de Santa Engrácia, Processos Administrativo, de obras e Gráfico, Pastas N.º 1284 a 1295 (Não existe 1291), 1934-1967.

Igreja de Santa Engrácia, Processo Fotográfico, Pastas N.º I a VIII (714 fotografias).

LOPES, Luís Amoroso, *Igreja de Santa Engrácia. Lisboa.*

Relatório da viagem ao estrangeiro em 1958. Projecto.

Antecedentes a partir de 1956, Coimbra, 1958.

Processo individual do Arquitecto Luís Amoroso Lopes

Processo individual do Arquitecto Gonçalo Lyster Franco

Processo individual do Arquitecto João Filipe Vaz Martins

Arquivo da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos de Lisboa

Santa Engrácia, Processo Administrativo, de obras e gráfico N.º 136 (1954/60, 1960, 1961, 1962, 1966/1989 – pasta 1, 2 e 3).

Santa Engrácia, Processo Fotográfico N.º 374 a 374 G (721 fotografias).

Arquivo da Direcção Geral do Património

Santa Engrácia, N.º Inv. 1002417, Processo N.º 26 – LFA – D – 56. 1 e 2.

Gabinete de Estudos Olisiponenses, Documentação Fotográfica e Gráfica da Igreja de Santa Engrácia- Panteão Nacional, 6 imagens.

Album de bilhetes postaes. Vistas de Lisboa, Collecção Barcia, 2, pag. 21.

II - FONTES IMPRESSAS

a) Artigos em Periódicos

“A adaptação do templo de santa Engrácia a Panteão Nacional”, *O Primeiro de Janeiro*, 19 de Janeiro, 1960.

“A Igreja de Santa Engrácia – panteão nacional”, *Novidades*, 8 de Dezembro, 1966, pag. 1 e 4.

“A Igreja de Santa Engrácia vai ser adaptada a Panteão Nacional”, *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro, 1934, pag. 2.

“A Igreja de Santa Engrácia tal como foi projectada e como será afinal”, *O Século*, 24 de Março, 1954.

“A lenda das obras de Santa Engrácia”, *Vida Rural*, 30 de janeiro, 1960.

“A velha lenda de Santa Engrácia”, *Arquivo Nacional*, Ano II, N.º 93, 20 de Outubro, 1933, pp. 654-655.

“Autópsia às obras de santa Engrácia”, *Actualidades*, 31 de Outubro, 1963.

“As Actas das Sessões de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses – III”, in *Lisboa. Revista Municipal*, Ano XLV – 2.ª série – N.ºs 8/9/10 – 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 1984, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1984, pag. 58.

“As eternas obras de Santa Engrácia poderão ter fim algum dia?”, *Arquivo Nacional*, Ano XI, N.º 526, 4 de Fevereiro, 1942, pp. 74-75.

“As obras de Santa Engrácia estão quase concluídas e vão ser adaptadas a Panteão Nacional”, *Diário de Notícias*, 15 de Julho, 1962, pag. 1 e 9.

- “As Obras de Santa Engrácia que se propõem agora acabar têm a sua história que nem toda a gente conhece”, *Diário de Lisboa*, 13 de Dezembro de 1956, pp.9-10.
- “As obras de Santa Engrácia”, *Flama*, 18 de Setembro, 1959.
- “As obras de santa Engrácia vão acabar ao fim de mais de 200 anos”, *O Século*, 23 de Março, 1954.
- “Aos que da lei da morte...Monumento de glória o Panteão de Santa Engrácia. Após a benção por S. E. o Cardeal-Patriarca inauguração solene perante os Srs. Presidentes da República e do Conselho e o Governo.”, *O Século*, 8 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 10.
- “Autopsia às sobras de Santa Engrácia”, *Actualidades*, 31 de Outubro, 1963.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “As Obras de Santa Engrácia”, *Commercio do Porto*, N.º 227, 16 de Setembro de 1885, N.º 240, 1 de Outubro de 1885 e N.º 258, 21 de Outubro de 1885.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Egreja não acabada de santa Engrácia”, *Archivo Pittoresco*, Vol. VI, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1863, pp. 53-55.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Fragmentos de um roteiro de Lisboa”, *Archivo Pittoresco*, Vol. V, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1862, pp. 409-410.
- BARROS, Leitão de, “Santa Engrácia. A pequena catedral inacabada”, *Panorama*, N.º 19, IV Série, Setembro, 1966, pp. 53-55.
- BELÉM, Cunha, “O Panteon Nacional berço de buttes”, *ABC*, N.º 29, 27 de Janeiro de 1921, pp. 12-13.
- CALIXTO, Vasco, “Obras de santa Engrácia começadas há quase três séculos continuam ainda hoje por concluir!”, *Mundo*, 5 de Março, 1959, pp. 22 – 23.
- CASCAES, J. Costa, “O Desacato, ou o calado é o melhor. Romance Histórico. 1630-1631”, *O Panorama*, N.º 25, 18 de Junho de 1842, pp.197-199.
- Diário do Governo*, N.º 230, 28 de Setembro de 1836, pag. 1099.
- Diário do Governo*, 23 de Junho de 1910, pag. 2164.
- Diário do Governo*, I Série, N.º 82, 29 de Abril de 1916.
- Diário de Lisboa*, 9 de Dezembro de 1966, pag. 13. (fotografia da igreja durante a construção da cúpula; anúncio às estruturas metálicas Mundos)
- Diário da Manhã*, (fotografia do exterior em obras com legenda), 20 de Abril, 1965.
- Diário de Notícias*, (imagem da fachada principal antes das obras com comentário), 25 de Janeiro, 1954.
- Diário Popular*, 17 Novembro, 1963.
- “Duas semanas entre duas imagens”, *Diário de Notícias*, 17 Agosto, 1966.
- “Estão quase concluídas as obras de santa Engrácia ontem visitadas pelo Chefe de Estado”, *Diário de Luanda*, 6 de Julho, 1966.
- “Finalmente estão concluídas as obras de Santa Engrácia”, *Diário da Manhã*, 6 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 6.
- G., C., “Santa Engrácia- um lugar-comum da vida nacional”, *Diário Ilustrado*, 7 de Outubro de 1958, pag. 10 e 15.
- GENRO, M. Vaz, “Das Obras de Santa Engrácia ao Panteão Nacional através dos séculos da lenda e da história”, *Novidades*, 15 de Junho, 1962.
- “Hoje: às 18 horas inauguração do Monumento Nacional de Santa Engrácia”, *Diário de Notícias*, 7 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 2.
- JÚNIOR, Costa, “As Obras de Santa Engrácia ligadas a um trágico acontecimento”, *Diário Popular*, 17 de Julho, 1973, pag. 5.
- LEMOS, Andrade, “Obras de Santa Engrácia no Panteão Nacional”, *Lisboa Magazine*, Ano 1, N.º 3, Julho de 1994, pp. 12-13.
- M., *Archivo Pittoresco*, Vol. I, N.º 36, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, Março de 1858, pp.281-282.(Desenho de Nogueira da Silva, gravura de Flora, 1851)
- MARÇALO, Rafael, “Um grave desacato cometido há mais de 300 anos e cuja lembrança perdura”, *Arquivo Nacional*, Ano X, N.º 519, 17 de Dezembro, 1941, pp. 812-813.
- MOREIRA, Jorge, “Para quando a conclusão das obras da Igreja de Santa Engrácia. As Obras de santa Engrácia vão ser finalmente concluídas”, *O Século*, 8 de Fevereiro, 1959.
- “Nota do Dia”, *Diário de Lisboa*, Ano 44, N.º 15172, 13 de Março de 1965, pag. 1.
- “O Chefe de Estado condecorou alguns dos obreiros do templo de Santa Engrácia”, *Diário de Lisboa*, 7 de Dezembro, 1966, pag. 28.
- “O Panteão Nacional na histórica igreja de Santa Engrácia foi ontem solenemente inaugurado com a assistência do Chefe do Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo”, *A Voz*, 8 de Dezembro, 1966, pag.1.

“O Presidente Salazar visitou a Igreja de Santa Engrácia”, *Diário da Manhã*, 7 de Dezembro, 1966, pp. 1 e 3.

“O Presidente Salazar visitou o Panteão Nacional de Santa Engrácia que hoje é inaugurado pelo Chefe do Estado”, *A Voz*, 7 de Dezembro, 1966, pag. 1.

“O engenheiro Manuel Basto Saragoça foi contractado para prestar assistência técnica à obra do panteão nacional de santa Engrácia”, *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Fevereiro, 1961.

“O Sr. Ministro das Obras Públicas visitou o edifício da Junta de Freguesia de Santa Engrácia”, *O Primeiro de Janeiro*, 25 de janeiro de 1955.

“Obras de Santa Engrácia”, *Diário da Manhã*, 22 de Junho, 1964.

“Obras de Santa Engrácia no Templo de santa Engrácia?”, *Diário Popular*, 11 de Julho, 1961.

“Panteão Nacional”, *O Século*, 20 de Janeiro, 1935, pag. 6.

“Panteão de Santa Engrácia: solene inauguração hoje às 18 horas com a presença do Chefe de Estado e do Cardeal Patriarca”, *Diário Popular*, 7 de Dezembro, 1966, pag.7.

“Panteão Nacional. Conservar e Recuperar”, *Arte e Construção*, Junho 2000, pp. 24 – 26.

“Pantheon dos Grandes Homens”, *Commercio do Porto*, N.º 260, 23 de Outubro, 1885.

PAXECO, Óscar, “Desaparece um mito. As obras de Santa Engrácia (Aquilo que jamais tem fim...) vão acabar”, *Diário de Notícias*, 16 de Janeiro, 1966.

“Que se passa com Santa Engrácia?”, *Diário Popular*, 20 de Abril, 1960.

“Santa Engrácia: à vista o fim das obras”, *Diário Popular*, 15 Agosto, 1966.

“Será simultaneamente Templo Católico e Panteão Nacional a Igreja de Santa Engrácia”, *Diário de Notícias*, 29 de Janeiro, 1966.

TEIXEIRA, Luís, “Conclusão das obras de Santa Engrácia”, *Diário de Notícias*, 24 Janeiro, 1954, pag. 4.

“Um provérbio a menos”, *Diário Popular*, 18 de Junho, 1966.

“Vamos ter um Panteão Nacional?”, *O Século*, Ano 54, N.º 18921, 15 de Novembro, 1934, pag. 1 e 4.

“Vão acabar as obras de Santa Engrácia?”, *Diário de Notícias*, 14 de Novembro, 1934, pag. 1.

“Vão concluir-se as obras de santa Engrácia em cujo Templo ficará o Panteão Nacional”, *Diário de Lisboa*, 3 de janeiro, 1966.

b) Obras

ALMEIDA, Fialho de, *Lisboa Monumental*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957.

MINISTÉRIO das Obras Públicas, *Obras Públicas concluídas em 1966*, Anexo N.º 17 ao “Boletim do Comissariado do Desemprego”, Lisboa, 1967.

MINISTÉRIO das Obras Públicas, *Ministério das Obras Públicas. 1852 / 1977*, Lisboa, 1977.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. IX, pp.75-82 e Vol. XIV, pp. 619-621, Typ. Universal, Lisboa, 1896,

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974, pp. 99-117.

SANTANA, Francisco, *Lisboa na Segunda metade do século XVIII*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s.d.

SERLIO, *Tutte L’Opere d’Architettura et prospetivadi Sebastiano Serlio Bolgnese Divisi in sette Libri*, Venetia, Apprenso Giacomo de Franceschi, MDCXIX.

III - BIBLIOGRAFIA

a) Referências à Igreja / Panteão de Santa Engrácia

ALVES, Afonso Manuel, LIMA, Luís Leiria de e SALEMA, Isabel, *Lisboa – A cidade e o rio*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989, pp. 34-37.

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Livro VI, Vol. II, Parceria A.M. Pereira, Lisboa, s.d., pp. 81-83.

ATAÍDE, M. Maia, “A Igreja de Santa Engrácia”, in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, pp. 283-292.

IDEM, *Monumentos de Lisboa*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s.d., pp. 26-27.

BAÇAM, Sebastião Joaquim, *Monumentos Sacros de Lisboa e outras curiosidades*, Prefácio de Zeferino de Albuquerque, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve comparé aux autres états de l’Europe, et suivi d’un coup d’oeil sur l’État actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux- Arts parmi les portugais des deux hémisphères dédié a as majesté très-fidèle*, T. II, Chez Rey et Craviere libraires, Paris, 1822, pp. 169-180.

- BIRG, Manuela e CALADO, Teresa Gil, *Igreja de Santa Engrácia Panteão Nacional*, IPPC, Lisboa, s.d.
- BIRG, Manuela, “Santa Engrácia, Igreja de”, *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994, pp. 841 – 843.
- BORDALO, Francisco Maria, *Viagem à Roda de Lisboa*, T. I, Typographia na Rua dos Douradores N.º 31 N., Lisboa, 1855, pp. 115-128.
- BORDALO, Francisco, *Novo Guia do viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares, e Mafra ornado com algumas vistas dos principais monumentos de Lisboa*, Lisboa, 1853.
- CARVALHO, Ayres de, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1971.
- CHANTAL, Suzanne, *Lisbonne Aujourd’hui*, Les édition j.a., Paris, 1991.
- COUTO, António do, *A Igreja de Santa Engrácia Panteão Nacional*, Separata da Revista “Olisipo”, Ano VII, N.º 28, Lisboa, Outubro de 1944.
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Panteão Nacional. Igreja de Santa Engrácia*, Ministério das Obras Públicas. 1966.
- FERREIRA, Paulo, “Igrejas. Churches”, in *Lisboa 93. Life Styles. Estilos de vida*, coord. Maria Sobral Mendonça e Carlos Pinto Lobo, Edição Press- Forum Comunicação Social S.A., Lisboa, 1993, pp. 119-127.
- GUIMARÃES, Ribeiro, *Summario de Varia História. Narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, política e religião de outras eras*, Vol. 1, Rolland e Semion, Lisboa, 1872, pp. 74-88.
- HAMM, Manfred e RADASEWSKY, Werner, *Lisboa*, Nicolai, s.d., pag. 62.
- HAUPT, Albrecht, *A Architectura da Renascença em Portugal*, J. Rodrigues e Cª Livresiros-Editores, Lisboa, s.d.
- Igreja de Santa Engrácia*, IPPC, Lisboa, s.d.
- MEDINA, João, “O Poder e a glória: o Panteão português desde o liberalismo aos nossos dias”, in *História de Portugal. Dos tempos pré- históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, vol. VII, Ediclube, Lisboa, 1993 pp. 285-321.
- MESQUITA, Alfredo, *Lisboa*, Edição Perspectivas e Realidades, Lisboa 1987. (A igreja antes das obras).
- MOITA, Irisalva, “Igreja- Panteão de Santa Engrácia”, in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, dir. D. Fernando de Almeida, Vol V, T. II, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1975, pp. 186-190.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. IX, Typ. Universal, Lisboa, 1896, pp. 75-81. (Consulta da Câmara ao rei a 21 de Agosto de 1688 e em Julho de 1747)
- ORTIGÃO, Ramalho, *Arte Portuguesa*, T. I, Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira e Cª (Filhos), Lisboa, 1943, pp.95-96.
- IDEM, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira Livreiro-Editor, Lisboa, 1896.
- PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, pp. 395-398.
- PERES, Damião, *História de Portugal*, dir. literária de Damião Peres, dir. artística Eleutério Cerdeira, Vol. VI – Quarta Época (1640-1815), Barcelos, Portucalense Editora, Lda., 1934, pp. 559-561.
- PINHEIRO, Joaquim Gil, *Roteiro de Lisboa. Historico, Hydrographico, Chorographico, Archeologico e Estatistico com minuciosas instrucções ao viajante*, S. Paulo (Brasil), Março de 1905.
- SANTOS, Piedade Braga, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1996.
- SILVA, Ana Paula Noé da e ANTUNES, Eva Maria Cotos e Garcia, *A Igreja de Santa Engrácia- Panteão Nacional*, FLUL, Dep. de História da Arte, 1988-1989.
- SOUSA, António Ribeiro da Silva e (Sidónio Miguel), *O Campo de Santa Clara*, separata dos N.ºs 9, 10 e 11 de “Olisipo”, Lisboa, 1940.
- SOUSA, Francisco Luz Pereira de, *Efeitos do Terremoto de 1755 nas construções de Lisboa*, Lisboa, Imprensa nacional, 1909.
- SOUSA, J. Pereira de, *Roteiro auxiliar do viajante em Lisboa*, Typographia Auxiliar d’Escriptorio, Coimbra, 1898.

b) A ideia de Panteão

- BEM-AMOS, Avner, “Les funérailles de Victor Hugo”, *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, T. II – La Nation, Vol. 1, Paris, Gallimard, 1984, pp. 473 – 522.
- Câmara Óptica com Vistas Modernas*, Dir. José Joaquim Lopes Lima, N.º 7, Typographia Transmontana, Lisboa, 1837, pp. 49-57.

- CASTILHO, Feliciano de, *Camões*, Livraria Tavares, Lisboa, s.d.
- CATROGA, Fernando José de Almeida, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e culto cívico dos Mortos. 1756-1911*, Minerva, Coimbra, 1999.
- CATROGA, Fernando José de Almeida, *A Militância Laica e a discristianização da Morte em Portugal. 1865-1911*, dissertação de doutoramento, FLUC, Coimbra, 1988.
- CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Celta Ed., Oeiras, 1993.
- DIAS, Vítor Manuel Lopes, *Cemitérios, jazigos e Sepulturas*, Porto, 1963.
- GARRETT, Almeida, *Camões*, 1863.
- LE GOFF, Jacques, “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1 Memória – História, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 11-50.
- LOPES, Ana Sá, “Homenagem a Humberto Delgado / Governo quase ausente no Panteão”, *Público*, 6 de Outubro, 1990.
- LOURENÇO, Eduardo, “Apoteose ou Segunda morte de Fernando Pessoa?”, *Expresso*, (revista), 13 de Julho, 1985, pp. 29-31.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Camões em Portugal no Século XIX”, *Revista da Universidade de Coimbra*, VOL. XXXIII; 1985, p. 139-180.
- MEDINA, João, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1993
- MEDINA, João, “O Poder e a glória: o Panteão português desde o liberalismo aos nossos dias”, in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, vol. VII, Ediclube, Lisboa, 1993, pp. 285-321.
- Miscelânea Política*, Dir. Joaquim Lopes Lima, N.º 11, Lisboa, 1838, pp. 1-2.
- A Memória da Nação*, Org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1991.
- OZOUF, Mona, “Le Panthéon”, *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, T. I – La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. 139-166.
- “Panteão”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XX, Editorial Enciclopédias, Lda., pag. 197.
- “O Pantheon”, *Camara Óptica com vistas Modernas*, N.º 7, Typographia Transmontana, Lisboa, 1837, pp. 49-57.
- “Pantheon”, *Encyclopédia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*, dir. Maximiano Lemos, Vol. VIII, Porto, Lemos e C.ª, Successor, pag. 262.
- “Pantheon”, *The New Encyclopedia Britannica*, Vol. VII, Porto, William Benton, Publisher, Helen Hemingway Bento, Publisher, USA, 1974, pp.
- “Pantheon Nacional”, *Encyclopédia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*, dir. Maximiano Lemos, Vol. VIII, Porto, Lemos e C.ª, Successor, pp. 262-263.
- “Pantheon de Roma”, *Encyclopédia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*, dir. Maximiano Lemos, Vol. VIII, Porto, Lemos e C.ª, Successor, pag. 262.
- “Pantheon de Pariz”, *Encyclopédia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*, dir. Maximiano Lemos, Vol. VIII, Porto, Lemos e C.ª, Successor, pag. 262.
- “Projecto de Constituição para a República Irracional Portu-Hugaliense”, *O Cartista*, Lisboa, N.º 1, 8 de Julho, 1837, pag.4 e N.º 2, 12 de Julho, 1837.
- ROBALO, Mário, “No altar do Panteão”, *Expresso* (revista), 7 de Julho de 2001, pp. 18-26.
- URBAIN, Jean-Didier, “Morte”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 36 – Vida / Morte. Tradições – Gerações, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 381-417.
- VILA-MOURA, Visconde de, *As Cinzas de Camilo. Novos documentos*, Edição de “A Renascença Portuguesa”, 2.ª ed., Porto, 1925.
- c) De contextualização política, cultural, mental, económica, social e artística**
- ACKERMAN, James S., *La Arquitectura de Miguel Angel*, Celeste Ediciones, Madrid, 1997.
- A Ponte Salazar*, MOP, Lisboa, 1966.
- ACCIAIUOLI, Margarida, *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes. “Restauração” e “Celebração”*, (dissertação de doutoramento), 2 vols., FCSH / UNL, 1991.
- ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- Algumas das mais belas páginas de Salazar*, Edições Panorama, Lisboa, 1961.
- ALVES, Paulo Durão “Dois Nacionalismos”, *Brotéria*, Vol. IX, 1929, pp. 171-177.
- AMEAL, João *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932.
- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano. Cartas secretas. 1932-1968*, Difusão Cultural, Lisboa, 1994.

- ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água, 2001.
- BENEVOLO, Leonardo, *Introdução à Architectura*, Edições 70, 1999.
- BONET CORREA, Antonio, *Figuras, modelos e imágenes en los tratadistas españoles*, Alianza Forma, Madrid, 1993.
- BORGES, Nelson Correia, *História da Arte em Portugal. Do Barroco ao Rococó*, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.
- CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, 3.^a ed., Verbo, Lisboa, 1985.
- CALÍ, Maria, *De Miguel Angel a el Escorial*, Ediciones Akal, Madrid, 1994.
- CARDOSO, Catarina de Almada Saldanha Santos Barreira, *A Estratégia do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- CARVALHO, Rita Almeida de, "Oliveira, Eduardo Arantes e", *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol.II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 683-685.
- CONNOR, Steven, *Cultura Pós-Moderna. Introdução às Teorias do Contemporâneo*, 3.^a ed., Edições Loyola, São Paulo, 1996.
- CORREIA, Eduardo Horta, *Renascimento, Maneirismo, estilo chão*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.
- CROFT, Vasco, *Arquitectura e Humanismo. O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Terramar, Lisboa, 2001.
- CRUZ, Manuel Braga da, "O Integralismo Lusitano e o Estado Novo", in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, pp. 105-139.
- CRUZ, Manuel Braga da, "Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar", in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, pp. 183-213.
- CRUZ, Manuel Braga da, "Notas para uma caracterização política do Salazarismo", *Análise Social*, Vol. XVIII, N.^{os} 72 – 73 – 74, 1982, pp. 773-794.
- CRUZ, Manuel Braga da, "A oposição eleitoral ao Salazarismo", *Revista de História das Ideias*, Vol. 5, 1983, pp. 701-781.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1980.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- "Do Estado Novo ao 25 de Abril", (vários autores), coord. Isabel Vargas, *Revista de História das Ideias*, N.º 16, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1994.
- Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia. 1926-1959*, (vários autores), Vol. I, Fragmentos, Lisboa, 1987.
- FERNANDES, Manuel, "Obras Públicas", *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 676-679.
- FERRO, António, *Salazar*, prefácio de Oliveira Salazar, Edições do Templo, Lisboa, 1978.
- FRANÇA, José – Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX. (1911 – 1961)*, 2.^a ed. revista, Bertrand Editora, Venda Nova, 1985.
- FRANÇA, José-Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX. 1910 – 2000*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.
- FRANÇA, José-Augusto, *Memórias para o Ano 2000*, 2.^a ed., Livros Horizonte, Lisboa, 2001.
- GARRIDO, Álvaro, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962*, Livraria Minerva Editora, Coimbra, 1996.
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, 2.^a ed., Celta Editora, Oeiras, 2001.
- GIEDION, Sigfried, *Space, Time and Architecture. The growth of a new tradition*, fifth edition, revised and enlarged, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1997.
- GIL, José, *Salazar: A retórica da invisibilidade*, Relógio d'Água, Lisboa, 1995.
- GONÇALVES, Rui Mário, *Pintura e Escultura em Portugal – 1940-1980*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1980.
- Inauguração da Ponte Salazar*, MOP, Lisboa, 1966.
- JESUS, Quirino Avelino de, *Nacionalismo Português*, Porto, 1932.
- JOÃO, Maria Isabel, "Nação, Identidade e Memória. Notas para um debate.", *Regiões. Identidade*, Discursos. Língua, Cultura e Sociedade, III Série, N.º 1, Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade Aberta, 1999, pp. 259-271.
- João Antunes Arquitecto. 1643-1712*, Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, IPPC, Lisboa, 1988.
- KUBLER, George, *A Forma do Tempo*, 3.^a ed., Lisboa, Veja, 1998.

- LEMOS, Abílio Pinto de, *Porque é Nacionalista a minha geração*, Lisboa, 1935;
- LYOTARD, Jean-François, *O Inumano. Considerações sobre o tempo*, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional em Portugal do século XIX. 1846-1898*, Colibri, Lisboa, 1998.
- MEDINA, João, “Deus Pátria, família”, in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Vol. VIII, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 11-142.
- MEDINA, João, “O Poder e a Glória: o Panteão português desde o Liberalismo aos nossos dias”, *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. VII, Ediclube, Amadora, 1993, pp-285-321.
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Bertrand, 1978.
- MEDINA, João, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977.
- MEDINA, João, “Sidonismo ou República Fracturada”, in *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, Vol. XI, Amadora, Ediclube, pp. 295-340.
- MOURA, Carlos, “Uma poética da refulgência: a escultura e a talha dourada”, *História da Arte em Portugal*, Vol. 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.
- NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1995.
- NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP Publicações, Porto, 2001.
- NIDIA, Gregório e GARRIDO, Álvaro e LOPES, Pedro, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, coord. Luís Reis Torgal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.
- NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se. (Diário: 1960 – 1968)*, 3.ª ed., Livraria Editora Civilização, Porto, 1987.
- Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia*, Alfa, Lisboa, 1990.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica. Cultura Romana*, II Vol., 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- PAULO, Heloísa de Jesus, “Salazar: a elaboração de uma imagem”, *Revista de História e Teoria das Ideias. História. Memória. Nação*, N.º 18, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, pp.245-275.
- PEREIRA, José Fernandes, “O Barroco do século XVII”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. III, 3.ª ed, Temas e Debates, Lisboa, 1999, pp. 11-49
- PEREIRA, José Fernandes, “O Barroco do século XVIII”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. III, 3.ª ed, Temas e Debates, Lisboa, 1999, pp.51-181.
- PEREIRA, José Fernandes, “Resistência e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil”, *História da Arte em Portugal*, Vol. 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pp. 9-65.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “Arquitectura”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 61-64.
- Pensamento de Salazar. Erros e Fracassos da Era Política. Discurso proferido por S. Ex.ª o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na Posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965*, SNI, Lisboa, 1965.
- Pensamento de Salazar. No 40.º Aniversário do 28 de Maio. Discurso proferido por S. Ex.ª o Presidente do Conselho na Sala da Biblioteca Pública de Braga no dia 28 de maio de 1966*, SNI, Lisboa, 1966.
- PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1982.
- Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- RAPOSO, Hipólito, *Dois Nacionalismos*, Lisboa, 1929.
- RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, Gradiva, Lisboa, 1994.
- ROBERTSON, A *Handbook of Greek and Roman Architecture*, Cambridge University Press, 1969.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.
- Romantismo – Figuras e Factos da Época de D. Fernando II*, Instituto de Sintra, Sintra, 1998.

- ROSAS, Fernando, “Estado Novo”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 315-319.
- ROSAS, Fernando, “Salazar”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 861 – 876.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval- património e restauro (1853-1928)*, 2 vols., Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, Porto, 1995.
- SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas. 1960 – 1966*, Coimbra Editora, Coimbra, 1967.
- Salazar. *Antologia. Discursos, Entrevistas, Artigos, teses, Notas e relatórios. 1909 – 1966*, 3.ª ed., dir. e nota prévia de Manuel Dias da Fonseca, escolha de textos e coord. Eduardo Freitas Costa, Coimbra Editora, Coimbra, 1966.
- Salazar e o Salazarismo, vários autores, Org. Fernando Rosas e José M. Brandão de Brito, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.
- Salazar visto pelos seus próximos (1946-1968), org. e prefácio Jaime Nogueira Pinto, Bertrand Editora, Vendas Novas, 1993.
- SHAFFER, Boyd, *Faces of nationalism: new realities and old myths*, New York, 1972.
- STRONG, Donald, *Roman Art*, The Pelican History of Art, 1988;
- TAFURI, Manfredo, *Sobre el Renacimiento. Principios, Ciudades, arquitectos*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1995.
- TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Livraria Minerva, Coimbra, 1989, pp. 171-196.
- TOSTÕES, Ana, “Ministério das Obras Públicas”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Maria Fernanda Rollo, Vol.II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 585-598.
- TOYNBEE, J M. C., *A Arte dos Romanos*, Ed. Verbo, Lisboa, 1972.
- TRINDADE, António, *A Arquitectura Maneirista em Portugal – da Capela-Panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora*, (dissertação de mestrado), Vol. I, FLUL, Lisboa, 2001
- WOODFORD, Susan, *Introdução à História da Arte. Grécia e Roma*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1983.
- ZERNER, Catherine Wilkinson, *Juan de Herrera. Arquitecto de Filipe II*, Akal Editora, Madrid, 1996.
- Zevi, Bruno, *Saber ver a Arquitectura*, Martins Fontes, São Paulo, 1998
- d) **Património e Teorias de Restauro**
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Património. Riegl e Hoje*, Separata da “Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, Vol. X, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990.
- BRANDI, Cesare, *Teoria de la Restauración*, Alianza Forma, 3.ª ed., Madrid, 1993.
- BUCHO, Domingos, *Herança Cultural e práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo. Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*, dissertação de doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, Évora, 2000.
- Caminhos do Património*, (catálogo da exposição), Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/ Livros Horizonte, Lisboa, 1999.
- CAPITEL, Anton, *Metamorfosis de Monumentos y Teorias de la Restauración*, Alianza editorial, 1992.
- CARENA, Carlo, “Ruína / Restauro”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1 – Memória – História, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 107-129.
- “Carta de Cracóvia”, (tradução da versão original em castelhano de Elísio Summavielle e Manuel da Silva Passos), in *Monumnetos*, N.º 16, DGEMN, Lisboa, Março de 2002, pp. 143-145.
- La Charte d’Athènes*, (prefácio de Jean Giraudoux e Le Corbusier), les éditions de minuit, Paris, 1957.
- “Charte de Venise. La conservation et la restauration des Monuments et des sites. Le 31 mai 1964”, in *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais*, IPPAR, Lisboa, 1996, pp. 41-43.
- CHASTEL, André, “La notion de patrimoine”, *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, T. II – La Nation, Vol. 1, Paris, Gallimard, 1984, pp. 405-450.

- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- COELHO, António Correia Caldeira, *A Protecção legal aos Monumentos Nacionais. Bases para um Projecto de Lei*, Conferência pronunciada na Sessão Solemne da Associação dos Advogados de Lisboa em 20 de novembro de 1922 e repetida na Associação dos Arqueólogos Portugueses, MCMXXIII.
- Comissão Internacional para a Cooperação internacional da SDN, “Conclusions de la Conférence *La Conservation des Monuments, Art et histoire* – Athenes 1931”, in *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais*, IPPAR, Lisboa, 1996, pp. 23-25.
- CONSELHO de Arte e Arqueologia, *Monumentos nacionais Classificados até Setembro de 1928*, Lisboa, 1929.
- CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguarda do património – antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993, pp. 34-71.
- Degradación y conservación del Patrimonio Arquitectónico*, dir. Francisco Mingarro Martín, Editorial Complutense, Madrid, 1996.
- DETRY, Nicolas e PRUNET, Pierre, *Architecture et restauration. Sens et évolution d’une recherche*, Les edition de la Passion, Paris, 1999.
- Direito do Património Cultural*, (vários autores), Instituto Nacional de Administração, Lisboa, 1996.
- FERREIRA, Carlos Antero, *Restauro dos Monumentos Historicos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?*, IPPC, Lisboa, 1992.
- FOUCART, Bruno, “viollet-le-Duc et la restauration”, *Les Lieux de la mémoire*, dir. Pierre Nora, T. II – La Nation, Vol. 1, Paris, Gallimard, 1984, pp. 613-649.
- GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Manuales de Arte Cátedra, Ediciones Cátedra, madrid, 2000.
- HENRIQUES, Fernando M.A., *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Memória N.º 775, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, edited by Nicholas Stanley Price, M. K. Talley Jr. and Alessandra M. Vaccaro, The Getty Conservation Institute, Los Angeles, The Paul Getty Trust, 1996.
- Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica. Temas Debatidos no “II Encontro Nacional de História da Arquitectura”*, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1994.
- Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais.*, Instituto Português do património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1996.
- Informar para Proteger. Legislação Nacional.*, Instituto Português do património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1996.
- JORGE, Virgolino Ferreira, “Princípios da salvaguarda do património Monumental”, *Correio da Natureza*, N.º 17, 1.º trimestre, SNPRCN, 1992.
- Jornadas sobre Restauracion y Conservacion de Monumentos. Madrid 24 y 25 de abril de 1989*, Ministerio de Cultura – Direccion General de Bellas Artes y Archivos – Instituto de Conservacion y Restauracion de Biennes Culturales, Madrid, 1991.
- LUCENA, Armando de, *Monumentos Nacionais. Lição do I Curso de Férias para estudantes Ultramarinos proferida no Mosteiro da batalha no dia 6 de Setembro de 1962*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.
- MOHEN, Jean Pierre, *Les Sciences du Patrimoine. Identifier, Conserver, Restaurer*, Edition Odile Jacob, Paris, 1999.
- Monumento y Proyecto. Jornadas sobre Criterios de Intervencion en el Patrimonio Artquitectonico celebradas en Madrid del 19 al 23 de Octubre de 1987*, Ministerio de Cultura – Instituto de Conservacion y Restauo de Bienes Culturales, Madrid, 1990.
- NABAIS, António, “Património Cultural”, *Dicionário da História de Portugal*, Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1985, pp. 84-86.
- NABAIS, António, “Nova Museologia – Novas práticas Museológicas”, *Vértice*, N.º 54, Maio-Junho, 1993.
- NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 1995.
- NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP Publicações, Porto, 2001.

PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais*, T. I, Typographia do DIA, Lisboa, 1900.

PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais. Conferência realizada na sala da Real Associação de Agricultura em 9 de Maio de 1909*, Depositária: Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.

Relatório e Mapas acerca dos edifícios que devem ser classificados Monumentos Nacionais apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses em conformidade da Portaria do Ministerio das Obras Públicas de 24 de outubro de 1880, Lallement Frères, Lisboa, 1881.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval- património e restauro (1853-1928)*, 2 vols., Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, Porto, 1995.

RUSKIN, John, *The seven lamps of architecture*, 7.ª ed., J. M. Dent and Sons Lda., London, 1946.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da referida Comissão em 1884*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

SOROMENHO, Miguel, VASSALO e SILVA, Nuno, “Salvaguarda do Património – antecedentes históricos. Da Idade Média ao século XVIII”, *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993, pp. 22-31.

SUMMAVIELLE, Elísio, “Cracóvia 2000. Uma carta para o futuro”, in *Monumnetos*, N.º 16, DGEMN, Lisboa, Março de 2002.

TERENO, Maria do Céu Simões, *Contributo da Perspectiva para a salvaguarda de Monumentos Históricos*, Dissertação de Doutoramento, Évora, 1996.

Vértice, (vários autores), N.º 54, Maio- Junho, 1993.

VIOLLET LE DUC, Eugene, “Restauration”, in *Dictionnaire raisonné d’Architecture*, Vol. VIII, Paris, 1854-1868.

YOURCENAR, Marguerite, *That Mighty Sculptor, Time*, Oxford, Aidan Ellis, 1992.

e) Dicionários, Enciclopédias e obras de carácter geral

Atlas d’architecture mondiale. Des origines à Byzance, Édition Stock et Librairie générale française, 1978.

Dicionário de História do Estado Novo, Vol. II, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. e pesquisa iconográfica Fernanda Rollo, Bertrand Editora, Vendas Novas, 1996.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, 6 vols., Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1992.

DINKEL, René, *Encyclopédie du patrimoine*, Les Encyclopédies du patrimoine, Paris, 1997.

História da Arte em Portugal, *Publicações Alfa*, Lisboa, 1986.

História da Arte Portuguesa, dir. Paulo Pereira, 3.ª ed., Temas e Debates, Lisboa, 1999.

História Contemporânea de Portugal. Ditadura: o “Estado Novo”. Do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães, dir. João Medina, T. I e II, Lisboa, Amigos do Livro, 1985.

História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974), Vol. VII, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

História de Portugal dos Tempos pré-históricos aos nossos dias. O Estado Novo I. O ditador e a ditadura, Vol. XII, dir. João Medina, Clube Internacional do Livro, Amadora, 1993.

História de Portugal dos Tempos pré-históricos aos nossos dias. O Estado Novo II. Opressão e resistência, Vol. XIII, dir. João Medina, Clube Internacional do Livro, Amadora, 1993.

LUCIE-SMITH, Edward, *Dicionário de Termos de Arte*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, Vol. III, 13.ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1998.

Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Vol. XII, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, coord. Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

PEREIRA, Maria Stela e COSTA, Mário Alberto, *Catálogo da Coleção de Desenhos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas*, Lisboa, Secretaria Geral do Ministério, 1980.

SERRÃO, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 5.ª ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol.8, Editorial Verbo, Lisboa, 1977.

TEIXEIRA, Luís, Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

APÊNDICE DOCUMENTAL

NOTA PRÉVIA

Partindo do pressuposto que numa tese no âmbito dos estudos artísticos a documentação e as imagens cumprem um papel que vai além da simples ilustração do texto, optámos por conferir alguma autonomia ao presente volume, ainda que o tenhamos designado por apêndice. Daí, não termos organizado o material em função do volume I, mas de acordo com um critério cronológico. Pensamos que desta forma o leitor poderá ter uma percepção clara da evolução do edifício, o que lhe permitirá questionar e discutir o nosso raciocínio – objectivo último de qualquer tese.

Dada a quantidade e diversidade do material que reunimos, apresentamos apenas aquele que considerámos mais importante, ainda que no primeiro volume façamos referência a outros elementos que podem facilmente ser

consultados, uma vez que identificámos devidamente as fontes onde os encontrámos.

Sendo o nosso objecto de estudo o Panteão Nacional e a intervenção da DGEMN, justifica-se que grande parte dos documentos e das imagens que seleccionámos digam respeito ao período entre 1956 e 1966. Contudo, não deixámos de incluir elementos relacionados com a concepção da igreja por João Antunes e alterações posteriores, por nos parecerem indispensáveis para perceber e questionar o Panteão Nacional.

Ao longo do primeiro volume, fomos remetendo para os documentos e imagens seleccionados, indicando o respectivo número de entrada.

Diário do Governo.

As pessoas que quiserem subscrever pagarão o Diário do Governo pelo \$ 1. trimestre de zitrante-unno, podem dirigir-se a loja da Administração do mesmo, na rua Augusta n.º 199, o preço por trimestre é de 3\$600 re. Toda a correspondência para Arri-gentários será dirigida à dita loja ou Adminis-tração João de Andrade Taborda, franca de porte, e acompanhada da quantia respectiva.

Os Srs. Subscritores que não quiserem sofrer interrupção na entrega das folhas, devem re-novar em tempo suas subscripções.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
DO REINO.

SENHORA A Nação Portuguesa cam si-
do natural e como ingrata para com seus me-
lhores filhos. Não me queiram ou se de-
pois de certos portugueses em vida, no entanto
quando mortos foram honrados nas cinzas, e
nobres de memória. O cristão não can-
sa de voltar e em rosto o pouco apreço que
fazem de seus mortos. Os nossos Portos, o insi-
gnificante Chafariz, os muitos outros Varões ex-
cepcionais; mas não foi aqulle grande engenho o
qual que não vida e depois della experimenta-
do a ingratitude da Pátria; a talves tal procedi-
mento não queira a Immortal Dom Pedro, Du-
que de Coimbra, que se levantamos Estatuas
de certo lhe pediam ser derribadas.

[illegible][illegible]

O Secretário d'Estado das Negocias da Realza assim o tenha entendido, e faça executar.
Palacio das Necessidades, em vinte e seis de Setembro de mil oitocentos trinta e seis.

Têmo s'do por Alim acceta, e jurado
Constituição Política de Monarchia vin-
te e tres de Setembro de mil oitocentos vin-
te e dois, com as modifficações que as Côrte-
Geraes da Nação Portuguesa houverem de
fazer, ficam por consequencia extintas as
Câmaras dos Paizes do Reiao, e dos Deputa-
dos de Nação, e com ellas os Empregos de
membros daquelles dous ramos de aulgo Po-
der Legislativo; e convão não deixar em aban-
dono Empregos que devam ser servir, e que po-
derão continuar a ser orel a Patria, ao mes-
mo tempo que impôrta criar as companhias pos-
siveis em quanto as Côrtes Geraes não reso-
lverem definitivamente sobre este objecto. Mei

Artigo 1.º Os Empregados das extintas
Camaras dos Pares e Deputados serão provisoriamente addidos ás diversas Repartições Públicas, onde mais couveniente fôr o seu serviço.

Art. 2.º Os antigos ordenados desses Empregados ficam reduzidos pela forma seguinte: Os de setecentos mil réis, a quinhentos e cinquenta; os de seiscentos mil réis, a quinhentos mil réis; os de quatrocentos mil réis, a trezentos e cinquenta; os de trezentos mil réis, e da hi para lá, não sofrem redução.

§. único. Os ordenados dos Tachygraphos continuarão a ser os que se achavam designados, até que se tomem providencias especiaes neste respeito.

Art. 3.º Os Empregados das duas extintas
Câmaras, que forem providos em qualquer ou-
tro Emprego, não poderão receber mais de um
ordenado, pago por uma só Folha.

O Secretário d'Estado dos Negocios do Rei
ho assim o tenha entendido, e expede para
sua execução as instrucções e ordens necessa-
rias. Palacio das Necessidades, aos vinte e sete
de Setembro de mil oitocentos trinta e seis.

RAINHA. — *Mancebo do Sileto Passos.*

Hei por bem não Considerar comprehen-
são das disposições do Decreto de 18 de
Abril de 1904, que dá a seguinte lista de
açoas das Emprezas das seguintes Cidades
dos Paços e dos Deputados da Província de
Rio de Janeiro, que, tal Amargosa da Se-
cretaria da entidade Cãmara dos Emprega-
dos, e actualmente Membro da Cãmara Municipal
do Conselho de Alameda, e Secretário do Exer-
cício dos Negocios do Rio de Janeiro e
Maceio, e faga executar. Palácio das Necessi-
dades, em vinte e sete de Setembro de mil e
ducentos e trinta e seis. — **RAINHA. —** *Mancebo
do Sileto Passos.*

[illegible]

DESENGENDO á Supplica de Domingos Manoel Azevedo Continho, Hei por bem Exonerar-lo do logar que exercia de Administrador do Terreiro Público de Lisboa. O Secretario de Estado dos Negocios do-Rei do assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio da Necessidade, em vinte e dois de Setembro de mil oitocentos trinta e seis. — RAINHA. — Manoel da Silva Passos.

Terço-Mê representou o Inspector Geral do Terreiro Publico de Lisboa, que o lugar de Administrador daquella Repartição que se achava vaga, podia ser reunido ao do Inspector Geral, e assim, em 1.º de dezembro de 1866, nomeou-se para esse cargo o Sr. João de Figueiredo, um indivíduo, economicamente assim a Fazenda Publica, no suppressão do respectivo ordenado, e na redução que já se achava feita no do Inspector, a quantia de dois contos cento e cincoenta mil-reis: Hoi pois, bem Declaramos extinto o mencionado lugar de Administrador do Terreiro, e ténho as attribuições d'este ao do Inspector, que de ora em diante se designará—Administrador Geral do Terreiro. O Terreiro Publico de Lisboa—com o seu rendimento—está bem estabelecido, e produz annua, e regular, e bastante quantia de dinheiro para o sustento da Secretaria d'Estado, dos Negociados do Reino assim o temo entendido, e fazei executar. Palaeis das Necessidades, em vinte e quatro de Setembro da mil oitocentos trinta e seis.—RAINHA.—Miguel do Alentejo. Págoa.

Há por bem Dilectissimo
O General do Terceiro Regimento de
Fleiteiros de Artilharia de Campanha, em
Decreto datado de 24 de maio de 1911, do
o legar de Artilharia de Campanha, em
ro, as attribuições de Artilharia de Campanha,
minimação de Artilharia de Campanha, e Negocios
Publicos. O General do Terceiro Regimento de
de Artilharia de Campanha, em 24 de maio de
quatro de maio de 1911, em 24 de maio de
são de RAÍNA — Manoel de Albuquerque

[illegible]



DIÁRIO DO GOVERNO

Toda a correspondência, quer actual quer relativa à administração do Diário do Governo e à publicação de annuncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periodicos que trocarem com o mesmo Diário.

A SUBSIDIARIA		
Ad. 3 séries	128	9620
A 1.ª série	68	4368
A 2.ª série	68	3358
A 3.ª série	68	3358
Avaliar: até 4 pág., 604; cada fl. de 2 pág. a mais, 602		

O preço dos annuncios é de 508 a linha, accrescido de 1/2 de cada linha por cada cm. devendo vir acompanhados das respectivas impressões. As publicações literárias de que se resolveu o exemplar concederem-se gratuitamente.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Portaria n.º 661, autorizando a Misericórdia de Torres Vedras a alisar dois prédios urbanos.

Ministério das Finanças:

Lei n.º 520, destinando a Panteão Nacional e antigo templo de Santa Engrácia.

Decreto n.º 2357, regulando a exportação e importação de géneros alimentícios e outras mercadorias, e remodelando algumas sobretaxas de exportação.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 2358, requirindo para o serviço do Estado o vapor austro-húngaro *Szechényi*.

Ministério da Instrução Pública:

Decreto n.º 2359, transferido uma verba, dentro do orçamento do Ministério da Instrução Pública, para ocorrer ao pagamento das despesas com diversos serviços das escolas industriais, comerciais, de desenho industrial e elementares de comércio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assisténcia

1.ª Repetição

PORTARIA N.º 661

Atendendo ao que representou a mesa administrativa da Misericórdia de Torres Vedras, pedindo autorização para alisar dois prédios urbanos, que possui, um com um quintal anexo, situado naquela vila, Rua Dias Neiva, e outro, que se acha encravado na extremidade da parte externa da Quinta das Covas, situado nos subúrbios da mesma vila a que serviu em tempo de capela sob a invocação de S. João;

Vistas as informações officiais e a resolução favorável da assembleia geral dos irmãos;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério do Interior, que seja concedida a autorização solicitada, devendo, porém, a proposta-venda ser realizada nos termos das leis especiais de desamortização.

Faço do Governo da República, 29 de Abril de 1916. O Ministro do Interior, António Pereira Reis.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Lei n.º 520

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e em promulga, a lei seguinte:

Artigo 1.º É destinado a Panteão Nacional o antigo

e incompleto templo de Santa Engrácia, situado no 1.º bairro da cidade de Lisboa.

Art. 2.º O Ministério do Fomento tomará posse immediata do edificio mencionado no artigo anterior e suas dependências e promoverá com urgência a elaboração do projecto e orçamento para a mencionada applicação, sendo ouvido para este effeito o Conselho de Arte e Arqueologia.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. O Ministro das Finanças e do Fomento a façam imprimir publicar e correr. Paços do Governo da República, 29 de Abril de 1916.—Bernardino Machado—Afonso Costa—Francisco José Fernandes Costa.

Direcção Geral das Alfândegas

DECRETO N.º 2357

Usando das faculdades que me conferem as leis n.º 873, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 480, de 7 de Fevereiro de 1916:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Trabalho e Previdencia Social, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto persistirem as difficuldades de carácter económico resultantes do estado de guerra, continuarão em vigor as disposições especiais sobre exportação, promulgadas desde 3 de Agosto de 1914, na parte em que não forem alteradas pelo presente decreto.

Art. 2.º As tabelas A e B, anexas ao decreto n.º 2149, de 27 de Dezembro de 1915, são substituídas pelas que fazem parte deste diploma.

Art. 3.º É absolutamente prohibida a exportação e reexportação para o estrangeiro, de salitre, nitrato de sódio, e fios e cordões para instalações de iluminação eléctrica.

§ único. É também prohibida a exportação de pelos e lãs em qualquer estado e respectivos fios e desperdícios, salvo os casos dos n.ºs 3 e 4 da tabela A.

Art. 4.º É prohibida a exportação, para as colónias, de combustíveis, automóveis e pertences em qualquer estado, e géneros alimentícios de que haja escassez na metrópole.

§ 1.º As diversas alfândegas serão successivamente comunicadas pela respectiva Direcção Geral as listas organizadas pelo Ministério das Finanças, indicando os géneros alimentícios de exportação absolutamente prohibida para as colónias e os que só poderão ser exportados mediante autorização superior, dependentes das circumstancias do mercado interno. Esta lista mencionará também as demais mercadorias, de exportação prohibida para o estrangeiro, e cuja saída para as colónias só será permitida, durante o estado de guerra, com sujeição a cautelas especiais.

§ 2.º O Ministro das Finanças poderá autorizar a reexportação, para as colónias, das mercadorias a que se refere o parágrafo anterior, ainda que não se encontrem

DOC. 2 Bernardino Machado, Afonso Costa e Francisco José Fernandes da Costa, Lei N.º 520, que destina a igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional, 29 de Abril de 1916, in *Diário do Governo*, I Série, N.º 82, 29 de Abril de 1916.

DOC. 3 Assinaturas dos arquitectos convocados pela Irmandade dos Escravos do SS. Sacramento, *Livro dos Acórdãos da Irmandade*, 26 de Fevereiro de 1681, fl. 85v.º, Arquivo da Sé de Lisboa, in Ayres de Carvalho, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, ANBA; Lisboa, 1971, p. 34.

Na caziuha se pó está uma pobre Lavadeira; que perdeu o juizo ao ouvir dizer que o seu *burriinho*, que lhe ajudava a ganhar a vida conduzindo a roupa a casa dos *Progrezes*, tem de pagar cada anno um imposto de seis mil reis, isto é, *isto é, o ganho liquido de seis meses do seu trabalho*. Ora, na realidade o tal *Projecto dos burros* e o das *pitadas caras* são para fazer desesperar a gente pobre.

A outra, que *luc* está immediata (Coltadinha!) tanto motiva compaixão, como moço a rizo. É uma pobre menina apaixonada e simples, a quem metteram na cabeça, que o *Projecto do Sello Universal* se extendia a todos os *papeis escritos*, e que por conseguinte ella não tinha outro remedio, senão mandar sellar todas as *cartas de amores* que tivesse de enviar ao seu amante, o qual faria o mesmo, se que honrosas de lhe remetter. Encapçotou-se a pobrezinha desta chalça, e quehi sabo se, ainda xira a ser realidade!) a roçosa da *ser*, publicse por tal guisa os segredos dos seus amores, entrou a malhar, e pouco e pouco se foi tornando fustosa. O que não pôde fazer a *petra* do *amor*, *ex*, *petra*, *petra*. Que o diga o sr. *Manoel*, *Pas*, *petra*, *petra*, *petra* em muitas *as*, *capas*.

Aquelle pobre velho, que lá está endoudecido, porque sendo toda a sua vida, *criado de servir* agora não acha quem o queira, porque dizem que não vale imposto, *alem da soldada*. Tudo isso miseria. Os outros fustosos que por ali se vêem são quasi todos homens que enlouqueceram por não poderem obter (apesar dos seus *serviços nocturnos*) *empregos rendosos e pouco trabalhosos*, que lhe haviam sido promettidos, e que os deixa reduzidos a não passarem da sua *antiga* e triste condição de *Coceteiros*. Não penseis porém todavia, que todos os *loucos* estão ali. Immenso devia de ser o *Edificio*, que fosse capaz de conter todos quantos ha lá por fora com igual direito.

Assim concluiu *Amoldo* a sua explicação da *Casa dos Orates*; e eu nada tenho a acrescentar, senão — a que *Deos* nos livre de tal sorte!

—•••••

LISBOA.

TYPOGRAFIA TRANSMONTANA,

Rua do Aço da Graça N.º 65.

1837.

CAMARA OPTICA.

COM VISTAS MODERNAS.

Que lindas cousas veremos!

Tolentino.

N.º 7

PERSPECTIVA.

O Pantheon.

Eu já disse: que a imaginação do meu pintor abrangia com facilidade o passado, o presente, e o futuro; e até não poucas vezes atrestando-se no *espaço imaginario*, vastissimo domínio do sr. *Paisos Manoel*, corre par a par com elle pelos *intermundios de Epicuro*, o o seu pincez se compraz em debuxar sobre um papel mais grosso, os *entes* do *fantasia*, que aquelle sr. ostampa com caracteres em um papel mais delgado. Parece que entre muitas outras orlações da *Phantasmagoria Paisos*, *que* *deu* *no* *então* — o *Pantheon* — e razão teve para isso, porque o está a que mais relumbra no *tempo*, e avulta á imaginação. Met-teu pois o pintor mãos á obra, e saltando de um pulo ao occaso da geração actual, *pinto* o *Pantheon* tal qual elle deve mostrar-se então, *majestoso* em monumentos e estatuas, o rico em *Epitafios* *simplices* *mas* *explicati* vos, que elle tambem poz de sua casa, *vulnido* *de* *do* *pi* *ctoribus* *atque* *poetis*. Cheguem-se os srs. todos um pouco, para traz porque esta soberba vista faz muito mais effeito do longe, do que ao perto. Então? — Não é, do *cocher* e olho? — Ora vamos pella por partes: Lá está *no* *centro* um *famoso* *Mausoléo* *construido* *de* *tijolo* *da* *fabrica* *do* *de* *lento*; adornado do *simbolos* *maçonicos* *em* *relavos* *feitos* *de* *barro* *e* *cal*, sobre o qual se eleva uma *estatuarda* *es* *tatura* *mediann*, *feita* *de* *louças* *de* *alquiduras*; *primei* *l* *arto* *de* *um* *artista* *de* *Dongas* *representa* *um* *im* *pa* *ni* *ç*

cebo obiti roupas roçagantes, e na cabeça uma corda cívica de carpigue (porque o *Carvalho* já não é moço); aos pés uma enorme pasta bem cheia de papéis com o rotulo = *Hietel de Ville* = em letras relevadas no barro; na mão direita um a moeda de *Scritto* toscano com sua chupa no cabo á feição de agulhada; e na esquerda o escudo, no qual se deviza em campo de goelas um *Sendeiro* pintado com um feixe de *pulha* de costas, e do rola a *tenção* = *Maquest'asino son'ju* =; por baixo dos pés na peninha tem a seguinte letra de *Costi* (talvez preferida por ser no idioma dos *Romanos* modernos *je*).

Governo institui cho ia appareza
Inver poteas dir republicano,
In tal guisa però, cho nell' essenza
li supromo poter fossa in sua mano.

Na face dianteira do tumulo está escrito com letras que parecem de carvão um' bem longa Epitaphio biographico. Vampy, a ello. — Diz assim

Soldado Bourgoinho
Sahi do patrio ninho
Pura le apprender leis;
Tomei quezilia aos Reis;
E a quanto della vinha;
Por não ser obra minha;
Jámal a Patria amada
Defendi com a espada;
Mas aos Libertadores
Sentiram meus furor;
Quando liberta a vi
Na cara lles cuapi;
Chamorra lles chamei;
Contra elles arenguei;
Vingi-me independente
Para me ver *Regente*;
Chegou tão fausto dia;
Cahio o Monarcha;
O throno derrubei;
Nas ruínas me assentei.

Essa outra om KALINA
Ficon pupilla minha;
Tirei-lhe os Connelheiros;
Offertei a Estrangeiros
Othrono a ella mudado;
Nenhum digno Prelado
Deixei junto aos Altaret;
Ampliei os Tares;
Disolvi o Thesouro;
Em vez de prata e ouro
Dei a toda a Nação
CARRALHAÇÃO;
Foram meus bellos fructos
Pavias — fozes — rainhoas.
Em pompas promettas
A todos peiti messas;
Alordoci os povos
Com mil decretos novos;
Mas nãum recordaram,
E aqui me pepegaram

Logo no pé, do lado esquerdo está um tumulosinho de ferro da forma de uma *burra*, ou *Cofre forte*, e sobre elle uma Estatua quasi quadrada, feita de chumbo cobreado por um exímio artista do *patacos felpes*; vestida co-

mo a antecedente, com uma corda de *Valsiana*, na mão direita uma penna de *pato*, e na esquerda o *Escudo* no qual se vê em campo verde um *porco* esvaando a terra, com a *tenção* em de redor = *Por mais que foca não acho* =, e na face do moimento tem esta Epitaphio bem siarplies...

Quem quizer saber quem sou
Pergunte ao *Mano Manoc*;
Pois elle me deu o nome
Pinnaceto de Pupet.

Porém se co' as taes finanças
Me viram tão ajeitado
E' porque (deixemos chanças)
Eu era um, tolo chapado.

Estes dois tumulos estão ambos encerrados dentro do uma gradaria de vime, assim a modo de sebe, na qual se lê escrito em grandes letras = *Quando fratres sunt boni, sunt bonifratres* = Segue-se ali mais para a direita um mausoléu bem lindo: é toda fabricado de conchilhas, bu-sios, *Vaias*, algas, caratujos, e outras produções da marinha, em meio das quaes resplandece a *concha de Venus*. Sobre elle se eleva a estatua de um *Pontifice* feita do *folhas de cobre velho* pelo fundidor do Arsenal. Tem na cabeça em vez da *Mitra* uma *carucha*; na mão direita por baculo um *agote*; e na esquerda umas *balanças sem fiel*, uma *dellus* pesando *aura*. O Epitaphio está escrito em Latim um pouco macarrônico, como se vdem alguns Epitaphios antigos, o que dá a vantagem de melhor se entender. Ella ahí

Nec jacet profanus
Sacerdos publicanus,
Subditos rebellatus,
Clericus maritatus,
In omni tē perversus,
Religioni aversus

Justitia violator,
Nascentorum Governor,
Sed in utroque litor,
Iratus, odialis,
Sit in genere renotus,
Nomen ejus execratus!

O tumulo que lhe está proximo pela sua magnificencia se vê que encerra sujeito pecunioso. É um rico monumento de basalto, mas a sua riqueza contrasta com a insignificancia da Estatua que tem em cima, a qual parece ser feita de *papelão*. Representa um homem que não se pode bem saber se é moço ou velho, com uma farda d'Estado maior tanto aberta da *pécira*; na cabeça uma corda de *Hortensias* (ou *Metamorphoses*); e nas duas mãos appesando uma *maromba*, pintada uma ponta de azul e encor-

nado, o outra de azul e branco. Tem aos pés um Escudo d'armas com um thirso em facha, e por timbre a mão sangrenta de Baromet (ou Barãozinho) da Estranja. O Epitáfio em letras vermelhas diz assim

Eu, fui, sou e serei
Em toda a eternidade
Adverso a qualquer Ley,
Que firme a Liberdade
Co's feros me hão herdado
Os incendentes meus =
= « Que a todo o nobre é dado
« Repagar os plebeios = »
Vio-me um calmoso Junco
Na fresca mocidade
Correr co'a espada em punho
Contra a vil Liberdade.
Filha Branca o alia,
Disse-o d. miguel
Ao qual na arden porfia
Não fui nunca infiel.
Troquei sem muita pena
As margens do Aveiroza
Pela do ilico Sena.
Vivenda tão formosa
De si me ri dos loucos
Que o meu Rei combatiam;
Suppliz, porque eram poucos
Que victimas seriam.
Foi que, mas o folguedo
Nem pouco me durou:
Foi tal o desbredo
Qual nunca se esperou.

Seguem-se ao pé dous jasigos, tão cobertos de poeira, como o precedente. O primeiro é fabricado de taipa com finu estuque á feição de uma grande Caixa militar, e está sustentado sobre uma formosa parelha de cavallos de barro preto ajacados de Chimreais azuis-e-encarnados. Ergue-se sobre elle a Figura de um militar fazendo uma careta, tendo na cabeça uma corda de mat-me-queres, na mão direita uma Catana nua, no braço esquerdo, um Escudo d'armas com seus cintos, e por novo timbre uma cabeça de Tigre com a legião = tão feroz e tão artetno. Está calcando aos pés um laço semelhante ao que tem ao peito. O Epitáfio consta de duas partes. Na primeira tem este Quarteto

Volto á patria do novo;
Mas que vim eu achar?!
Tudo a favor do povo!
E os feros a vear!
Lugar tudo por terra;
Trazer o absolutismo,
Fazendo á CARTA guerra,
Baptizado o Patriotismo....
Foi este o arteiro plano
Que concebi então:
Fiz-me republicano,
E fui logo Barão.
De punhaes rodando
Fiz, deutz eleições;
Julgarão-me o seu lado
Patriotas tolheres.
Essa mijada gente
Oh! quanto se enganava
Meu fio era somente
Volto-la a ser escrava.
Baldei minha fadiga....
O meu plano abortiu.
Mas nunca o mundo diga
« Que um nobre apostatou = »
Fingime democrat
Fingime Setembrista;
Mas era aristocrata,
E audaz Filhyfranguista.

Fui o chamado Tigre Tartamudo
Que os excessos toquei em poucos annos:
Quem quizer decifrar os meus enganos
Lêa estes versos, que lh'explicam tudo.

Logo abaixo tem a seguinte oitava bem escolhida de author de boa nota.

A' maneira do Tigre, que astucioso
Encontrando no bosque ao feroz Pardo
Abaixa logo o célo, e cavitoso
Mostra ceder movendo o passo tardo:
Mas n'um momento rapido, e furioso
Salta sobre elle, faz da força alardo;
E aserrando-lhe as garras tanto o aperta
Que em mil feridas lhe dá morte certa.

O outro tumulo empoeirado que lhe está ao lado não se pode saber de que materia é construido, porque está todo embrulhado n'uma capa de linhagem muito róta, mesmo talvez por ser antiga. Sobre elle se vê uma Estátua militar debruçada sobre o cabo de uma enxada, que ténha na mão sinistra, mostrando na dextra uma espada ferrugenta, e um punhal nos dentes. Tem na cabeça uma corda do cravos de defunto, e aos pés o Escudo d'armas também ornado da mão sangrenta de Baromet. O Epitáfio não se pode lêr por causa da cobertura do jasigo: apenas pelos buracos da linhagem róta se podem perceber algumas palavras soltas, como são — Maranhão — Despotismo — Baresford — Villa-franca — Paris — Coca — D. Panno — Inimigo — Fidalgo — Sans-culotte — Barão — Chicote — Sum' Anna — São Carlos — Punhalada — Remexido — Suspensão — Poeria — Olhos — Povo — Logração — e varias outras d'espaga a espaga.

Cá do outro lado dos dous tumulos dos bonifitres se vê um mulumento fabricado de pedra vulcanica em forma de um plico, com muitos Simbolos correndos de Estrellas e em cima uma figura d'estanção de horrenda catadura com uma longa tunica parda, na cabeça uma corda de Chicote, na dextra uma Caducto com duas serpes enleadas, na sinistra um pomo a nodo de uma Laranjá (ou talvez o pomo da discordia), e nos pés os Talaras de Mercurio:

debaixo d'elles na peanha tem esta letra

Já subindo a montanha, já descendo,
Vadece sem cessar supplicio horrendo.

O Epitapho, que está no frontespicio do tumulo diz em letras gudas o seguinte . . .

Eu fui desde que nasci . . . Quis vender a Patria terra . . .
Olli-m! . . . *Subal* que o diga! . . . Chéo! . . . Que baldou-se a tapaga . . .
Mas não . . . porcosos ahí! . . . Quis afrontar a Inglaterra . . .
Deixemos a rapariga! . . . Ora, aquillo em chalgão . . .
Fui um truílor . . . Alto lá! . . . Fui blasphemo . . . Pois emhora! . . .
Não ougna os da Soudade . . . Que temo nós cá com Deos?! . . .
Foi um perjuro . . . Ivo vá! . . . Foi versátil . . . Se o não fora,
Que não era anvidade . . . Frustravam-se os Planos tacus . . .
Fui covado! . . . Que truharia! . . . Fui maledico . . . Assim nasci . . .
Fui marchista . . . Inda bem! . . . Foi cubigara . . . Assim era;
Foi pedante . . . Pois seria . . . Mas com tacs attes viri,
Machucado . . . Como alinguem . . . E mui como viveis!

Junto desto lá se vê um tumulo de pedra insôga, rebocada e pintada a fingir mármore, sonda se vêem misturados os attributos das nove musas com os emblemas mercanticos, — as balanças de *Themis*, — o *Gulero* de *Mercurio* etc. Do meio do toda esta trapalhada ergue-se uma Estatua de pó-de-pedra brumida da fabrica do *Cacaco*, muito emperligada, com uma cota de malha semelhante a um espartilho, e o peloto e capa, como costuma pintar-se o Poeta-Guerreiro *Garcilasso de la Vega*, ou *Alonso d'Ercilla*; na cabeça sobre um ubinó uma corda da louro; na mão esquerda uma trombeta; na direita uma *Chupa brava*; e nos pés *coturnos dramaticos*; e entre as duas pernas se vê um *Cupidiño* jogando as escondidas. Lá se lhe lê um Epitapho *Epico*. E isto ahí:

Eu aquelle, que cousei, novo *Agramanta*,
Provocar a certame a *Europa inteira*,
E enbocando a trombeta (oh! sério encanto!)
Fiz tremer do terror gente estrangeira,
Dessa, que outrora com noventa espanto
De mim dissera om phraso chocarroira
(a) « *Pardieu! voilà Monsieur l'Ambassadeur*
« *Marchand de soies, et Restaurateur!* »

(a) Vid. *Chronica escandalosa moderna* — Artigos — *Séda* da *Belgica* — *Almoço diplomatico* — *Dolça esquecida*.

Musa! Reconta ao Seculo Vindouro

Como a penna votada a atrocidade
Comprada por fulgente metal louro
Fez pôr por terra as *Lays da Sociedade*;
Depois vendida ao despoia *Calouro*
Da *Imprensa* guerrevol a *Liberdade* . . .
Mas ahí! — Se a *Europa* levantasse a juva,
Quô gloria para um filho da juva!

A! frente dos *Magriscos*, dos *Leonardos*,
E d'outros tacs valentes *Paladinos*,
Eu iria aquimar esses *Leopardos*,
O'o a lança em riste; e com meus sons divinos
Faria emudecer todos os *Baridos* . . .
Uma *Pastora* de olhos peregrinos
Pagara meus trabalhos da sobrejo,
Compondo-me o *Chino*, dando-me um bejo.

Porto desto está um Mauzoleo bem bonito de pedra branca d'*Itiavo* com filetes d'ouro, e sobre elle uma luzente Estatua do porcellana cor de tabaco feita na grande fabrica da *Kista-Alegre*. Mostra um velho com cara de *flumengo* bebado, tendo na cabeça uma coroa de *purras*, na mão direita uma grande caixa de tabaco aberta; na esquerda um *foquete*; e aos pés um sacco de dinheiro com este letreiro por fora — *Quem se quer nauilitar?* — O Epitapho é bem curto

Festejou o *Rey-Chegou*;
E a *Pezzo* recém-chegado;
Fiz muita festa no *Alfado*;
Mas nenhuma me contentou.

Se fix tamanha embrolhada
Com dinheiro e caramunchas,
Foi por não largar das unhas
Tão excellente pitada.

Que jazigo será aquelle que lá lhe está ao pó tão enberto de lixo, de cédulas, e de mósacas, que parece um *monturo*? — Elle parece ter sido feito da pedra *communa*, mas está mui gasta: tinha varios emblemas, de que apenas se distinguem em relevo um navio com uma *palma* nas garras. Sobre elle alava-se a figura barrenta de um Sacerdote velho com olhos de doudo; na cabeça sobre um chinó ridiculo uma coroa de *dormideiras*; na esquerda um *Sudario* enrolado; e na direita um *manuscrito*, onde se

lê — *Homilia* —. — O Epitáfio diz assim.

Chorou sobre a campa fria,
D'um triste *Spatho* apodado
Que baixou no negro *va* venho
Coberto de porcaria!...
Mas em quanto elle pregava:
Fazia a todos dormir;
So mais alto solugava,
Entravam todos a rir.

Se não pregava o *Evangelho*,
Pregava a *Revolução*;
Chorava o tolo do velho,
Que mettia compaixão.
Descansa em paz: mais não venhas
Suscitar *Excommunições*!...
Perpétuo descanso tenhas,
Patrão dos Porcalhões!!

Um pouco desviado daquelle está um Sepulchro fabricado de *tubo arcento e broeiro*, e sobre elle uma Estatua á feição de pote com bochechas roliças, vestido de *diplomata*, coroadado de *goivos*, e sostida nas mãos ambas uma *rede varredoura* em acção de a arranjar. O Epitáfio limita-se a uma Quadra

*Sybarita na Inglaterra,
Cynico em Portugal;
Fiz ao Lixo estultia guerra....
Sómente por fazer mal...*

Mais para trás de todos estes tumulos; como que envergonhado de se achar ali com elles, se vê um Mauzóleo de marmore *em bruto*, no qual se notam *tropheos militares*, e entre elles uma *bandeira de furta-côres*. Ergue-se de sobre a campa a Estatua de um *Guerreiro marméa*, tendo na cabeça uma coroa de *Hera* (erva que arruina o edificio a que devto a sua elevação), e aos pés desmanchada uma coroa de *lupros murchos*, e uma murça d'*arminho amarelado*; na mão direita um *punhal*; e na esquerda uma *vibora*. Tem por baixo este conciso Epitáfio

A um *Visionario* seduz
Sómente o bello ideal;
Por isso do Anjo de Luz
Me tornei Anjo do Mal:

Seguem-se agora no fundo uma fileira de sepulchros que mal se podem distinguir por estarem todos na *sombra do Quatro*: apenas entre estes avulta um pela maior massa de *negrume*, que sobre elle peza, por baixo do cuja *escura Estatua* se lê em *letras negras*

O Filho da Regateira;
Escritor regateiral,
Opprobrio de Portugal,
Commendador da Ribeira.

Ora deve-se confessar, que o tal *PANTHEON*, se vier a ser tal qual o *Pintor fecit*, ha-de ser ainda mais interessante, que o *Muzeu*, e o *Palco dos Divos*. — Adeos! meus Senhores!



LISBOA.

TYPOGRAPHIA TRASMONTANA;

Rua do Arco da Graça N.º 66,
1837.

SANTA ENGRÁCIA

ESTUDO PARA A SUA CONCLUSÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA

As principais fontes das informações:
A obra original de L. Benavente, a qual, por ser uma obra de arte, não se torna necessário nas presentes palavras adicionar qualquer notícia histórica acerca das origens, fundação e autoria do que se encontra já erguido e era destinado a ser a Igreja de Santa Engrácia.

Rebuscadas por nós as bibliotecas e arquivos eruditos, não nos foi possível encontrar os planos pelos quais a obra tivesse sido executada e onde fosse possível tomar conhecimento acerca da sua conclusão. Levantou-se pois para nós o problema de tentar deduzir como seria possível remeter tão importante fabrica.

Indagámos dentro da obra do seu autor, considerando em no acerto perante conclusões tão abertamente deduzidas, as características que imprimiu aos seus trabalhos e procurámos traçar delas adicionando-as ao que lá se encontra erguido.

Em duas sugestões as empregámos. A primeira dentro dum classicismo de composição que estamos quasi convencidos não era o que teria sido empregue na época no desenvolvimento da obra e uma segunda que julgamos dentro dos princípios ultra enunciados - as características da obra do autor.

Os partidos de iluminação por Gutz empregues são igualmente de acordo com esta solução.

Como é sabido esta obra está destinada a Panteão Na -

-2-

se destino a deixar de ter a invocação da martir nacional primitiva.

Para corresponder igualmente à finalidade a que pretendemos destinar-se julgamos que a solução não é a de dispor túmulos mais ou menos habilmente em redor do templo, fração possibilidades de número, desgraciaosas prioridades de localização, lembrança do amplexo de corpos que pretende extinguir-se.

A forma deverá ser quanto a nós - uma cripta - e na qual a única entrada de luz seja pelo transepto, coração da sua forma em cruz e no restante, arcos-solcos; igualdade perante a Morte, porque a eleição lhes veio dos serviços que em vida prestaram à Pátria.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1954.



(Luís Benavente)
Arquitecto

2004

298

1. Quinta é a única solução de p=1 que é congruo.

146

DIRECÇÃO-GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
Repartição dos Serviços Administrativos

Price

- 1 - Junta remota e V. Exa., e título de evolução, o projeto de obra -
2 - Aprovado o envio para apresentar a V. Exa. os meus cumprimentos, e o Sr.
Nogueira - Dr. João Gomes de Sousa, e o Sr. João de Deus, em 22 de Março de
1954, o Sr. João de Deus (x) Sr. João de Deus -
3 - Agradecimento de Sr. João de Deus (x) Sr. João de Deus -

Age, 37.4 ± 4.2

DIREÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
Papéis dos Serviços Administrativos

Amesbury

Sete conformes - - - - -
Departição dos Serviços Administrativos, em 7 de Março de 1957 - - - - -

O Chef de Burelho

Vol. 9, No. 2

MINISTERIO DA EDUCACAO NACIONAL
JUNTA NACIONAL DA EDUCACAO
1ª Sub-Secção da 6ª Secção

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sub-
mette, para apreciação da Junta, diversos estudos
relativos à conclusão da Igreja de Santa Engrácia.

Em 1957, a Junta, pela 1ª Sub-Secção da 6ª Secção, já apreciou, anterior-
mente, um estudo relativo à conclusão do edifício da Igreja de Santa
Engrácia, no âmbito do seu parecer, aprovado por unanimidade e homologado
superiormente, ficou expresso ser indispensável, para apreciação desse
assunto, a falta do respectivo projecto, para submeter-se a directriz ori-
entadora, previamente.

Trata-se, por se tratar de uma das partes essenciais e também
grande melhoria, não foram ainda estabelecidos, superiormente, quaisquer
condicionamentos que definam a directriz a seguir.

Assim, a Junta, na impossibilidade de reduzir o problema à es-
colha de um projecto, entre os que agora se apresentam, teve que discuti-
tir e determinar, prioritariamente, a linha orientadora das obras mais re-
comendáveis que deveriam fazer-se no monumento em causa.

Da apreciação do assunto, feita à luz da doutrina que a Junta
tem respeitado no tratamento e valorização dos monumentos classificados,
dos resultados princípios que, aplicados ao nível de Santa Engrácia,
se podem resumir do modo seguinte:

- 1ª - O edifício oferece grande interesse artístico de carácter monu-
mental, e grande interesse histórico, sobretudo como valioso docu-
mento de um período da evolução da nossa arquitectura, e ofere-
ce, também, interesse utilitário, desde que seja convenientemente
preparado para o exercício do culto.
- 2ª - Completar o edifício com quaisquer volumes de grande vulto, con-
templados sempre e dividindo-lhe o seu valor histórico-monumen-
tal, com o edifício com uma cúpula, como se vê no estudo ex-
postado, e faz-lo em condições de uma perfeita harmonia com a
massa construída e arquitectura existente, é problema realme-
nente fácil de resolver, desde que se não olhe ao actual estado
como de uma obra tal como se deveria que o edifício, por força
do conceito das proporções, tão grande volume, que reduziria, a
grande parte, o valor documental do monumento. O mesmo se poderia
dizer da construção de torres, pois teriam que ser lançadas, em
número de duas ou de quatro, a grande altura.
- 3ª - Quiser a Igreja e da conservação do edifício, restaurando-o e
se encontra destruído nos seus elementos e desmoronando-se
excessivamente que o afectam - é obra que a Junta se impõe, por
parte da Igreja para o culto, fazendo nela as necessárias obras
necessárias, como seja a da cobertura do telhado, e da restaura-
ção da parede utilitária, e a do telhado - e a do telhado, e a do telhado,
tanto de tratamento que se realizou, tanto de tratamento e re-
maneo.

4ª - Em relação ao a Igreja no quadro apertado e suficiente das cons-
truições nobres e mesquitas que a envolvem. Deve, ao edifício,
ser dado o desfoque que a sua monumentalidade exige. Para que
mais se aprofunde o monumento, impõe-se envolvê-lo com um arran-
jo artístico de rasgada visão.
Desse arranjo resultará, também, a valorização daquela zona ci-
dadina, onde outros laços existem, de actualizado valor argu-
tectureiro.

Com base nos princípios expostos, considera-se que, nenhum
dos estudos apresentados corresponde à orientação que se deve ter
em vista, nas obras de conclusão e de valorização da Igreja de Santa
Engrácia.

Nada mais se julga necessário acrescentar, sobre as obras
de simples tratamento, que venham a realizar-se na Igreja de Santa
Engrácia. Na que fazer, porém, considerações de outra ordem, para
que se superiormente se decidirá adaptar a Igreja a outro destino.

II

Logo de começo se disse que, entre ainda deficiente uma dire-
triz, quanto ao destino a dar ao edifício. E, no parecer anterior,
já a Junta observara que tal directriz viria, certamente, a ser to-
mada entre as seguintes:

- a) Conclusão da Igreja, com o objectivo único de aproveitar e va-
lorizar o monumento, preparando-o para o culto.
- b) Conclusão da Igreja, feita em obediência à directriz anterior,
mas de modo que o edifício possa utilizar-se, também, como
Panteão.
- c) Conclusão da Igreja, subordinando-a a conjunto monumental, de-
tinado essencialmente a Panteão Nacional.

A directriz referida em a) foi a que a Junta tomou, como
base da sua apreciação, sobre o problema do simples arranjo da Igre-
ja. E a directriz que resultou directamente da doutrina que a Junta
tem seguido, na orientação do tratamento e valorização dos monumen-
tos classificados.

As restantes directrizes não podem ser recomendadas pela
Junta, sem quebra dos princípios que têm presidido aos seus pareceres.
Das, porém, evidentemente, os poderes superiores resolver que
se adopte a Igreja a Panteão Nacional, no sentido de se transformar
em rotação de uma velha ideia, surgida há setenta anos, pelo senhor P.
Inco, logo ao seu parecer anterior, a Junta, de conformidade com o
voto da mesma ideia, ao ter que aprovar o trabalho estudo de adap-
ção, unânime elaborado pelo Ministério das Obras Públicas,

O que não foi ponderado aplicar-se, ainda, no todo ou na
parte, a cada um dos estudos apresentados anteriormente. E, neste
termo, para a conclusão de superiormente por resultado adaptar-se
Igreja a Panteão Nacional, é a Junta de Parecer:

- 1ª - Que, nenhum dos estudos apreciados até em condições de servir
de base ao projecto a elaborar;
- 2ª - Que novos estudos, a serem encomendados, devem obedecer a prin-
cípio, convenientemente definido;
- 3ª - Que a composição, a conceber, deve ser orientada de modo a con-
servar, quanto possível, o valor documental do imóvel existente
e no sentido de bem resolver um problema de proporções e de
monia - e não um problema de pseudo-restauração, aplicando
formas ou expressões de determinação "escola" ou de destruição
estilo.

Carta nº 6 é a única que chegou para o presidente da Junta, sobre o imóvel de Santa Ingegracia.

Ademais se julga necessario esclarecer, sobre as obras de simples tratamento, que venham a realizar-se na Igreja de Santa. Gracia: a que fazer, por em, considerações de outra ordem, para o caso de superiormente se decidir adotar a Igreja a outro destino.

11

Logo de começo se disse não estar ainda definida uma directriz quanto ao destino a dar ao edificio. E, em parecer anterior, já a Junta observara que tal directriz viria, certamente, a ser tomada entre as seguintes:

- "c) Conclusão da Igreja, autorizando-a a conjunto monumental, de
tendo essencialmente a "Antiga Nacional".

A diretoria referida em a) foi a que a Junta tomou, como base de sua apreciação, sobre o problema do simples arranjo da legislação diretiva que resulta diretamente da doutrina que a Junta tem seguido na orientação do tratamento e valorização dos monumentos classificados.

As restantes direções logo podiam ser recomendadas pela Junta, sob a quebra dos princípios que se praticavam, ou seus pareceres: Respostas, evidentemente, os poderes superiores resistiram, não se adaptando a Igreja a "Festa Nacional" sentido de se transformar a "Festa Nacional" em uma festa cívica, surgiu na seguinte anos, pelo mesmo, por isso, não, um parecer anterior, a Junta fez referências desenvolvidas a mesma ideia, ao ter que apreciar o primeiro estudo de adaptação, mandando o boric pelo "Ministério das Obras Públicas".

que então foi ponderado aplicá-lo, ainda, no todo ou em parte a cada um dos estudos apresentados posteriormente. E, nestes termos, para a hipótese de superiormente ser resolvido adaptar-se a Igreja Antiochiana, é a Junta de parecer:

13. Que nenhum dos estados apreensivos está em condições de servir de base ao progresso da laburação;
14. Que novos estudos, e serem encorajados, devem obedecer a programa, convenientemente definido;
15. Que a composição, a concepção, deve ser orientada de modo a conservar, quanto possível, o valor documental do inovel existente; ao sentido de bem resolver um problema de proporções de harmonia - e não um problema de pseudo-reconstrução, dando formas ou expressões de determinada "escola" ou de determinada estilo.

42. - Encontra-se a Igreja no quadro espiritual e melancólico das construções pobres e mesquinhas que se envolvem. Devese, ao contrário, usar dados e detalhes que a sua monumentalidade exige. Tudo que mais se adequa e harmoniza, impõe-se envolver-se com um arranjo urbanístico de grandeza visível. Essas arranha resultam, também, a valorização daquela zona, citadina, onde outros imóveis existem, de assimilação valor arquitetônica.

Com base nos princípios expostos, considera-se que ne-
nhum dos estudos apresentados corresponde a orientação que se
deve ter em vista, nas obras de conclusão e de valorização da
Igreja de Santa Ingeracia.

5X
Meu Exm^o. Amigo

Em virtude do meu Exm^o. Amigo não ter comparecido na última sessão da Junta, nada foi resolvido quanto à Igreja de Santa Engrácia.

Acontece, porém, que tendo dado conhecimento ao Senhor Ministro das Obras Públicas da minuta do parecer que devia ser presente na sessão de 8 do mês findo, o Senhor Ministro mostrou o seu desacordo com as conclusões e observou que no primeiro parecer dado quando foi presente à Junta o estudo do Architecto Luiz Benavente se admitia a conclusão da Igreja com uma cupula.

Disse-me mais que tinha falado com o Senhor Presidente do Conselho, informando-o das disposições em que a Junta estava e não concordar com a construção de torres e cupula.

Então sobre uma cópia da minuta escreveu o despacho sobre a mesma transcrito e que se junta.

Devo ainda comunicar ao meu Exm^o. Amigo que, quando tive conhecimento da conversa que o Senhor Ministro das Obras Públicas teve com o Senhor Presidente do Conselho, escrevi ao Senhor Doutor Reynaldo dos Santos narmando-lhe a conversa havida e enviei-lhe também uma cópia da minuta para, no caso de pretender modificá-la o fizesse para que fosse depois discutido na sessão do dia 8.

A resposta foi-me dada pelo Cartão que junto aqui há dúvida que o problema está posto com toda a clareza e é, sem dúvida, a solução que a Junta tomará.

Atendendo, porém, à observação que o Senhor Ministro das Obras Públicas faz acusando-nos, por assim dizer, de estarmos em contradição, eu sugeria que se fizesse uma análise sobre cada um dos estudos apresentados para se chegar à conclusão que nenhum deles está em condições de merecer aprovação.

Com a sua excepcional competencia talvez conseguisse elaborar um parecer que levantasse a dúvida posta pelo Senhor Ministro das Obras Públicas.

Pedindo-lhe desculpa do tempo que lhe tomei, creia-me sempre com a mais elevada consideração e estima.

Admirador e Amigo muito dedicado e grato.

DOC. 9 Presidente da Junta Nacional de Educação, *Carta dirigida a Reynaldo dos Santos* (cópia), s.d. (1957?), Arquivo da DGEMN.

C Ó P I A.- Academia das Ciências de Lisboa - Presidente da
classe de Ciências.

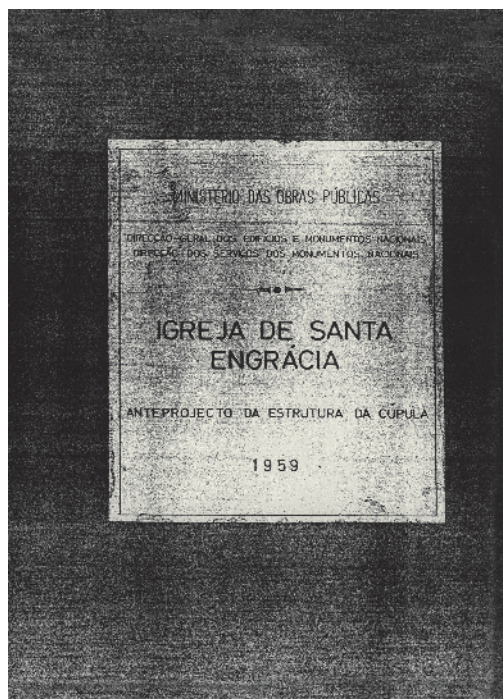
Meu Caro Amigo

Estou d'accordo com a opinião do parecer e assina-lo-ei
logo que me seja enviado como definitivo. De resto ele deve
expressar a opinião da Junta e não as dos outros. Se o Gov.
não entender tomar outra deliberação será com sua responsa-
bilidade e não da nossa. Ela tem a liberdade de executar e
nós de dar a nossa opinião.

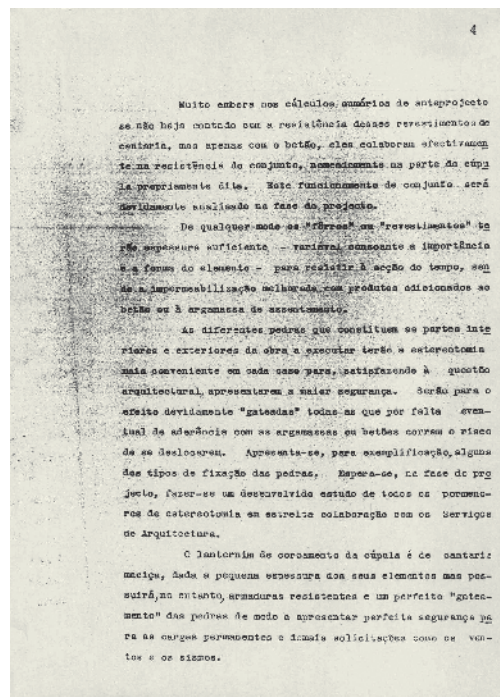
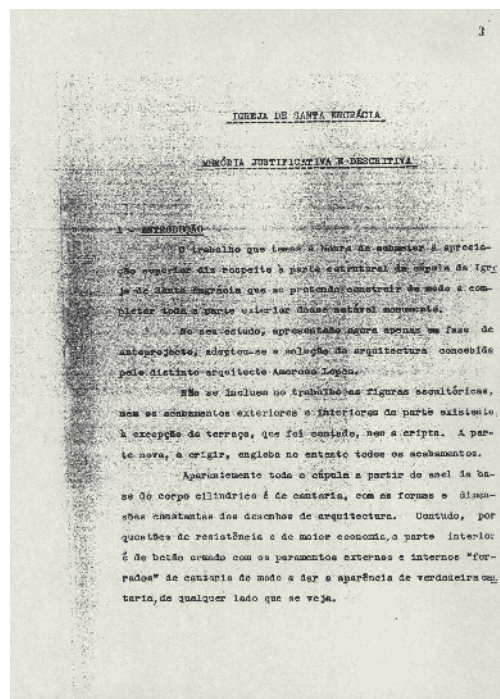
O objectivo é *conservar e partilhar*, não inventar
arbitrariamente "a maneira de"...

Seu amigo grato

(s) Reynaldo dos Santos



DOC. 11 Edgar Cardoso, *Igreja de Santa Engrácia*.
Anteprojecto da Estrutura da Cúpula, Março de 1959.



Para finalizar a introdução nota-se que não se concebe antecipadamente a natureza ou constituição de alguns elementos resistentes da obra existente, em particular do elemento de grande responsabilidade que é o anel de nível de terragem onde vai assentar toda a cúpula. Prevê-se portanto, antes de se passar à fase do projecto definitivo, a execução de algumas sondagens ou ensaios para averiguar da natureza, forma de execução e resistência desses elementos que irão suportar, depois de convenientemente reforçados, a parte pesada da Igreja de Santa Margarida.

2 - DESCRIÇÃO GERAL DA ESTRUTURA

A estrutura da cúpula, é como se dissesse uma cúpula de betão armado com a mesma forma que a cúpula projectada mas com uma espessura tal que permita receber as solicitações de cantaria quer exterior quer interior (50 cm na base e 20 cm no topo).

A formar a base da cúpula existe um anel de betão armado, destinado a absorver todos os impulsos horizontais e a transmitir apenas cargas verticais à base da cúpula que é formada por duas paredes concêntricas de betão armado com uma espessura de 0,10 m e afastadas de 0,30 m.

Toda esta estrutura assenta na parte já existente através de um anel de betão armado, que se destina não só a transmitir as cargas verticais dos elementos superiores mas também a resistir às reacções dos elementos concêntricos das arcos da nave quando solicitados por E.N.

A todo o perímetro exterior da base da cúpula existe um varandim, constituído por uma laje de betão armado.

As sacadas de acesso a esse varandim, também são constituídas por lajes de betão armado sobre as quais se montam os degraus que vão à cúpula revestidas a cantaria.

Considera-se também, sobre toda a superfície que constitui a cobertura da Igreja e que será um terrapão em viabilidade com ligação, a existência de uma laje de betão armado.

3 - SOLICITAÇÕES CONSIDERADAS

As solicitações consideradas no estado da cúpula da Igreja de Santa Margarida, foram as seguintes:

Cargas permanentes

Vento com a pressão de 150 Kg/m²

A carga permanente foi avaliada em função das dimensões reais das peças ou massas construtivas e da peso específico de 2,5 t/m³ para betão e cantaria.

O vento foi considerado como uma força horizontal actuando radialmente ao longo de cada paralelo.

Não se considerou neste subprojecto a acção sísmica a qual no entanto será tratada com todo o pormenor no projecto definitivo.

4 - TENSÕES MÁXIMAS ADOPTADAS

As tensões adoptadas são as do Regulamento de Betão Armado em vigor.

Concluiu-se portanto o trabalho dos diferentes elementos da estrutura sendo bastante clara das máximas permitidas.

5 - PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO ADOPTADOS

Para realizar o estudo da estabilidade utilizaram-se procedimentos gráficos e analíticos baseados na teoria da resistência dos Materiais.

Foram consideradas gerais das condições de estabilidade tanto se referências a casos métodos muito particularmente se se utilizou gráfico usado no cálculo da estabilidade da cúpula.

6 - REDUÇÃO DE PREÇOS E ORÇAMENTO

Nota-se como critério na redução das diferentes unidades de trabalho, incluindo as cantarias, como por exemplo, molduras, pináculos, base da cruz, revestimentos exteriores e interiores, nervuras, padarias, aberturas, portais, porte de estátuas, balaustradas, etc., assim como o desmonte da cúpula actual existente e demolição do revestimento de terrapão.

Incluíram-se ainda nas medições e correspondente orçamento as moldes, cavaletes e cimbras para a execução da montagem do betão armado e das cantarias, a varanda interior, os engates das vigas pluviais, etc.

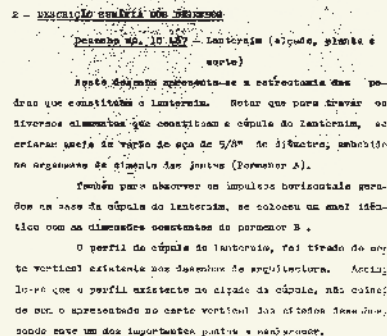
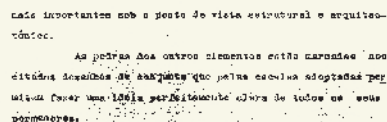
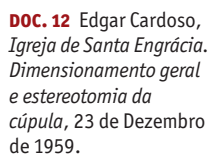
Adoptaram-se os preços unitários verificadas em suporções de construção civil devidamente corrigidas no que diz respeito às características especiais da estrutura a construir.

O orçamento da obra importa em 6.217.600\$00 (seis milhões duzentos e dezoito mil e seiscentos e sessenta e dois) valor que se considera baixo para a grandiosidade e importância da obra apesar de se terem adoptado preços unitários elevados, especialmente para as cantarias.

LISBOA, MARÇO DE 1959.

O ENGENHEIRO CIVIL,

Agostinho
(Agostinho Cardozo).



melhor compreensão do tipo de paramentos, já terem-se dois alçados, um interior e outro exterior.

A estrutura de betão armado está bem caracterizada e as pedras que compõem as superfícies interior e exterior, da cúpula e da base, exterior, pedreiras e molduras das janelas estão desenhadas, de acordo com os elementos típicos das estruturas de betão armado.

A espessura da cúpula tem-se igual à espessura da base. A estrutura de betão armado está desenhada na corte vertical que consta dos desenhos de alçados e da planta.

Desenho nº. 10 452 - Corte vertical da cúpula pelas pilares

Tendo-se adaptado para a estrutura existente da cúpula uma cúpula de betão armado, circular na planta, e revelado de construção exterior e interiormente, esta estrutura que formaria as nervuras, à custa de uma espessura.

Contudo, há uma diferença, entre a planta da cúpula e a sua alçada no que respeita a essas mesmas nervuras, pelo que as alturas dos diversos elementos não se podem determinar com rigor.

Assim neste desenho omitiu-se quer a revelação exterior quer a interior da cúpula.

Para estabelecer a completa estereotomia das pedras neste caso, há pois necessidade de completar os desenhos com um ou mais cortes transversais da cúpula.

Desenho nº. 10 400 - Vistas interior e exterior das janelas e colunas

Para se poder ajustar a estereotomia a de verdade, reparamos as pedras que constituem as superfícies interior e exterior da base da cúpula, apresentando-se nesta desenhada uma planificação dessas superfícies, com dois cortes, um pelas janelas e outro pelas colunas.

Desenho nº. 10 401 - Varnado e esboço de acesso

Apresenta-se neste desenho uma planta de uma parte da varanda e respectiva escaza de acesso, assim como alçada e 3 cortes.

Neste desenho completo o desenho nº. 10 405 (corte vertical da cúpula das janelas), pois os cortes dão-nos os elementos que completam o corte de acesso ao varandim interior.

Desenho nº. 10 402 - Corte vertical paramentando o anel exterior

Em e fim este desenho de apresentar não só o anel exterior que virá a suportar toda a estrutura que forma a zona superior das fachadas, mas também a base do terraço com o seu revestimento de betão.

Os apoios da laje são em concreto de tijolo, de forma a vencer o desnível entre o actual terraço e o projectado.

Assinale-se a dimensão do valor do desnível do terraço existente, no projecto e na realidade.

É de notar que na estrutura existente no actual terraço, entre o anel interior de betão e a fachada, há uma diferença cerca de 4,00 m para cima em relação ao desenho de arquitectura.

Desenhos nºs. 10 495 a 10 506 - Paramentos das pedras

Procedeu-se daí, na escala 1/5, a lista das pedras que compõem a estrutura, no que respeita às suas características arquitectónicas.

Qualificaram-se as pedras segundo a sua função arquitectónica, pela sua função resistente quer pela função arquitectónica que desempenham.

5 - LISTA DOS DESENHOS

- 10 487 - Estereotomia das pedras da laje (Escala 1/20)
- 10 488 - Corte vertical da cúpula pela janela e alçados desta (Escala 1/20)
- 10 489 - Corte vertical da cúpula pelas pilares (Escala 1/20)
- 10 490 - Vistas interior e exterior das janelas e colunas (Escala 1/20)
- 10 491 - Varnado e esboço de acesso (Escala 1/20)
- 10 492 - Corte vertical paramentando o anel exterior (Escala 1/20)

- 10 493 - Base do terraço de betão (Escala 1/5)
- 10 494 - Paramento da pedra nº. 1 (Escala 1/5)
- 10 495 - Paramento da pedra nº. 10 (Escala 1/5)
- 10 496 - Paramento das pedras nºs. 11, 12, 13 e 15 (Escala 1/5)
- 10 497 - Paramento da pedra nº. 14 (Escala 1/5)
- 10 498 - Paramento da pedra nº. 16 (Escala 1/5)
- 10 499 - Paramento da pedra nº. 18 (Escala 1/5)
- 10 500 - Paramento das pedras nºs. 22, 23, 24 e 25 (Escala 1/5)
- 10 501 - Paramento da pedra nº. 26 (Escala 1/5)
- 10 502 - Paramento das pedras nºs. 26 e 27 (Escala 1/5)
- 10 503 - Paramento da pedra nº. 30 (Escala 1/5)
- 10 504 - Paramento da pedra nº. 31 (Escala 1/5)
- 10 505 - Paramento da pedra nº. 36 (Escala 1/5)
- 10 506 - Paramento das pedras nºs. 29, 30 e 36 (Escala 1/5)

Lisboa, 23 de Dezembro de 1955.

QUINTANA DE ALMEIDA

Quintana de Almeida
Arquiteto

PANTEÓN NACIONAL DE SANTA EUGRÁCIA

PLANO DE RECAUDAMIENTO LOS TRABAJOS DE CONCLUSIÓN

Por determinação superior, elaborou-se o Bando a 1ª seção plano geral das obras a executar na Igreja de St. Francisco, com vista à sua completa restauração e respectivo aumento interior das vertes janelas laterais, reconstruindo-se o teto das referidas por arcos e suas esquadrias, pintando-se as lajes das Telas, 1.800,0000 euros com que o Irrev. tem sido criado nos meses de Maio de 1908.

Não deverá esquecer-se, todavia, que o plano apresentado é apenas uma programação, digamos, para o período seguinte à morte da net, Margrida, devendo, deste modo, considerá-lo como as coisas se inclinam para as diferentes fases dos trabalhos previstos tendo de ser entendido com aquela aproximação relativa que um projecto de carácter de este tipo necessariamente implica. Julgamos, no entanto, ser todo suficiente para garantir que um determinado trabalho que hoje possui cerca de 400 horas, por exemplo, ficará a dez anos e até cinco anos - esse mesmo trabalho não virá a custar precisamente o mesmo. Deixei, ali, o carácter meramente programático que este trabalho deve ter atribuído ao plano que se apresenta.

A descrição, embora resumida, das diversas fases da obra mostra claramente a sucessão e lógica distribuída de todas as tarefas previstas com as quais se completará toda a construção do edifício na parte, pois, que a investigação não se dá uma estrutura ex-
ne no andamento da obra os elementos exaltados, que a ano

2004-05

DOC. 13 Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Panteão Nacional de Santa Engrácia. *Plano de escalonamento dos trabalhos de conclusão*, 17 de Novembro de 1962. Arquivo da DGEMN.

-2-

— 322 —

Assim se constatou que 1974 e 1975 se foram sem grandes, mas
tarefas importantes em pesquisas, atividades, obras de pesquisa, obras e
reconhecimento de estruturas, realização de trabalhos científicos e
muitas, realização de serviços não realizados nos países, (1974 -
1975, etc.).

Voluntar, etapa já realizada e destino definitivo de
Fanteio nacional a uma terra singela, americana, moderna, que
muito, corajosa, insoube no presente propõe ao exilado e marcam
necessariamente com vista à sua realização como tal, pois, como é
óbvio, sendo profundamente insensível, sem nenhuma - a milhas
certo no conjunto de todos os habitantes de ontem - os seus parais-
to integridade na América - dar origem um ideal, as coisas de grandeza,
as duas respectivas ações que, quando, há, não apenas há
neste, parte do programa clássico, mas de conjunto de condições
que não se tornam, ser lá, de passar, como ainda a própria im-
mortalidade e não a definição a qual, de ser lá, constituiria
neste, não apenas a vida e a definição a qual, de ser lá, constituiria

Finalmente, diremos que, de igual modo, não se trata de presente plano de desenvolvimento do Sítio. Especial o respeito das tarefas essenciais do Infante, a saber, a saúde, as condições de vida e de trabalho e de educação, a segurança, os planos de presente já existentes de urbanização social e do ensino.

1. The following information is being furnished to you for your information only. It is not intended to be used for any other purpose.

.....

REPARTIÇÃO TÉCNICA

3

1972 inclusive, o pagamento de R\$. 12.000.000,00 (doze milhões de
secentas) - pelo pagamento a p. v. do contrato com juros de
2% ao ano, de R\$. 1.150.

Dejă dintr-un timp a prezenta planșarilor, datorită on
da, de care s'ar putea să se beneficieze în diverse faze por
te a siguranței fotografice în cadrul actual de tre
bă.

Lisboa, 1º, Escola 81 27 de Novembro de 1980

0 ABSTINÉNTIA DE 2ª CLASSE.

"VISTA"
 O ARQUITETO, CHEFE DA SECCAO,

Eschmazi

O ABREVIADO DA FORT. TECNICA. O ABREVIADO DA FORT. TECNICA.

1894

PANTOFLE VACUUMAT, DE LANEA EXOTICA

PLANO DE RECONHECIMENTO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO

AND DB 1562

- revisão de plano de marketing e/ou de missão de futuro de - empresa e/ou futuro.
- conclusão de recomendações de melhorias futuras.
- conclusão de relatório de plano de desenvolvimento de área interior.
- conclusão de relatório de corrigir a área interior e seu desenvolvimento.

470 OR LK13

- | | |
|---|------------|
| a) - Melhorar o nível de material pré-fabricado, por exemplo, de concreto; | 800,000.00 |
| b) - Melhorar o nível de gestão de materiais, de acordo com a realidade; | 150,000.00 |
| c) - Melhorar de forma geral com a redução de custos de manutenção das instalações de concreto; | 200,000.00 |
| d) - Criar uma comissão responsável com os trabalhos, ficando cada área responsável, seguindo as normas e fases, estabelecidas; | 400,000.00 |
| e) - Realizar um curso para melhorar o conhecimento, através de cursos e treinamentos; | 100,000.00 |

AD DS 1264

ANO DE 1962

a)- Pavimento de concreto de cimento do tipo 400 em toda a extensão do pavimento:	30.000,00
b)- Laje de concreto 15,00 de largura e 0,15 de espessura em toda a extensão:	40.000,00
c)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	180.000,00
d)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	400.000,00
e)- Colunas para as 8 janelas do pavimento, incluindo as fundações interiores e exteriores:	450.000,00
f)- Trabalho de pintura e impermeabilização:	100.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1963

a)- Pintura interior e exterior das paredes, incluindo as portas e janelas:	250.000,00
b)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	200.000,00
c)- Construção de laje de concreto e laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	600.000,00
d)- Laje de concreto:	80.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1964

a)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	700.000,00
A TOTALIZACAO:	700.000,00

TRANSPORTES

b)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
c)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	300.000,00
d)- Transporte e manutenção dos materiais:	100.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1965

a)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	1.100.000,00
b)- Primeira laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	40.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1966

a)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	300.000,00
b)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	400.000,00
c)- Construção de laje de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	400.000,00
d)- Transporte dos:	100.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1967

a)- Transporte dos:	100.000,00
	1.200.000,00

a)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	300.000,00
b)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
c)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	700.000,00
d)- Transporte dos:	40.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1970

a)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
b)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	800.000,00
c)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	200.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1971

a)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
b)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
c)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
d)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
e)- Paredo de concreto do pavimento exterior do estacionamento:	100.000,00
f)- Transporte dos:	100.000,00
A TOTALIZACAO:	600.000,00

TRANSPORTES

a)- Transporte dos:	100.000,00
b)- Transporte dos:	100.000,00
c)- Transporte dos:	100.000,00
d)- Transporte dos:	100.000,00
	1.200.000,00

ANO DE 1972

a)- Transporte dos:	1.147.000,00
b)- Transporte dos:	100.000,00
	1.200.000,00

LISBOA, 17 de Setembro de 1962

O ASSOCIADO TECNICO DE ENGENHARIA CIVIL,

DATE: 11/11/1964

PARKER LA COMISSÃO DE REVISÃO

O processo em apreço, que junto se devolve, refere-se a uma amostra de um dos produtos do batido curado e não um exemplar deste, acondicionado em dois recipientes, contendo as seguintes peças:

Decorados - trata-se das peças relativas aos personagens dos diversos elementos estruturais.

quarenta e cinco (45) dias.

Воспользуемся тем, что $\mathcal{H}^1$ — метризуемое пространство, и рассмотрим метризуемое пространство $\mathcal{H}^1$ с метрикой d , заданной формулой

Несомненно, что в настоящее время в стране, где...

valentes importantes de desenvolvimento, não podem deixar de ser levadas em consideração as necessidades de uma maior participação dos cidadãos, sobretudo aqueles elementos que historicamente tiveram de suportar os efeitos mais prejudiciais do desenvolvimento, de quem se sabe que os benefícios do desenvolvimento não se traduziram de forma equitativa para todos os segmentos da sociedade. Assim, a sociedade brasileira passou, concomitantemente, a ser constituída de segmentos mais ricos, segmentos de um novo elemento, conflitos e segmentos de uma população de baixa renda, com uma grande parcela da população vivendo em condições de extrema pobreza. Assim, pelas referências anteriores apresentadas, podemos concluir, por exemplo, que as condições de vida das condições de vida de um termo econômico, pelo menos quanto à capacidade de utilização das fundações.

Das seguintes autores que elaboraram a esquadra que define o presente percurso, existe um outro, recente, o qual incluímos no 3.º, trata de demonstrar a existência da construção existencial e de alguns elementos de diálogo, o qual, aliás, teria sido desenvolvido segundo o primeiro anteprojecto desta classe.

A construção do zimbório encontra-se já concluída, na parte correspondente ao paramento vertical.

Com efeito, ao verificarmos os recentes vultos, especialmente afectuosa ao casamento, não vista a elaboração desta passagem, as mudanças excessivas comprometem-se a alterar os moldes clássicos a parte superior do arco circundando o arco, (sobretudo, as alças e os alças exterior e interior, que serão por vezes o ponto de partida da obra. Desde trabalhos já realizados, tais como o trabalho de um arco clássico, nos dois lados iguais superior e inferior, portanto, portanto este elemento maior superior se alinha ao se relaciona ao terreno que existia, para base de arcos e a solução propõe-se para.

O problema de estabilidade que nasce e apresenta para esse sistema é imenso, pois cada um dos respectivos efeitos de variação é descomunalmente maior do que o efeito de cada um dos outros, e de maneira existente, em que as mudanças se tornam sucessivas e em elementos do processo, criando assim os efeitos de uma cadeia destrutiva.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS
 Faculdade de Engenharia de São Carlos

De acordo com o projeto, o mesmo estudo e trabalho, aliás, só se poderia desenvolver com base na oficina dirigida à Direção-Geral das Relações e Comunicações Externas, que foi enviada a aprovação do Professor Aguiar para depois, "todo o mesmo acordo e a sua consolidação pela forma que foi elaborada e pelo método científico em articulação directa com os diferentes métodos de investigação que havia a considerar". Além disso, mencionou o seu trabalho tendo referência a que neste se seguiu a "concepção do projecto científico do 'O trabalho científico', que já se viu também constituído por duas etapas: Antecipação, logo a seguir, que "nessa projecto se verificaram profundas alterações no seu dimensionamento pela que não foi possível um seu desenvolvimento na concepção da forma e dimensionamento das técnicas extractivas (ou descentralizadas)".

3.1 - Da relação consuetudinária,

A Igreja de Deus Brasileira é dos poucos organismos que conseguiu sobreviver à desastrosa colapso. No entanto, apesar disso, ela sofreu uma perda muito grande, a perda de seus membros. Durante a década de 1970, houve uma queda de cerca de 50% no número de membros. Isso foi devido a uma combinação de fatores, incluindo a perda de membros para outras igrejas, a perda de membros para o mundo exterior e a perda de membros para o mundo interior. A Igreja de Deus Brasileira, no entanto, conseguiu sobreviver e se recuperar. Hoje, ela é uma das igrejas mais importantes do Brasil e do mundo.

Como aspecto preliminar do selo que constitui o presente trabalho, o autor não teve nenhuma consideração especial de fundo, o único simplesmente que seria de aproximadamente 10% de aumento na análise das atividades pessoais propostas, o selo tem aspecto, os autores têm a intenção de confirmar as suas análises técnicas para "divulgar" ideias que tem em mente no elaboração deste trabalho, o equilíbrio das peças de concreto que servem como "pontos" no desenvolvimento das atividades. Tem como finalidade "trazer" ao conhecimento (tanto do leitor quanto do autor) as condições reais do funcionamento das atividades, "trazer" ao conhecimento as condições reais do funcionamento das atividades, "trazer" ao conhecimento as condições reais do funcionamento das atividades.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered.

[illegible]

4023510

Page 1 of 1
1/1/11

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

SERVIÇO DE GEOTECNIA
DIVISÃO DE FUNDAÇÕES

PROJ. 59/1/6660

FUNDAÇÕES DO PANTEÃO NACIONAL
(IGREJA DE STA. ENGRÁCIA)

Relatório

1966, Fevereiro de 1966

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - DETERMINAÇÃO DAS CONDIÇÕES EXISTENTES DE FUNDAMENTOS	2
2.1 - Os fundamentos	2
2.2 - Estado atual das fundações	3
2.3 - As condições de projeto	3

DOC. 15 LNEC – Serviço de Geotecnia. Divisão de Fundações, *Fundações do Panteão Nacional (Igreja de Santa Engrácia)*. Relatório, Fevereiro de 1966, Arquivo da DGEMN.

ANEXO Nº 1 - FOTOCOPIAS
DESENHOS DE PROJETO

Introdução

Em carta de 15 de Outubro de 1955 solicitou o Excmo. Sr. Director do Serviço de Geotecnia do LNEC a realização de uma investigação geotécnica na obra de restauração do Panteão Nacional, obra que se encontra sob a direcção da Direcção Nacional das Obras Públicas.

Segundo o estudo geológico efectuado (Relatório de Reconhecimento Geológico de Junho de 1955) encontra-se a Igreja no maciço do maciço calcário da Serra de Santa Engrácia, sobre o qual se encontra a fundação e os muros laterais da Igreja. A fundação da Igreja é constituída por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento. A fundação da Igreja é constituída por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento.

Segundo o estudo geológico efectuado (Relatório de Reconhecimento Geológico de Junho de 1955) encontra-se a Igreja no maciço do maciço calcário da Serra de Santa Engrácia, sobre o qual se encontra a fundação e os muros laterais da Igreja. A fundação da Igreja é constituída por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento.

O projecto de 1955 foi elaborado de acordo com as condições de projeto de 1955, para a obra de restauração da Igreja.

1966 - Fevereiro de 1966

ANEXO Nº 2 - FOTOCOPIAS DE PROJETO DE FUNDAMENTOS

Este anexo contém as fotocopias dos projectos de fundações da Igreja de Santa Engrácia, obra que se encontra sob a direcção da Direcção Nacional das Obras Públicas. O projecto de fundações da Igreja é constituído por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento.

2.1 - Os fundamentos

Os fundamentos da Igreja de Santa Engrácia são constituídos por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento.

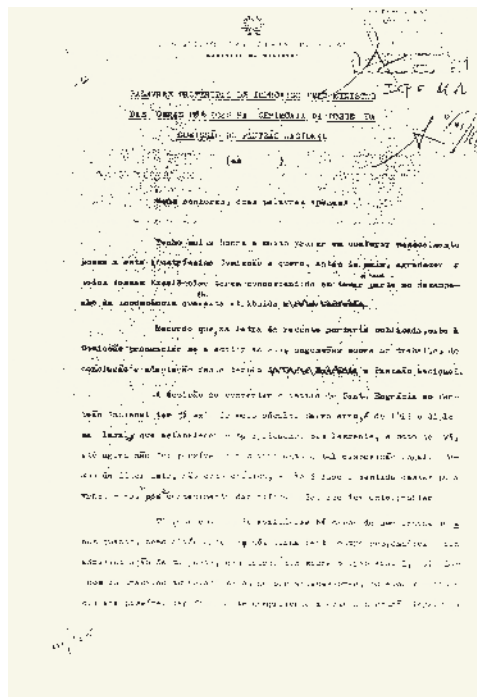
Profundidade (m)	Diâmetro (m)	Comprimento (m)	Área (m²)
0,50	1,50	1,50	2,25
1,00	1,50	1,50	2,25
1,50	1,50	1,50	2,25
2,00	1,50	1,50	2,25
2,50	1,50	1,50	2,25
3,00	1,50	1,50	2,25
3,50	1,50	1,50	2,25
4,00	1,50	1,50	2,25
4,50	1,50	1,50	2,25
5,00	1,50	1,50	2,25

A obra de restauração da Igreja de Santa Engrácia é constituída por uma única fundação de tipo "pilote" de 1,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento, com uma base de 0,50 m de diâmetro e 1,50 m de comprimento.

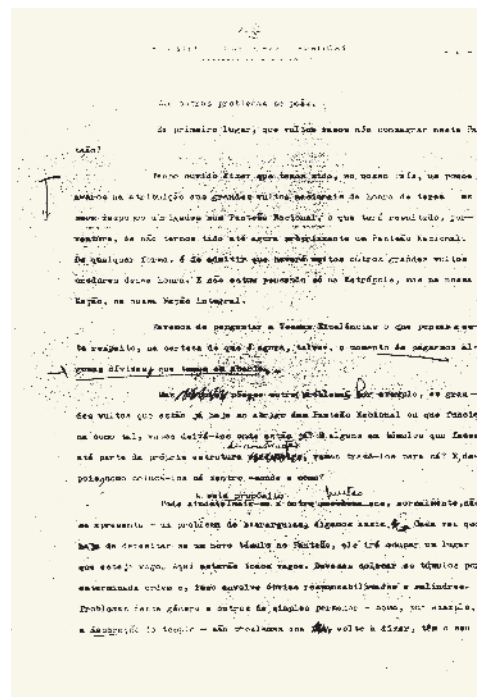
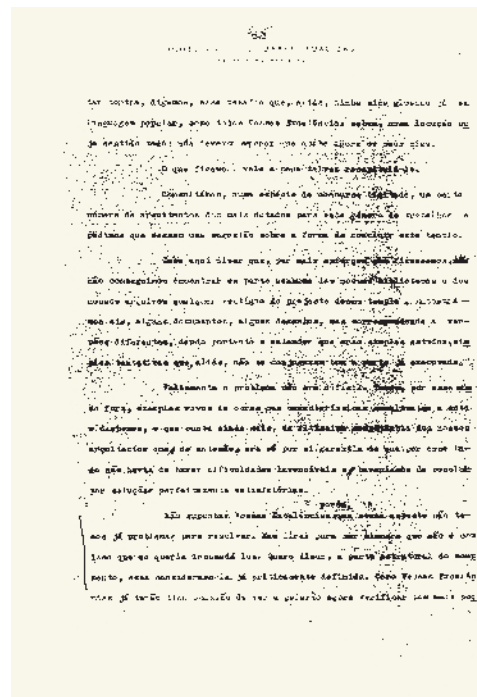
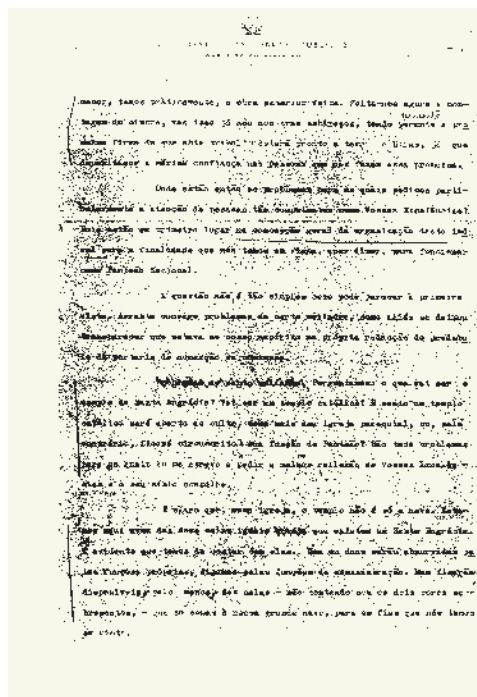
O projecto de 1955 foi elaborado de acordo com as condições de projeto de 1955, para a obra de restauração da Igreja.

1966 - Fevereiro de 1966

161



DOC. 16 Arantes e Oliveira, Palavras proferidas de improviso na cerimónia de tomada de posse da Comissão do Panteão Nacional, (cópia), 31 de Maio de 1966, Arquivo da DGEMN.



[illegible]

----- Aberta a sessão, nome da palestra o Sr. Engenheiro Diógenes de
ral dos Elifícios e Monumentos Históricos, que apresentou o cumprimento de
vinda e todum um membro da Comissão, apresentando, autografadamente, a 3ª
na presença que eu disse lhe isto aqui. -----

----- Magnificente, falo sobre o problema do arranjo urbanístico e
culculu do Portão, solicitando de Sr. Arquiteto Alv. Franco e apresenta
ção no livro da urbanização correspondente. -----

----- O Sr. Arquileu Lima Frazão passou a falar e exibiu que
pertencer ao alvarão do referido Plano, ele é o Arquileu Garvinham,
destacado pela Câmara Municipal para proceder a essas eleições, apurando os
dados das suas vantagens e incrementos. Um dos intervenientes com ele

po difundida em entalhamentos de relevos autônomos à volta do núcleo. Éste, porém, entra sob o duto que, por se longo, a manufatura não deixava de se desenvolver um pouco aguçada pelas as suas condições topográficas (interposição em relação à montanha em que está situado, vista mais importante). Característica a alguns dos edifícios que o circundam. Foi mesmo há de se

----- O Sr. Presidente da Comissão, Edsonemar Costa Araújo F. -
 me dá a palavra, em primeiro lugar para agradecer ao Sr. Tereza do Couto
 Ugo, ao Sr. Engenheiro Diogo e ao Sr. do Gabinete de Planejamento Nacional e
 José Paulo Pereira da Silva, por terem sido participantes presentes a esta reunião.

Na segunda referiu-se ao problema da urbanização, dizendo que lhe parecia muito judicioso no palavras pronunciadas a respeito dos rios detentores da urbanização proposta e aprovada. É exacto dizer-se que a norma-base da urbanização foi acanhada quando se tratou dos bairros de Vila Rica e Santos, mas, por isso, não se pode deixar de reconhecer a grande importância dos elementos da empresa para quem não o conheça.

----- Sobre o trabalho da palavra a Sur-archetector Paul Line, manifestando
a sua satisfação por ter sido posta de parte a ideia de se optar por uma pr-
ta grande e uma grande avenida à frente do edifício. Reconheceu-se ali a ne-
cessidade de conferir monumentalidade ao edifício e sobre ele se encontra acon-
tingendo.

----- O Sr. Presidente disse que vai iniciar-se a sessão do dia, com a leitura do discurso do Irmão que deve ficar no tempo da Igreja, e o Sr. Presidente e dar as quatro ordens a O. Circulares. Quando ao discurso da Irmão, explicou que ao parabenizar de continuação em programação, pois que, atualmente, e todos tinham fazendo um curso a tal velocidade.

[illegible]

----- Fortemente, o objetivo de linguagem no texto da peça seria de deixar, a
que de certa maneira facilitaria a vida e a leitura dos usuários. -----

O Sr. Presidente do Conselho disse que, por sua parte, repulsa de todas as indicações no procedimento do Sr. Chego E. João de Castro, que tocou o assunto da linguagem, aprazendo-o de que a comissão criada não tenha alguma alteração de ordem técnica. Isto é, com algumas exceções ou de mais alguma despropriedade da linguagem?

O Arquiteto Val Pereira sustentava que essa suposição não constitua problema, visto que em resultado da abertura que teve, sobre o assunto, com o Professor Sérgio B. Jull de Castro, aqueles dois nichos poderiam ser decorados et arquitetonicamente, colocando-se ali a escultura de colossale e u moça de palatin, tendo de volumar-se ali a estátu própria para fixarem se objectos necessarios ao culto.

----- O Arquiteto Val Martins expressa ainda o desejo de que as fei-
nições sejam em gesso lento que irão ocupar as nichos de interior do Ter-
pio, -----

----- A Comissão criou 4 repartições dentro o mesmo, tendo sido apor-
taçadas várias sugestões e decidiu examinar o parecer do Sr. Figueiredo
Diretor Geral das Edificações e Urbanismo. -----

----- FOLHA COMUM DA TAP - linhas interiores de 1ª e 2ª ordem coloridas

----- A Comissão Municipal, em 1974, verificou que as atividades de
uso das vulcanizadoras exigiam das três cliques universitárias do Têxtil. O Sr. Vitor
Abílio Dias, coordenador acadêmico, que, sua faculdade o Município das Artes e
Bellas Artes, informou a seguinte situação: "Atualmente, existem somente duas
cliques autorizadas no Têxtil, a

[illegible]

----- Aos dezesseis dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta e seis, reuniu-se a Comissão Consultiva para o estudo da Adaptação do Panteão Nacional de Santa Engrácia, em Lisboa, com a presença dos seguintes membros: Presidente, Professor Manuel António Soares Gonçalves; Cônego D. João Filipe de Gusmão; Professor Dr. Padre António da Silva Vaz; Professor Dr. Manuel Lopes de Almeida; Capitão de Mar e Guerra José de Almeida Franco e Arquitecto João Filipe dos Santos.

----- Aberta a sessão, o Arquitecto dos Santos procedeu à leitura da ata da 1.ª reunião, que se realizou a 10 de Março de 1966, e a qual foi aprovada por unanimidade.

- Seguidamente, o Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à ordem dos trabalhos, dando à discussão os seguintes pontos:
- A) - Elaboração dos planos que deverão ser submetidos para o Panteão Nacional;
 - B) - Organização do Panteão Nacional;
 - C) - Departamento do Estado a que ficará afecto;
 - D) Quadro de pessoal;
 - E) Visitas.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do primeiro ponto, apresentando a seguinte proposta:

----- O Panteão Nacional ficará na dependência da Direcção-Geral da Administração Pública e Social do Ministério do Interior.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do segundo ponto, apresentando a seguinte proposta:

----- O quadro de pessoal do Panteão será constituído por:

- 1 - Director - construtor;
- 2 - Capelão;
- 3 - Chefe de pessoal;
- 4 - Guarda.

----- Depois de aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Comissão, passou, então, à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.
- 1.ª) - Colocação das urnas sobre as quais se deverão colocar as seguintes inscrições:
 - 2.ª) - Colocação das urnas sobre as quais se deverão colocar as seguintes inscrições:
 - 3.ª) - Colocação das urnas sobre as quais se deverão colocar as seguintes inscrições:

----- A Comissão trouxe impressões sobre o problema a ser estudado, apresentando, para o efeito, a seguinte proposta:

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

- Alexandre de Gusmão
- Almeida Garrett
- João de Deus
- Soares dos Reis
- Vaz de Sá e Meneses
- Sá de Melo
- Sá de Melo

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- O Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Peres, deu início à discussão do terceiro ponto da ordem dos trabalhos, que trata da organização do Panteão.

----- Aos quinze e dezesseis dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta e seis, pelas dezessete horas, reuniu a "Comissão Consultiva para o Estudo da Adaptação e Panteão Nacional do Templo de Santa Engrácia, em Lisboa", com a presença dos seguintes membros: Presidente, Professor Doutor António Faria; Membros: Doutor César M. de Almeida; Professor Dr. João Baptista de Almeida; Professor Dr. Manuel Lopes de Almeida; Arquitecto Vítor Lino; Engenheiro Ricardo Nogueira; Arquitecto João de Lima Franco; Arquitecto João Filipe dos Santos. -----

----- Foi aberta a sessão, procedendo-se à leitura da acta da 2.ª reunião, que mereceu a concordância dos membros da Comissão. ----- Seguidamente, o Sr. Presidente da Comissão, Professor Doutor António Faria, deu início à ordem dos trabalhos, que passou na seguinte ordem:

A) - Resolução do problema relativo à indicação dos valores que deverão ser transferidos para o Panteão Nacional.

B) - Programa de adaptação.

Muito embora tenha sido o objecto da reunião anterior a indicação dos valores que deverão ser transferidos para o Panteão Nacional, tendo ficado acordado, nessa reunião, a transferência dos sete valores que as entidades tuteladas na Data de Implantação do Mosteiro dos Jerónimos, a Comissão voltou a pronunciar-se sobre o problema, dando o veredicto de que se ratifica tal resolução. -----

----- Dada a ordem e para o efeito, os membros da Comissão apresentaram, individualmente, as suas opiniões, apontando algumas das suas vantagens e inconveniências. -----

----- Diante do problema, actualizado, de definitivo, que se trata de transferir para Santa Engrácia todos os valores que se encontram no Mosteiro do Mosteiro dos Jerónimos, uma vez que ali foram tutelados por um século, então, se decidiu, unanimemente, -----

----- Então, por unanimidade, se pronunciou individualmente a seguinte resolução: -----

----- Quanto aos valores que se encontram tutelados no seguinte ponto do Vale, as capelas próprias do mosteiro local, se obedecerem aos seus desenhos, manifestados em vida, por decorações típicas de toda a arquitectura e respeito, ou em qualquer caso, deverão seguir-se as regras locais a que estão ligadas por fundos continuados. -----

----- A Comissão foi ainda da parecer que, em relação aos valores das entidades as capelas próprias ou as demais locais o que melhor se conservará seria conveniente atender aos seus usos, por manifesta insuficiência de meios, esses títulos, se encontrarem abandonados deverão proceder-se à sua conservação, à medida possível. -----

----- O Sr. Presidente da Comissão passou, então, à segunda parte da ordem dos trabalhos, que tratava do programa de adaptação do Panteão Nacional, problema já abordado na sessão anterior. -----

----- Para o efeito o Sr. César M. de Almeida deu a seguinte ordem de trabalhos: -----

1.ª - **Resolução do Problema:** Dado que o Templo não se destina à Igreja por qualquer caso em que houvera bula da Igreja, foi de opinião que a adaptação deverá ser de carácter, isto é, feita particularmente nas grandes salas.

2.ª - **São haver duplicação de edifícios religiosos nos Jerónimos, e na Santa Engrácia, pelo que se decidiu que o Mosteiro dos Jerónimos se faria apenas a conservação correspondente à sua actual situação dos cadáveres.**

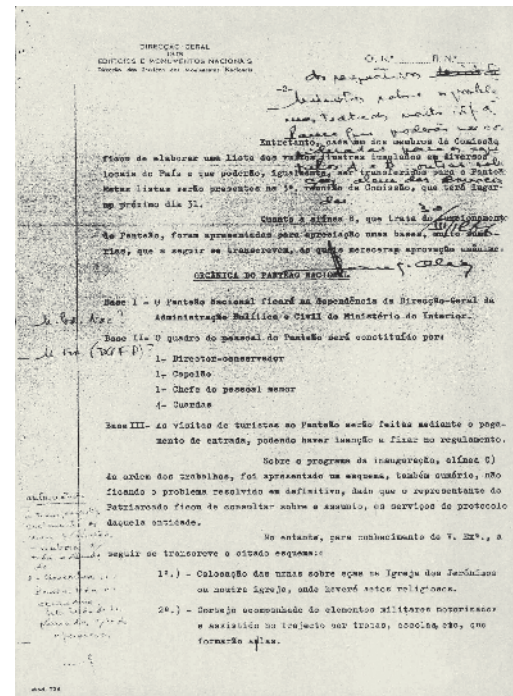
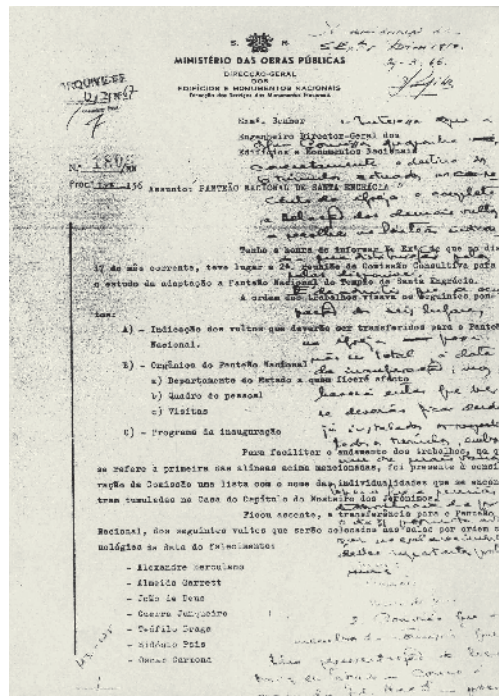
3.ª - **Resolução Nacional:** Dado que a adaptação religiosa de grande importância, uma das salas de reunião.

----- A Comissão deu a sua conclusão no seguinte sentido: -----

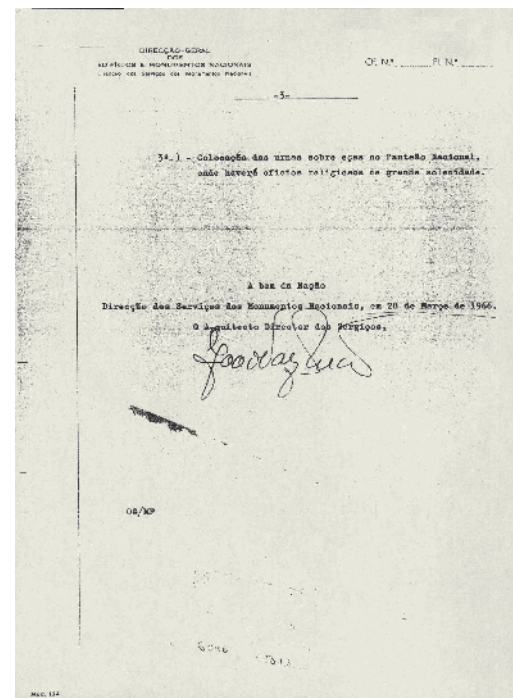
----- No entanto, haverá ainda necessidade de desenvolver o programa de adaptação do Panteão Nacional, pelo que o problema actualizado é o seguinte: -----

----- O Sr. Presidente da Comissão visto o seguinte modo proceder para a adaptação, considerando, neste âmbito, os trabalhos concluídos.

DOC. 19 Comissão Consultiva para o estudo da adaptação a Panteão Nacional do templo de Santa Engrácia, Acta N.º 3, (cópia), s.d. (1966?), Arquivo da DGEMN.



DOC. 20 João Filipe Vaz Martins, Ofício dirigido ao engenheiro José Pena Pereira da Silva informando acerca das decisões da Comissão do Panteão Nacional, (cópia), 28 de Março de 1966, Arquivo da DGEMN.



Despacho de Sua Excelência o
MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS,
exercido no ofício nº. 1306 de
28 de Março de 1966

1. - Interesse que a digna Comissão proponha concretamente o destino dos seis túmulos situados no recinto da Igreja e complete a relação dos demais vultos a recolher no Panteão indicando a sua distribuição pelas salas disponíveis.

É de admitir que a ocupação dos seis lugares na Igreja possa não ser total, à data da inauguração; mas haverá então que ver se deverão ficar desde já instalados todos os túmulos, embora um ou mais vazios.

Espero que a reunião anunciada para o dia 31 permita avançar no esclarecimento destes importantes problemas.

2. - Convinha que os membros da Comissão que têm representação de Secretarias de Estado - Como é o caso da Educação Nacional - procurassem colher os pontos de vista dos respectivos Ministros sobre os problemas tratados nesta formação.

Parece que poderão ser consideradas para os capítulos A e B outras soluções além das enunciadas.

30-3-66.- a). E. Arantes e Oliveira.

DOC. 21 Eduardo Arantes e Oliveira, *Despacho acerca das decisões da Comissão do Panteão Nacional*, (cópia), 30 de Março de 1966, Arquivo da DGEMN.

DOC. 22 Eduardo Arantes e Oliveira, *Despacho* louvando os funcionários dos Serviços dos Monumentos Nacionais que mais se distinguiram no estudo e execução das obras de Santa Engrácia, (cópia), 17 de Dezembro de 1966, Arquivo da DGEMN.


MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO MINISTRO

AO EX.º SR. REG.º DO
MONUMENTOS NACIONAIS
Para conhecimento e avaliação
Data 23/12/66
O Engenheiro (Assessor Geral)

POR DETERMINAÇÃO DE S. EX.º O MINISTRO
DAS OBRAS PÚBLICAS
Ao Ex.º Sr. D. G. E. M. N.
PARA SE DIGNAR ~~RECORRER~~ *dar conhecimento* **DESPACHO**
21/12/1966 *cimento aos interessados*
O CHEFE DO GABINETE

Assinatura

Terminadas em condições dignas do maior realce as obras de
construção e restauro do templo de Santa Engrácia e da sua adaptação a Pan-
teão Nacional é-me muito grato assinalar o merecimento da actuação exem-
plarmente dedicada e competente dos serviços responsáveis da Direcção Ge-
ral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, designadamente os Serviços dos
Monumentos Nacionais que tiveram sobre si a responsabilidade do estudo e
execução de complexa empreendimento, conferindo especial louvor aos se-
guintes funcionários que mais se distinguiram

*A' Ex.º Sr. Reg.º
para conhecimento
cimentar a função
da sua actividade
af. D. J. Andrade
27.12.66*

Arquitecto João Filipe Van Martin
Arquitecto Gonçalo Augusto Davin Barbosa Lyster Franco
Arquitecto Frederico Castano de Carvalho
Engenheiro Civil Rui Mário Pedreira de Almeida
Engenheiro Electrotécnico José João da Costa Barros Magalhães
Gus Azevedo
Agente Técnico de Engenharia Civil José da Conceição Van
Agente Técnico de Engenharia Civil António da Silva Macedo
Desenhador Henrique Costa
Desenhador José Alexandre Costa
Encarregado Geral José Sequeira
Encarregado da Oficina de Cantaria António da Conceição Lou-
renço
Encarregado de Pedreiros José Carlos
Encarregado de Pedreiros Benedito Gregório
Encarregado de Electricistas Filipe Raposo Lopes
Fiscal Electrotécnico Luís Filipe de Sousa Ferreira
Fiscal Electrotécnico Francisco da Visitação Godinho Campos

SECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS
17 DEZ 1966
8946 9/13 3

Lisboa, 17 de Dezembro de 1966

DIR. GER. DOS EDIF.
NACIONAIS

M/LP.

26/12/66

O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS,
Eduardo de Arantes e Oliveira

APÊNDICE FOTOGRAFICO E GRÁFICO

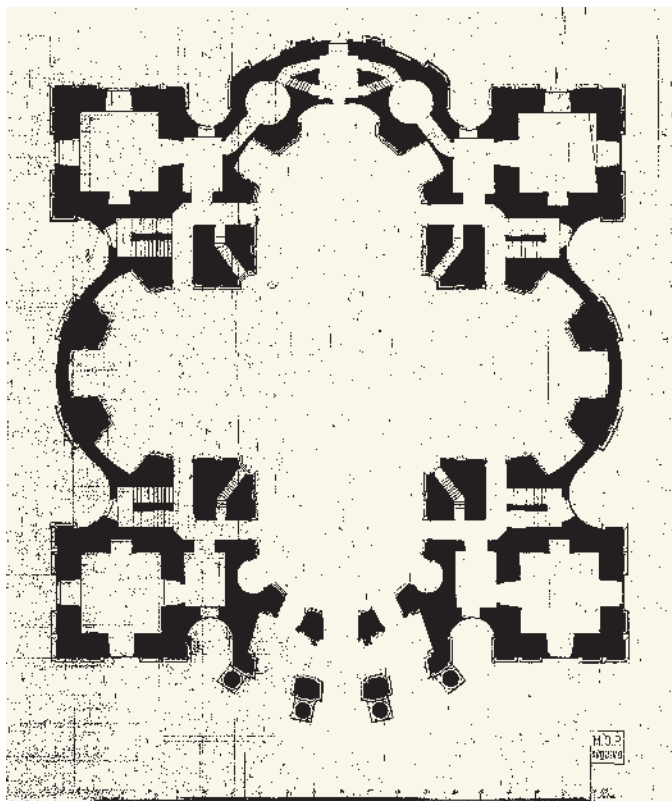


FIG. 1 Planta térrea da igreja de Santa Engrácia, Honorato Correia de Macedo, início do século XIX, Antigo Arquivo do MOP.

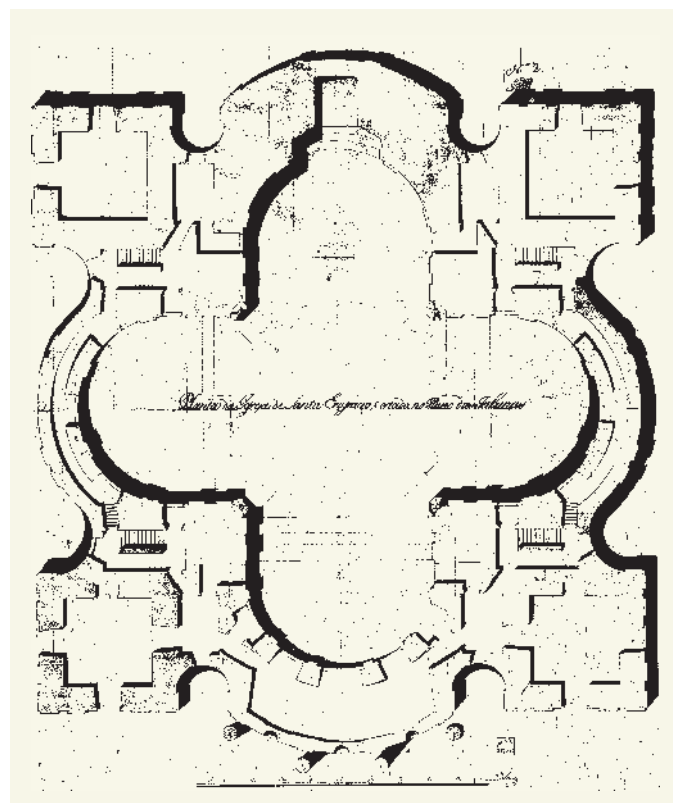
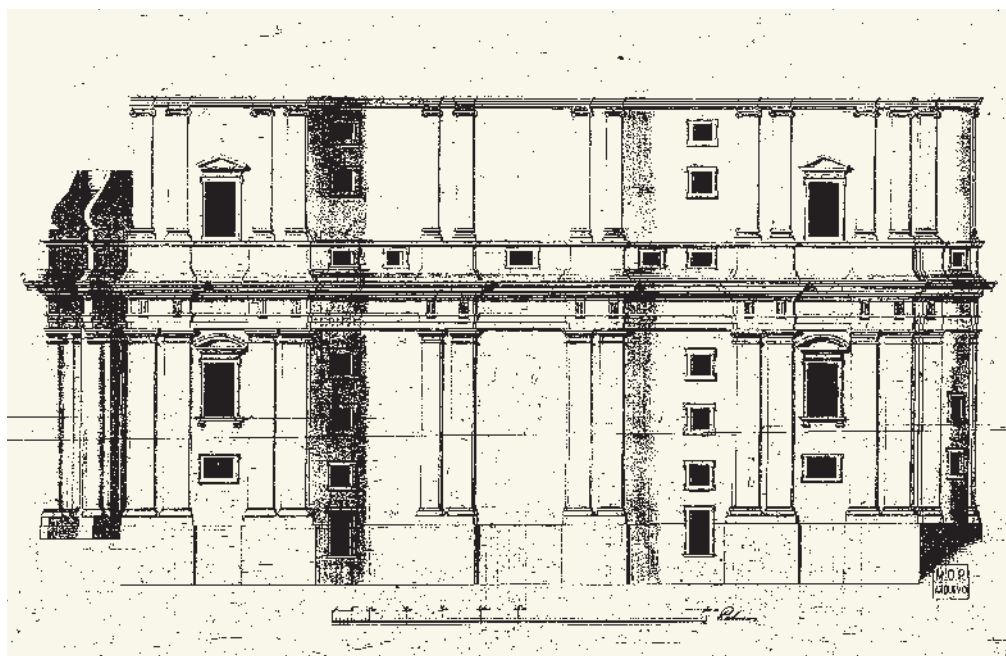


FIG. 2 Planta da igreja de Santa Engrácia ao nível das tribunas, Honorato Correia de Macedo, início do século XIX, Antigo Arquivo do MOP.

FIG. 3 Alçado da fachada principal da igreja de Santa Engrácia (poente), Honorato Correia de Macedo, início do século XIX, Antigo Arquivo do MOP.



FIG. 4 Alçado da fachada lateral direita da igreja de Santa Engrácia (sul), Honorato Correia de Macedo, início do século XIX, Antigo Arquivo do MOP.



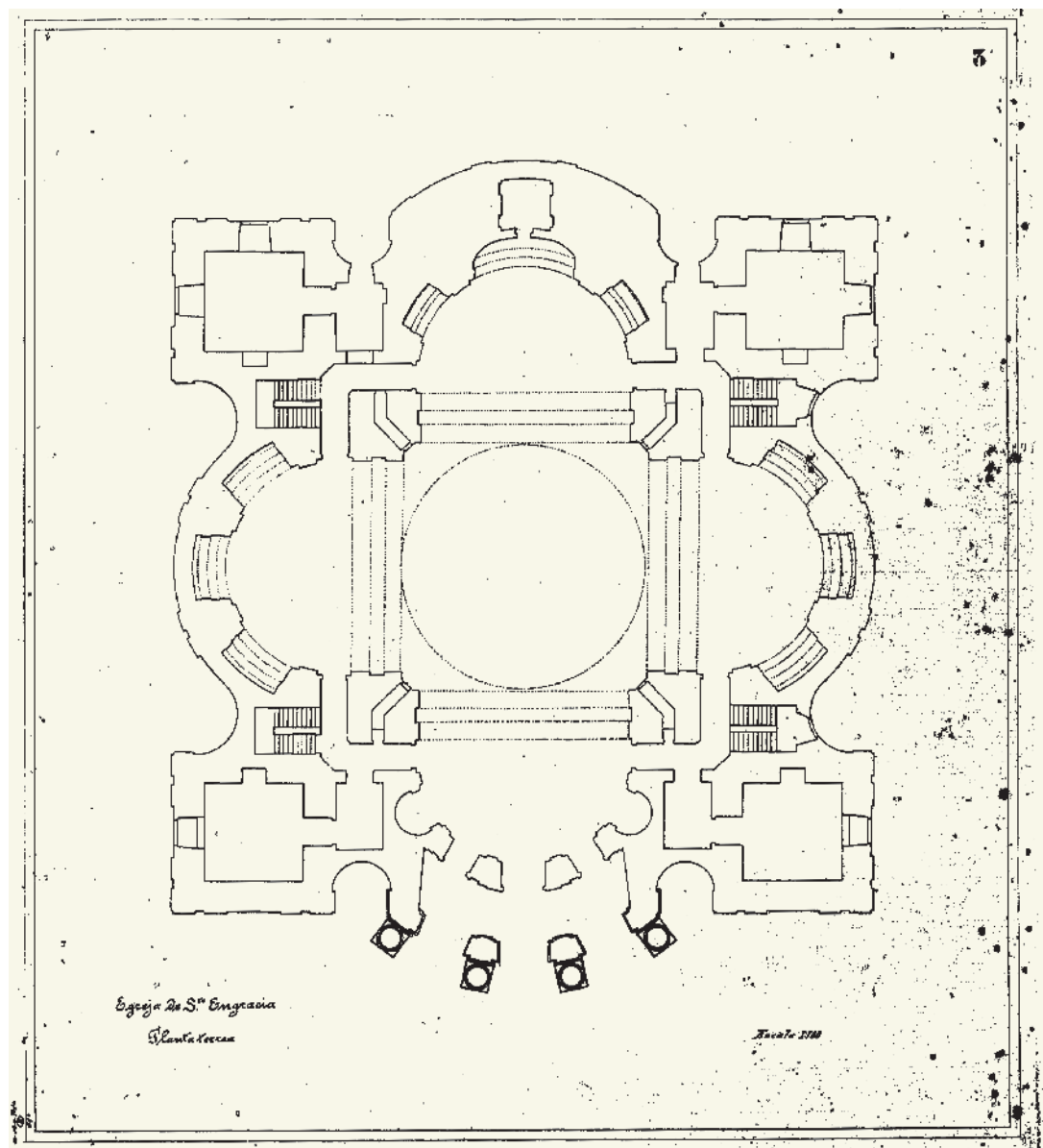


FIG. 5 Planta térrea da igreja de Santa Engrácia, s.a., s.d., Arquivo da DGEMN.

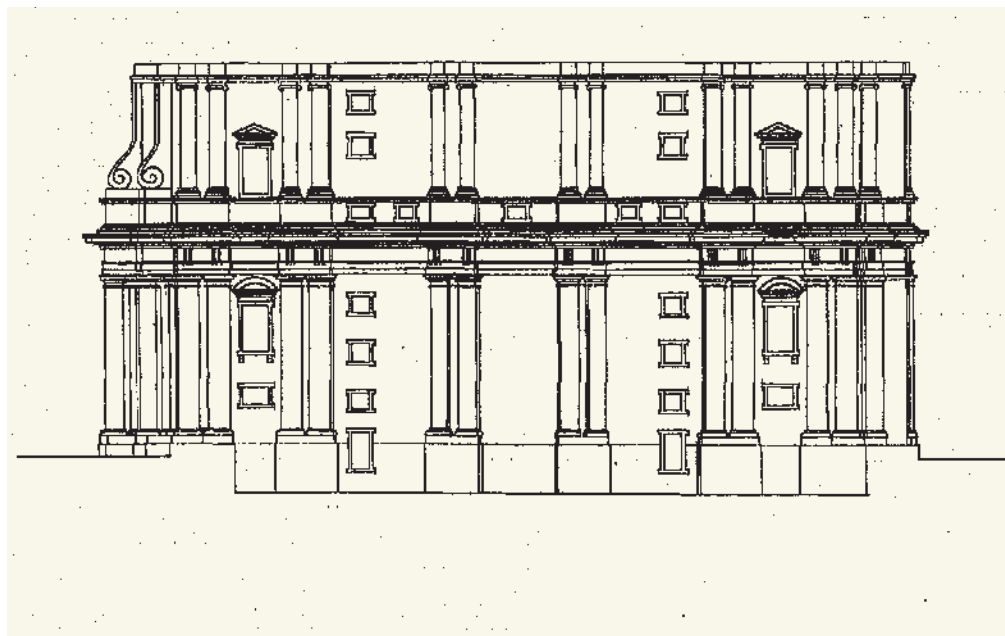


FIG. 6 Alçado lateral da igreja de Santa Engrácia (Sul), s.a., s.d., Arquivo da DGEMN.

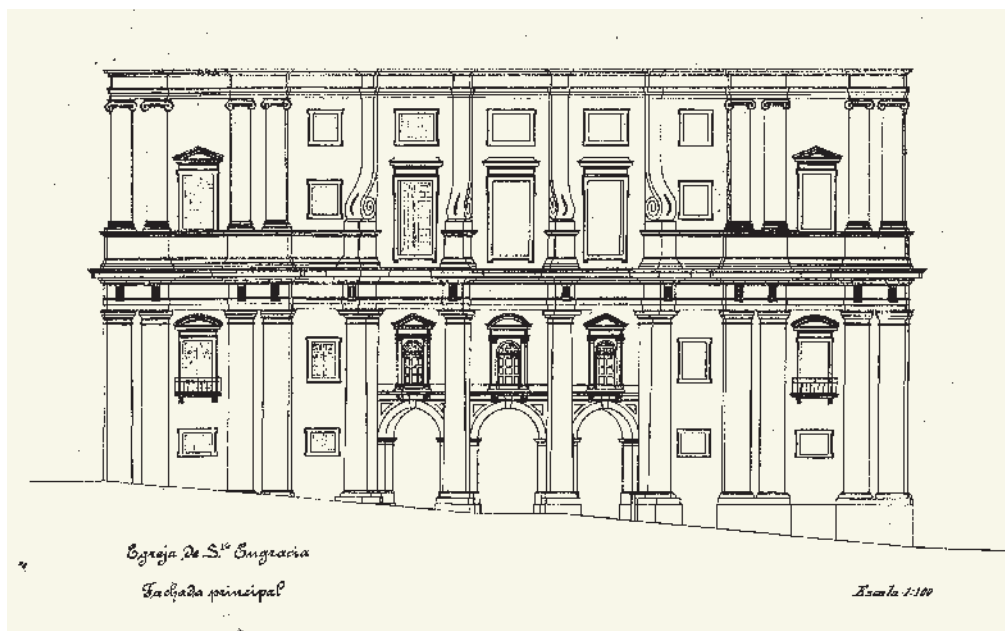


FIG. 7 Alçado da fachada principal da igreja de Santa Engrácia (Poente), s.a., s.d., Arquivo da DGEMN.



FIG. 8 Reconstituição do Templo Salomão, corte longitudinal, Juan Bautista Villalpando.

**Monasterio de San Lorenzo
de El Escorial**

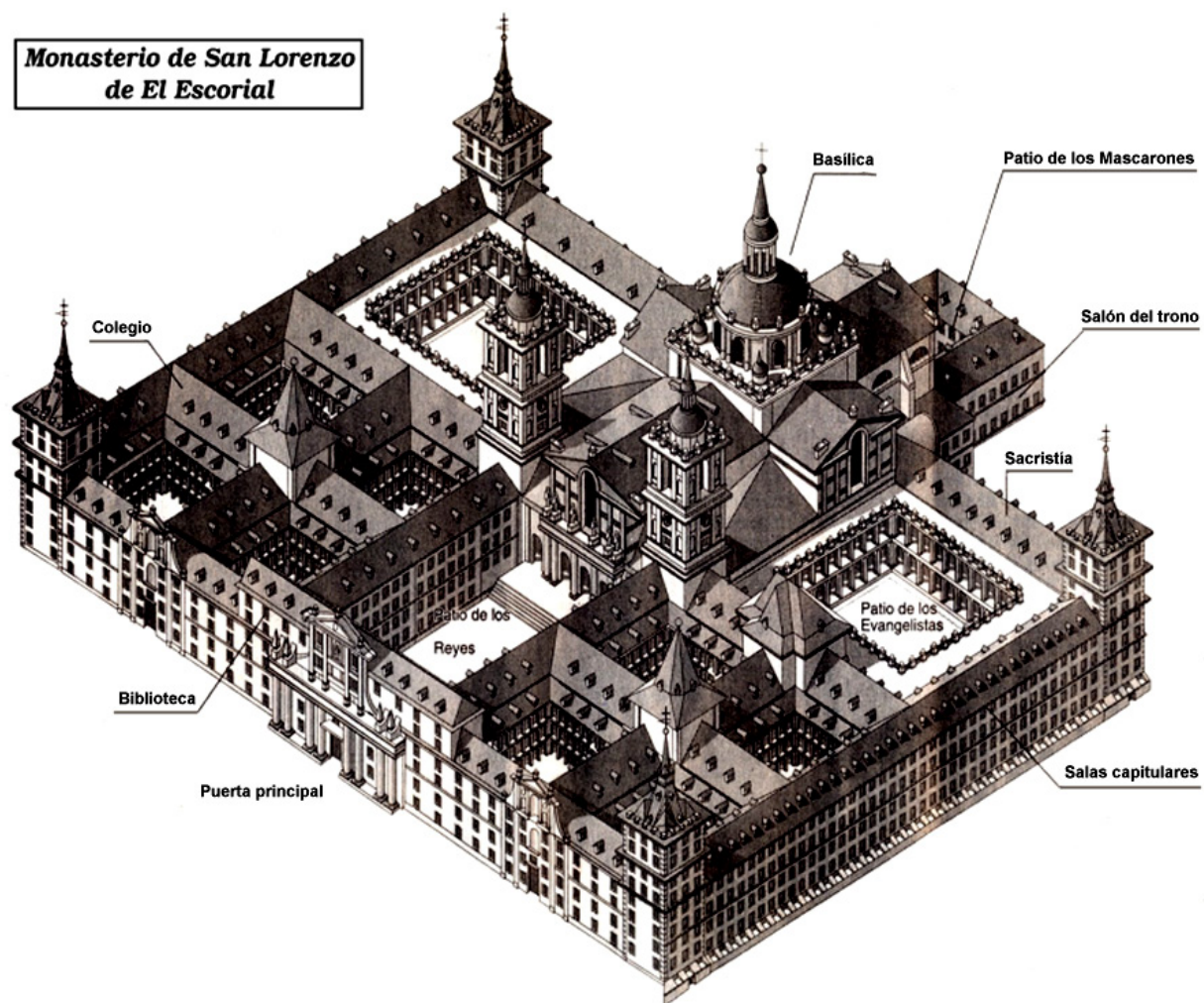


FIG. 9 Mosteiro do Escorial, perspetiva axonométrica
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escorial-monasterio-01.png>

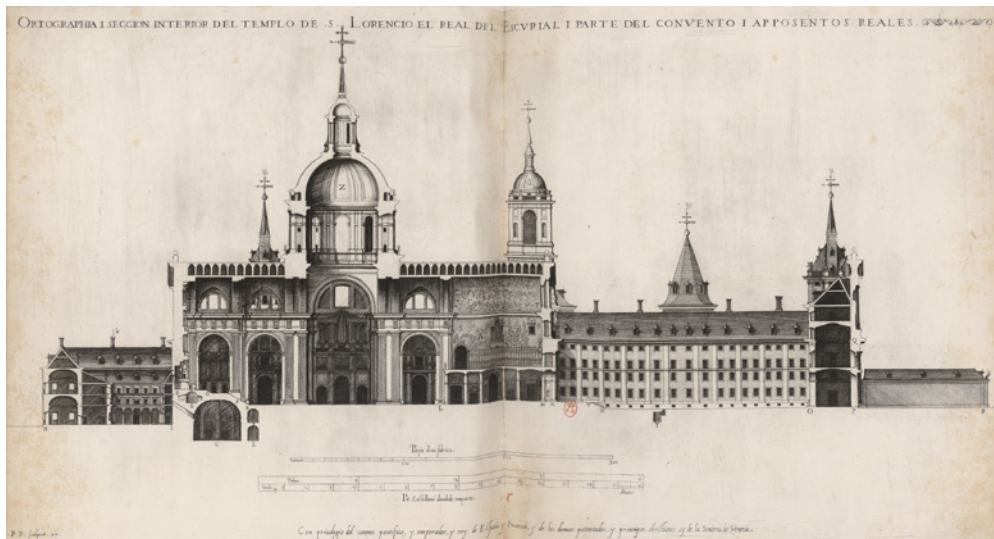


FIG. 10 Atlas Joan Blaeu, 1667: *Scenographia Fabricae S. Lavrentii in Escvriali* (pormenor).

FIG. 10a Mosteiro do Escorial, corte longitudinal mostrando a cúpula, gravura de Pedro Perret segundo um desenho de Herrera. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ortographia_i_seccion_interior_del_templo_de_S._Lorenco_el_Real_del_Escorial_i_parte_del_convento_i_apposentos_reales_-_P._P._sculpit_\(15\)87_-_btv1b53194465w_\(2_of_3\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ortographia_i_seccion_interior_del_templo_de_S._Lorenco_el_Real_del_Escorial_i_parte_del_convento_i_apposentos_reales_-_P._P._sculpit_(15)87_-_btv1b53194465w_(2_of_3).jpg)



FIG. 11 São Salvador de Úbeda, cúpula, Diego de Siloé e Andrés de Vandelvira, século XVI.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ubeda_-_Capilla_del_Salvador_04.jpg



FIG. 12 Planta da freguesia de São Vicente com a representação da igreja de Santa Engrácia. Arquivo Municipal de Lisboa, PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-MMM-000002



FIG. 13 Planta da freguesia de Santa Engrácia com a representação da igreja de Santa Engrácia. Arquivo Municipal de Lisboa, PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-MMM-000003



FIG. 14 Panteão Nacional. Fotografia Luís Pavão, 1995 (ref. J106-003)



FIG. 15 Fotografia aérea da Basílica de São Pedro do Vaticano.
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luchtfoto_van_de_Sint_Pieterskerk\(1506-1626\)_en_het_Sint_Pietersplein_met_284_Dorische_zuilen_en,_SFA008000296.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luchtfoto_van_de_Sint_Pieterskerk(1506-1626)_en_het_Sint_Pietersplein_met_284_Dorische_zuilen_en,_SFA008000296.jpg)

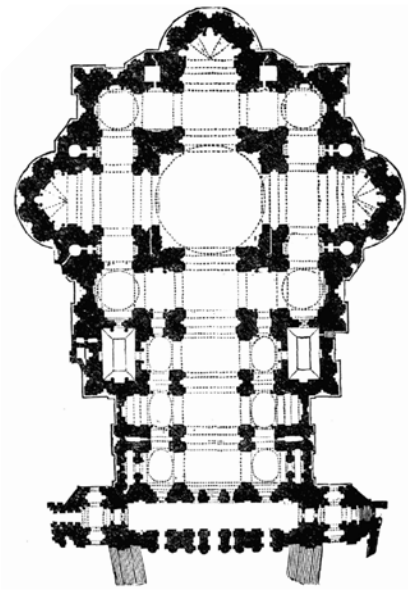


FIG. 16a Planta da Basílica de São Pedro do Vaticano.

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L-Kuppel-Petersdom.png>

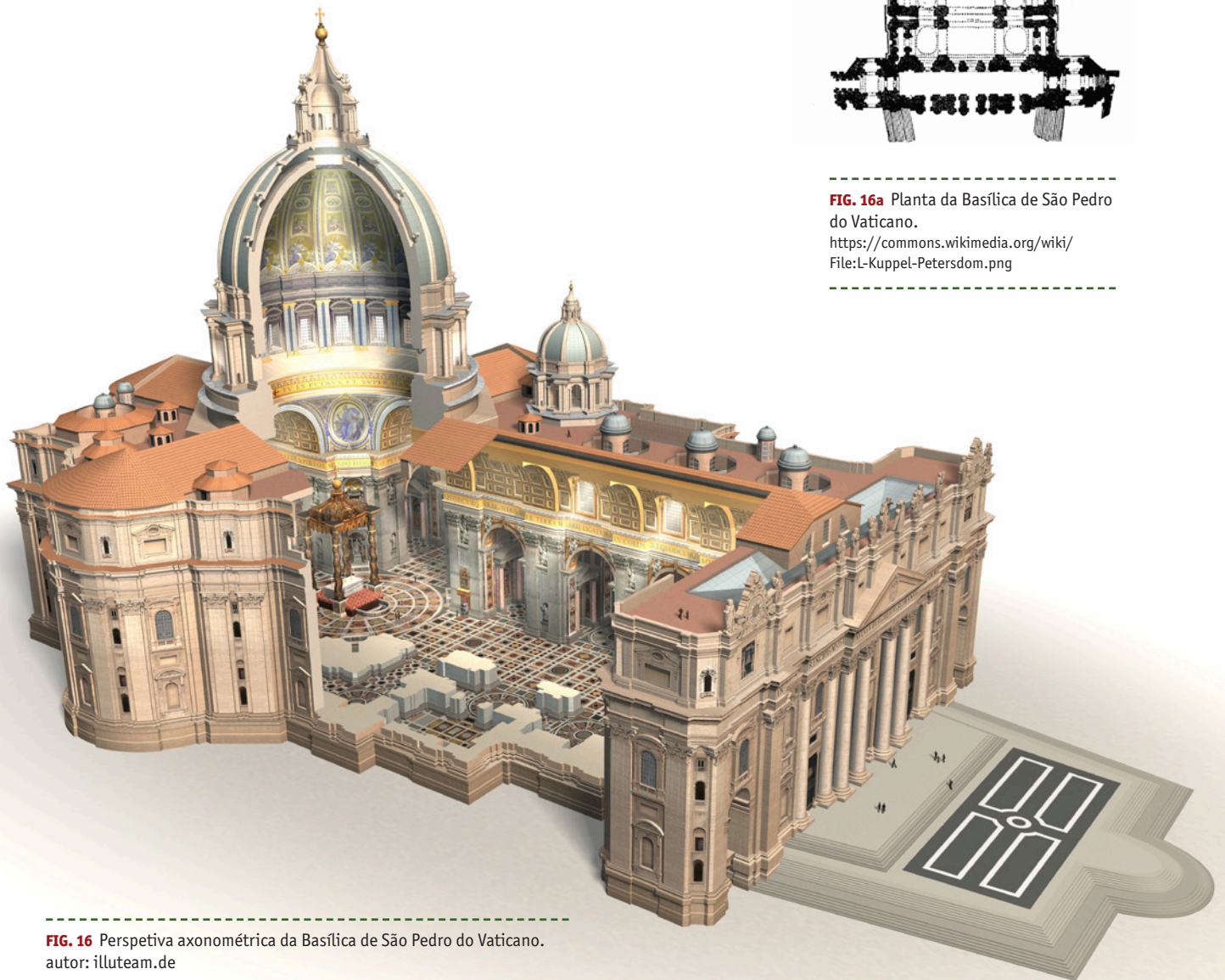


FIG. 16 Perspetiva axonométrica da Basílica de São Pedro do Vaticano.
autor: illuteam.de



FIG. 17 Reprodução do projeto de Miguel Ângelo para a Basílica de São Pedro do Vaticano, Biblioteca Vaticana, in Ayres de Carvalho, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, ANBA, Lisboa, 1971, fig. 139.

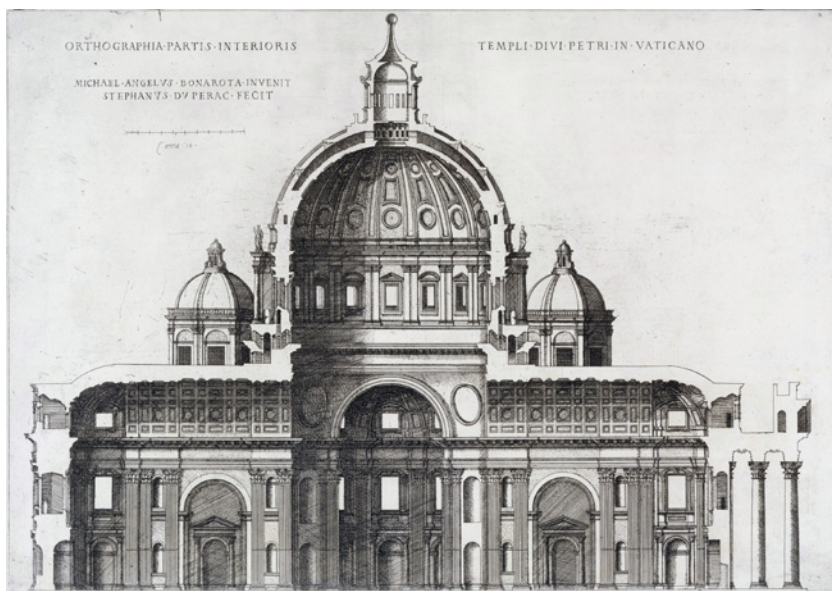


FIG. 17a Corte longitudinal do projeto de Miguel Ângelo para a Basílica de São Pedro do Vaticano, Etienne Duperac.
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Speculum_Romanae_Magnificentiae_-_Longitudinal_Section_Showing_the_Interior_of_Saint_Peter%27s_Basilica_as_Conceived_by_Michelangelo_\(Published_in_1569\)_MET_DT203425.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Speculum_Romanae_Magnificentiae_-_Longitudinal_Section_Showing_the_Interior_of_Saint_Peter%27s_Basilica_as_Conceived_by_Michelangelo_(Published_in_1569)_MET_DT203425.jpg)

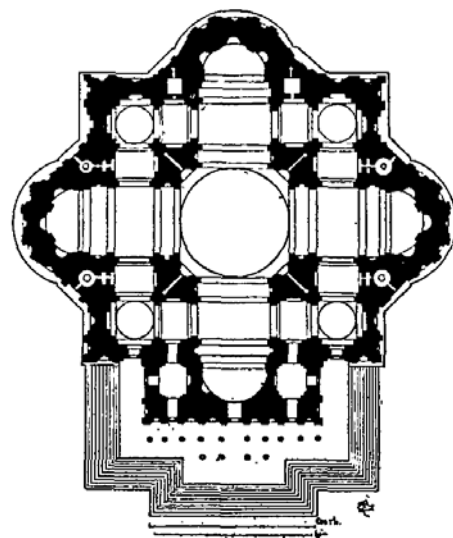
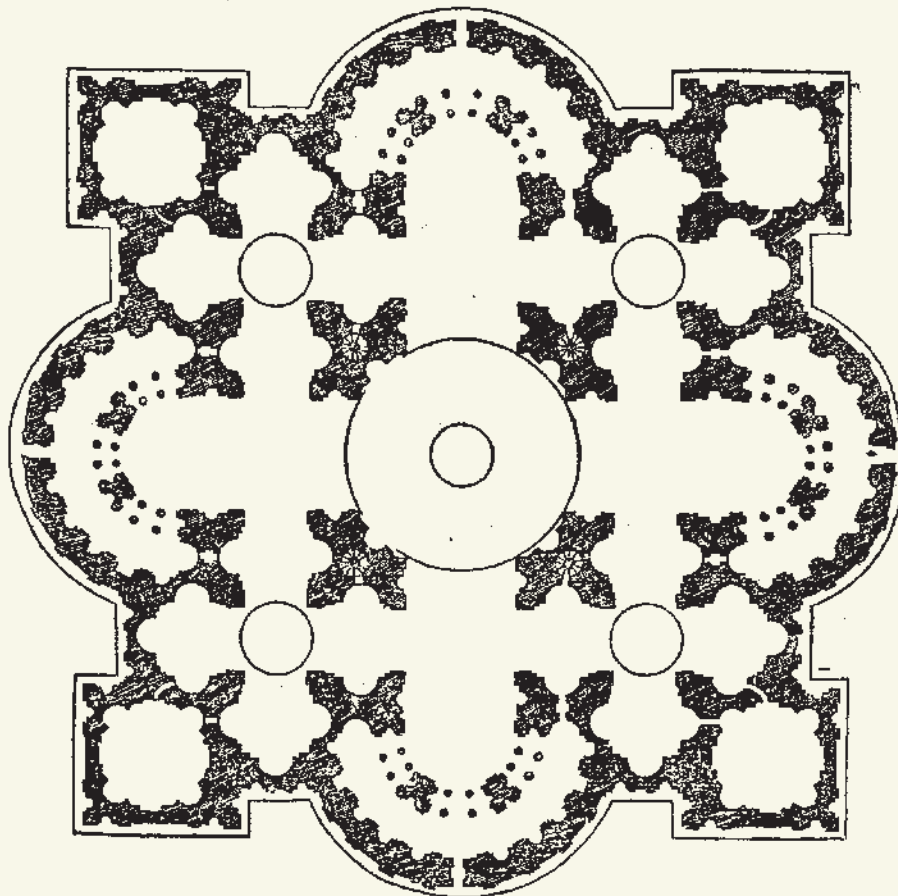


FIG. 17b Reprodução da planta da Basílica de São Pedro do Vaticano de Miguel Ângelo, in Léon Palustre, *L'Architecture de la Renaissance*, 1892, pág. 59.



El tempo di Gio: si troua in Roma Baldo per Petrucci Senefe, non solamente grande, ma molto intelligente ne l'architettura, il quale, seguitando pero i vestigi di Bramante, fece un modello nel modo qui. fono disposti, volendo che l'ipso hauesse in parte, e ch. l'altre maggiore fusse nel mezzo, et a i. 4. angoli ci andauano quattro sacristie, se bene quel si potessero fare li componi per ornamento, ma intanto ne la faccia di mezzo ha la guarda verso la città. Il presbitero et il tempio è misurato a punto antico Romano: e prima nel mezzo da l'un pilastro a l'altro è pinto cento e quattro. Il diametro de la cuppola di mezzo è pinto cento e cinquanta. Il diametro de la cuppola di picciola è pinto lxx. Il resto de le sacristie è pinto. I quattro pilastri di mezzo fanno quattro archi, quando si entra nella cuppola, et i quattro archi sono più fatti l'altro, e de i quali pinto cento. e se pre questi archi ci andaua vna tribuna molto ornata di colonne cō la sua cuppola sopra, e qui sta ordinato Bramante prima ch'ei morisse la pianta de la quale è qui ne la seguente carta.



Planta para S. Pedro do Vaticano ideada por B. Peruzzi, em que se inspirou o architecto João Antunes para erigir Santa Engrácia. Cfr. as notas finais com a tradução das notícias de Serlio

— DO TRATADO DE SERLIO

FIG. 18 Planta da Basílica de São Pedro do Vaticano, in Serlio Peruzzi, *Tutte L'Opere d'Architettura et prospetivadi Sebastiana Serlio Bolgnese Divisi in sette Libri*, Venetia, Appresso Giacomo de Franceschi, MDCXIX.



FIG. 19 Alçado da Basílica de São Pedro do Vaticano, Antonio da Sangallo o jovem.
<https://images.metmuseum.org/CRDImages/dp/original/DP830866.jpg>

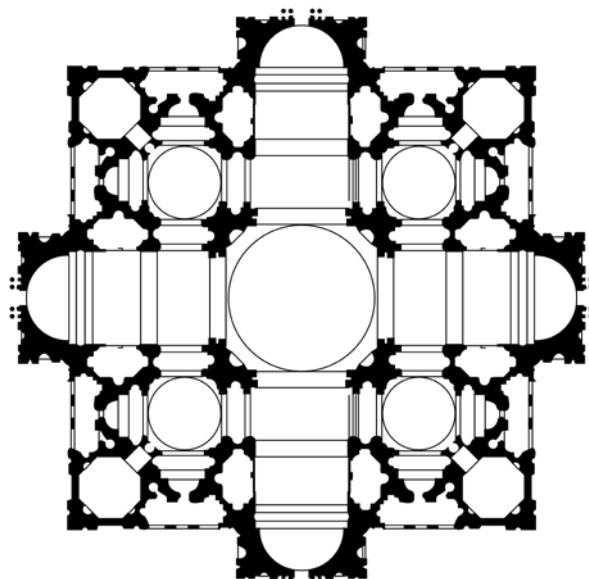


FIG. 20 Planta da Basílica de São Pedro do Vaticano, Bramante, in Léon Palustre, *L'Architecture de la Renaissance* (1892), pág. 44.

FIG. 21 Templo de São Pedro em Montório, Bramante
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Tempietto_di_San_Pietro_in_Montorio.jpg



FIG. 21a Corte transversal do templo de São Pedro em Montório de Bramante.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tempetto_-_S_Andrea_IRen_700.jpg

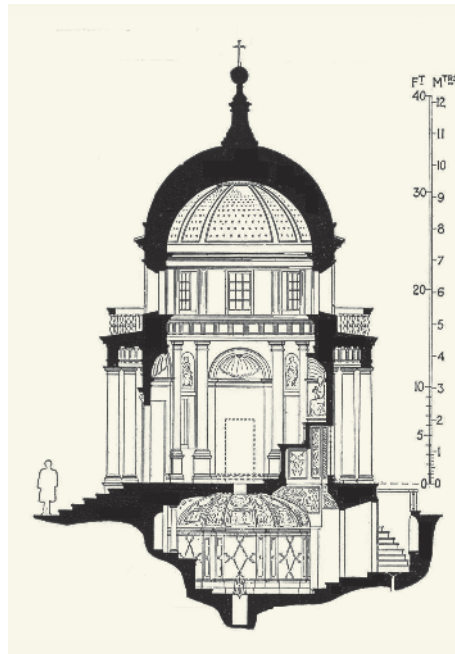


FIG. 21b Planta do templo de São Pedro em Montório de Bramante.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tempietto_-_Plattegrond_Serlio.jpeg

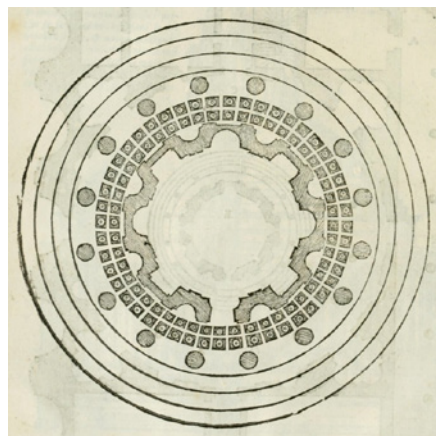
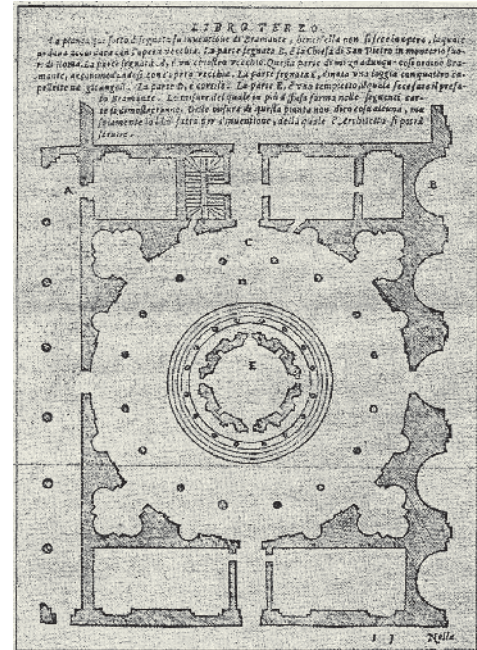


FIG. 21c Planta e alçado do templo de São Pedro, em Montório, de Bramante, Sebastião Serlio – *Tutte l'opere d'architettura et prospettiva*.

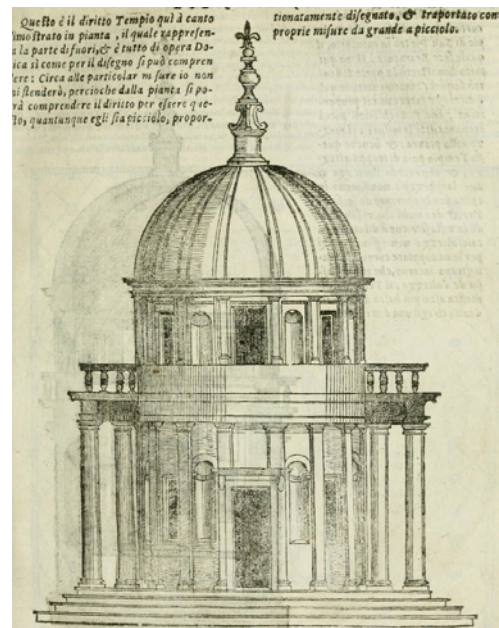




FIG. 22 Estudos de Leonardo da Vinci de igrejas de planta centralizada, cobertas por cúpula central.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Leonardo_da_vinci,_Studies_of_central_plan_buildings.jpg

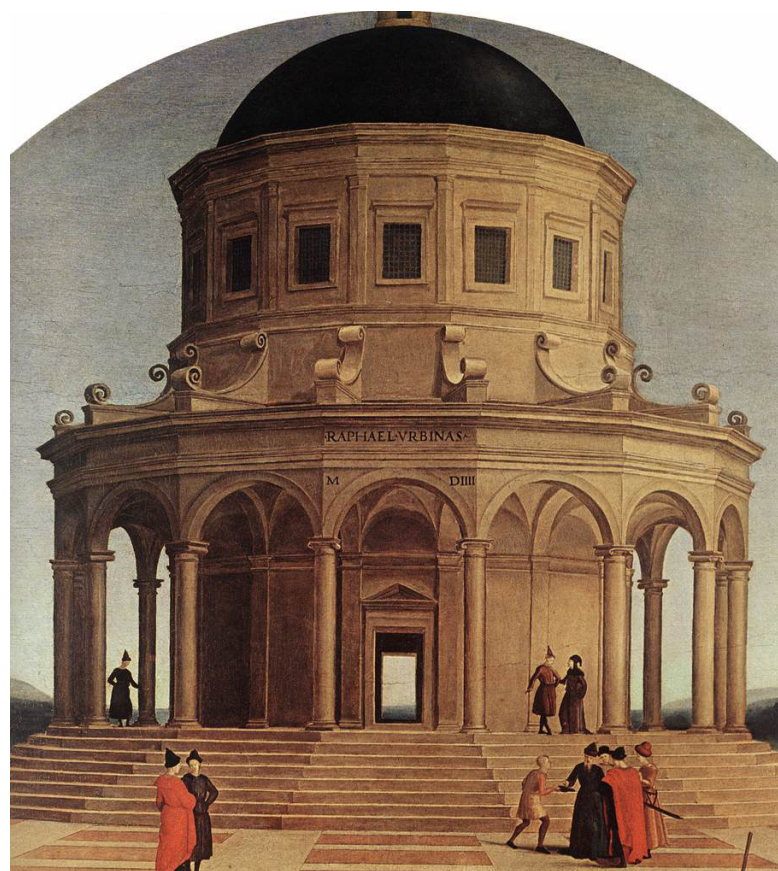


FIG. 23 *Esponsais da Virgem* (pormenor), Rafael.
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_da_Virgem_\(Rafael\)#/media/Ficheiro:Raffaello_-_Sposalizio_-_Web_Gallery_of_Art.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_da_Virgem_(Rafael)#/media/Ficheiro:Raffaello_-_Sposalizio_-_Web_Gallery_of_Art.jpg)



FIG. 24 Portal principal da igreja de Santa Engrácia, João Antunes e Claude de Laprade(?), in Ayres de Carvalho, *As Obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, ANBA, Lisboa, 1971, fig. 56.



FIG. 25 Portal da antiga sacristia do Colégio de Santo Antão-o-Novo em Lisboa, João Antunes, in *João Antunes Arquitecto. 1643-1712*, igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, IPPC, Lisboa, 1988, pág. 23.

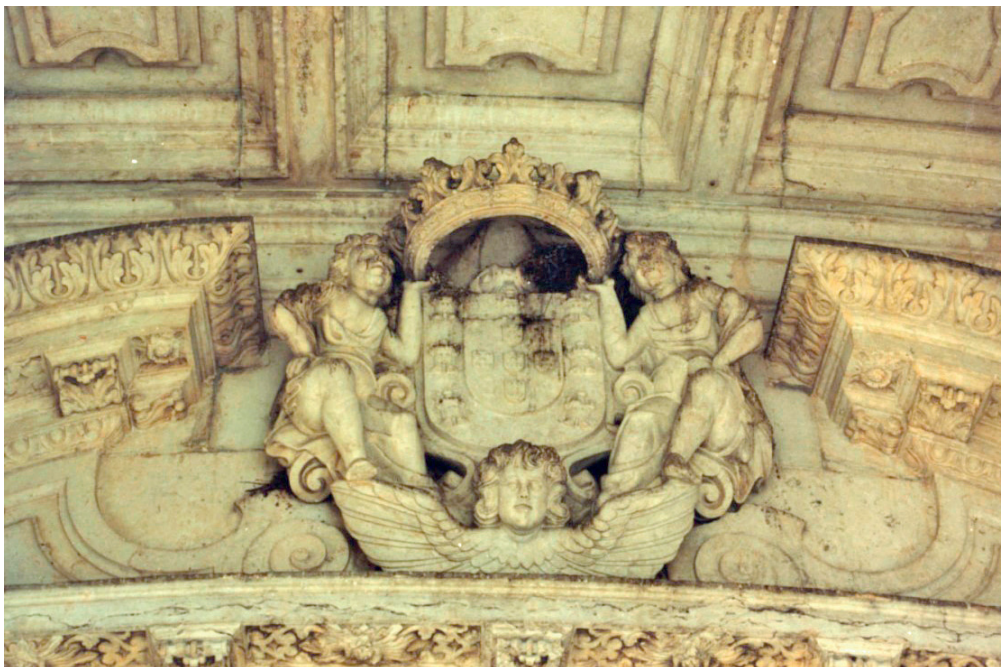


FIG. 26 Coroamento do portal principal da igreja de Santa Engrácia, Claude de Laprade (?). Fotografia da autora, 1999.

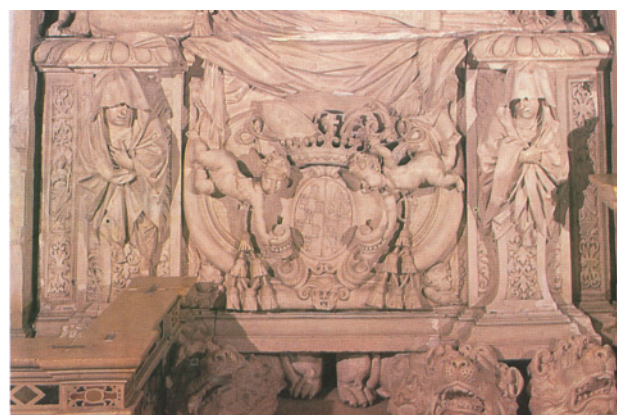


FIG. 27 Pormenor do túmulo do bispo D. Manuel de Moura Manuel, capela de Nossa Senhora da Penha de França, Vista Alegre, Claude de Laprade, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pág. 117.

FIG. 27a Via Latina do Palácio Reitoral da Universidade de Coimbra, composição de Claude de Laprade, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pág. 118.



FIG. 28 Igreja do Bom Jesus da Cruz em Barcelos, João Antunes.
PT PCIP/SIPA FOTO. 00708503, Joaquim Gonçalves, 2005.

FIG. 28a Planta da igreja do Bom Jesus de Barcelos, João Antunes.
PT PCIP/SIPA DES. 00006164

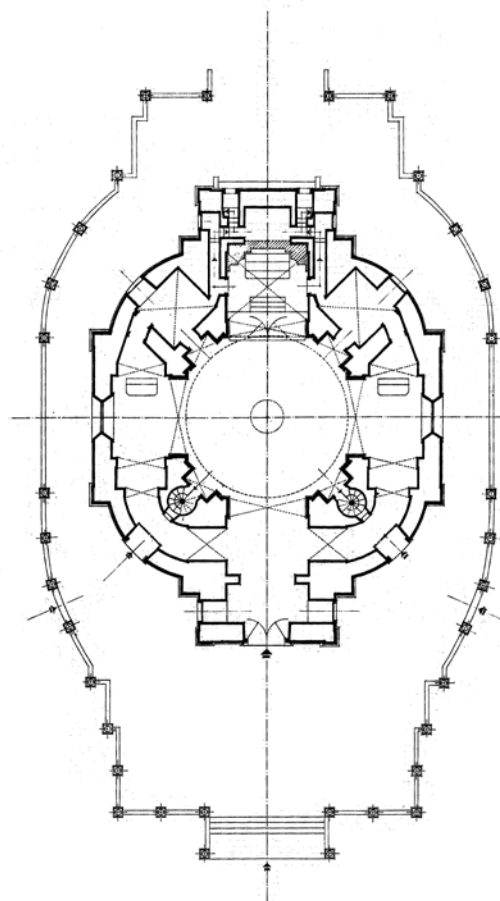




FIG. 29 Retábulo da Capela da Quinta do Calhariz em Sesimbra, João Antunes, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 8, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pág. 115.

FIG. 29a Túmulo da Princesa Santa Joana, Convento do Jesus em Aveiro, João Antunes. ADF





FIG. 30 Igreja de Santa Engrácia, fachada principal, volutas invertidas, Du Verger, fotografia da autora, 1999.



FIG. 31 Igreja do mosteiro de Val-de-Grâce, Mansart e Le Muet, gravura de J. Marot, in Ayres de Carvalho, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, ANBA, Lisboa, 1971, fig. 165.



FIG. 32 Vista de Lisboa, mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, Lisboa (Museu do Azulejo), século XVIII, in Ayres de Carvalho, *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*, ANBA, Lisboa, 1971, fig. 35.



FIG. 33 Fachada principal da igreja de Santa Engrácia, gravura de Flora, 1851, in *Archivo Pittoresco*, Vol. I, Typographia de Castro & Irmão, Lisboa, 1858, pág. 281.



FIG. 34 Interior da igreja de Santa Engrácia, gravura, in *Archivo Pittoresco*, Vol. VI, Semana 7, Typographia de Castro & Irmão, Lisboa, 1863, pág. 53.

FIG. 35 Vista da igreja de Santa Engrácia ("Pantheon Real"), postal, s.a., s.d., in *Album de Bilhetes postais: vistas de Lisboa*, V. 10, Coleção Bárcia, N.º 33, Gabinete de Estudos Olisiponenses, MNL, 13 G/34.



FIG. 36 Vista da fachada principal da igreja de Santa Engrácia, postal, s.a., s.d., in *Album de Bilhetes postais: vistas de Lisboa*, V. 10, Coleção Bárcia, N.º 34, GEO.





FIG. 37 Fachada principal da igreja de Santa Engrácia, cliché Morato, in *ABC*, N.º 29, 27 de Janeiro de 1921, pág. 12.



FIG. 38 Relógio da fachada principal da igreja de Santa Engrácia (inícios do século XX).



FIG. 39 Funerais de D. Carlos e de D. Luís Filipe, vista da igreja de Santa Engrácia, David Chaves Cruz, 1908, s.a., Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CRU/000731.



FIG. 40 A igreja de Santa Engrácia vista do rio Tejo, Eduardo Portugal, s.d.,
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000404



FIG. 41 Gravura da igreja de Santa Engrácia , s.a., s.d., in *Diário de Lisboa*, 13 de Dezembro de 1956, pág. 9.

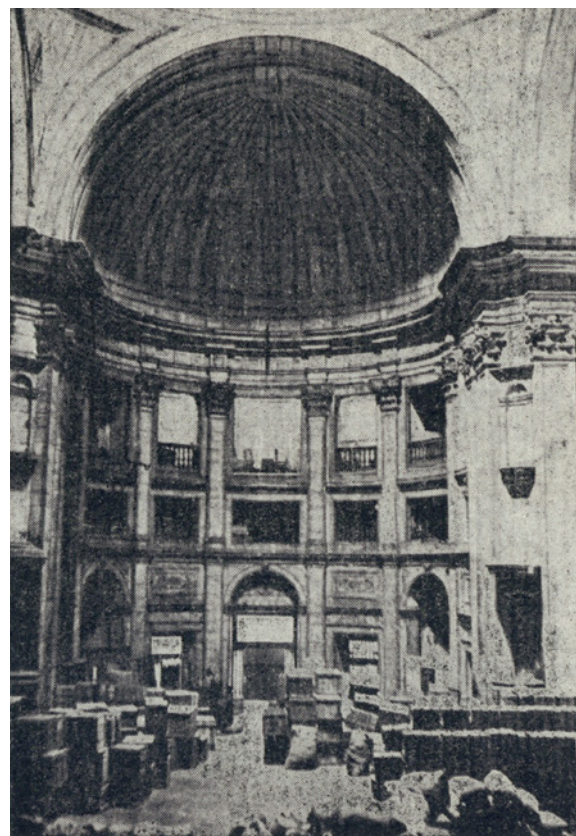


FIG. 42 Interior da igreja de Santa Engrácia, in António do Couto, *A Igreja de Santa Engrácia Panteão Nacional*, Separata da Revista "Olisipo", Ano VII, N.º 28, Lisboa, Outubro de 1944.



FIG. 43 Interior da igreja de Santa Engrácia, s.a., c. 1917, Fotog. Museu Militar de Lisboa.



FIG. 44 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia, alçado principal, Caetano Elias, desenhos de Mariano Alves Pio e José Telles de Faria, 1831, Antigo Arquivo do MOP.



FIG. 45 Idem, outra solução para o remate da fachada, Antigo Arquivo do MOP.



FIG. 46 Idem, desenho mostrando as duas soluções em simultâneo, Antigo Arquivo do MOP.

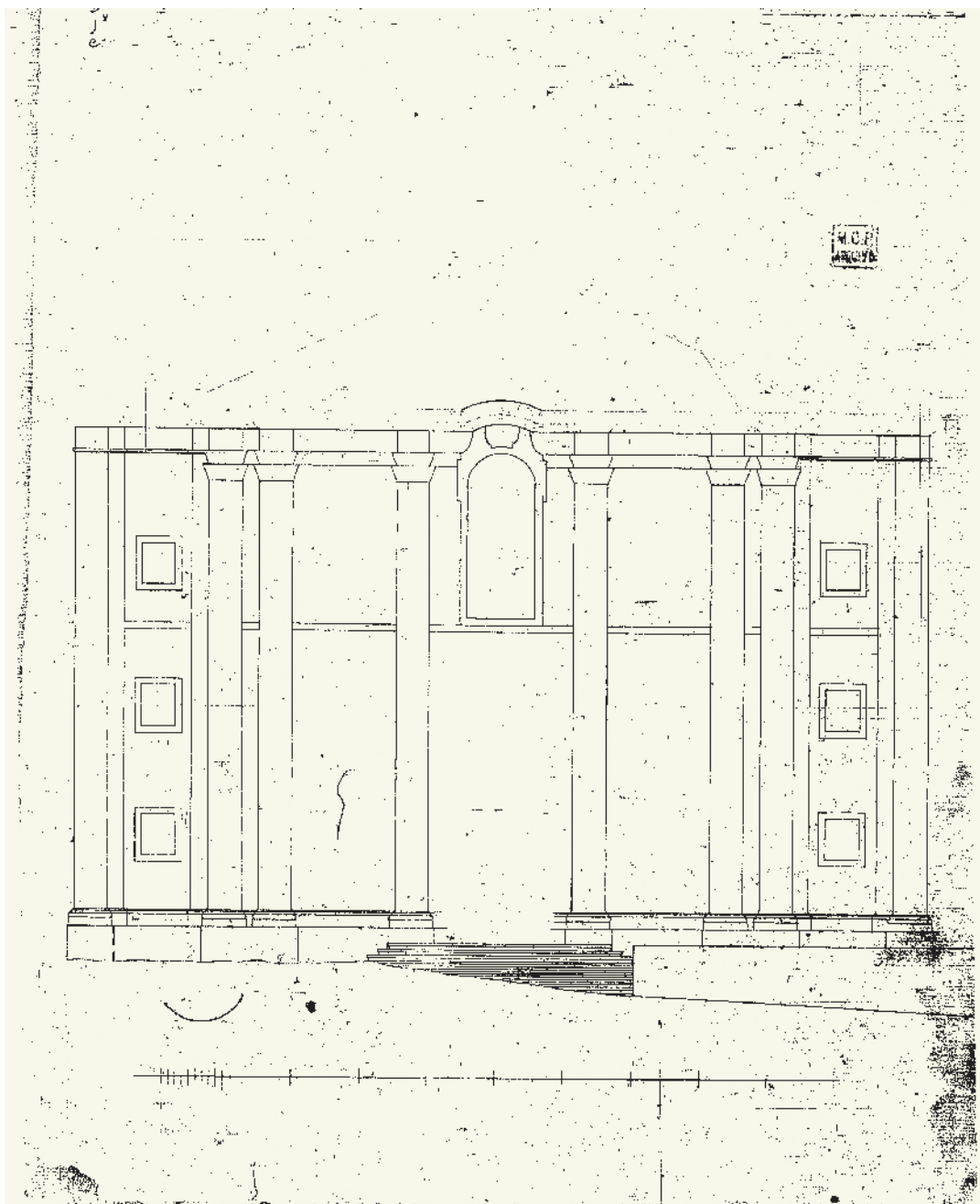


FIG. 47 Idem, esboço da fachada principal, Antigo Arquivo do MOP.



FIG. 48 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia, desenho da fachada principal, Ventura Terra, 1905, in Fialho de Almeida, *Lisboa Monumental*, CML, Lisboa, 1957, pág. 35.

FIG. 49 Fotografia da Comissão encarregue de estudar a adaptação da igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional (Pereira Dias, Júlio Dantas, José de Figueiredo, Gustavo de Matos Sequeira, Luiz Pastor de Macedo e Cristino da Silva), 1935, in *O Século*, 20 de janeiro de 1935, pág. 6.





FIG. 50 Fachada principal da igreja de Santa Engrácia antes da sua conclusão, A. Couto, 1958, Arquivo da DGEMN.



FIG. 51 Igreja de Santa Engrácia, galilé, García Nunes, s.d., Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001931



ALÇADO POENTE

ESCALA 1/200

LUIZ BENAVENTE
ARQUITECTO 1953.

FIG. 52 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado principal (Poente), Luís Benavente, 1953, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/LB/C/001/2019/4

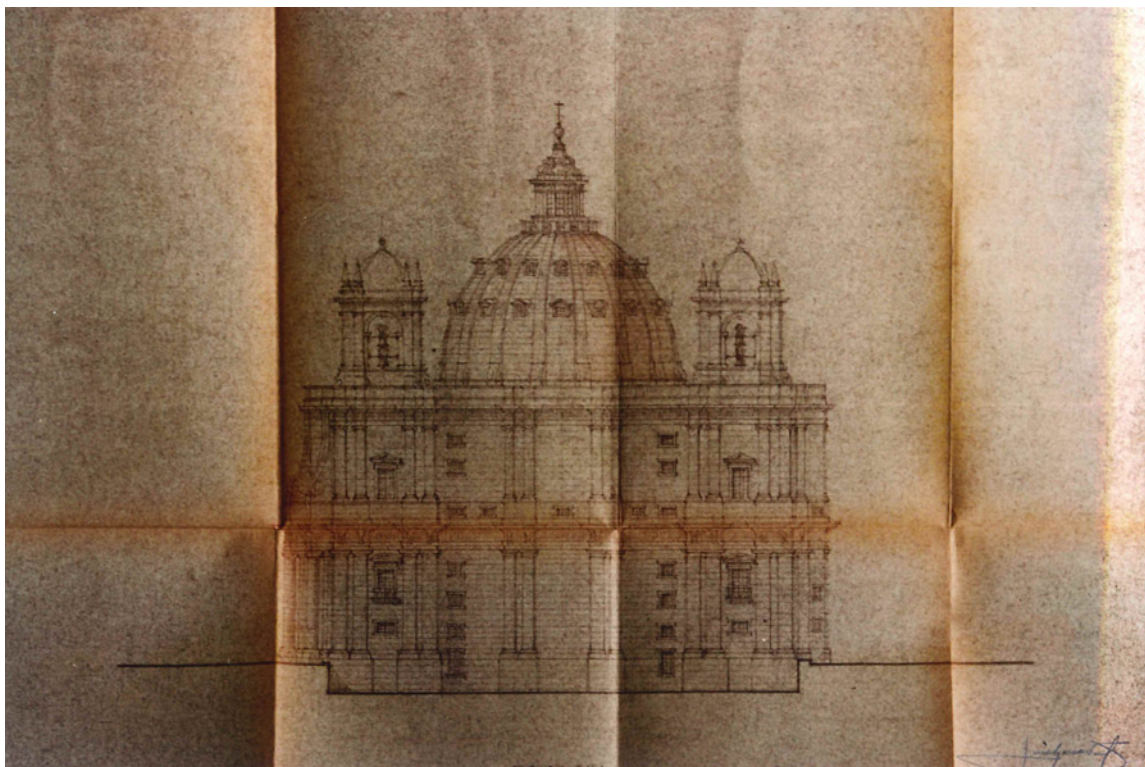
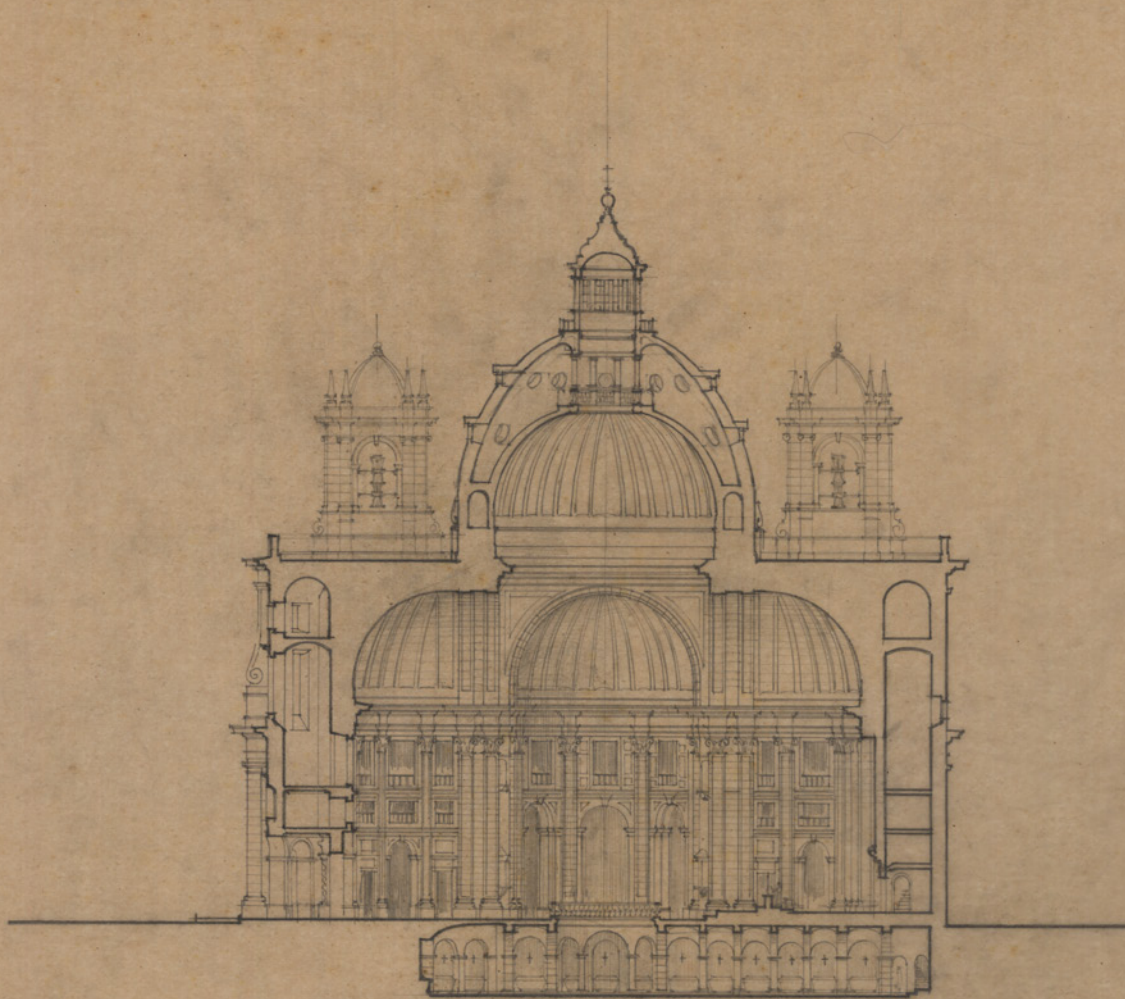


FIG. 53 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado Sul, Luís Benavente, 1953, Arquivo da DGEMN, fotografia da autora.



CORTE LONGITUDINAL

ESCALA 1/200

ESTUDO DE 2011-2012
LUIZ BENAVENTE
ARQUITECTO - 1952

FIG. 54 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, corte longitudinal, Luís Benavente, 1953, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/LB/C/001/2019/1.



FIG. 55 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, solução com cúpula sobre tambor, alçado principal (poente), Luis Benavente, 1953, PT/TT/LB/C/001/2019/5.

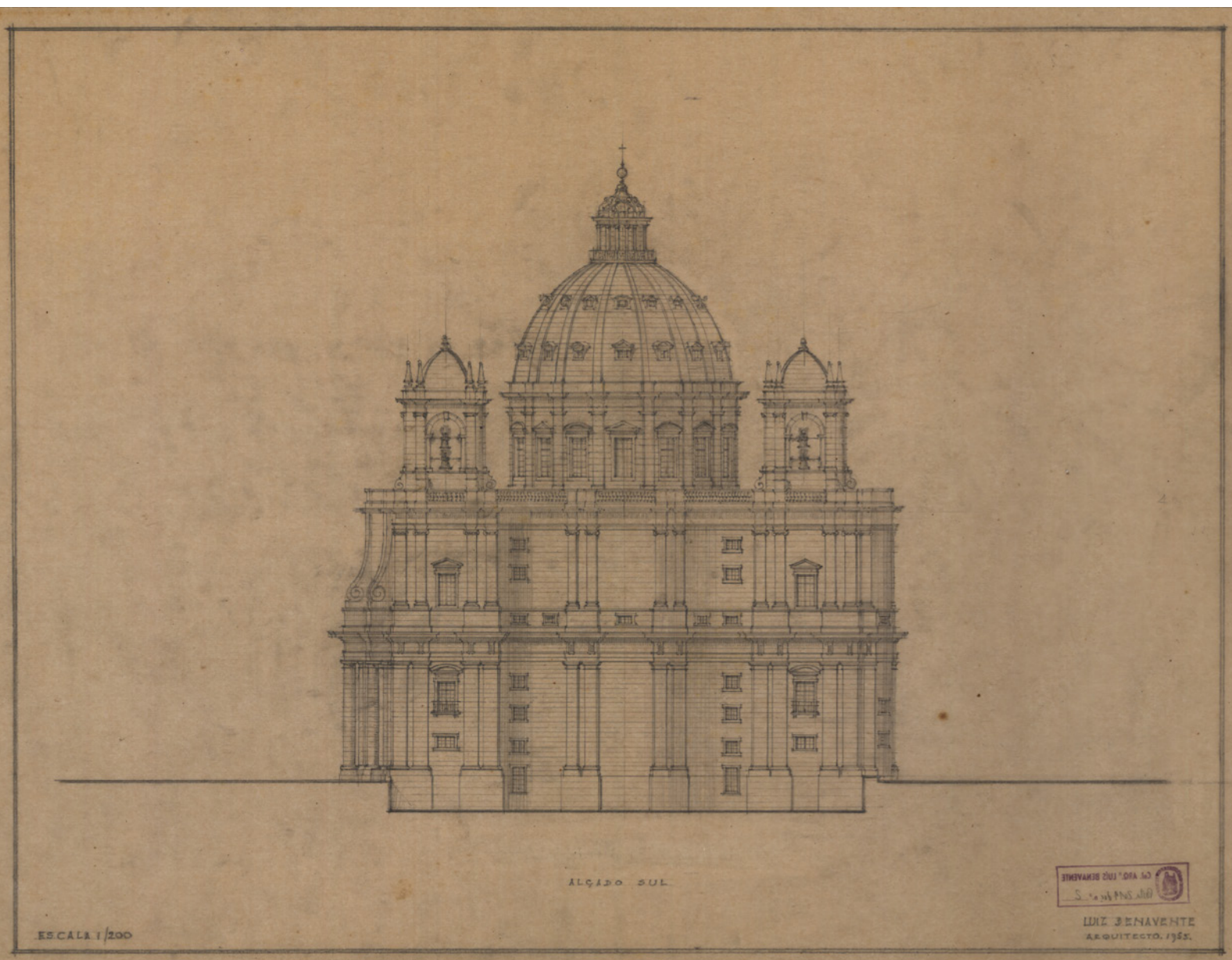
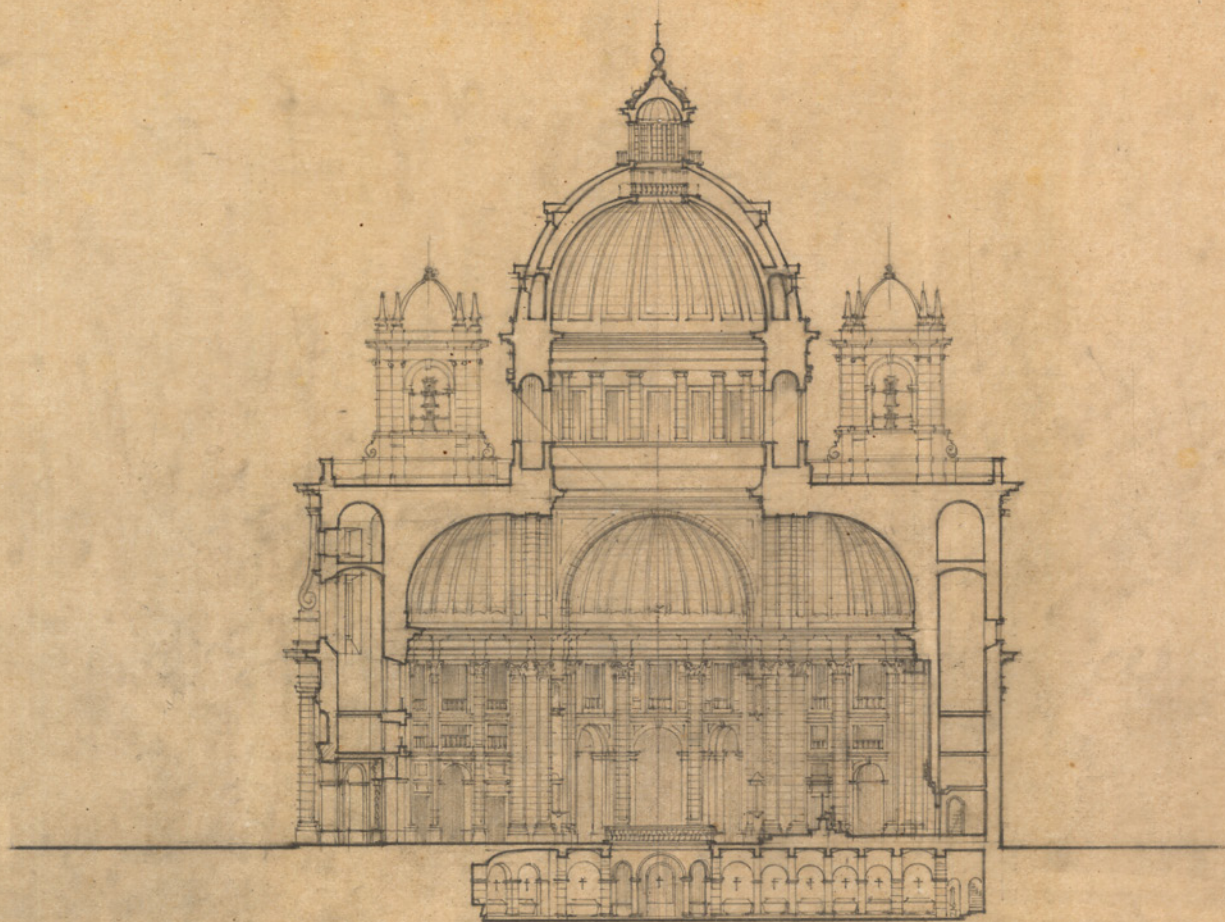


FIG. 56 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, solução com cúpula sobre tambor, alçado sul, Luís Benavente, 1953, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/LB/C/001/2019/2



CÔTE LONGITUDINAL

ESCALA 1/200

LUÍZ BENAVENTE
ARQUITECTO. 1957.

FIG. 57 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, solução com cúpula sobre tambor, corte longitudinal, Luís Benavente, 1957, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT-TT-LB-C-001-2019-6_m0001.

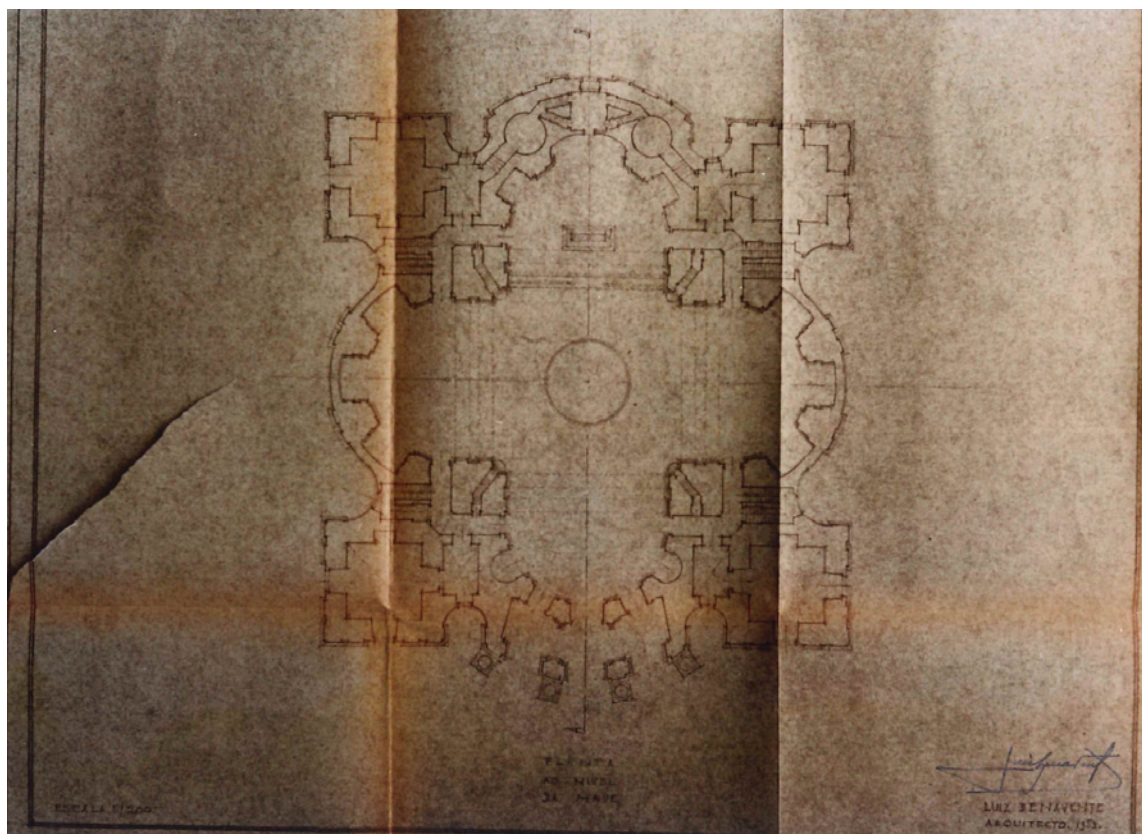


FIG. 58 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta ao nível da nave, Luís Benavente, 1953, Arquivo da DGEMN, fotografia da autora.

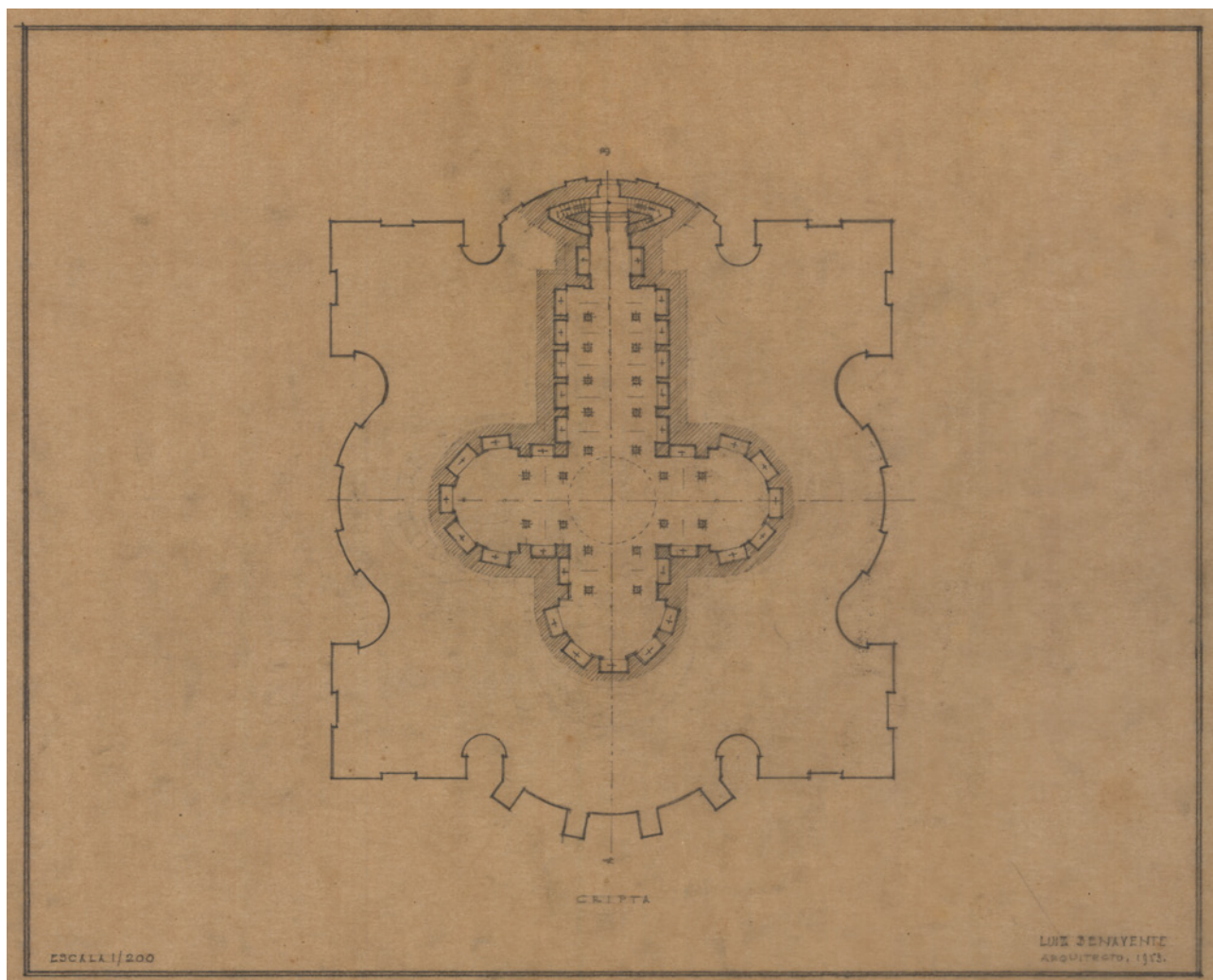


FIG. 59 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cripta, Luís Benavente, 1953, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/LB/C/001/2019/8

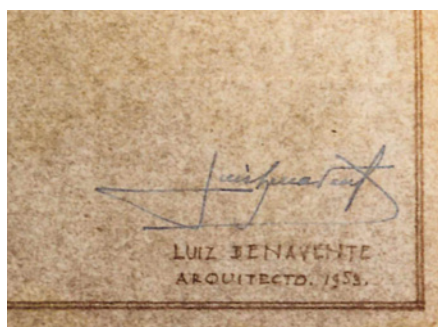


FIG. 60 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, assinatura do arquiteto Luís Benavente e data de execução do projeto, Arquivo da DGEMN, fotografia da autora.

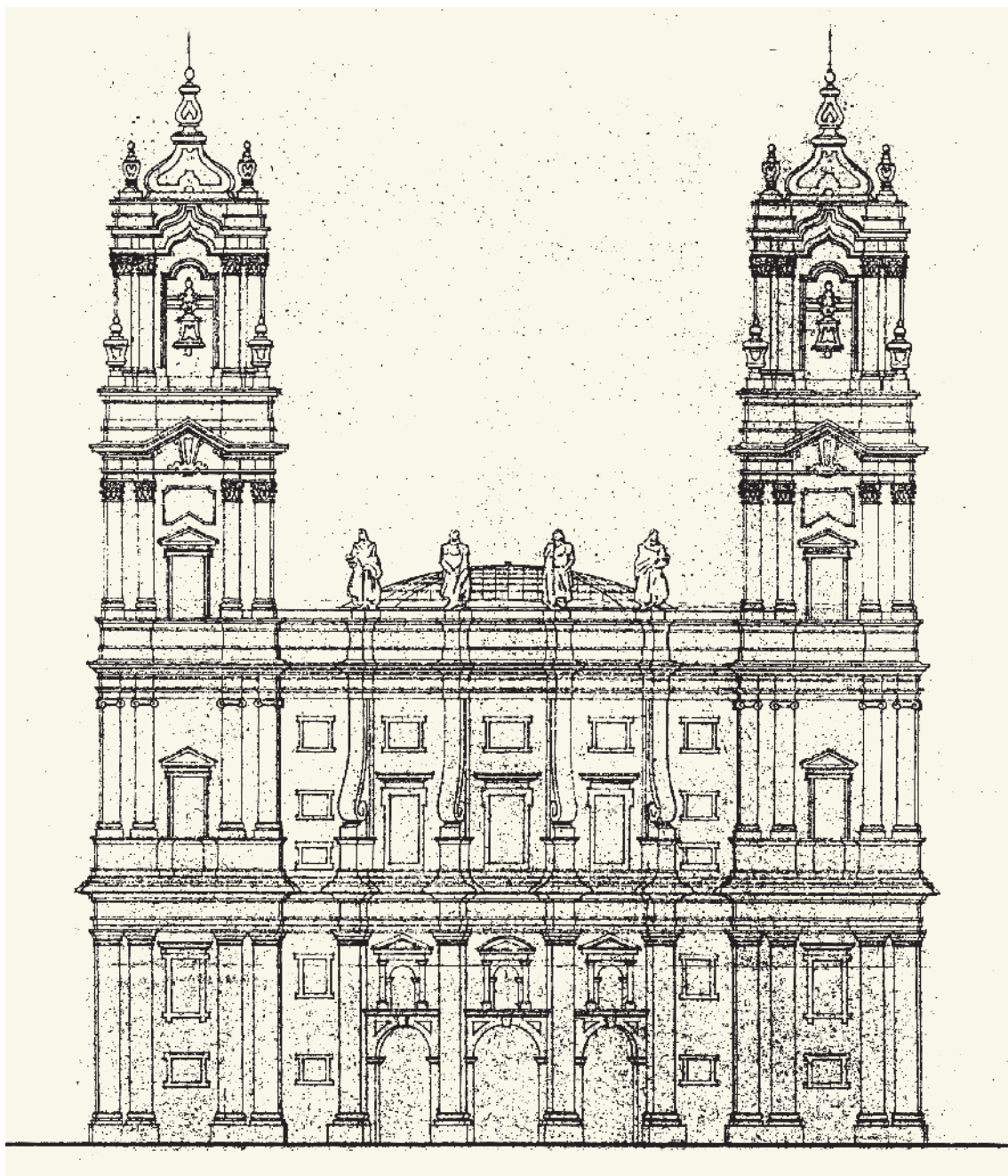


FIG. 61 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional – solução 1, alçado principal (Poente), António Lino, 1956, Arquivo da DGEMN.

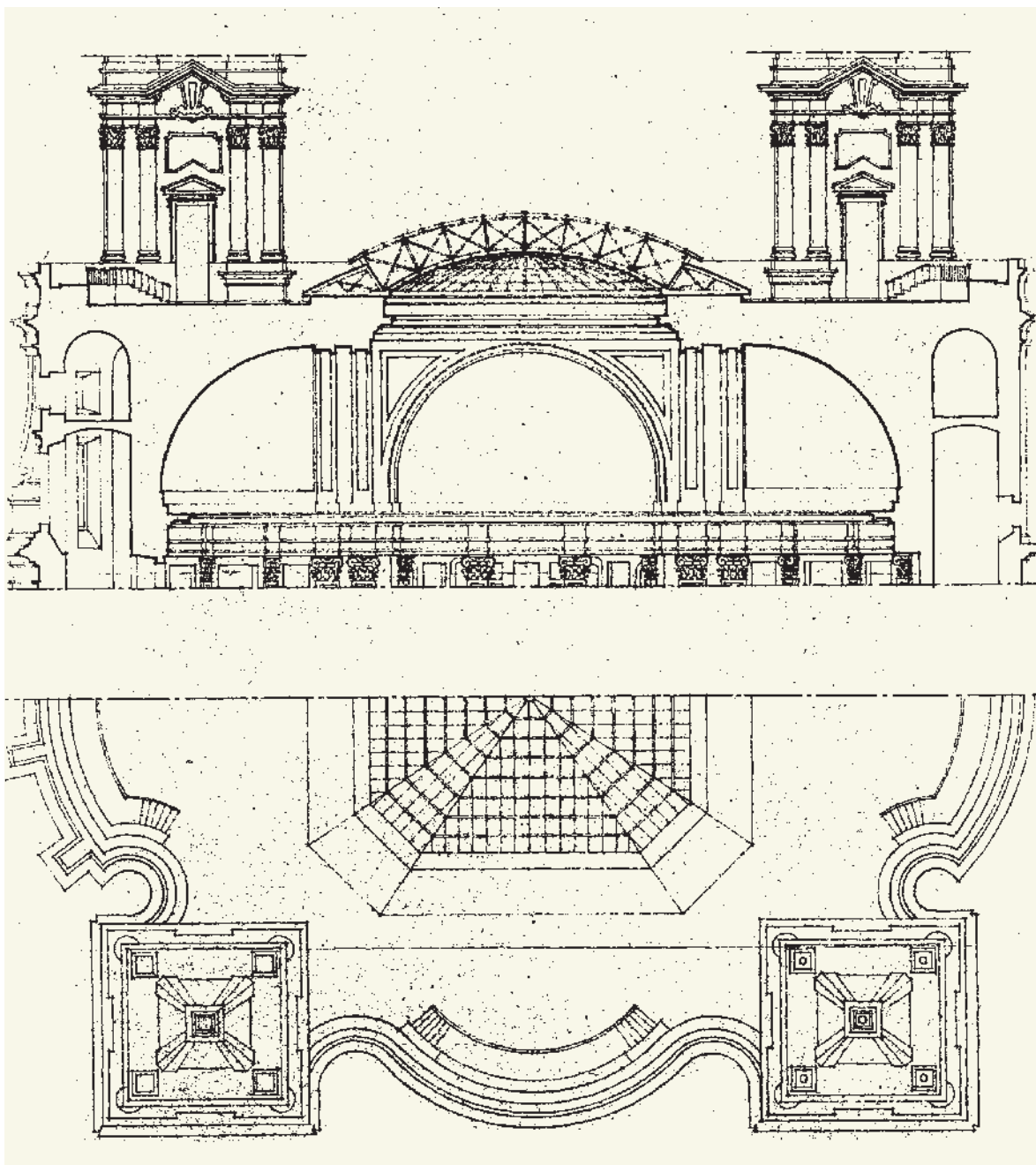


FIG. 62 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional – solução 1, corte e planta da cúpula, António Lino, 1956, Arquivo da DGEMN

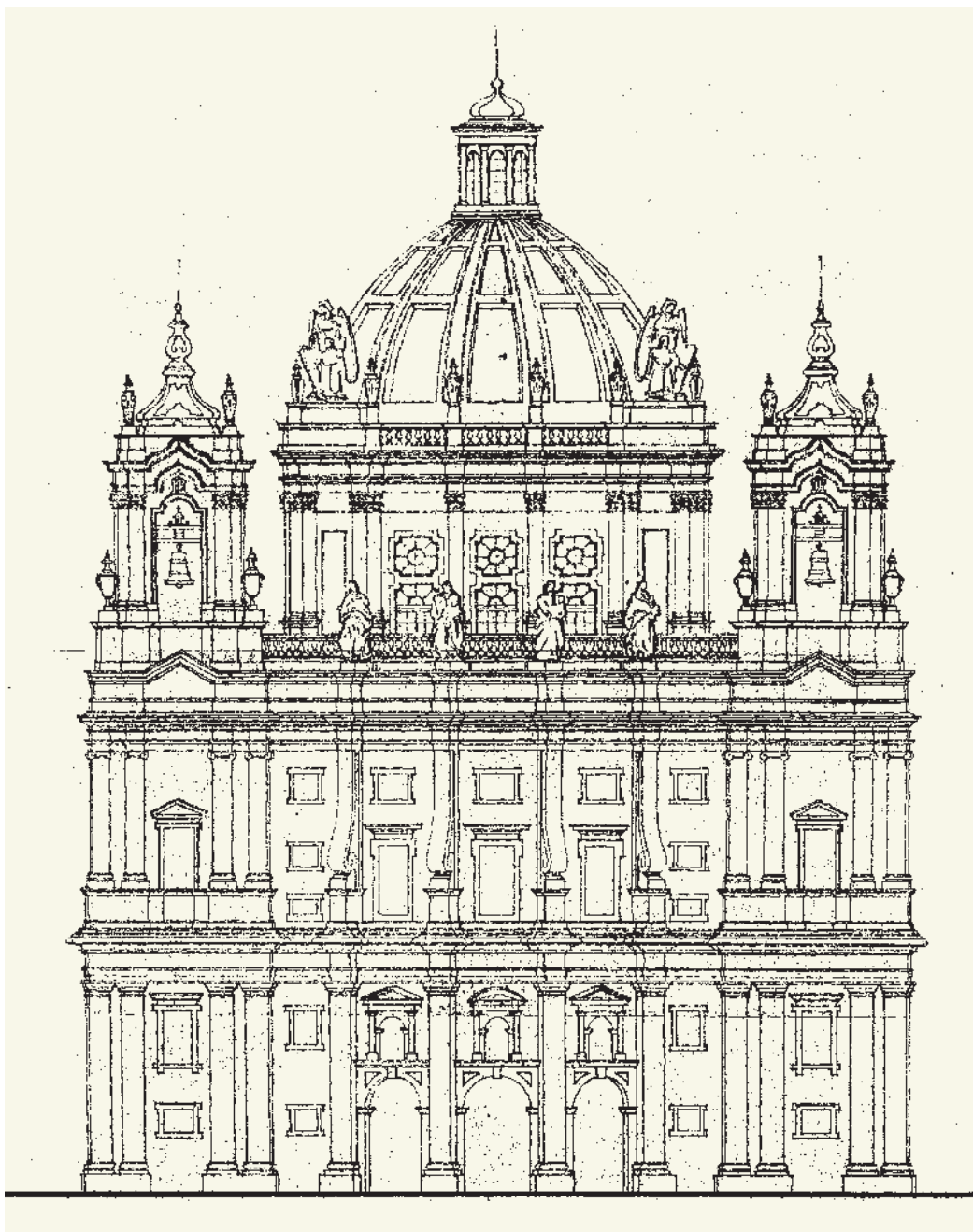


FIG. 63 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional – solução 2, alçado principal (Poente), António Lino, 1956, Arquivo da DGEMN.

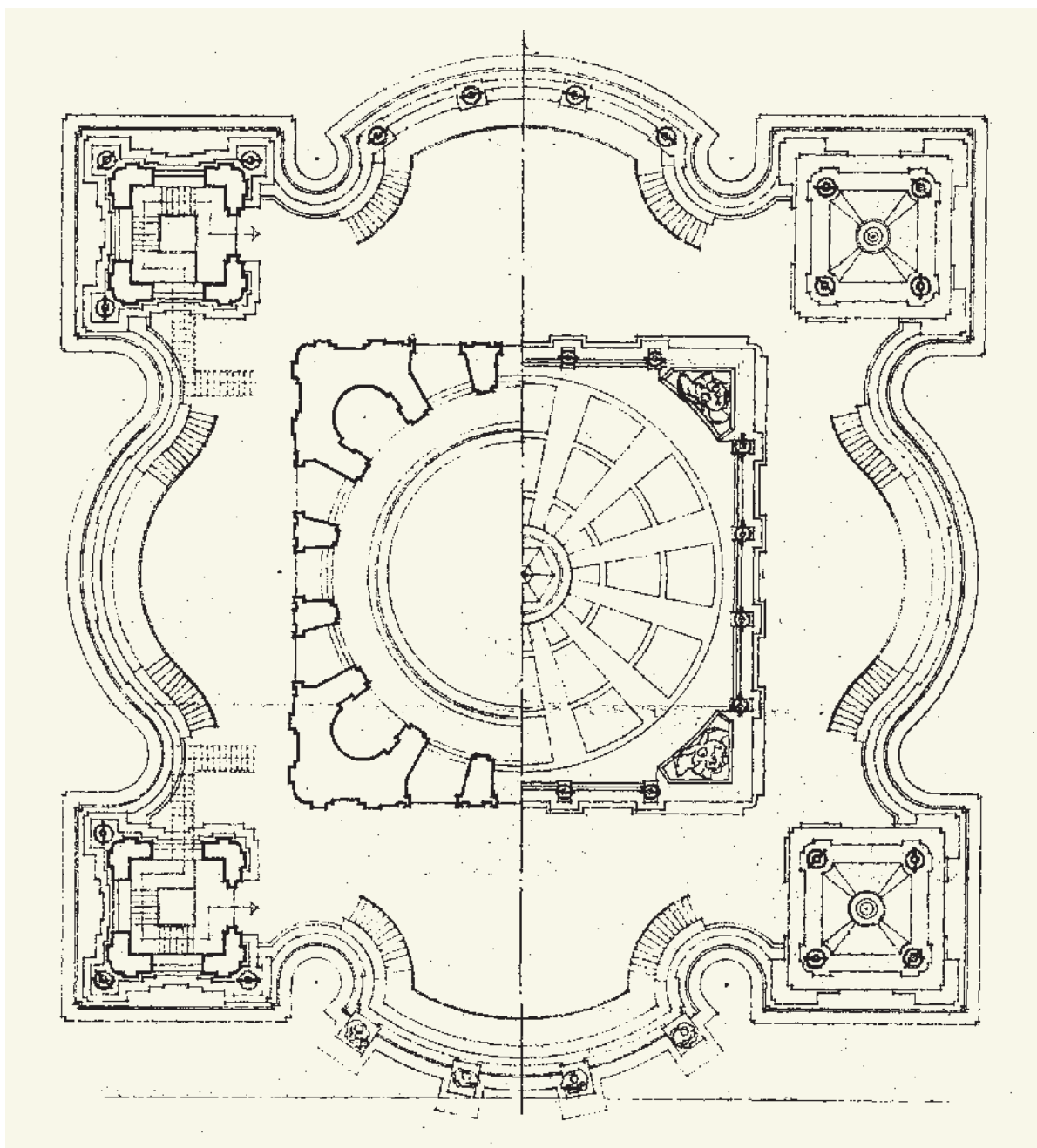


FIG. 64 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta do piso térreo e da cúpula, António Lino, 1956, Arquivo da DGEMN.

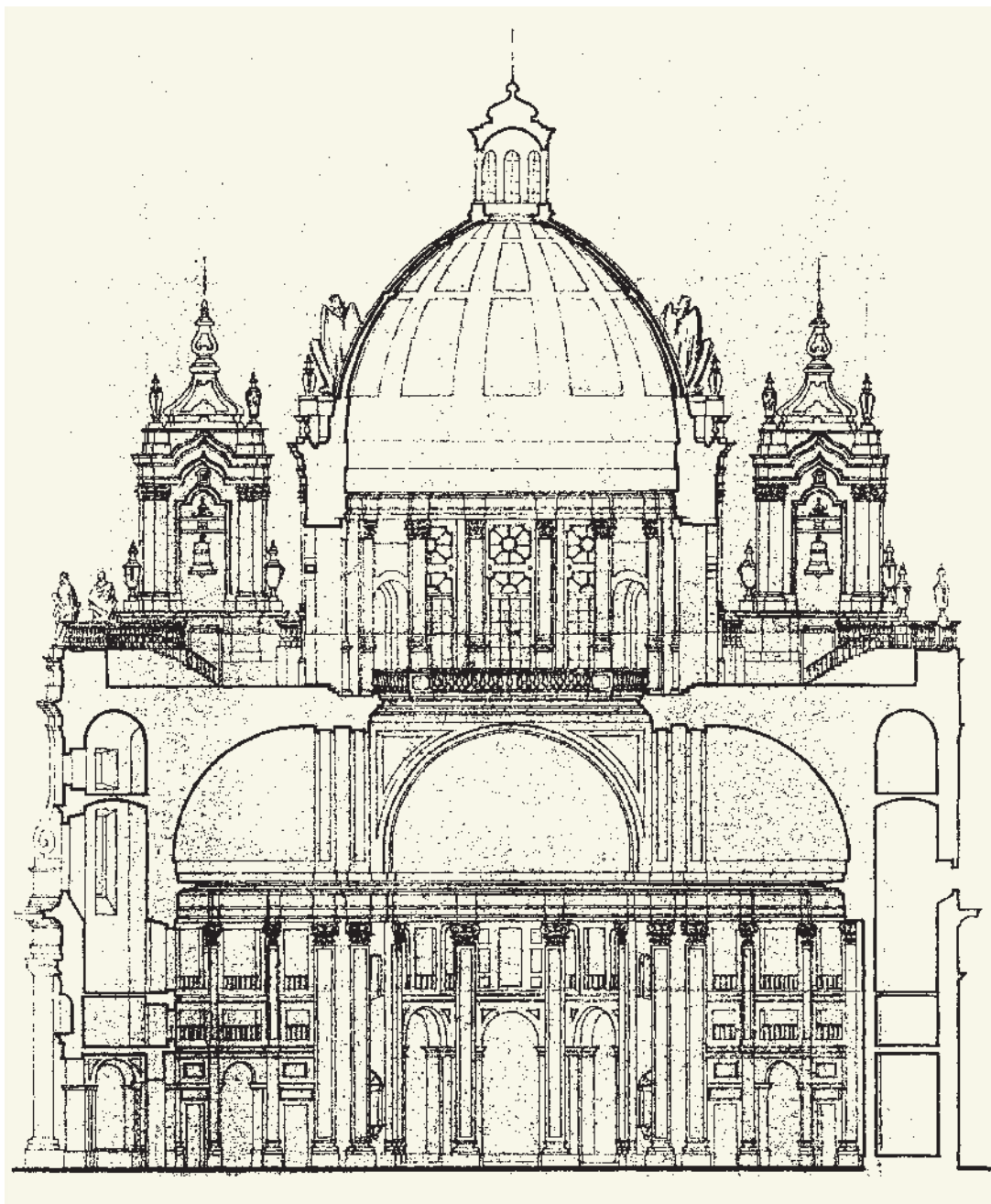


FIG. 65 Projeto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, corte transversal, Antonio Lino, 1956, Arquivo da DGEMN.

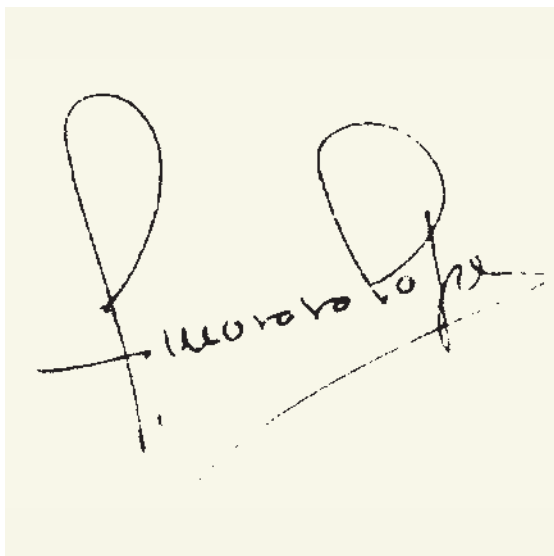
A handwritten signature in black ink on a light beige background. The signature reads 'Luís Amoroso Lopes' and is dated '1956'.

FIG. 66 Assinatura do arquiteto Amoroso Lopes e data do projeto (1956).

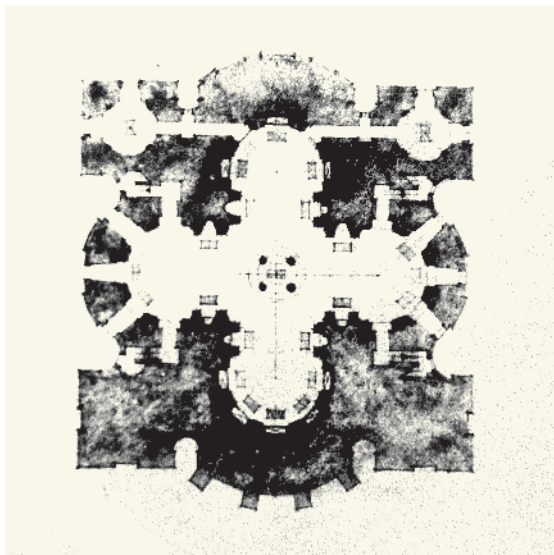


FIG. 67 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cripta, planta, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

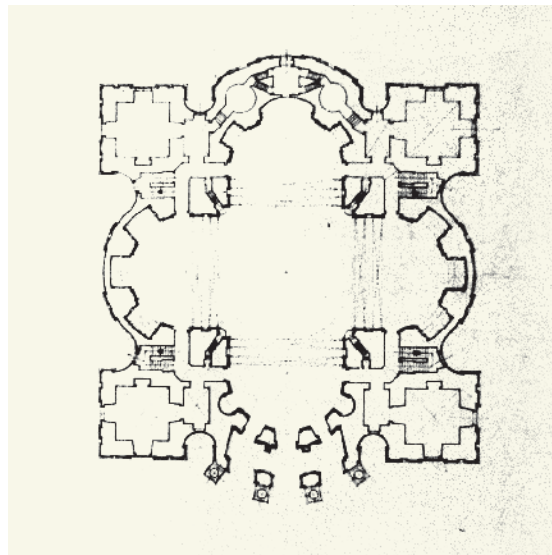


FIG. 68 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta do piso térreo, estado actual, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

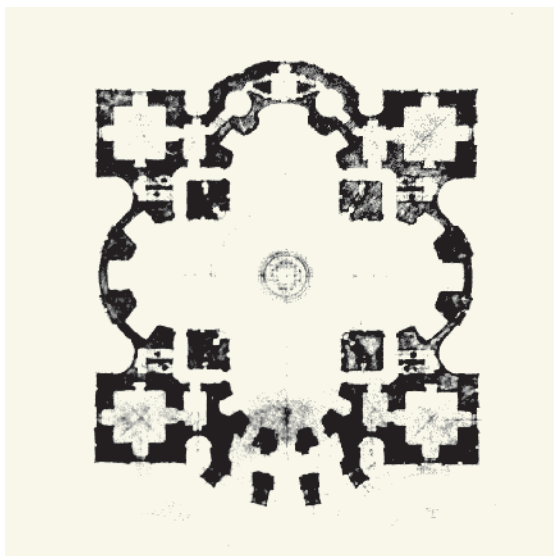


FIG. 69 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta do piso térreo, estudo para conclusão, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

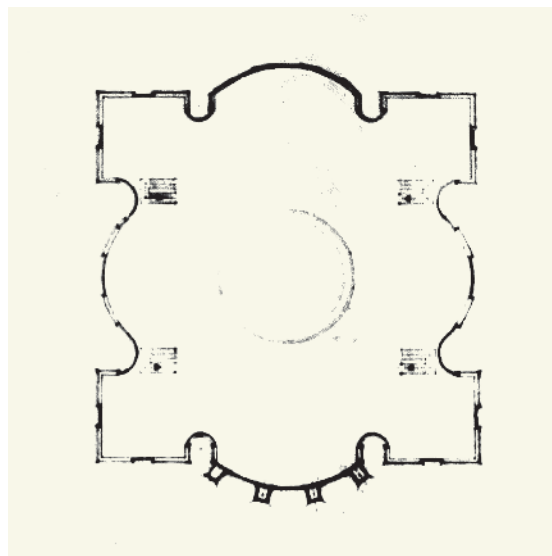


FIG. 70 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta ao nível do terraço, estado actual, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

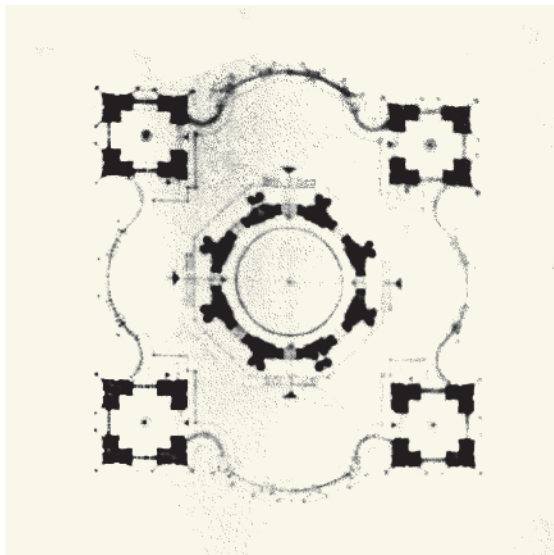


FIG. 71 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta ao nível do terraço, estudo para conclusão, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

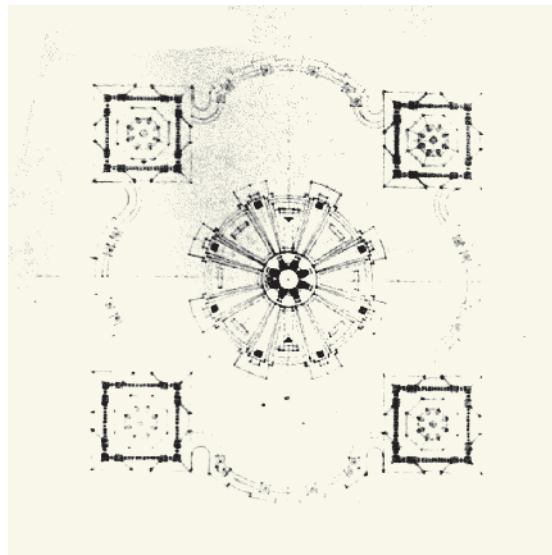


FIG. 72 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta do remate da cúpula, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

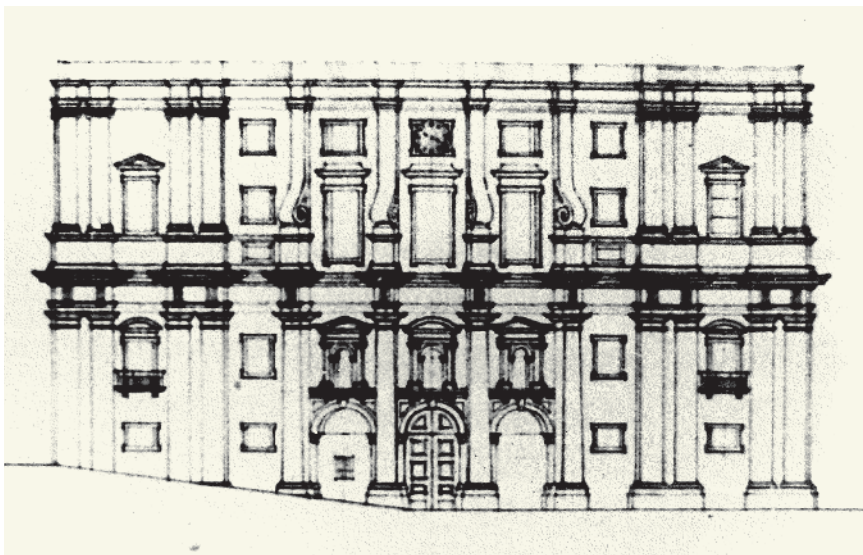


FIG. 73 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado principal (poente), estado actual, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.



FIG. 74 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado principal (poente), estudo para conclusão, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.



FIG. 75 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado principal (poente), estudo para conclusão, pormenor, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

FIG. 76 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, corte longitudinal, estado actual, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

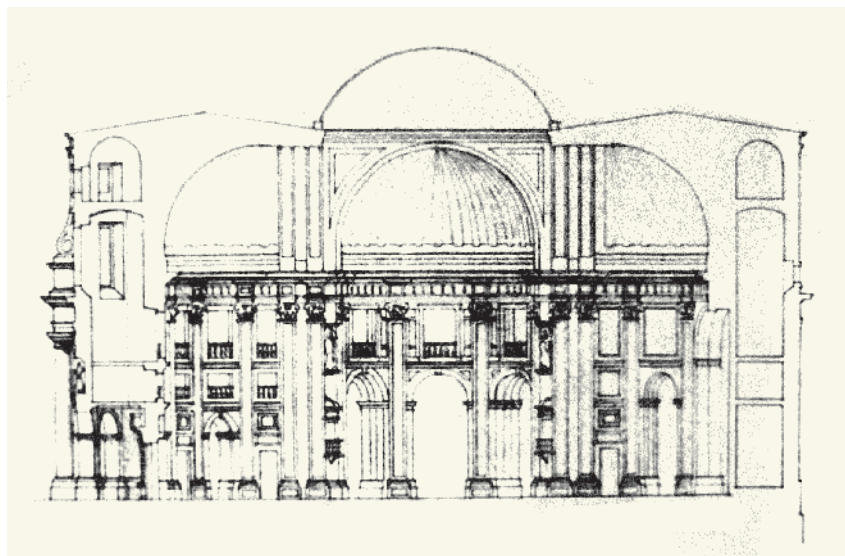


FIG. 77 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, corte longitudinal, estudo para conclusão, Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

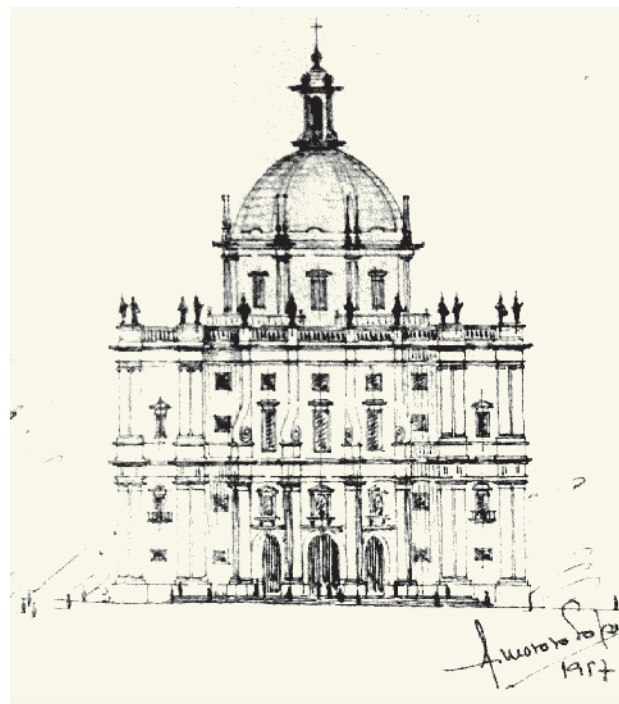


FIG. 78 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, desenho do alçado principal (poente), Luís Amoroso Lopes, 1956, Arquivo da DGEMN.

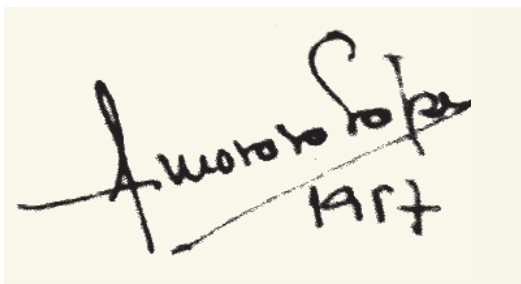
A handwritten signature in dark ink on a light-colored background. The signature reads "Amoroso Lopes" in a cursive script, with "1957" written below it. A horizontal line is drawn across the signature.

FIG. 79 Assinatura de Amoroso Lopes e data da execução do projeto (1957).

FIG. 80 A igreja de Santa Engrácia (maqueta) vista do rio Tejo, montagem fotográfica, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.





FIG. 81 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, desenho do alçado principal (poente) – solução 2, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.

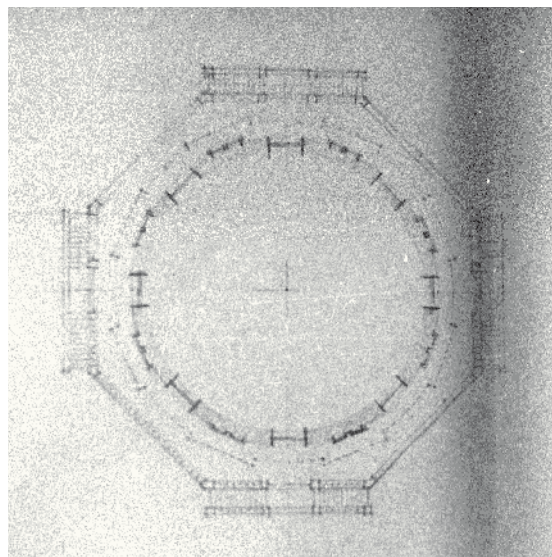


FIG. 82 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cúpula, planta – projectado, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.

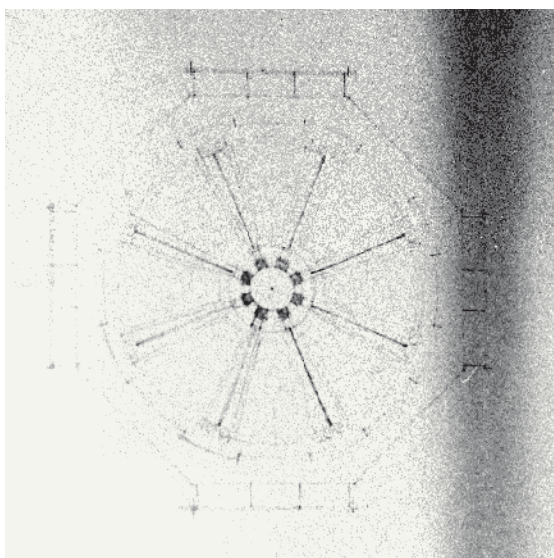


FIG. 83 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cobertura, planta – projectado, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.

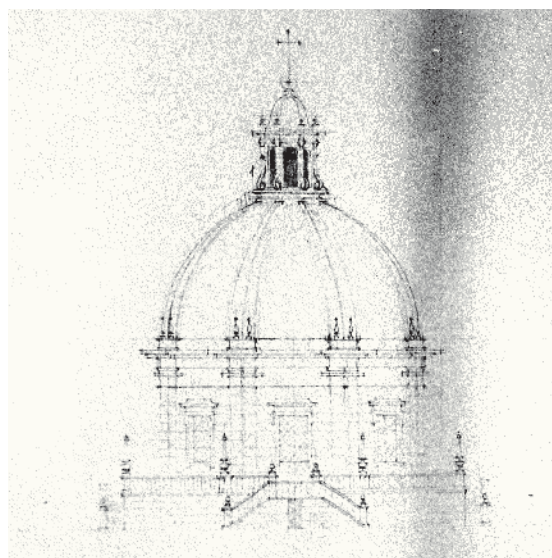


FIG. 84 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cúpula, alçado principal (poente), Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.

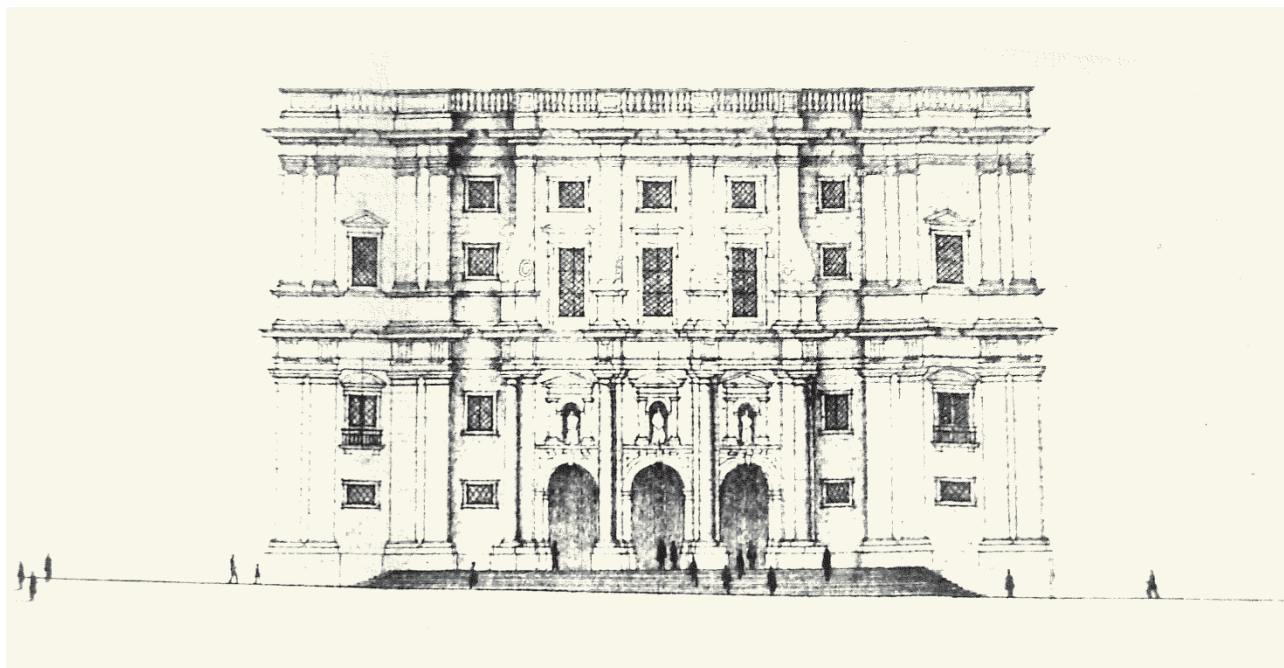


FIG. 85 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, alçado principal (poente), estudo para conclusão, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.

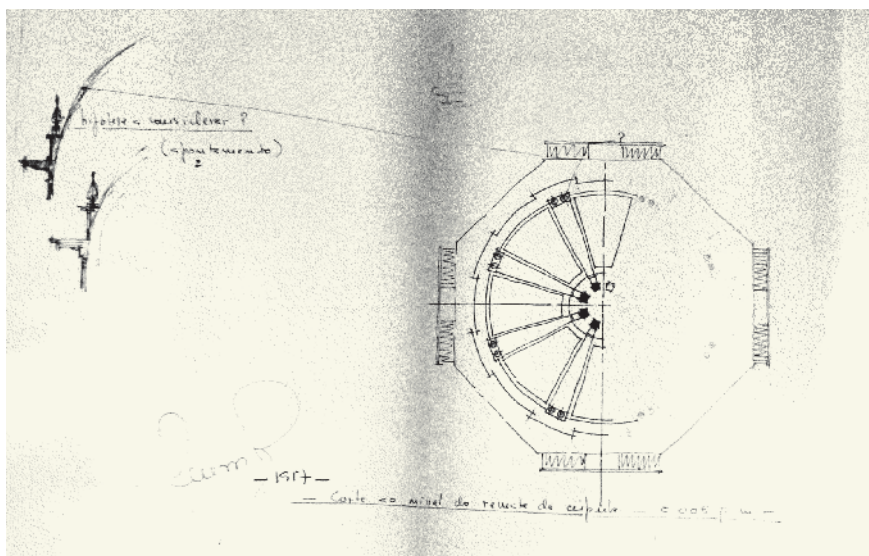
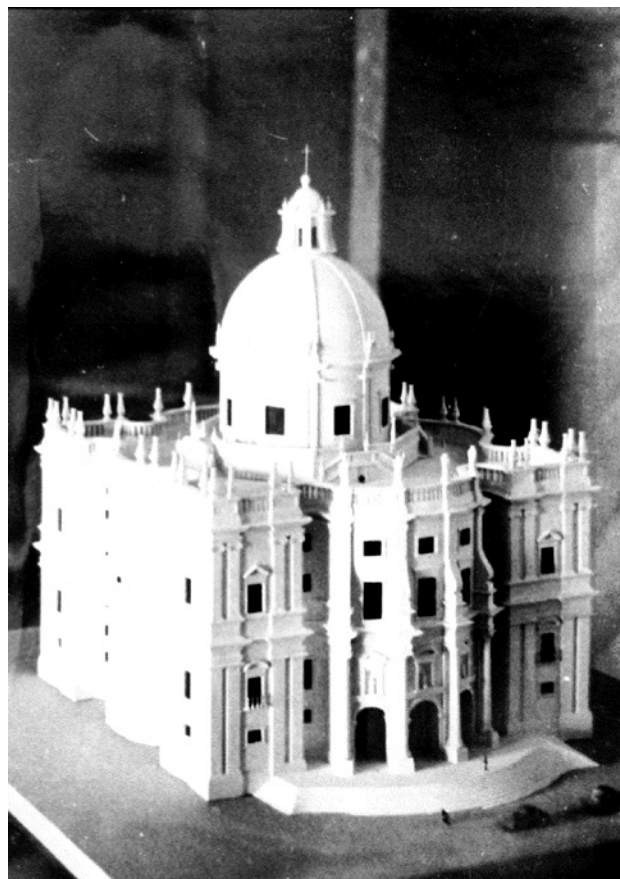


FIG. 86 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, corte ao nível do remate da cúpula, Luís Amoroso Lopes, 1957, Arquivo da DGEMN.



FIGS. 87–90 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, Luís Amoroso Lopes, maquete, João Laerte, 1957, Arquivo da DGEMN.





FIG. 91 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cúpula, corte, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.

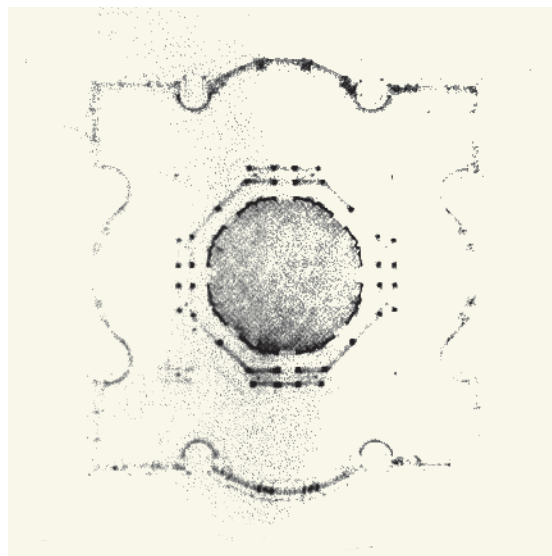


FIG. 92 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cúpula ao nível do terraço, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.

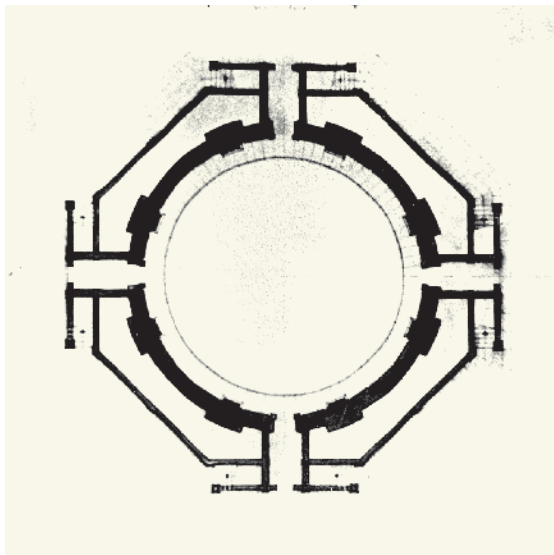


FIG. 93 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cúpula ao nível A-B, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.

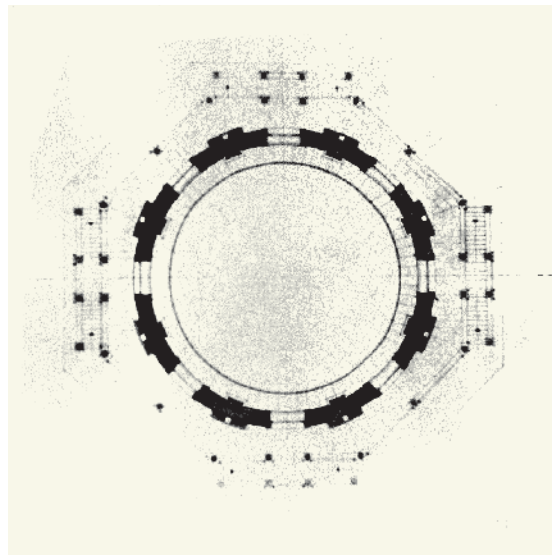


FIG. 94 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cúpula ao nível C-D, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.

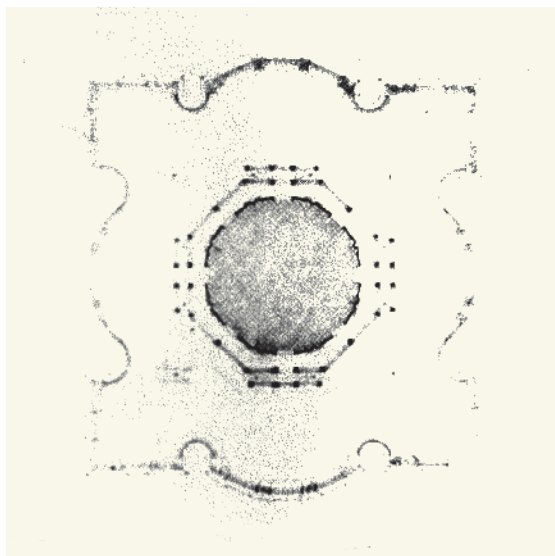


FIG. 95 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cúpula ao nível E-F, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.

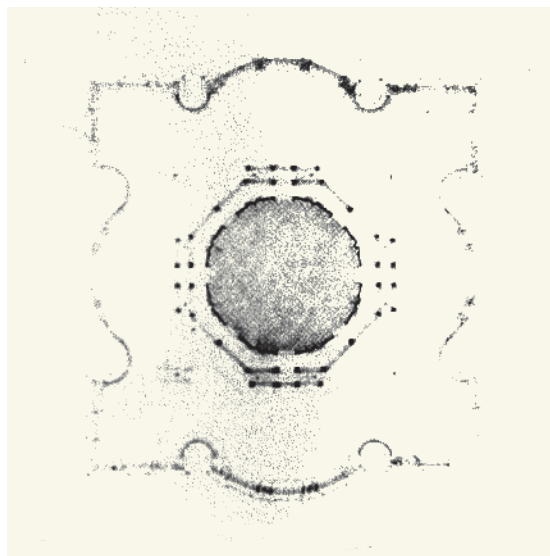


FIG. 96 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, planta da cúpula ao nível G-H, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.



FIG. 97 Projecto de conclusão da igreja de Santa Engrácia e sua adaptação a Panteão Nacional, cúpula, alçado, Luís Amoroso Lopes, 1958, Arquivo da DGEMN.



FIG. 98 Fachada principal da igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional depois da conclusão das obras, 17 de Novembro de 1967, Arquivo da DGEMN.

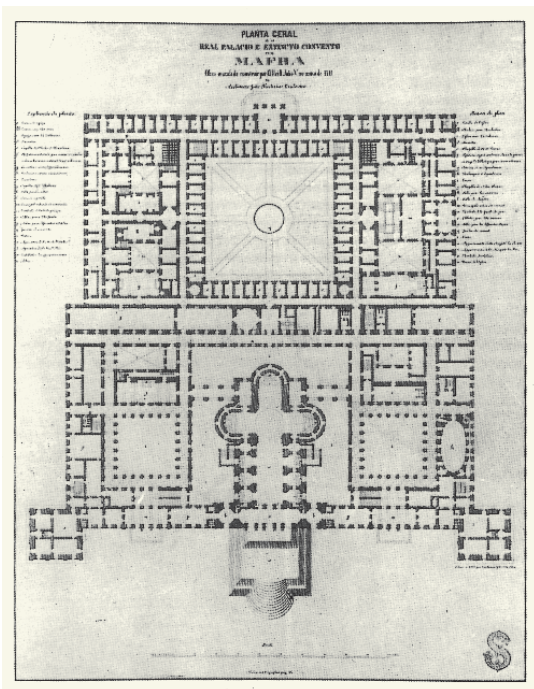


FIG. 99 Palácio e convento de Mafra

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mafra_\(27595630149\)_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mafra_(27595630149)_(cropped).jpg)

FIG. 100 Palácio e convento de Mafra, planta.



FIG. 101 Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, fachada principal e cobertura.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sao_Vicente_de_Fora.jpg

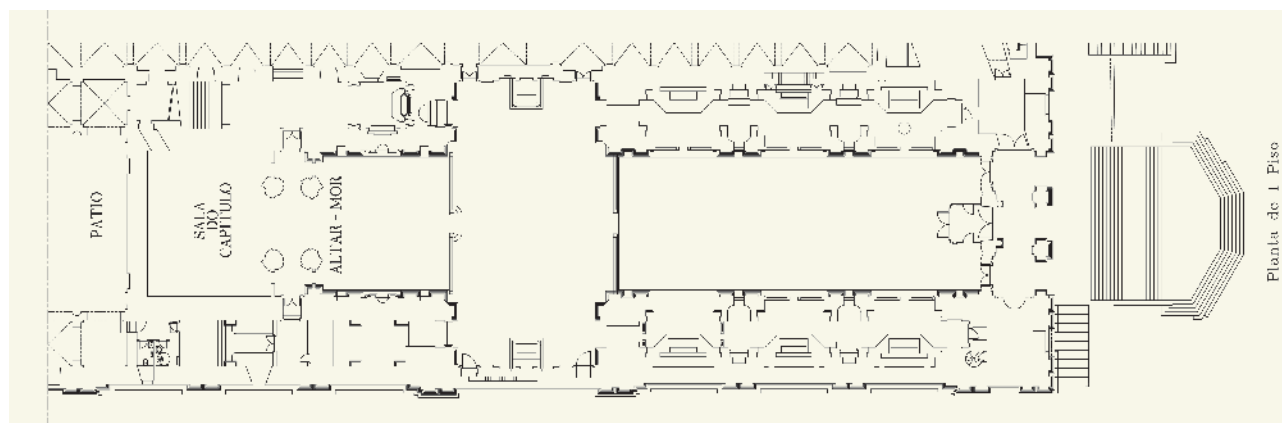


FIG. 102 Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, planta do 1.º piso.



FIG. 103 Basílica da Estrela, Lisboa.
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:EstrelaBasílica-Lisbon.jpg>

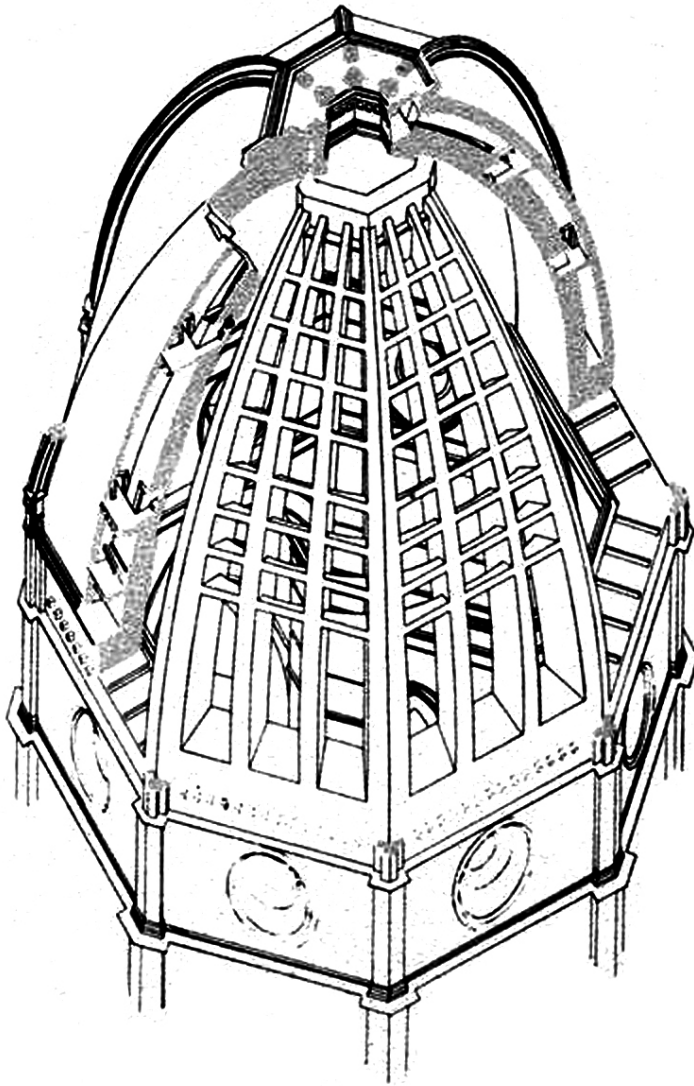


FIG. 104 Igreja de Santa Maria das Flores, Florença, cúpula, Brunelleschi, perspectiva axonométrica da estrutura – Piero Sanpaulesi (1941).

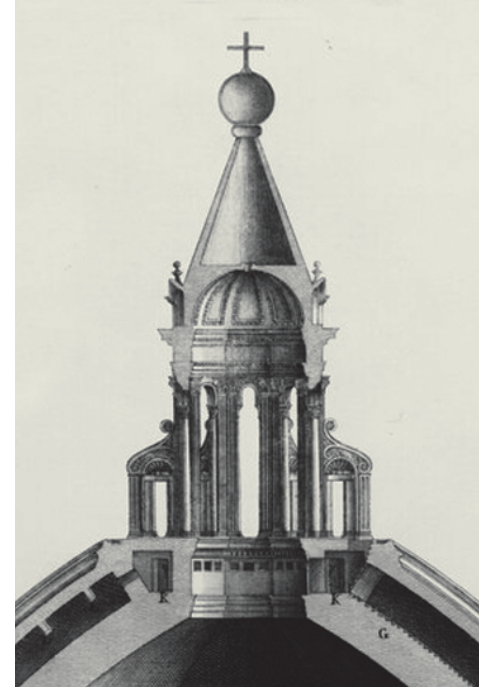


FIG. 104a Igreja de Santa Maria das Flores, Florença, cúpula, Brunelleschi, corte transversal
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Taglio_del_tamburo_e_cupola_con_sua_lanterna_LCCN2006681082.jpg

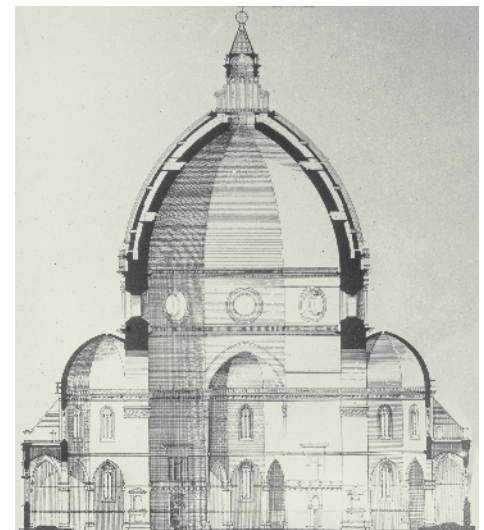


FIG. 104b Igreja de Santa Maria das Flores, Florença.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Filippo_Brunelleschi_-_Koepel_van_de_Basilica_di_Santa_Maria_del_Fiore_Doorsnede,_GD018639.jpg



FIG. 105 Mosteiro do Escorial, vista geral.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/59/Monasterio_de_El_Escorial_en_Madrid.jpg

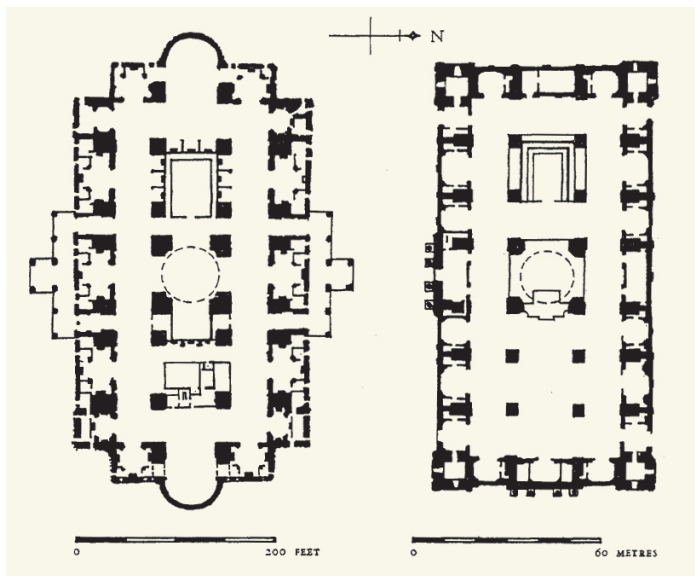


FIG. 106 Igreja do Pilar, Saragoça, Francisco de Herrera o jovem (1680), plantas do projeto e do estado actual, in George Kubler e Martin Soria, *Art and Architecture in Spain and Portugal and their american dominians. 1500 to 1800*, Penguin Books, Londres, 1959, pág. 29.

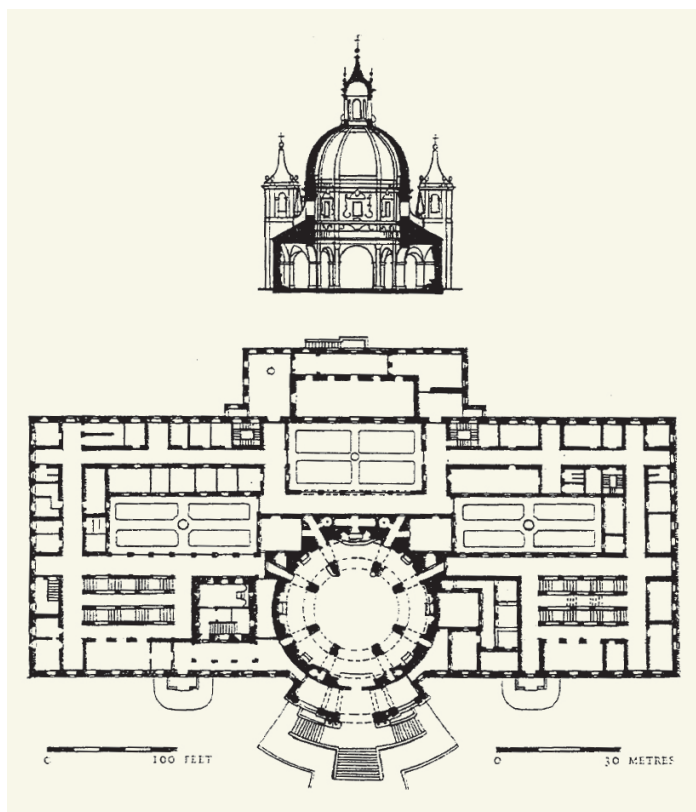


FIG. 107 Basílica de Loyola, Carlo Fontana (1681), alçado da cúpula e planta, in George Kubler e Martin Soria, *Art and Architecture in Spain and Portugal and their american dominians. 1500 to 1800*, Penguin books, Londres, 1959, pág. 30.

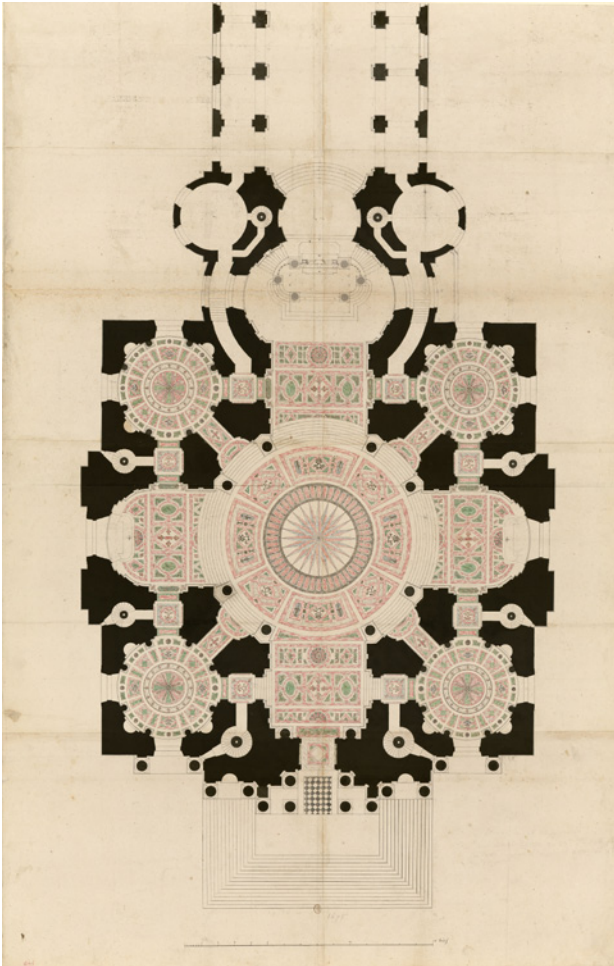


FIG. 108 Capela dos Inválidos, Paris, Hardouin-Mansart, cúpula (1680-1685).
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/D%C3%B4me_des_Invalides%2C_South_View_140201_1.jpg

FIG. 109 Capela dos Inválidos, Paris, Hardouin-Mansart, planta.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/61/Autre_plan_de_l%27%C3%A9glise_des_Invalides_o%C3%B9_sont_marqu%C3%A9s_les_compartiments_du_pavage_de_marbre_-_dessin_-_btv1b53037717r.jpg



FIG. 110 Igreja de Val-de-Grace, Paris, F. Mansart e J. Lemercier (1645-1667).
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Paris-Eglise_du_Val-de-Grace-104-2017-gje.jpg

FIG. 111 Igreja da Sorbonne, Paris, J. Lemercier (1636-1642)
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/56/P1300737_Paris_V_chapelle_La_Sorbonne_rwk.jpg





FIG. 112 Basílica de São Pedro do Vaticano, vista geral.
https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Exterior_of_Saint_Peter%27s_Basilica#/media/File:Vatikan_Petersdom_078.jpg



FIG. 113 Igreja de Santa Inês, Roma, Borromini, Carlo Reinaldi e Bernini, cúpula.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/63/Fa%C3%A7ade_of_Sant%27Agnese_in_Agone%2C_Rome%2C_Italy.jpg

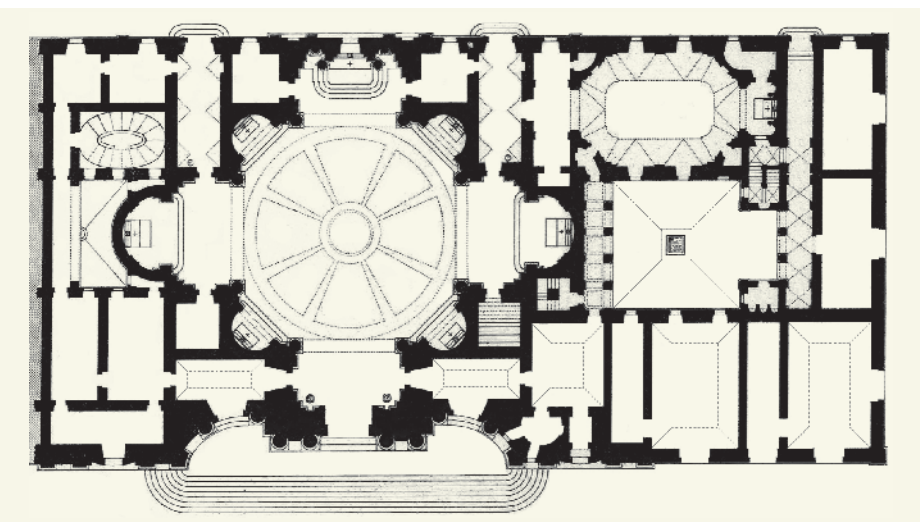
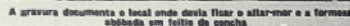


FIG. 114 Igreja de Santa Inês, Roma, Borromini, Carlo Reinaldi e Bernini, planta.
https://www.petersonlittenberg.com/Architecture-UrbanDesign/Space_Anti-Space_part_3_files/SAS%2013%20SantAgnese.png



FIG. 115 Igreja de Santa Inês, Roma, Borromini, Carlo Reinaldi e Bernini, corte transversal.
<https://www.wga.hu/support/plans/b/borromin/agnone1.html>

Depois do fogo, o tempo foi correndo. Com eles fígos e tempo, anos depois foram expulso vendidos do templo, todos aqueles que tralmente o agrediram. As lindas pias de água benta, logo a entrada



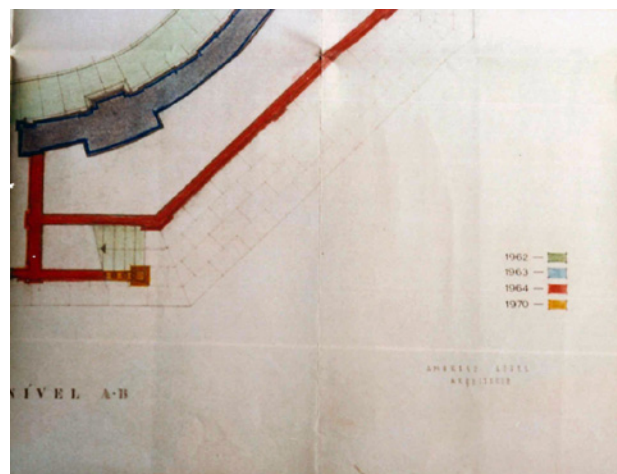
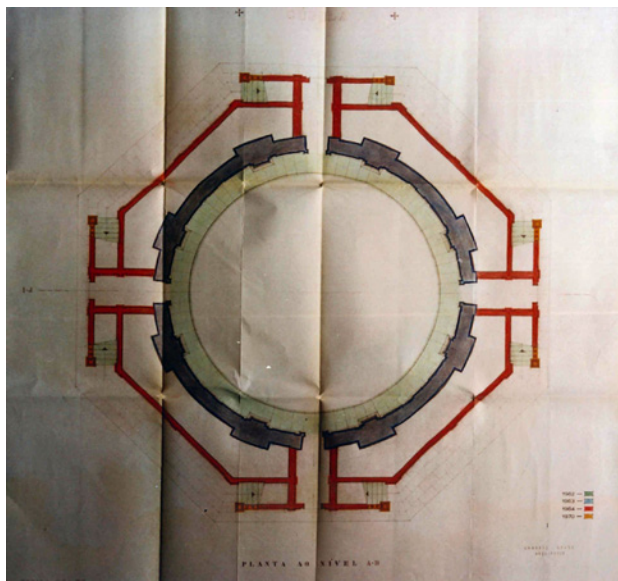
NOTA: a fotografia 117 não foi enviada.
Usei esta, que é muito parecida, presente no
livro da cúpula, página 31, imagem 3.4.
Depois troca-se, caso seja necessário



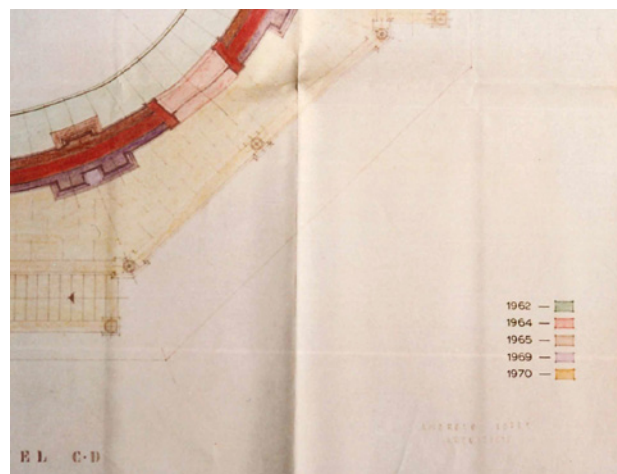
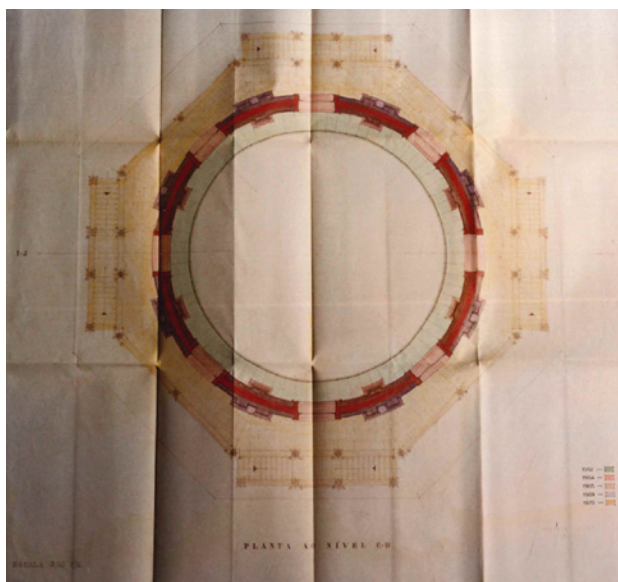
FIG. 117 As obras de Santa Engrácia, cúpula e terraço,
14 de Novembro de 1962, Arquivo da DGEMN.



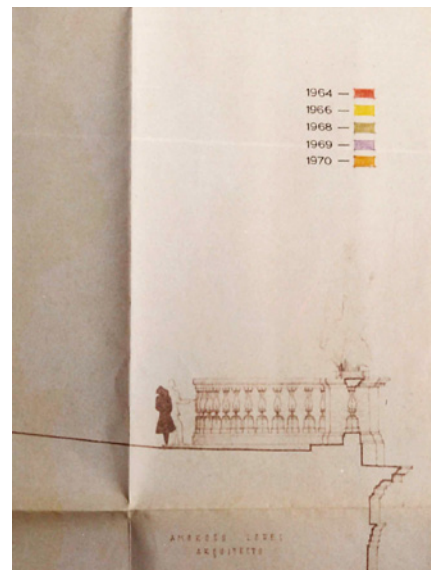
FIG. 118 As obras de Santa Engrácia em 1962, balaustrada do
terraço, in *Diário de Notícias*, 15 de Julho de 1962, pág. 1.



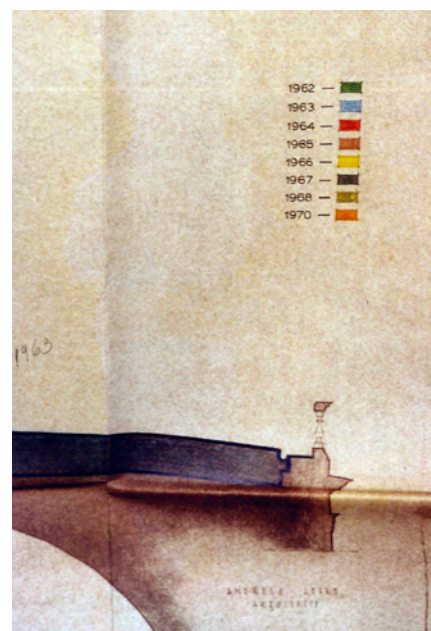
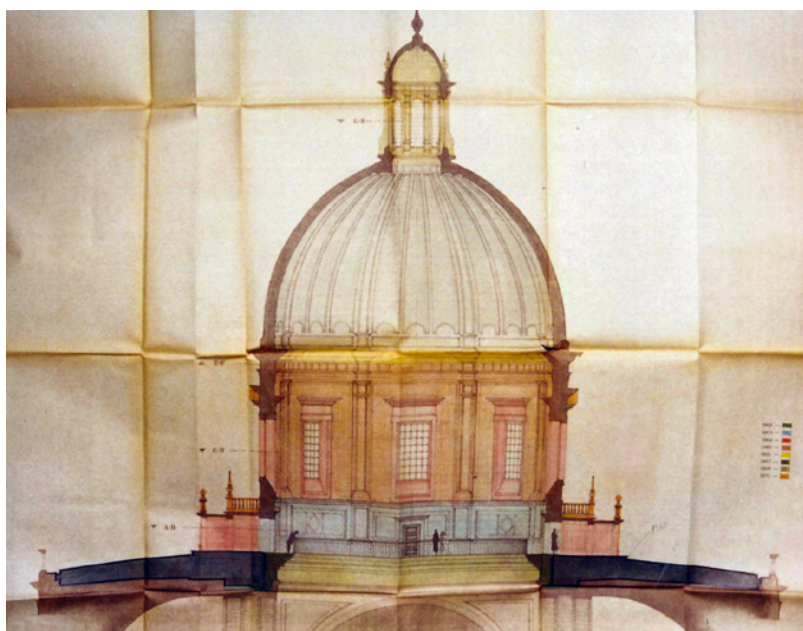
FIGS. 119-120 Plano escalonado das obras de Santa Engrácia, Amoroso Lopes, cúpula, planta ao nível A-B e legenda, 1962, Arquivo da DREML.



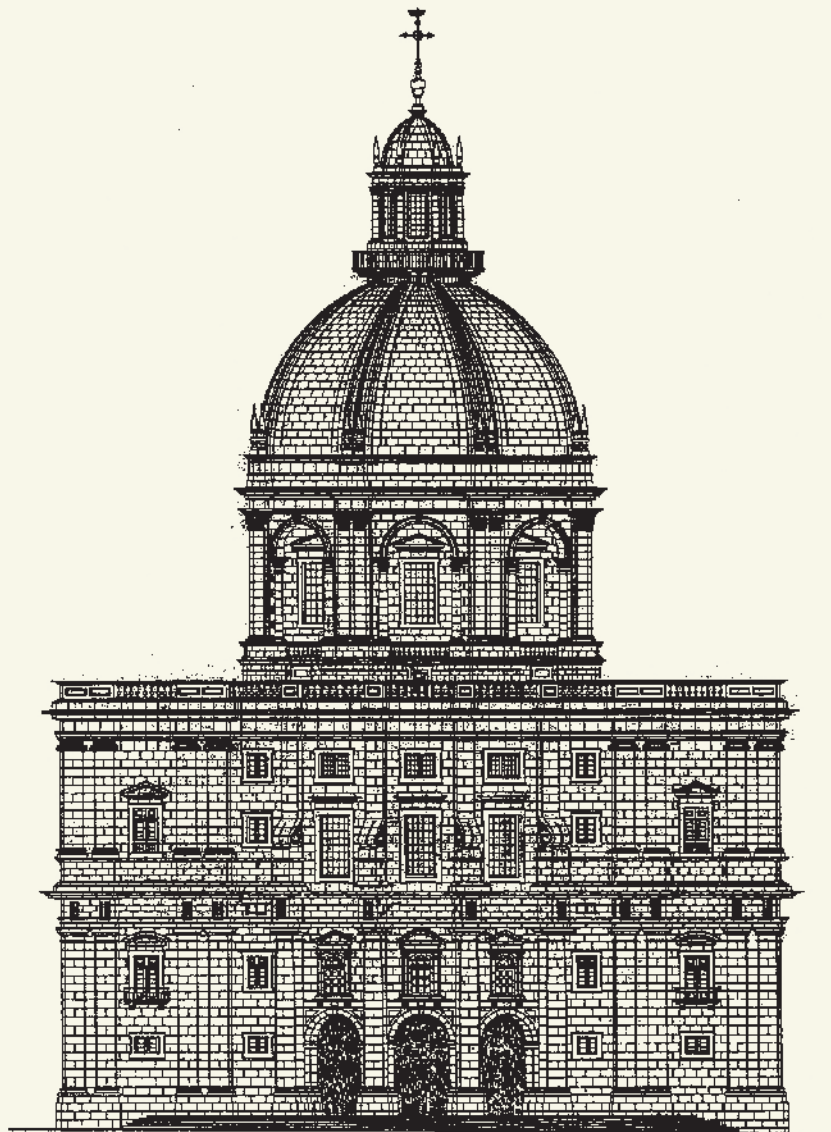
FIGS. 121-122 Plano escalonado das obras de Santa Engrácia, Amoroso Lopes, cúpula, planta ao nível C-D e legenda, 1962, Arquivo da DREML.



FIGS. 123-124 Plano escalonado das obras de Santa Engrácia, Amoroso Lopes, cúpula, alçado e legenda, 1962, Arquivo da DREML.



FIGS. 125-126 Plano escalonado das obras de Santa Engrácia, Amoroso Lopes, cúpula, corte e legenda, 1962, Arquivo da DREML.



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS



FIG. 127 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, alçado principal (poente), Arquivo da DGEMN.

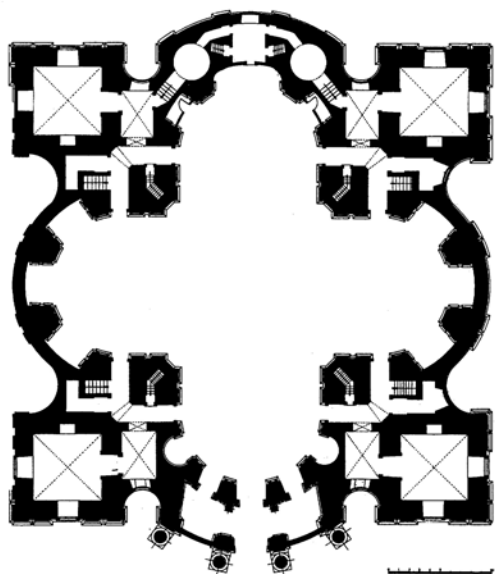


FIG. 128 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta do piso térreo, Arquivo da DGEMN.

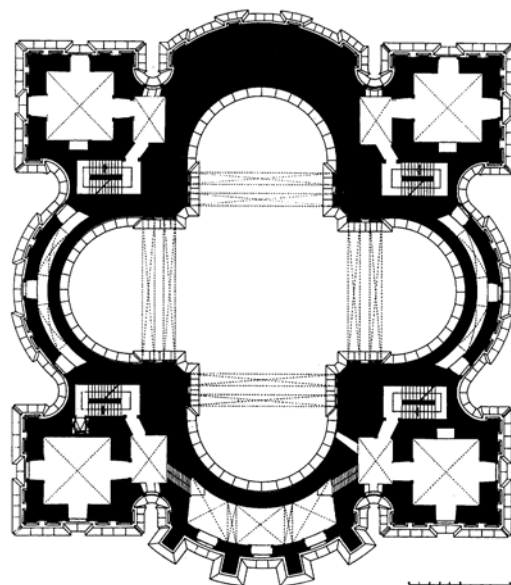


FIG. 129 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta ao nível das tribunas, Arquivo da DGEMN.

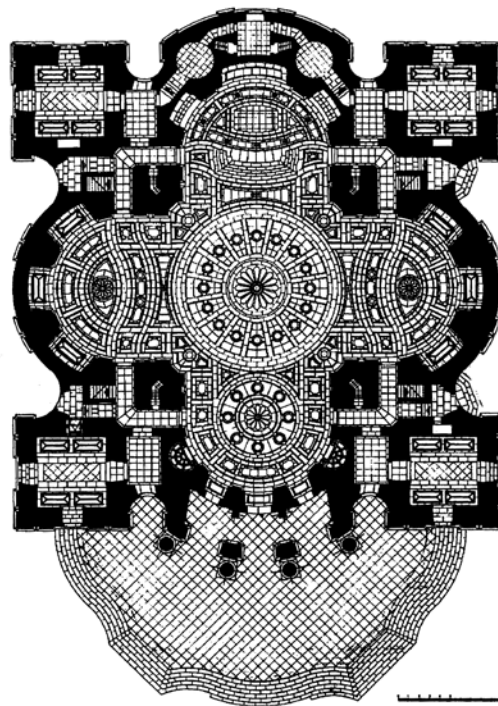


FIG. 130 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, plantas dos pavimentos interior e exterior, Arquivo da DGEMN.

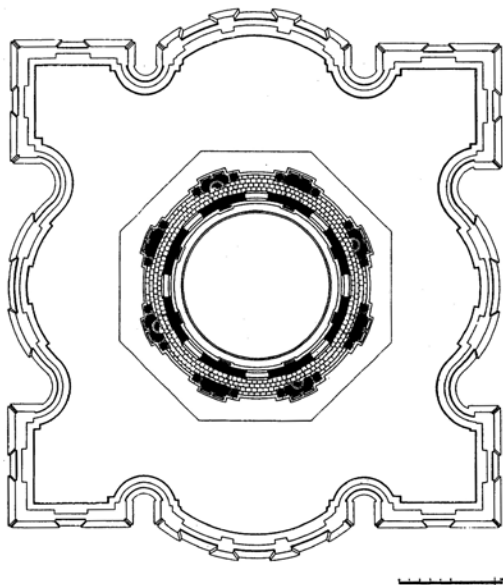


FIG. 131 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta da cúpula, Arquivo da DGEMN.

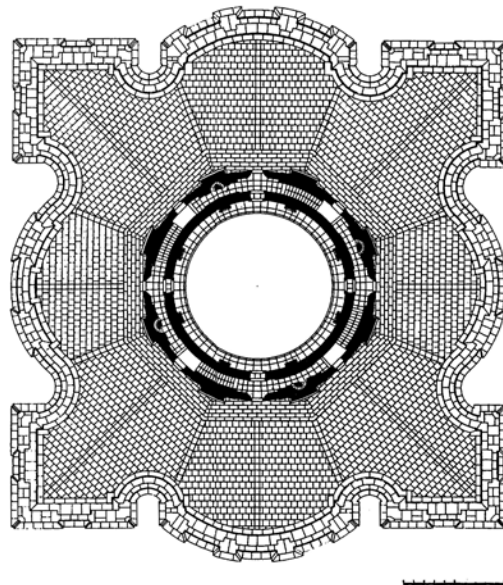


FIG. 132 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta ao nível do terraço, Arquivo da DGEMN.

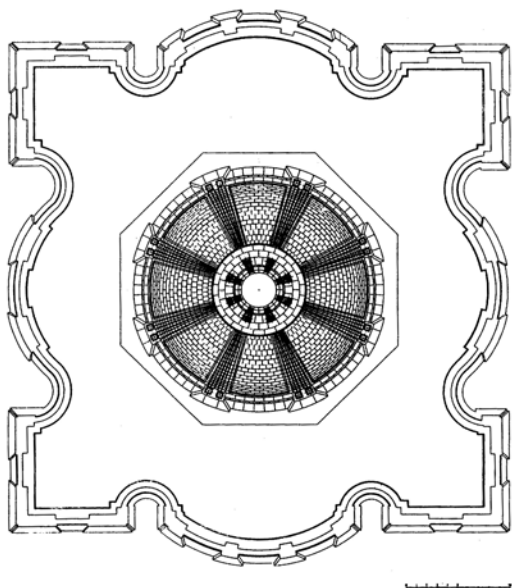


FIG. 133 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta da cobertura, Arquivo da DGEMN.



FIG. 134 Cúpula de zinco colocada pelo exército no século XIX, s.d., Arquivo da DGEMN.



FIG. 135 Obras de Santa Engrácia, 17 de Novembro de 1964, Arquivo da DGEMN.

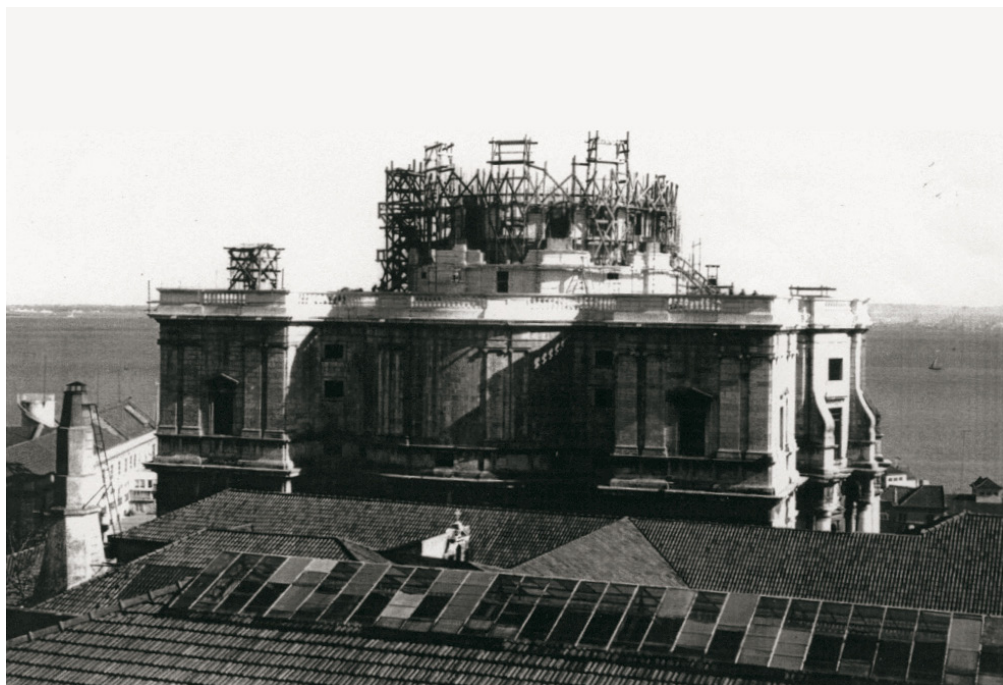


FIG. 136 Obras de Santa Engrácia, 26 de Março de 1965, Arquivo da DGEMN.



FIG. 137 Obras de Santa Engrácia, 27 de Julho de 1965, Arquivo da DGEMN.

FIG. 138 Obras de Santa Engrácia, Garcia Nunes, s.d., Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001953.

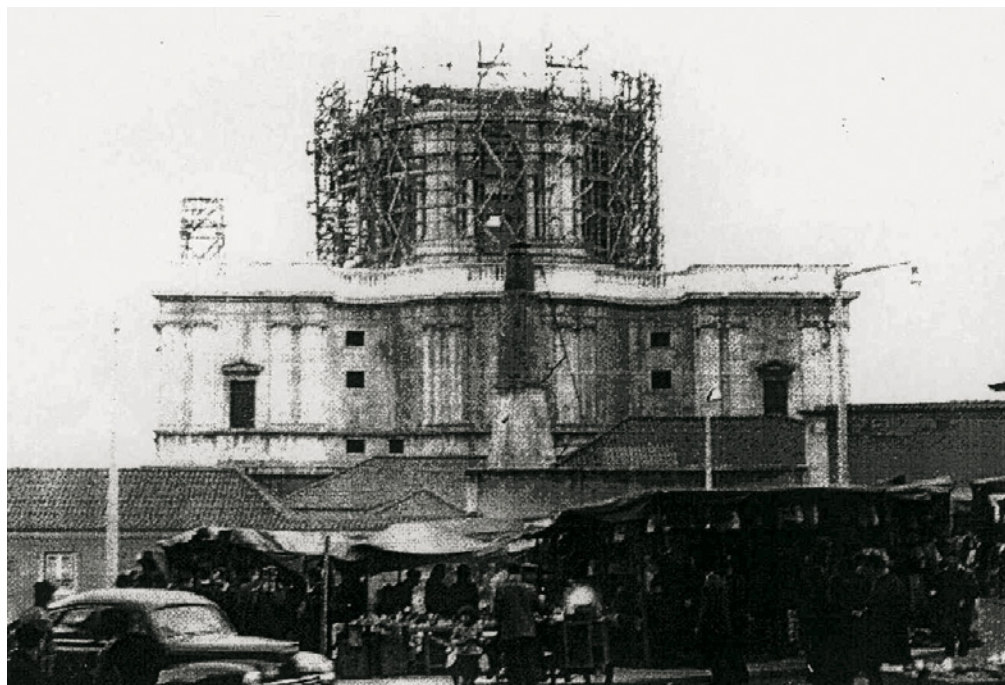


FIG. 139 Obras de Santa Engrácia, 6 de Janeiro de 1966, arquivo da DGEMN.



A IGREJA DE SANTA ENGRÁCIA

MORREU

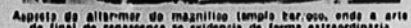
**SENDO DESTINADOS A FIGURAS
QUE HONRARAM A PATRIA**

Vale de Iotom, cu restes mo-
taia de Alexandru Herculano,
para cu quale se construiu Um-
mujo proprio na antiga sala do
Capitulo dos frades Jeronimos.
Em Janeiro de 1696, logo apos
a sua falecimental, tambem fo-
ram fundados os conventos de

Que ira ser, porém, o novo Partido e qual a figura que merecerão a honra de nele ter jornada?

Isso quis saber a reportagem do «Diário de Notícias», que para tanto procurou o sr. José de Sousa. Como não se

por mais inverosímil que pareça, e, por um diploma legal, sendo proprietário pelo menos usufrutuário único da Casa do Capitão dos Jeronimas, onde segundo a letra da Portaria de 17 de Junho de 1898 se prescrevia



Maria Eugênia também lavava e costurava. Foi a primeira a trabalhar no comércio, na loja da Rua da Coroa, Palácio, sr. e sr. Arantes e Oliveira.

Quando ela morreu, o novo Patriarca quis que a figura que mereceria a honra de ficar lá fora, já lá!

— Que mal? — perguntou-me o «Diário de Notícias» que para tanto procurou o sr. D. António.



FIG. 142 Obras de Santa Engrácia, García Nunes, s.d., Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001933.

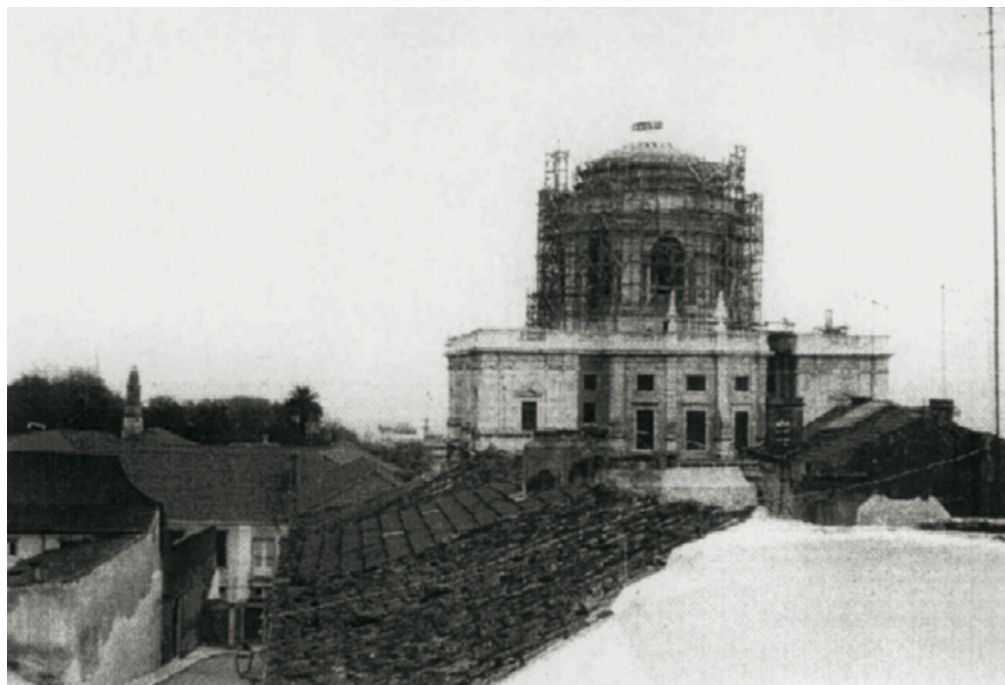


FIG. 143 Obras de Santa Engrácia, 26 de Fevereiro de 1966, Arquivo da DGEMN.

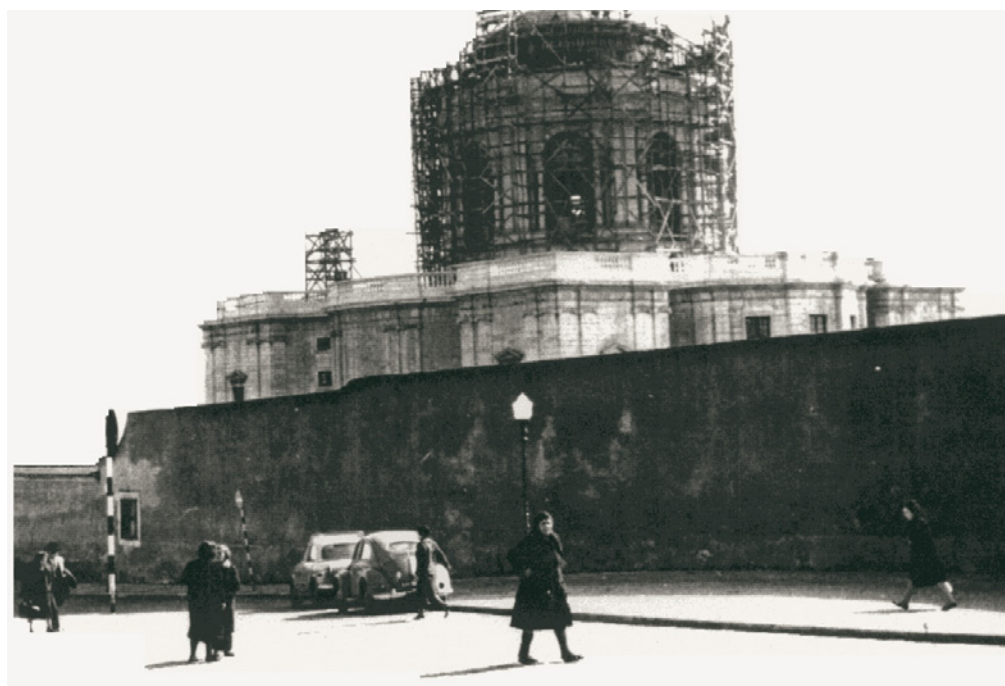




FIG. 144 Obras de Santa Engrácia, 29 de Abril de 1966, Arquivo da DGEMN.

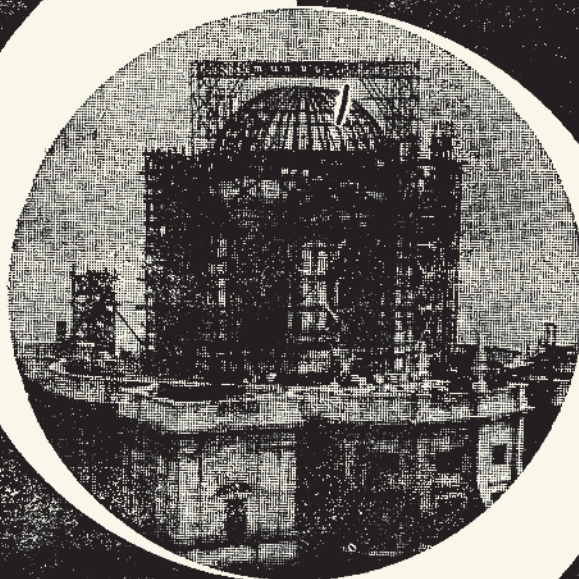


FIG. 145 Obras de Santa Engrácia, 25 de Maio de 1966, Arquivo da DGEMN.



FIG. 146 Obras de Santa Engrácia, 10 de Agosto de 1966, Arquivo da DGEMN.

**COM MUNDUS
OBRA ACABADA**



**ESTRUTURAS
METÁLICAS
DESMONTÁVEIS**

SANTA ENGRÁCIA: a obra que a MUNDUS ajudou a concluir!

Recorrendo a técnicas especialmente estudadas a MUNDUS construiu o alçobre que tornou possível esta grandiosa obra.

Assim, ajudando a recuperar o passado a MUNDUS está na vanguarda da construção do futuro.

Versáteis, seguras, económicas, rápidas, as estruturas metálicas MUNDUS, fixas ou desmontáveis, resolvem os mais complexos problemas.

mundus 

FIG. 147 Publicidade às estruturas metálicas desmontáveis "Mundus" utilizando uma imagem das obras de Santa Engrácia, in *Diário de Lisboa*, 9 de Dezembro de 1966, pág. 13.

FIG. 148 Obras de Santa Engrácia, 21 de Novembro de 1966, Arquivo da DGEMN.



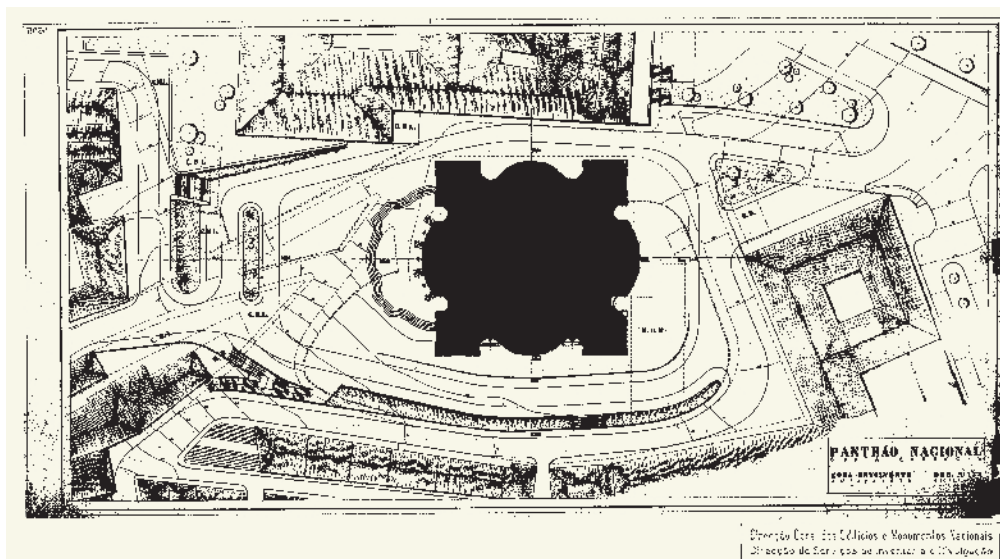


FIG. 149 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta da zona envolvente alterações, Arquivo da DGEMN.

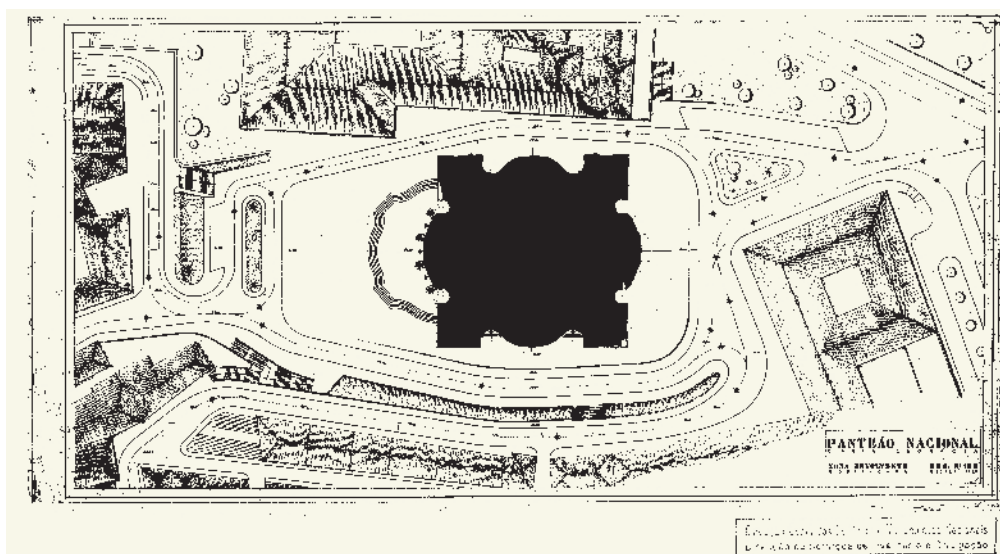


FIG. 150 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, planta da zona envolvente modificada, Arquivo da DGEMN.

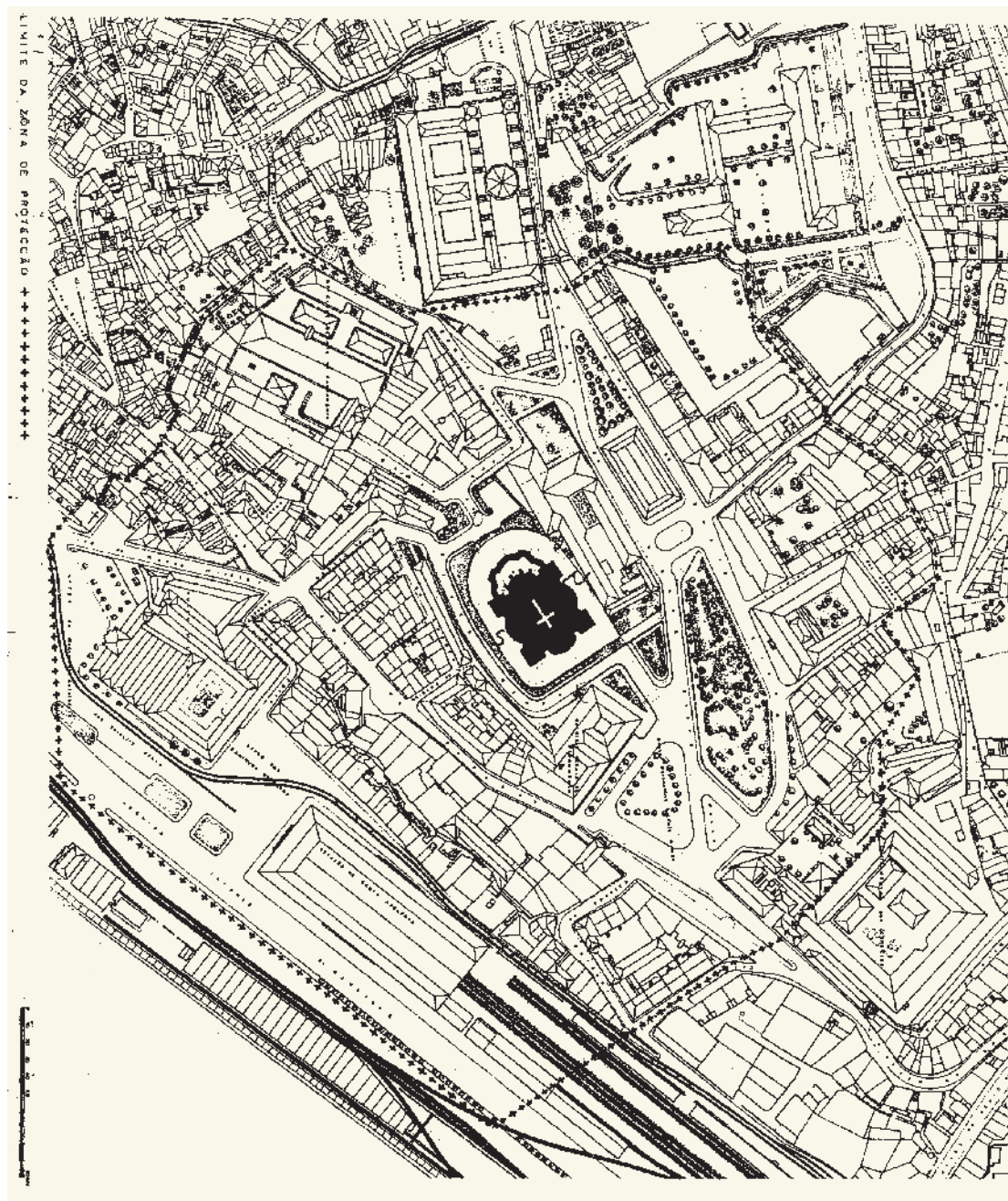
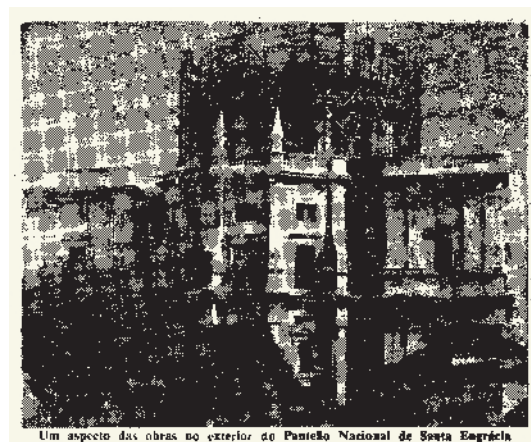


FIG. 151 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, limite da zona de proteção, Arquivo da DGEMN.

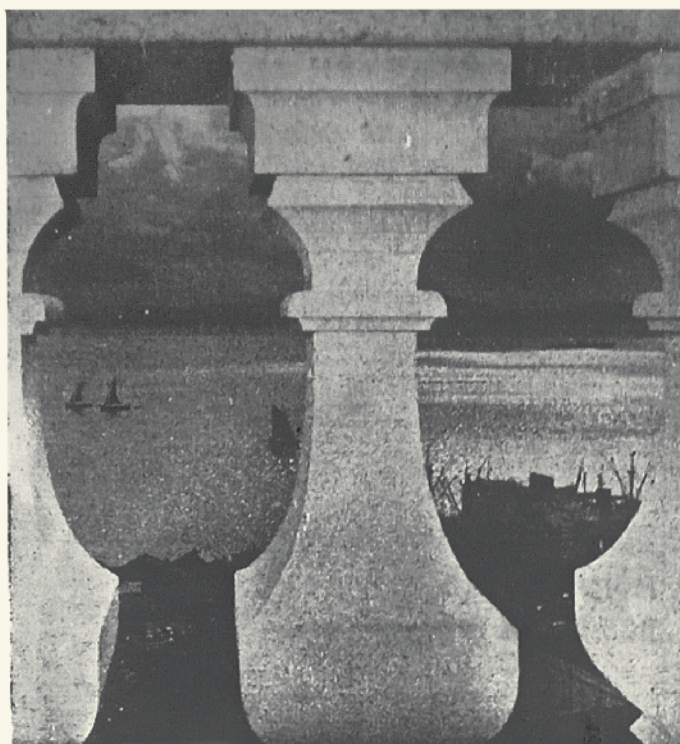
FIG. 152 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, estaleiro de obras, um técnico a dirigir as obras com um projeto na mão, 12 de março de 1966, Arquivo da DGEMN.

FIG. 153 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, estaleiro de obras, execução de um molde de um capitel, 30 de Julho de 1965, Arquivo da DGEMN.



Um aspecto das obras no exterior do Panteão Nacional de Santa Engrácia.

FIG. 154 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente) durante as obras. Veem-se dois pináculos sobre a balaustrada do terraço que não existem, in *Diário de Lisboa*, 3 de Janeiro de 1966.



Uma profissão em vias de desaparecer é a de canteiro. Cada vez menos a construção requer o trabalho de cantaria. Mas onde houver um monumento antigo e restaurar é ainda ao canteiro que se recorre, porque, por exemplo, um baluarte (como os que vemos, na gravura, com o Tejo em plano de fundo) não se faz à máquina; constitui trabalho manual de artífice experiente, com intuição e gosto artísticos.

FIG. 155 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, estaleiro de obras, um canteiro a trabalhar, in *Diário Popular*, 17 de Novembro de 1963.



FIG. 156 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, vista do terraço do Mosteiro de São Vicente de Fora, fotografia Arlindo Homem.



FIG. 157 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), fotografia SM.



FIG. 158 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), fotografia SM.



FIG. 159 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada posterior (Nascente), fotografia José Paulo Ruas (2011), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 51528 DIG.



FIG. 160 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada lateral (Sul), fotografia SM.



FIGS. 161-163 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, torreões, fotografias SM.



FIGS. 164-165 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), corpo central, fotografia SM.





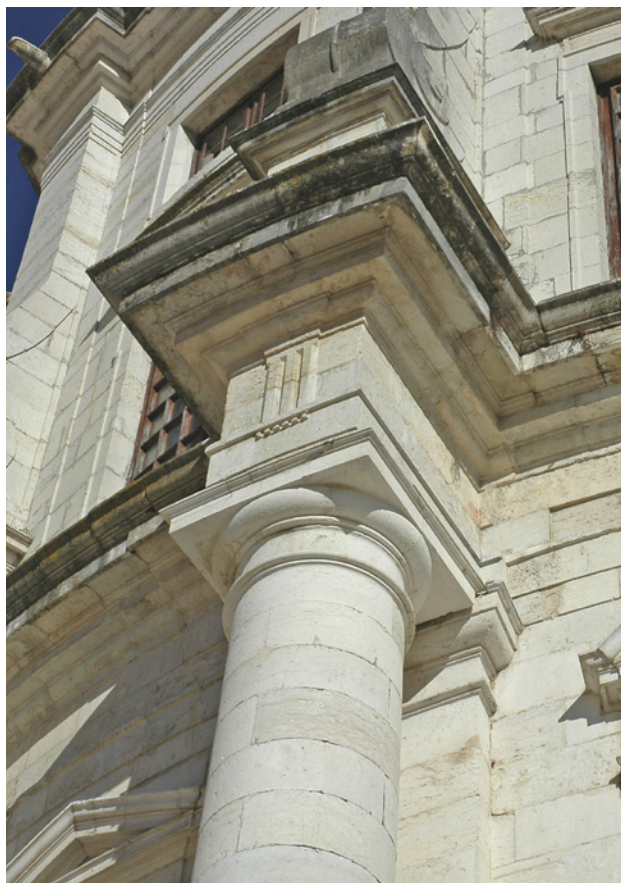
FIG. 166 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), nicho central, imagem do Santo Condestável, António Duarte, 1966, fotografia SM.



FIG. 167 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), nicho do lado esquerdo, imagem de Santa Engrácia, António Duarte, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2011), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 51513.01 DIG.



FIG. 168 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), nicho do lado direito, imagem da Rainha Santa Isabel, António Duarte, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2011), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 51520 DIG.



FIGS. 169-170 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), pormenor de um capitel e de uma voluta invertida, fotografias SM.

FIGS. 171-172 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fachada principal (Poente), pormenores da cornija, fotografias SM.





FIG. 173 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, galilé, fotografia SM.



FIG. 174 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, galilé, interior, fotografia SM.



FIGS. 175-176 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, portal principal, João Antunes e Claude de Laprade (?), fotografias SM



FIGS. 177 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, coluna do portal principal, fotografia SM.



FIG. 178 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, coluna do portal principal, fotografia SM.



FIGS. 179-180 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, capitel da coluna do portal principal, fotografias SM.



FIG. 181 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, capitel da coluna do portal principal, fotografia SM.



FIG. 182 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, base da coluna do portal principal, fotografia SM.



FIGS. 183-184 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, fuste da coluna do portal principal, fotografias SM.



FIG. 185 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, remate do portal principal, fotografia SM.



FIG. 186 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, pormenor do escudo do portal principal, fotografia SM.



FIG. 187 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, escudo do portal principal, Claude de Laprade(?), fotografia SM.



FIG. 188 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, pormenor do escudo do portal principal, fotografia SM.



FIG. 189 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, porta principal, fotografia SM.



FIG. 190 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, portal lateral esquerdo, fotografia SM.



FIG. 191 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, portal lateral direito, fotografia SM.



FIG. 192 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, remate do portal lateral direito, fotografia SM.



FIG. 193 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, remate do portal lateral esquerdo, fotografia SM.



FIG. 194 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, galilé, cobertura interior, fotografia SM.



FIG. 195 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, cúpula vista do exterior, fotografia SM.



FIG. 196 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, cupolim visto do exterior, fotografia SM.



FIG. 197 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, cúpula vista do terraço, fotografia SM.



FIG. 198 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, cúpula vista do exterior, fotografia SM.



FIGS. 199-200 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, cúpula vista do terraço, fotografias SM.





FIG. 201 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, janela, pilastras e colunas exteriores da cúpula, fotografia SM.



FIG. 202 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, janela da cúpula vista do terraço, fotografia SM.



FIG. 203 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, capitéis das pilastras da cúpula, fotografia SM.



FIG. 204 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, capitel de uma coluna da cúpula, fotografia SM.



FIGS. 205-206 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, terraço e balastrada, fotografias SM.





FIG. 207 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, terraço e balaustrada, ao fundo o Tejo, fotografia SM.



FIG. 208 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, terraço e balaustrada, ao fundo o monumento ao Cristo Rei e a ponte sobre o Tejo, fotografia SM.

FIG. 209 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, envolvente (Nascente), fotografia SM.



FIG. 210 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, envolvente (Poente), fotografia SM.





FIG. 211 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, envolvente (Noroeste), ao fundo o Mosteiro de São Vicente de Fora, fotografia SM.



FIG. 212 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, envolvente (Norte), fotografia SM.



FIG. 213 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, envólute (Norte), fotografia SM.



FIG. 214 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, capela-mor, fotografia SM.



FIGS. 215-216 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, capela-mor, fotografias SM.



FIG. 217 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, vista da capela-mor para a entrada, fotografia SM.



FIG. 218 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, parede do Evangelho Epistola, fotografia SM.



FIG. 219 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, parede da Epistola, fotografia SM.



FIG. 220 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado do Evangelho, fotografia José Paulo Ruas (2011), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 52025 DIG.



FIG. 221 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado da Epístola, fotografia SM.

FIG. 222 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, arcossólios com cenotáfios, lado do Evangelho, fotografia José Paulo Ruas (2011), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 57700 DIG.



FIG. 223 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cobertura de um dos braços da igreja, fotografia SM.





FIGS. 224-225 Igreja de
 Santa Engrácia / Panteão
 Nacional, interior, cobertura
 do cruzeiro, fotografias SM.





FIGS. 226-227 Igreja de
 Santa Engrácia / Panteão
 Nacional, interior, cobertura
 do cruzeiro, fotografias SM.





FIG. 228 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, entablamento de um dos braços da igreja, fotografia SM.



FIG. 229 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, pavimento do cruzeiro, fotografia José Paulo Ruas (2012), Museu e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 65776 DIG.



FIGS. 230-232 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, decoração das paredes com embutidos de mármore, fotografias SM.





FIG. 233 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cruzeiro, púlpito encimado por nicho com imagem, fotografia SM.



FIG. 234 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, baldaquino do púlpito, fotografia SM.



FIG. 235 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cruzeiro, imagem de São João de Deus, Leopoldo de Almeida, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2009), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 65686 DIG.



FIG. 236 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cruzeiro, imagem de Santo António, Leopoldo de Almeida, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2009), Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica, 65687.01 DIG.



FIG. 237 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cruzeiro, imagem de São Teotónio, Leopoldo de Almeida, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2009), *Museus e Monumentos de Portugal E.P.E.* / Arquivo de Documentação Fotográfica, 65688 DIG.



FIG. 238 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cruzeiro, imagem de São João de Brito, Leopoldo de Almeida, 1966, fotografia José Paulo Ruas (2011), *Museus e Monumentos de Portugal E.P.E.* / Arquivo de Documentação Fotográfica, 51401 DIG.



FIG. 239 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, arcossólio com cenotáfio, fotografia SM.



FIG. 240 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado da Epístola, cenotáfio de Vasco da Gama, fotografia SM.



FIG. 241 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio de Vasco da Gama, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.

FIG. 242 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado doa Epístola, cenotáfio de Afonso de Albuquerque, fotografia SM.



FIG. 243 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio de Afonso de Albuquerque, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.





FIG. 244 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado da Epístola, cenotáfio de Nuno Álvares Pereira, fotografia SM.



FIG. 245 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio de Nuno Álvares Pereira, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.

FIG. 246 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado do Evangelho, cenotáfio do Infante D. Henrique, fotografia SM.



FIG. 247 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio do Infante D. Henrique, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.





FIG. 248 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado do Evangelho, cenotáfio de Pedro Álvares Cabral, fotografia SM.



FIG. 249 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio de Pedro Álvares Cabral, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.



FIG. 250 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, transepto, lado do Evangelho, cenotáfio de Luís de Camões, fotografia SM.



FIG. 251 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, cenotáfio de Luís de Camões, brasão em bronze sobre mármore, Vasco Pereira da Conceição, 1966, fotografia SM.



FIG. 252 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, órgão da capela-mor (trasladado da Sé de Lisboa), século XVIII, fotografia SM.



FIG. 253 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, vão de acesso à sala onde se encontram panteonizados políticos, fotografia SM.



FIG. 254 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, vão de acesso à sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, fotografia SM.



FIGS. 255-256 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados políticos, fotografias SM.





FIG. 257 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados políticos, túmulo de Teófilo Braga, fotografia SM.



FIG. 258 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados políticos, túmulo de Sidónio Pais, fotografia SM.



FIG. 259 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados políticos, túmulo de Óscar Carmona, fotografia SM.



FIG. 260 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados políticos, túmulo de Óscar Carmona, placa em homenagem ao tumulado no 5.º aniversário do seu falecimento e 31.º aniversário do movimento (recolocada), fotografia SM.



FIGS. 261-262 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, fotografias SM.





FIG. 263 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, túmulo de Almeida Garrett, fotografia SM.



FIG. 264 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, túmulo de João de Deus, fotografia SM.



FIG. 265 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, túmulo de Guerra Junqueiro, fotografia SM.



FIG. 266 Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontram panteonizados escritores e artistas, túmulo de Amália Rodrigues, fotografia SM.



FIG. 266a Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontra panteonizado Humberto Delgado, fotografia SM.



FIG. 266b Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional, interior, sala onde se encontra panteonizado Humberto Delgado, túmulo de Humberto Delgado, fotografia SM.



FIG. 267 Visita de Oliveira Salazar ao monumento no dia 6 de Dezembro de 1966, in *Diário da Manhã*, 7 de Dezembro de 1966, pág. 1.



FIG. 268 Palácio de Belém, cerimónia de condecoração dos técnicos das obras de Santa Engrácia, in *A Voz*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 1.



FIG. 269 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, guarda de honra na escadaria, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/NUN/001943.



FIG. 270 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, guarda de honra na escadaria, García Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001916.



FIG. 271 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, chegada de Salazar, Arantes e Oliveira e Galvão Telles, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001928.



FIG. 272 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, chegada de Américo Thomaz e de sua esposa, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001924.



FIG. 273 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001944.



FIG. 274 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001915.

FIG. 275 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, exterior, Garcia Nunes, 7.12.1966, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001911.



FIG. 276 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, 7 de Dezembro de 1966, interior, in *O Seculo*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 1.

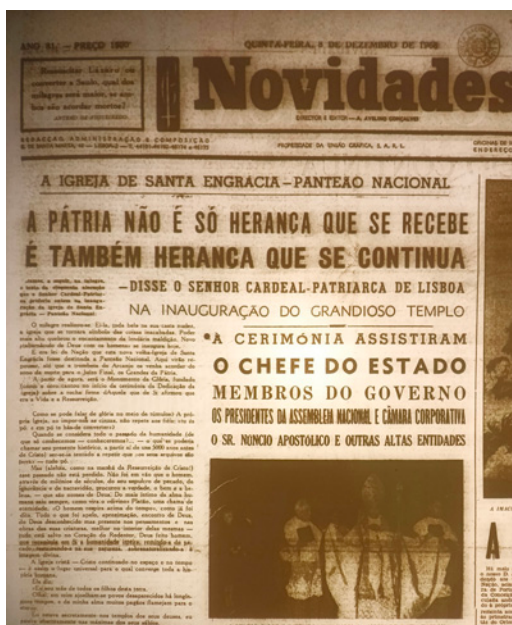


FIG. 277 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, 7 de Dezembro de 1966, in *Novidades*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 1.



FIG. 278 Cerimónia de inauguração do Panteão Nacional, 7 de Dezembro de 1966, Salazar e alguns dos convidados no decorrer da cerimónia, in *A Voz*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 1.

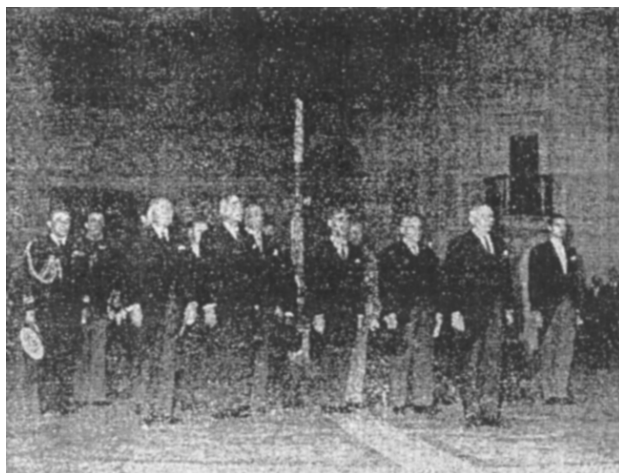


FIG. 279 Benção da igreja pelo cardeal Cerejeira, in *Novidades* e *A Voz*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 1.

FIG. 280 Salazar, Américo Thomaz e outros membros do Governo a ouvir o hino nacional no final da cerimónia, in *O Século*, 8 de Dezembro de 1966, pág. 10.



FIG. 281 Medalha comemorativa da inauguração do Panteão Nacional, Vasco Pereira da Conceição, 1966, in *Panteão Nacional*, MOP, Lisboa, 1966, pág. 16.

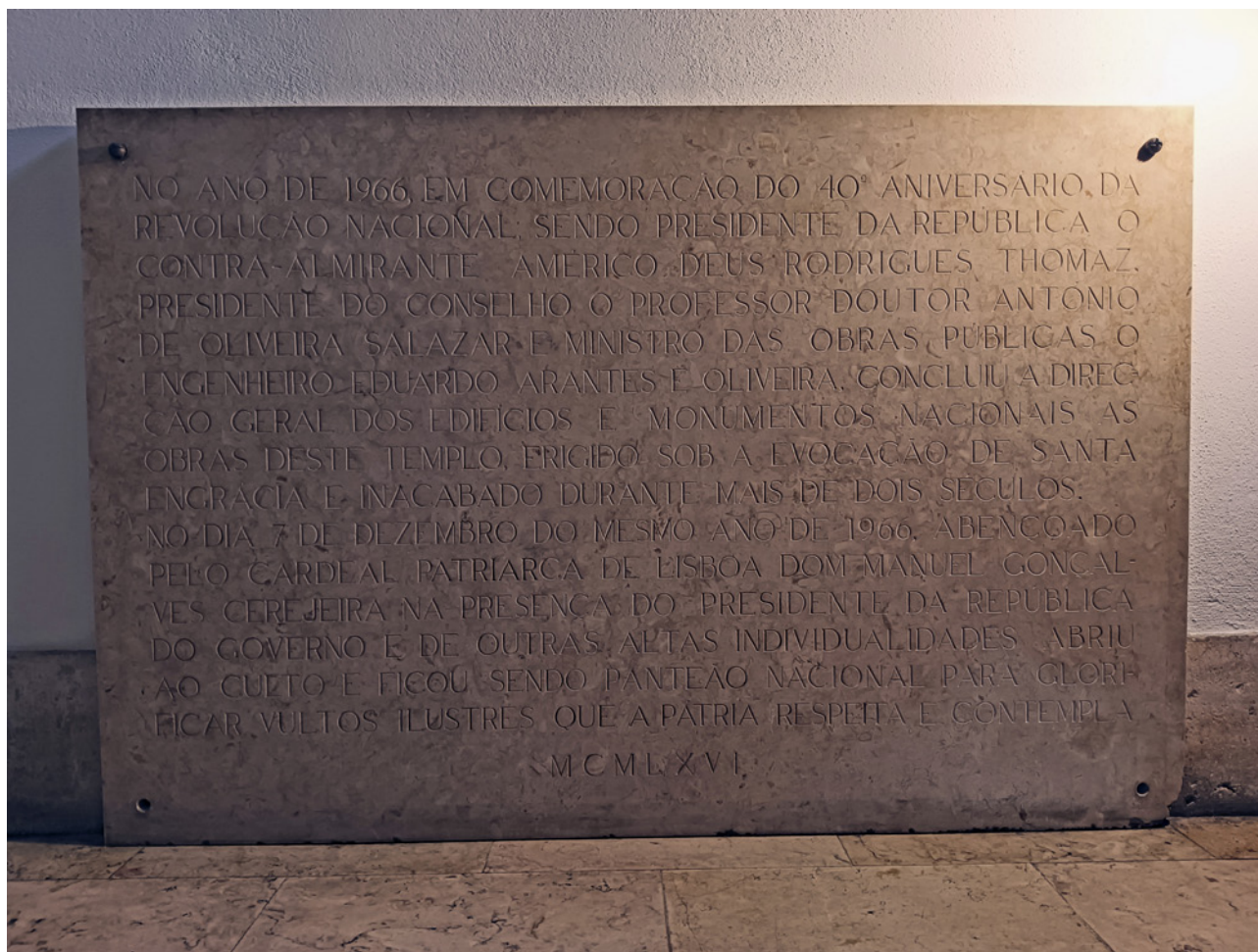


FIG. 282 Lápide comemorativa da inauguração do Panteão Nacional, 1966.



FIG. 283 Oliveira Salazar e Arantes e Oliveira observando a maqueta da Ponte sobre o Tejo. Arquivo Nacional de Fotografia / IPM, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Círculo de Leitores, 1996, pág. 683.



FIG. 284 Ponte sobre o Tejo.
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_25_de_Abril#/media/Ficheiro:25_De_Abril_Bridge_\(226290561\).jpeg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_25_de_Abril#/media/Ficheiro:25_De_Abril_Bridge_(226290561).jpeg)



FIG. 285 Inauguração da Ponte sobre o Tejo, 6 de Agosto de 1966, in *Inauguração da Ponte Salazar*, MOP, 1969, pág. 42.

FIG. 286 Inauguração da Ponte sobre o Tejo, chegada de Oliveira Salazar, 6 de Agosto de 1966, in *Inauguração da Ponte Salazar*, MOP, 1969, pág. 42.



FIG. 287 Inauguração da Ponte sobre o Tejo, o povo a assistir na Praça da Portagem, 6 de Agosto de 1966, in *Inauguração da Ponte Salazar*, MOP, 1969, pág. 49.

FIG. 288 Igreja do Mosteiro dos Jerónimos, túmulo de Luís de Camões.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/eb/Costa_Motta%2C_tomba_del_poeta_luis_vaz_de_camoes%2C_1894.jpg



FIG. 289 Igreja do mosteiro dos Jerónimos, túmulo de Vasco da Gama.

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/16/Costa_Mota_T%C3%BAmulo_de_Vasco_da_Gama_Mosteiro_dos_Jer%C3%B3nimos_2_IMG_0887.jpg





FIG. 290 Mosteiro dos Jerónimos, túmulo de Alexandre Herculano.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/T%C3%BAmulo_de_Alexandre_Herculano_Sala_do_Cap%C3%ADtulo_Mosteiro_dos_Jer%C3%B3nimos_2_IMG_0805.JPG



FIG. 291 Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, corredor de acesso ao Panteão dos Bragança (antigo refeitório), nas paredes os túmulos dos Duques de Saldanha e da Terceira e da Duquesa da Terceira, fotografia SM.



FIGS. 292-293 Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, Panteão dos Bragança (antigo refeitório), vista geral, fotografias SM.





FIG. 294-295 Mosteiro de São Vicente de Fora, Panteão dos Patriarcas de Lisboa (antiga Sala do Capítulo), vista geral, fotografias SM.





FIGS. 296-297 Mosteiro de São Vicente de Fora, Panteão dos Patriarcas de Lisboa (antiga Sala do Capítulo), vista geral, fotografias SM.





FIG. 298 Mosteiro de São Vicente de Fora, antiga Sala do Capítulo, Panteão dos Patriarcas de Lisboa, túmulo do Cardeal Cerejeira, fotografia SM..



FIG. 299 Mosteiro do Jerónimos, claustro, túmulo de Fernando Pessoa, 1985.



FIG. 300 Mosteiro do Jerónimos, claustro, túmulo de Fernando Pessoa, 1985.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belem_mosteiro_tombe_pesoa.jpg

NÃO BASTA abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Nao é bastante não ser cego
Para ver as árvores e flores.
20.4.1919 Alberto Caeiro

NÃO: NÃO quero nada.
Já disse que não quero nada.
Não me venham com conclusões!
A única conclusão é morrer.
1923 Alvaro de Campos

PARA SER GRANDE, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.
14.2.1933 Ricardo Reis

FIGS. 301-303 Mosteiro do Jerónimos, claustro, túmulo de Fernando Pessoa, 1985.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA, JUVENTUDE
E DESPORTO



MUSEUS
E MONUMENTOS
DE PORTUGAL



PANTEÃO
NACIONAL

—
ÂMBITO
—
CULTURAL

El Corte Inglés